



Universidade de Brasília – UnB

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável – PPG-DS

Cultura e biodiversidade: uma comparação entre a gestão do Parque Nacional do Cabo Orange, no Brasil, e a do Parque Nacional da Vanoise, na França.

Nádia Bandeira Sacenco Kornijezuk

Orientador: José Augusto Drummond

Co-orientadora: Martine Droulers

Brasília, 20 de agosto de 2012

Kornijezuk, Nádía Bandeira Sacenco

Cultura e biodiversidade: uma comparação entre a gestão do Parque Nacional do Cabo Orange, no Brasil, e a do Parque Nacional da Vanoise, na França.

Nádía Bandeira Sacenco Kornijezuk.

Brasília, 2012.

214 p. : il.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Universidade de Brasília, Brasília.

Parque Nacional da Vanoise; Parque Nacional do Cabo Orange; Parque Natural Marinho da Iroise; Pagamento por Serviços Ambientais. I. Universidade de Brasília. CDS.

II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Nádía Bandeira Sacenco Kornijezuk

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cultura e biodiversidade: uma comparação entre a gestão do Parque Nacional do Cabo Orange, no Brasil, e a do Parque Nacional da Vanoise, na França.

Nádia Bandeira Sacenco Kornijezuk

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovada por:

José Augusto Drummond, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Orientador)

José Luiz de Andrade Franco, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Thomas Ludewigs, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Rodrigo Medeiros, Doutor (Universidade Federal do Rio de Janeiro – (COPPE/UFRJ)
(Examinador Externo)

Luiz Carlos Spiller Pena, Doutor (Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 20 de agosto de 2012

“Intelectualmente, nós temos desenvolvido, por quase 100 anos, o nosso reconhecimento da evolução como uma característica da história natural. Mas, ainda temos que enfrentar este fato emocionalmente. Nós ainda nos agarramos em categorias de pensamento nas quais a natureza é caracterizada como fixa, e nos recusamos a aceitar que tudo está continuamente se transformando em outra coisa”.

Frank Lad - Operational
Subjective Statistical Methods - 1996

AGRADECIMENTOS

A idéia desta tese surgiu a partir de uma conversa informal que mantive com os Professores Marcel Burzstyn, do CDS - UnB e François Michel Le Tourneau, do IHEAL – Sorbonne Nouvelle, sobre uma pesquisa planejada por Professores da Universidade Paris 3, comparando a gestão de áreas protegidas nos Alpes e na Amazônia. O que a princípio parecia apenas uma coincidência de vogais revelou-se para mim uma proposta instigante. O que sairia de produtivo de tal comparação?

Naquela época, eu tinha um projeto bem diferente encaminhado com a Professora Izabel Zaneti que havia sido a minha orientadora do Mestrado. Mas, aquela pergunta desafiava-me. Assim, contei com a compreensão e a generosidade de minha orientadora, que me liberou do projeto com ela concertado, e parti em direção ao desconhecido.

Nessa nova caminhada fui orientada por dois sábios, a quem muito agradeço pelos ensinamentos que recebi: Prof. Dr. José Augusto Drummond e Profa. Dra. Martine Droulers. Agradeço também aos colaboradores do CDS e do IHEAL. Sou grata à CAPES, que financiou minha bolsa de Doutorado no Brasil e no exterior, por meio do Programa Colégio Doutoral Franco-Brasileiro. Agradeço aos colaboradores das áreas protegidas que me dedicaram tempo, paciência e bom humor: Ivan Vasconcelos, Kelly Bonach, Ricardo Motta Pires, Christian Neumuller, Lionel Laslaz, Fabien Boileau, Sylvie Pianalto, Arnel Bonneron, Thierry Canteri, Maryline Cailler, Yollande Quentin, Rafael Espíndola, Caroline Delelis, Denise Carvalho e Bruno Soligon. Pela inspiração, agradeço ao Prof. Dr. Rui Sérgio Sereni Murrieta, Dra. Clara Brandão e Profa. Dra. Fátima Makiuchi; pelos ensinamentos, agradeço ao Prof. Dr. Thomas Ludewigs, Prof. Dr. José Luiz Andrade Franco, Profa. Dra. Dóris Sayago, Prof. Dr. Frédéric Mertens e Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Júnior; pela sabedoria biológica, agradeço ao Sérgio Henrique Collaço de Carvalho. Agradeço, também, aos integrantes das comunidades residentes nas áreas protegidas ou em seu entorno que responderam, amavelmente, às minhas perguntas: Vila Velha do Cassiporé e Primeiro do Cassiporé, no Amapá; Modane, Saint André e Molène, na França.

Além de pesquisa bibliográfica, trabalho de escrita e de campo, foram muitas as emoções requeridas para fazer esta tese: dirigir em estradas na beira do precipício, subir correndo em árvores para escapar de uma manada de porcos do mato (e eu nem sabia que tinha essa capacidade), banhos com morcegos, atravessar a fronteira a bordo de “corredeiras”. Trabalhando longe ou em casa, sempre contei com o ajuda da família e dos amigos. Não haveria espaço aqui para agradecer a cada um deles (apesar do espaço existir dentro do meu coração). Meu filho, porém, está aprendendo a ler e ficaria triste de não ver o nome dele aqui: Theo, te agradeço, você é a minha alegria!

O gratificante resultado dessa jornada científica é este que apresento agora.

Dedico esta tese aos meus pais, Nilton e Lucília,
barco e leme,
para que eu possa navegar.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo comparar a gestão de dois parques nacionais: o Parque Nacional do Cabo Orange, no Brasil, e o Parque Nacional da Vanoise, na França. As regiões onde estão localizados esses dois parques nacionais - Amazônia e Alpes, respectivamente - têm um capital ecológico de importância global. Tanto o Parque Nacional do Cabo Orange quanto o Parque Nacional da Vanoise abrigam ecossistemas raros e notáveis que, em virtude da complexidade de suas interações, estão ameaçados pelas mudanças globais. Esses ecossistemas são notáveis, por deterem biodiversidade única em suas regiões neotropical e paleártica. E são raros, se observada a representatividade de cada subdivisão ecológica de seus ambientes e o seu grau de proteção: a vegetação alpina é protegida em pequenas extensões territoriais. A Amazônia, maior e mais biodiversa floresta do mundo, tem grandes espaços territoriais protegidos, mas não é um bioma homogêneo. Para a presente comparação, foram analisadas as principais conferências sobre proteção da biodiversidade, a proteção do meio ambiente na França e no Brasil e o histórico da conservação em parques nacionais. O parque Nacional do Cabo Orange é apresentado sob o enfoque do seu contexto regional, das suas particularidades sociais e ambientais e do turismo. O parque Nacional da Vanoise é analisado sob o enfoque do turismo e dos determinantes históricos e geográficos da região onde ele se insere. Além disso, foi analisado o pagamento pelos serviços ambientais, no Brasil, como uma possível estratégia de capitalização da conservação. Também foi apresentado o caso do Parque Natural Marinho da Iroise, pelo fato de ele ilustrar uma inovação na gestão francesa de áreas protegidas. A comparação entre a gestão do Parque Nacional da Vanoise e a do Parque Nacional do Cabo Orange mostra que as exigências de conservação são parecidas, mas os contextos geopolíticos e ambientais são diversos. Por um lado, a Europa é mais populosa e sua biodiversidade é antropizada. Por outro, o Brasil é um país de espaços abertos onde a biodiversidade é, em grande parte, resultado do processo evolutivo natural. A análise dos contextos de cada parque permitiu identificar os termos desta comparação: a gestão, o orçamento, o turismo, os determinantes socioambientais, e sobretudo, as éticas fundadoras, ora ligadas ao tema biodiversidade, ora ao tema cultura. A metodologia utilizada baseou-se no trabalho de campo e na revisão bibliográfica da literatura. Conclui-se que o Parque Nacional da Vanoise tem sua gestão direcionada à tentativa de conciliação entre o desenvolvimento regional e a preservação dos patrimônios natural e cultural enquanto o Parque Nacional do Cabo Orange é protetor da biodiversidade em sua forma mais prístina possível.

Palavras – chave: Parque Nacional da Vanoise; Parque Nacional do Cabo Orange; Parque Natural Marinho da Iroise; Pagamento por Serviços Ambientais.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse consiste à comparer la gestion de deux parcs nationaux : le Parc National de Cabo Orange, au Brésil, et le Parc National de la Vanoise, en France. Les régions dans lesquelles se situent ces deux parcs nationaux – l'Amazonie et les Alpes, respectivement – présentent un capital écologique d'importance globale. Aussi bien le Parc National de Cabo Orange que le Parc National de la Vanoise abritent des écosystèmes rares et remarquables qui, en vertu de la complexité de leurs interactions, sont menacés par les changements globaux. Ces écosystèmes sont remarquables du fait de porter une biodiversité propre aux régions néo-tropicale et paléarctique. Leur rareté tient au fait de la représentativité de chaque sous-division écologique de ses environnements et de leur degré de protection : la végétation alpine est protégée par de petites extensions territoriales. Plus grande forêt et diversité biologique du monde, l'Amazonie est formée de grands espaces territoriaux protégés, sans être un biome homogène. Pour la présente comparaison, les principales conférences abordant la protection de la biodiversité, la protection de l'environnement en France et au Brésil et l'historique de la conservation au sein de parcs nationaux ont été analysées. Le Parc National de Cabo Orange est présenté sous la perspective de son contexte régional, de ses particularités sociales, environnementales et touristiques. L'analyse du Parc National de la Vanoise traite la question du tourisme et des déterminants historiques et géographiques de la région dans laquelle il se situe. De plus, une analyse est faite des paiements de services environnementaux au Brésil, en tant que stratégie potentielle de capitalisation de la conservation. Parce qu'il illustre une innovation en matière de gestion française d'aires protégées, le Parc Naturel Marin d'Iroise a également fait l'objet d'une présentation spécifique. La comparaison entre la gestion du Parc National de la Vanoise et celle du Parc National de Cabo Orange montre que les exigences de conservation sont similaires, mais que les contextes géopolitiques et environnementaux sont différents. D'une part, l'Europe est bien plus peuplée et sa biodiversité est anthropisée. Par ailleurs, le Brésil est un pays formé d'espaces ouverts dans lesquels la biodiversité résulte, majoritairement, d'un processus évolutif naturel. L'analyse des contextes de chaque parc est le miroir qui permet d'identifier les termes de cette comparaison : la gestion, le budget, le tourisme, les déterminants socio-environnementaux et, principalement, les éthiques fondatrices, parfois liées à la thématique de la biodiversité, parfois liées à celle de la culture. La méthodologie retenue s'est servie du travail de terrain et d'une révision bibliographique de la littérature. En conclusion, la gestion du Parc National de la Vanoise tente de concilier développement régional et préservation des patrimoines naturels et culturels, alors que le Parc National de Cabo Orange protège la biodiversité dans sa forme la plus intacte possible.

Mots-clés : Parc National de la Vanoise ; Parc National de Cabo Orange ; Parc Naturel Marin d'Iroise ; Paiement de Services Environnementaux.

ABSTRACT

This thesis compares the management of two national parks: Cabo Orange National Park, in Brazil, and Vanoise National Park, in France. The regions in which these two national parks are located - the Brazilian Amazon and the French Alps, respectively - have an important global ecological value. Both Cabo Orange National Park and the Vanoise National Park have rare and remarkable ecosystems and, due to the complexity of their interactions, are threatened by global changes. These ecosystems host unique samples of biodiversity in the Neotropical and Palearctic regions. The Alpine vegetation is protected only in small extensions. Amazon rainforests, the largest and most biologically diverse formations in the world, have large protected areas, but they do not form a homogeneous biome. For this comparison we analyzed the major conferences on the protection of biodiversity, the political frame of conservation in France and Brasil, and the history of conservation in national parks. The Cabo Orange National Park is presented in its regional context and its tourism. The Vanoise National Park is analyzed from the standpoint of tourism and France's historical and geographical determinants. In addition, we analyzed the payment for environmental services in Brazil as a possible strategy of capitalization for conservation. We also presented the case of the Iroise Marine Natural Park, because it illustrates a French innovation in the management of protected areas. The comparison between the management of the Vanoise National Park and the Cabo Orange National Park shows that conservation requirements are similar, but their geopolitical and environmental contexts are different. On the one hand, Europe is more populous and its biodiversity is vastly impoverished. On the other hand, Brazil is a country of open spaces where biodiversity is, in many cases, the result of a natural evolutionary process. The analysis of the contexts of each park allows the identification of the terms of this comparison: management, budget, tourism, social and environmental determinants, and especially conservation ethics, are linked to the issues of biodiversity and culture. It was found that the Vanoise National Park has directed its administration to reconcile regional development and conservation of natural and cultural heritage, while the Cabo Orange National Parke guards its biodiversity in its most pristine expression possible.

Key - words: Vanoise National Park, Cabo Orange National Park; Iroise Marine Natural Park; Payment for Environmental Services.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo comparar la gestión de dos parques nacionales: el Parque Nacional del Cabo Orange, de Brasil, y el Parque Nacional de la Vanoise, de Francia. Las regiones donde se encuentran estos dos parques nacionales —la Amazonia y los Alpes, respectivamente— tienen un capital ecológico de importancia global. Tanto el Parque Nacional del Cabo Orange como el Parque Nacional de la Vanoise albergan ecosistemas raros y notables que, debido a la complejidad de sus interacciones, se ven amenazados por el cambio global. Esos ecosistemas son notables porque poseen una biodiversidad única en las regiones neotropical y paleártica. Y son raros atendiendo a la representatividad de cada subdivisión ecológica de sus ambientes y a su grado de protección: la vegetación alpina está protegida en pequeñas extensiones de territorio. La Amazonia, el bosque más extenso y biodiverso del mundo, cuenta con grandes zonas protegidas, pero no es un bioma homogéneo. Para esta comparación, se analizaron las principales conferencias sobre protección de la biodiversidad y protección del medioambiente en Francia y en Brasil así como el historial de la conservación en parques nacionales. El Parque Nacional del Cabo Orange se presenta bajo el foco de su contexto regional, de sus particularidades sociales y ambientales y del turismo. El Parque Nacional de la Vanoise se analiza desde el punto de vista del turismo y de los determinantes históricos y geográficos de la región en que se encuentra. Además, se analizó el pago por servicios ambientales, en Brasil, como una posible estrategia de capitalización de la conservación. También se presentó el caso del Parque Natural Marino de Iroise, porque ilustra una innovación en la gestión francesa de las áreas protegidas. La comparación entre la gestión del Parque Nacional de la Vanoise y la del Parque Nacional del Cabo Orange pone de manifiesto que las exigencias de conservación son parecidas, pero los contextos geopolíticos y ambientales son diferentes. Por un lado, Europa está más poblada y su biodiversidad está antropizada. Por otro lado, Brasil es un país de espacios abiertos donde la biodiversidad es, en buena medida, el resultado del proceso evolutivo natural. El análisis de los contextos de cada parque es el espejo que permite identificar los términos de esta comparación: la gestión, el presupuesto, el turismo, los determinantes socioambientales y, especialmente, las éticas fundadoras, ya estén vinculadas al tema de la biodiversidad o a la cultura. La metodología utilizada se basó en el trabajo de campo y en la revisión bibliográfica de la literatura. Se concluye que la gestión del Parque Nacional de la Vanoise se dirige a tratar de conciliar el desarrollo regional y la preservación de los patrimonios natural y cultural, mientras que el Parque Nacional del Cabo Orange protege la biodiversidad en su forma más prístina posible.

Palabras clave: Parque Nacional de la Vanoise; Parque Nacional del Cabo Orange; Parque Natural Marino de Iroise; Pago por servicios ambientales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Box 1 - Definição de “área de adesão” e “zona periférica”, de acordo com a legislação francesa	54
Box 2 - Instituições gestoras das áreas protegidas francesas.....	55
Box 3 - Áreas protegidas francesas, situação em 2012.....	56
Box 4 – Os conceitos de REDD e REDD +.....	90
Mapa 1 – A localização do Parque Nacional do Cabo Orange no Brasil.....	59
Mapa 2 – O Parque Nacional do Cabo Orange e seu entorno.....	60
Mapa 3 – sobreposição do Parque Nacional do Cabo Orange com a Terra Indígena Uaçá.....	62
Mapa 4 – Sobreposição da Vila de Cunani com o Parque Nacional do Cabo Orange.....	63
Mapa 5 – Vila Velha do Cassiporé e Primeiro do Cassiporé.....	65
Mapa 6 – O Parque Nacional da Vanoise, na França.....	79
Mapa 7 – Parque Nacional da Vanoise, com a sua zona núcleo e a sua área de adesão.....	80
Mapa 8 – Parque Natural Marinho da Iroise, 2011.....	100
Mapa 9 – Localização do Parque Natural Marinho da Iroise, 2011.....	101
Figura 1 - Cartaz utilizado pela Companhia de ferro de Lyon entre 1920 e1959.....	89
Fotografia 1 – Vista aérea da Vila de Cunani.....	64
Fotografia 2 - Reunião de planejamento participativo do projeto <i>Tartaruga Imbricata</i>	69
Fotografia 3 – a estação de Meribel, dentro da área de adesão do PNV.....	83
Fotografia 4 - Na ilha de Molène, dentro do PNMI, uma pichação no muro do Cais diz “Non au Parc Marin” (Não ao parque marinho).....	105
Fotografia 5 - Avaliação de amostras biológicas (fito-zooplâncton), PNMI.....	107
Fotografia 6 – Douarnenez, PNMI.....	108
Fotografia 7 - Refúgio da Porte de l’Orgère, localizado no extremo sul do Parque Nacional da Vanoise. A palavra Orgère significa “local onde se planta centeio”.....	112
Fotografia 8 -Residência Mont Cenis, em Termignon (área de adesão do PNV).....	114

Fotografia 9 – Turismo de aventura na primeira experimentação de turismo embarcado - <i>Tartaruga Imbricata</i> , no Parque Nacional do Cabo Orange.....	115
Fotografia 10 - Hora da merenda - Escola de Primeiro do Cassiporé. Segunda experimentação de turismo embarcado - <i>Tartaruga Imbricata</i> , no Parque Nacional do Cabo Orange	116
Fotografia 11 - Barco Peixe – Boi, na segunda experimentação de turismo embarcado - <i>Tartaruga Imbricata</i> , no Parque Nacional do Cabo Orange.....	117
Fotografia 12 - O produtor de Bleu du Termignon, Marcel Bantin	123
Organograma 1 – As diferentes declinações da idéia de proteção da natureza em função das éticas ambientais às quais elas dizem respeito.....	28
Quadro 1 – Unidades de Conservação do estado do Amapá.....	77
Quadro 2 - características do turismo no Parque Nacional da Vanoise e no Parque Nacional do Cabo Orange.....	118
Quadro 3 - Governança do Parque Nacional da Vanoise e do Parque Nacional do Cabo Orange	119
Quadro 4 – Modelo de conservação do Parque Nacional da Vanoise e do Parque Nacional do Cabo Orange	121
Quadro 5 – Sustentabilidade social no Parque Nacional da Vanoise e no Parque Nacional do Cabo Orange	122
Quadro 6 – Escolhas financeiras do Parque Nacional da Vanoise e do Parque Nacional do Cabo Orange	126
Quadro 7 – Paisagens sócio-ambientais e sua remuneração no Parque Nacional da Vanoise e no Parque Nacional do Cabo Orange.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Áreas protegidas em todo o mundo categorizadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – situação em 2002.....	38
Tabela 2 - Unidades de Conservação do estado do Amapá, situação em 2012.....	50
Tabela 3 – Superfície das áreas protegidas francesas	57
Tabela 4 – Projeção de Visitações ao Parque Nacional do Cabo Orange, por ano, entre o ano de 2012 e 2031.....	71
Tabela 5 – Resultados do retorno financeiro do dormitório – Projeto TI.....	72
Tabela 06 - Comparações entre os cálculos de áreas de vários territórios designados que impedem a agricultura (km ²), de acordo com Miranda <i>et al</i> e Drummond.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área total das Áreas Protegidas por categoria da UICN na França e no Brasil, 2002.....	39
Gráfico 2 - Porcentagens de gastos do PNMI em 2010, por atividade (total: 2.701.924 euros, aproximadamente 6.214.452 reais).....	106
Gráfico 3 – Gastos do Parque Nacional do Cabo Orange. Situação em 2010 (Total: 994.305 reais).....	124
Gráfico 4 – Gastos Parque Nacional da Vanoise, situação em 2010 (total – 10 milhões de euros, aproximadamente 23 milhões de reais).....	125
Gráfico 5 - Porcentagem de espécies ameaçadas na França e no Brasil, 2002.....	127
Gráfico 6 - Número de mamíferos e aves nidificantes ameaçadas na França e no Brasil.....	128
Gráfico 7 – Produtividade kg/ha de cereais (1999 – 2001), raízes e tubérculos (1996-1998) e legumes (1996-1998) na França e no Brasil	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP – Área Protegida
ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CIPRA – Comissão Internacional pela Proteção dos Alpes
UE – União Européia
FAO - Food and Agriculture Organization
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade
IHEAL - Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine
INSEE – Institut National de l'Statistique et des Études Économiques
ISA – Instituto Socioambiental
UICN - International Union for Conservation of Nature
IUPN - International Union for the Protection of Nature
MaB - Programa "O Homem e a Biosfera"
MMA – Ministério do Meio Ambiente
NASA - National Aeronautics and Space Administration
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNCO – Parque Nacional do Cabo Orange
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
PNMI – Parque Natural Marinho da Iroise
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNV – Parque Nacional da Vanoise
RIO 92 – (CNUMAD) - Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento
SEICOM - Secretaria Estadual da Indústria e do Comércio
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI – Terra Indígena
TQ – Terra Quilombola
UC – Unidade de Conservação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
WCPA - The UICN World Commission on Protected Areas
WWF - World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1 PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE	18
1.1 - AS ÉTICAS DE PROTEÇÃO DA NATUREZA.....	27
1.2 - A AGENDA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	30
1.3 - A UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS – UICN.....	36
2 HISTÓRICO DOS PARQUES NACIONAIS	40
2.1 - O NASCIMENTO DOS PARQUES NACIONAIS	40
2.2 – HISTÓRICO DOS PARQUES NACIONAIS NO BRASIL	44
2.3 – HISTÓRICO DOS PARQUES NACIONAIS NA FRANÇA	51
3 O PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE	59
3.1 - O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE.....	67
3.2 - DETERMINANTES HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA REGIÃO DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE.....	73
4 O PARQUE NACIONAL DA VANOISE	79
4.1 O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DA VANOISE.....	82
4.2 – DETERMINANTES HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA REGIÃO DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DA VANOISE.....	86
5 PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	90
5.1 O SISTEMA DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS É EFICAZ?.....	94

5.2 O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E O E O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	97
5.3 CONCLUSÕES SOBRE O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS.....	98
6 O PARQUE NATURAL MARINHO DA IROISE	100
6.1 – O CONTEXTO INTERNACIONAL DO PARQUE NATURAL MARINHO DA IROISE.....	108
7 COMPARAÇÃO ENTRE O PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE E O PARQUE NACIONAL DA VANOISE.....	111
7.1 – COMPARAÇÃO DOS MEIOS ECONÔMICOS DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE E DO PARQUE NACIONAL DA VANOISE.....	124
7.2 – COMPARAÇÃO DOS MEIOS SÓCIO-GEOGRÁFICOS DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE E DO PARQUE NACIONAL DA VANOISE.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
BIBLIOGRAFIA	137
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O espaço se configura em território quando é produzido por intervenções antrópicas, como um simples olhar humano. Entre contextos geográficos, históricos e ambientais variados, a ação antrópica é a principal definidora dos territórios. Cada um deles contém histórias sucessivas, desenvolvidas local e globalmente (SANTOS, 2008).

Territórios destinados à proteção da natureza são chamados de “áreas protegidas - APs”. Nesses casos, a intervenção humana que as caracteriza como territórios é uma intervenção controlada, e por vezes uma não-intervenção. A presente tese analisa a construção da gestão territorial em um tipo particular de área protegida: o parque nacional. Para isso foram analisados dois casos, o Parque Nacional do Cabo Orange – doravante PNCO, situado na região Norte do Brasil, e o Parque Nacional da Vanoise – doravante PNV, situado na região de Rhône-Alpes, na França. Esses dois parques nacionais são classificados como categoria II pela União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN¹. Isso significa que, em ambos os casos, são reconhecidos como áreas protegidas que devem ser manejadas principalmente para a proteção de ecossistemas e recreação.²

Segundo Tilly (1996), a relevância dos estudos comparados reside em dois fatos: (1) as análises comparadas são constantes e necessárias, graças à globalização e (2) a exportação de estruturas européias de Estado produziu Estados muito diferentes dos europeus. No contexto específico dos estudos comparados entre APs, a relevância existe porque a proteção de áreas é a estratégia mais eficiente de conservação da biodiversidade *in situ* (MILANO, 2002). Para Morsello (2001), as APs são a nossa “última esperança” em termos da proteção dos recursos naturais.

Assim, a idéia da presente tese surgiu no escopo dos estudos comparados: no ano de 2007, os geógrafos do *Centre de Recherche et de Documentation sur l'Amérique Latine* – CREDAL iniciaram uma pesquisa sobre os determinantes geográficos, demográficos e socio-econômicos da sustentabilidade na Amazônia brasileira, a DURAMAZ³, coordenada

¹ No caso do PNV, somente é reconhecida como categoria II a sua zona núcleo (tradução livre). O termo em francês é *zone coeur*, que em uma tradução literal significa “área-corção”.

² Segundo a UICN (2011), “consiste numa área de terra, ou mar, natural designada para: a) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para gerações presentes e futuras; b) excluir a exploração, ou ocupação, lesiva aos propósitos de designação da terra; c) prover um fundamento para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreacionais e de visitação, todas as quais obrigatoriamente compatíveis ecológica e culturalmente.

³³ Os materiais publicados pelo projeto DURAMAZ podem ser consultados no site do projeto (<http://www.credal.univ-paris3.fr/spip.php?rubrique361>) ou no site <http://halshs.ccsd.cnrs.fr/DURAMAZ>.

pela Universidade Paris 3 – IHEAL, com o financiamento da ANR - *Agence Nationale de la Recherche*. Essa pesquisa mostrou, com o seu sistema de indicadores, a possibilidade de comparar realidades diferentes em função de parâmetros pré-estabelecidos: tomando-se duas áreas distintas, o que é igual ou semelhante nas duas tem grandes chances de ser, justamente, um elemento determinante da sustentabilidade local (LE TOURNEAU e DROULERS, 2010).

Nesse contexto da DURAMAZ, os pesquisadores da Universidade Paris 3 – IHEAL/CREDAL e da Universidade de Innsbruck, na Áustria, propuseram a comparação entre áreas protegidas, desta vez em duas regiões diferentes: nos Alpes e na Amazônia. O projeto proposto não foi financiado pela União Européia, mas a idéia de comparação entre áreas protegidas dessas duas regiões terminou se concretizando graças a uma bolsa de tese⁴ e aos questionamentos desse grupo de geógrafos. Eles estavam interessados em entender melhor alguns mecanismos sócio-espaciais da conservação *in situ*: grandes regiões naturais frágeis, como os Alpes e a Amazônia, podem ser conservadas de maneira sustentável? Como se dá esse tipo de concertação? Como são envolvidos os atores dessas regiões? Como se estabelece o diálogo interno e externo?

Para responder as perguntas suscitadas pela comparação entre as diferentes regiões, a presente tese iniciou-se com a delimitação das áreas de estudo: o PNCO e o PNV. Em seguida, partiu-se para a aproximação dos pontos de semelhanças e de diferenças, até chegar-se à identificação dos temas comuns de debate entre os dois países: a proteção da cultura, da biodiversidade e os pagamentos por serviços ambientais.

A comparação de mecanismos semelhantes aplicados a contextos diferentes é um método clássico das ciências sociais. Em tempos de mundialização, privilegiam-se conhecimentos demonstrados internacionalmente e intercâmbios nos quais, cada vez mais, se elaboram leis e protocolos bi e multilaterais. Assim, comparação da gestão de áreas protegidas em diferentes países é uma forma de avaliar novas modalidades de conservação de ambientes naturais.

A presente comparação, contudo, não pretende ser definidora da proteção brasileira em parques nacionais, nem da proteção francesa. As realidades de dois estudos de caso, comparadas às realidades nacionais, são menos complexas e portanto não são representativas do todo. Assim, a presente tese tem como objetivo comparar a gestão de

⁴ A bolsa aqui referida foi financiada pelo programa “Colégio Doutoral Franco Brasileiro”, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Ela possibilitou tanto a realização das observações *in loco*, essenciais para a comparação entre o PNCO e o PNV, quanto a realização da pesquisa nas universidades Paris 3 – Sorbonne Nouvelle e Universidade de Brasília.

dois parques nacionais específicos, quais sejam o PNV e o PNCO. No caso do PNV, a aplicação da lei francesa número 436, de 14 de abril de 2006, sobre os parques nacionais, parques naturais regionais e parques naturais marinhos criou um momento de readequação no parque. No Brasil, o PNCO também ilustra um período de consolidação, no caso a do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – o SNUC, promulgado pela lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

As perguntas que guiaram a presente tese são as seguintes:

A França e o Brasil empregam modos similares na gestão⁵ dos dois parques nacionais analisados?

Foi possível conciliar a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento humano nos dois parques nacionais analisados?

Para responder a essas perguntas, foram inventariadas ações propostas pelo poder público para os dois estudos de caso – PNCO e PNV e também foram observadas as diretrizes éticas e de gestão de áreas protegidas, tanto na França quanto no Brasil. Os objetivos específicos da presente tese são:

a) analisar o histórico dos principais eventos internacionais de proteção da natureza, observando sua relação com os paradigmas de proteção do PNV e do PNCO;

b) examinar, de forma interdisciplinar, as ações que caracterizam a gestão territorial do PNCO, identificando resultados que legitimaram as políticas públicas ou entraves que impediram a sua aplicabilidade;

c) examinar, de forma interdisciplinar, as ações que caracterizam a gestão territorial do PNV, identificando resultados que legitimaram as políticas públicas ou entraves que impediram a sua aplicabilidade;

d) analisar o pagamento pelos serviços ambientais nas áreas protegidas brasileiras, estabelecendo uma analogia com a proteção da paisagem socioambiental francesa.

e) analisar o caso do Parque Natural Marinho da Iroise, doravante PNMI. Assim como o PNCO, o PNMI tem uma grande área marinha. Ele também foi o primeiro parque natural marinho criado após a Lei 436, de 14 de abril de 2006, que modificou o paradigma de proteção nos parques nacionais e naturais franceses.

⁵ Para a presente tese, o conceito de gestão (do latim, *gestio* – ação de gerir) é considerado como a forma de se ocupar de algo de forma sistemática e atenta (HERITIER e LASLAZ, 2008).

f) fazer a comparação, sob a ótica da análise internacional, dos principais pontos que caracterizam os modelos de proteção ambiental do PNV e do PNCO.

A presente tese está organizada em 7 capítulos assim desenvolvidos:

No Capítulo 1 discute-se a agenda internacional de proteção à biodiversidade e as diversas éticas que embasam essa proteção. A UICN, organização ambiental internacional, pioneira na conservação da natureza, é analisada por ser a elaboradora do sistema mundial de categorização das áreas protegidas. Esse capítulo propõe uma visão geral da proteção da biodiversidade, focalizando as éticas de conservação ecocêntricas, biocêntricas e as antropocêntricas. Os processos históricos e éticos que justificaram a política ecológica mundial culminaram com a criação de diversas categorias de proteção, organizadas nacionalmente e sistematizadas pela UICN.

O Capítulo 2 analisa o histórico dos parques nacionais, focalizando a proteção da natureza no Brasil e na França. Esses países assimilaram e modificaram tendências de proteção, cada um à sua maneira. A França é um país populoso que teve sua gestão ambiental testada por séculos; o Brasil é um país onde várias fronteiras foram cartografadas pelo poder central antes que existissem de fato (DROULERS, 2001). Muitos parques nacionais brasileiros ainda não se consolidaram, devido a problemas de orçamento e gestão.

No Capítulo 3 discute-se o primeiro estudo de caso: o Parque Nacional do Cabo Orange, tratando do turismo, das suas particularidades e dos determinantes históricos e geográficos da região onde ele se insere. O PNCO é um parque nacional brasileiro de fronteira, com ecossistemas marinhos e terrestres. Criada em 1980, essa AP passa por um processo de regularização fundiária, com a sobreposição territorial do Quilombo de Cunani, e insere-se em uma tendência brasileira de proteção em grandes fronteiras pioneiras. O PNCO apresenta um quadro de difícil gestão devido aos seus escassos recursos humanos e baixa sustentabilidade financeira e econômica.

No Capítulo 4 discute-se o segundo estudo de caso: o Parque Nacional da Vanoise, tratando do turismo, das suas particularidades e dos determinantes históricos e geográficos da região onde ele se insere. O PNV foi o primeiro parque nacional criado na França, em 1963, e é um símbolo do modelo francês de conservação *in situ* aliado a um projeto socioambiental comunitário. O parque passa, desde o ano de 2006, por uma reformulação jurídica e administrativa que garantirá mais legitimidade junto ao seu entorno, ainda que isso signifique uma diminuição de seu território. O PNV tem, ainda, uma posição de concertação

alpina e europeia, além de refletir a tendência integrada (*intégrée*) de conservação da biodiversidade (AUBERTIN e RODARY, 2008).

O Capítulo 5 trata da sustentabilidade financeira em UCs no Brasil. Em analogia com a capitalização dos serviços ambientais do PNV e da França, de uma forma geral, a proposição dos pagamentos por serviços ambientais no PNCO é analisada como uma possível estratégia de valorização da conservação, observando-se a sua prática no Brasil, a sua relação com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e as suas perspectivas.

No Capítulo 6, trata-se das perspectivas da conservação na França observando-se a semelhança de um parque marinho com o PNV. É o caso do Parque Natural Marinho da Iroise. Ele foi criado em um momento de renovação jurídica das áreas protegidas francesas e tem um sistema de gestão que é considerado um exemplo para os parques nacionais. A análise do PNMI permite observar as semelhanças, dentro da França, entre um parque nacional e um parque natural marinho, ambos regulamentados pela Lei 436, de 14 de abril de 2006. Em relação ao Brasil, as semelhanças residem no fato de que o PNCO tem uma faixa costeira de 200 km de extensão e protege, assim como PNMI, recursos e ecossistemas marinhos.

No Capítulo 7, faz-se a comparação entre a gestão do Parque Nacional da Vanoise e a do Parque Nacional do Cabo Orange. Nestes dois espaços, se as exigências de proteção natural são semelhantes, diferem os contextos geopolíticos. De um lado está situada a velha Europa, densamente ocupada por milênios e, de outro, estão os espaços abertos do novo mundo, menos povoado e mais isolado. Por um lado as soluções estão sob constante atenção, no caso o lado francês; por outro, há poucos atores e também há falta de meios materiais, como é o caso do Brasil. A análise dos contextos de cada parque permite identificar os termos desta comparação: a gestão, o orçamento, o turismo, os determinantes socioambientais e, sobretudo, as suas éticas fundadoras, ora ligadas ao tema biodiversidade, ora ao tema cultura.

A presente tese se situa, de forma interdisciplinar, entre a geografia e o desenvolvimento sustentável. De um ponto de vista geográfico, é analisada a gestão de dois territórios, em comparação: o PNV, situado na fronteira entre a França e um parque italiano, *Parco Nazionale Gran Paradiso*, e o PNCO, que também se situa em região de fronteira internacional com a Guiana Francesa.

A relevância para o desenvolvimento sustentável se evidencia porque os dois parques nacionais em questão abrigam ecossistemas raros e notáveis. São ecossistemas

notáveis, por deterem biodiversidade única em suas regiões - neotropical para Amazônia e paleártica para a Europa. São raros se observada a representatividade de cada subdivisão ecológica de seus ambientes e o seu grau de proteção: a vegetação alpina é protegida em pequenas extensões territoriais (TURNER, 2003). A Amazônia tem grandes espaços territoriais protegidos, mas não é um bioma homogêneo. Ou seja, além dos contextos geográficos do PNV e do PNCO, existe neles um capital ecológico de importância global.

Existem diversos estudos que comparam a gestão de áreas protegidas entre países; (DELELIS *et al*, 2010; AUBERTIN e RODARY, 2009; DEPRAZ, 2008) e estudos que comparam especificamente a gestão de parques nacionais entre países (GUANAES, 2006, BLANC, 2010; HÉRITIER e LASLAZ, 2008; ZIMMERMAN, 2006). Assim, o PNCO e o PNV foram selecionados por serem parques nacionais de países diferentes; por serem da categoria II da UICN; e por se situarem em continentes distintos, o que implica em contextos sociológicos complementares ou antagônicos – ideais para análise científica.

Algumas comparações e cooperações entre áreas protegidas francesas e brasileiras foram feitas no âmbito da ação política. Entre 2005 e 2011, essa cooperação se estruturou em torno do Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na Área do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, assinado em Caiena, em 16 de outubro de 2004, entre o Ministério do Meio Ambiente e o *Ministère de l'Ecologie, de l'Energie et du Développement Durable*. No caso do Parque Nacional do Cabo Orange, existe o Programa de Monitoramento integrado da Área Estuarino-Marinha da Fronteira Brasil - Guiana Francesa, feito com a Agência de Assuntos Marítimos da França - *Affaires Maritimes* (PNCO, 2011). O objetivo desse programa é monitorar a área estuarino-marinha da fronteira Guiana em cooperação com a Agência de Assuntos Marítimos da França, a Marinha Nacional Francesa, a Polícia Marítima Francesa, o Escritório Regional do IBAMA em Oiapoque, a Polícia Federal e o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Amapá. Foram realizadas três operações conjuntas desde maio de 2008 (PNCO, 2011).

De acordo com informações contidas no plano de manejo do PNCO, a França e o Brasil estão analisando a possibilidade de adotar um instrumento legal de cooperação entre as partes para estabelecer um canal permanente de troca de informações, sobretudo sobre os barcos pesqueiros, o tráfico realizado por barcos brasileiros na Guiana e a evolução das leis restritivas de pesca em ambos os países (PNCO, 2011).

Delelis (2012) mostra que a cooperação em áreas protegidas Brasil - França se focalizou na descentralização, ou seja, passou a ser negociada diretamente entre regiões e áreas protegidas. Isso vem ocorrendo também desde 2008, mas não somente no Oiapoque: existem intercâmbios técnicos de cooperação nos mosaicos de áreas protegidas, nos

parques nacionais e em outras UCs brasileiras. Como exemplos podemos citar o *Parc National de Port-Cros* cooperando com o Parque Estadual de Ilha Bela, em São Paulo, e na zona de fronteira amazônica, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e o *Parc Amazonien de Guyane*. Esses dois últimos, juntos, contêm mais de 70.000 km² de floresta amazônica contínua, com grau de proteção diferenciada na parte francesa (DELELIS, 2012, comunicação pessoal da autora)⁶.

Na Europa, somente na região de sete países⁷ que compreende a Convenção Alpina de Áreas Protegidas - CIPRA, existem cerca de 900 parques naturais regionais, reservas da biosfera, sítios do patrimônio mundial e reservas geológicas, como as *Réserves Naturelles Géologiques du Luberon*, de la Sainte- Victoire et de Haute-Provence (CIPRA, 2008). Desde 2007, a Convenção Alpina vem trabalhando na instituição de uma rede ecológica nos Alpes combinando as áreas protegidas e os elementos de ligação entre essas áreas.

⁶ Caroline Delelis foi a responsável, na Embaixada da França, pela cooperação França - Brasil em áreas protegidas de 2008 a 2011.

⁷ os países são: Áustria, França, Alemanha, Itália, Liechtenstein, Suíça e Eslovênia mais a União Européia.

METODOLOGIA

Um aspecto pouco analisado na literatura concernente a parques nacionais é a formulação diferenciada que cada país dá a essa categoria de área protegida (HÉRITIER e LASLAZ, 2008). A presente tese aborda essa questão com base em uma análise qualitativa e comparativa. Ou seja, para comparar os parques entre si, foram utilizados a literatura acadêmica de ambos os países considerados e os resultados do trabalho de campo, no Brasil e na França. Como a série de exemplos analisados na presente pesquisa é pequena (dois estudos de caso), não faria sentido uma análise quantitativa que procurasse por padrões aptos a serem transpostos a outras realidades que não às do PNV e PNCO. Optou-se, portanto, pela comparação caso a caso, destacando as particularidades regionais dos parques.

A revisão bibliográfica em meio físico foi realizada em bibliotecas na França e no Brasil; já a revisão bibliográfica digital foi feita no Portal de Periódicos da CAPES e nas bibliotecas digitais francesas: Virtuouse +, HLAS, HAPI, Factiva, Europresse, Francis, IPSA, Cairn, Persée, Muse e Revues.org⁸. Os termos procurados foram: “parques nacionais”; “Parque Nacional da Vanoise”; “Parque Nacional do Cabo Orange”; “Parque Natural Marinho da Iroise” e “Pagamento por Serviços Ambientais”, nos idiomas português, francês e inglês.

Foi analisada também a documentação primária de sites e jornais especializados em questões ambientais e documentos de arquivos governamentais (do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente e PNCO; *Agence Marine des Aires Protégées, Ministère de l'Ecologie, de l'Energie, du Développement Durable, des Transports et du Logement* e PNV). Na pesquisa de campo, foram realizados registros fotográficos e em filme e feitas anotações em diário de campo.

Para o trabalho de campo da presente pesquisa foram realizadas duas viagens para cada uma das áreas protegidas, na França e no Brasil, totalizando nove semanas em campo. Como metodologia de campo foi realizada a observação participante, que é um método de pesquisa antropológica. De acordo com Bernard (2002), a observação participante pode ser estratégica em uma análise porque permite que o pesquisador se situe exatamente onde ocorre determinada ação e colete dados, que podem ser os mais variados possíveis: histórias de vida, anedotas, o folclore do objeto de pesquisa, fotografias, entrevistas. Até a participação em rituais (como reuniões) pode ocorrer. A observação

⁸ Existe uma discrepância entre o número de bases de dados analisadas na França e no Brasil porque já existe, no Portal de Periódicos da Capes, uma meta-busca unificada em todas as bases.

participante exige, porém, que o pesquisador conheça o idioma e as regras sociais do local que pretende analisar e que saiba analisar com rigor intelectual os fatos que presencia.

Para a análise desenvolvida na presente tese, foram obtidos documentos, entrevistas e relatos dos gestores das áreas protegidas, de residentes e de especialistas. A pesquisa incluiu a participação em reuniões de gestores dos parques e institutos, reuniões de lideranças comunitárias e seminários e em uma experimentação de rota turística no PNCO, chamado *Projeto Tartaruga Imbricata – T.I.*

A seguir, no primeiro capítulo, serão analisadas as diferentes éticas que embasam a proteção da natureza na França e no Brasil e as principais conferências mundiais sobre a proteção da biodiversidade. As resoluções dessas conferências e a instalação de uma rede epistêmica, que compartilha conceitos e idéias acerca da conservação da natureza, forneceram as condições para o surgimento da UICN e da categorização da proteção da biodiversidade, como uma colaboração internacional entre instituições.

1 – PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

1.1 – AS ÉTICAS DE PROTEÇÃO DA NATUREZA

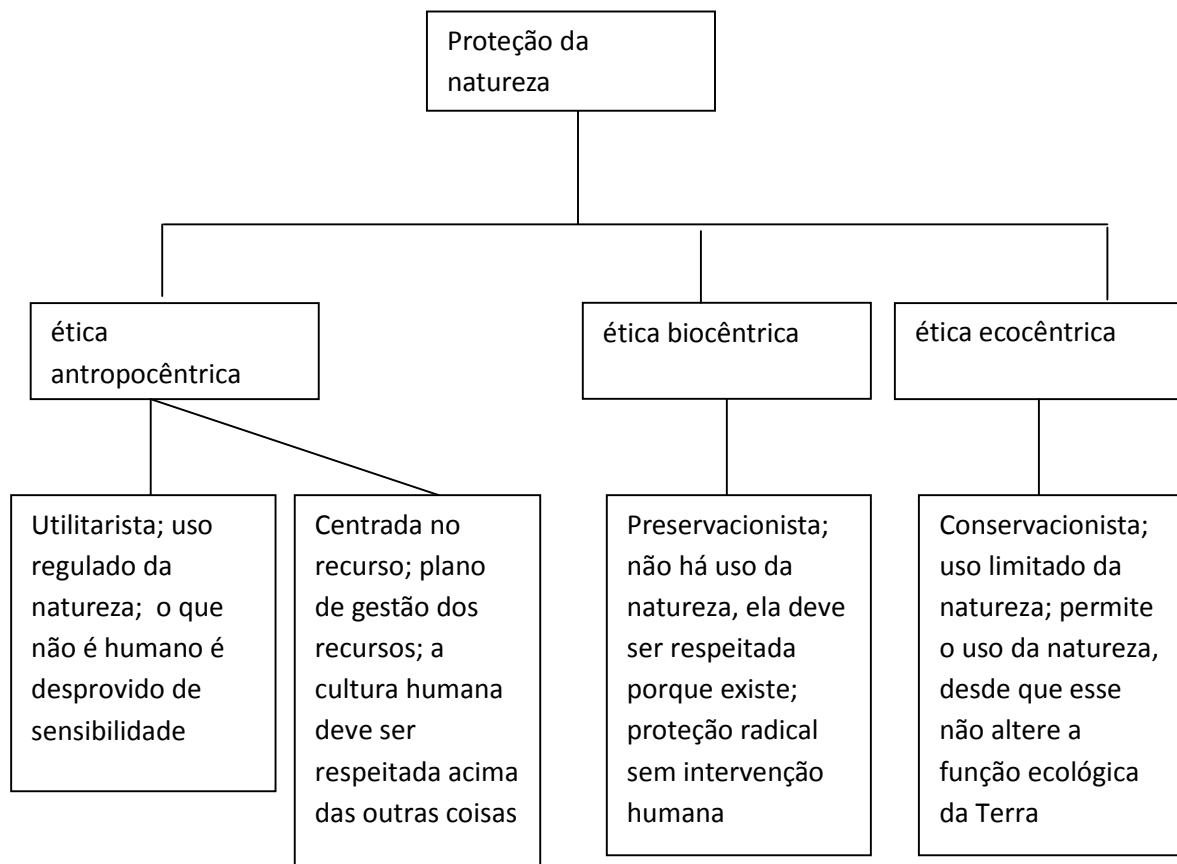
Toda ação política tem como pressuposto um tipo de ética que a legitima (DEPRAZ, 2008). A ação política da proteção da natureza tem conseqüências que impactam sobre a sobrevivência de seres vivos e muitas vezes a definição do que é justo não é clara. Assim, anteriormente à análise da proteção da biodiversidade, analisaremos as éticas que inspiram essa proteção.

Depraz (2008) classifica três tipos principais de éticas subjacentes às políticas ambientais no mundo: antropocêntricas, biocêntricas e ecocêntricas.

As éticas antropocêntricas informam as políticas centradas somente no bem estar humano. Para o autor, as suas raízes estão nas filosofias cartesiana e kantiana, já que o termo “natureza” é compreendido pelas sociedades ocidentais como antagônico à cultura. Essa, por sua vez, é definida por Kant como tudo o que foi inventado pelo ser humano. Antes de Kant, Descartes definia tudo o que não era humano como desprovido de sensibilidade. A ética antropocêntrica fundamenta uma visão de gestão de recursos.

Depraz (2008) define como biocêntricas as éticas que fazem apelo à transcendência da natureza, às questões sobre a origem do mundo e ao valor intrínseco de cada ser, ou seja, ao respeito universal pela vida. O autor vê que o problema dessa ética é que, desde a alimentação até o consumo de bens descartáveis, cada investida na natureza pode ser considerada condenável. Isso causaria, para o autor, um grande sofrimento para os seres humanos, já que a vida cotidiana humana depende de investidas na natureza. É importante observar, porém, que esta ética é a única que proporciona às espécies não-humanas o direito intrínseco de gozar de sua própria existência, independente da sensação causada na espécie *Homo sapiens*.

A ética ecocêntrica estaria entre a antropocêntrica e a biocêntrica. Depraz (2008) defende que o valor da natureza é, para nós seres humanos, somente aquilo que projetamos e portanto não é racional, como quer o biocentrismo, e sim sentimental–moral. Assim, o ecocentrismo emergiria como a ética que permite a existência do homem na natureza, admitindo as suas necessidades vitais e até sua ação predadora, desde que a função ecológica geral da Terra permaneça intacta, ou seja, desde que se tenha uma “ética ambiental”. A Organograma 1, a seguir, procura resumir a tipologia das éticas antropocêntrica, biocêntrica e ecocêntrica:



Organograma 1 – As diferentes declinações da idéia de proteção da natureza em função das éticas ambientais às quais elas dizem respeito.

Fonte: tradução livre da autora do organograma de Depraz (2008).

O Organograma 1, acima, é meramente um esquema limitado de interpretação da realidade. Os problemas do meio ambiente refletem, ao mesmo tempo, preocupações científicas e hierarquias de valores. Assim, para a presente tese, a definição dos problemas ambientais e as soluções escolhidas sempre implicam na distribuição de custos e de benefícios para determinados grupos, e não para outros. Quando se analisa se o PNCO e o PNV determinam, dentre os seus objetivos, a preservação da biodiversidade, a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência das populações do entorno ou, ainda, a valorização econômica da diversidade biológica, não se busca indicar uma “melhor” alternativa, mas observar qual direção ética foi escolhida pelo parque nacional.

No caso do PNCO, para a presente tese, o seu modelo de gestão é inspirado em uma ética preservacionista, portanto biocêntrica. Isso fica claro quando observamos que a presença humana, em caráter permanente, não é permitida em parques nacionais brasileiros. Já a ética que embasa o paradigma francês de proteção da natureza, chamado

“paradigma integrado”, é a ética ecocêntrica. Isso porque a Lei 436, de 14 de abril de 2006, fundou, dentro da legislação francesa, a legitimação do paradigma integrado. Aubertin e Rodary (2009) mostram que esse paradigma pretende “preservar o potencial evolutivo dos processos ecológicos, mantendo algumas práticas humanas, e permitindo que as pessoas obtenham benefícios dos seus esforços na conservação” (2009:22, tradução da autora).

O paradigma integrado de proteção tem, no Brasil, um paradigma conexo, que é o socioambientalismo. Esse movimento nasceu nos anos 1980, no momento em que o país passava por uma redemocratização após a ditadura militar (1964 a 1984). O socioambientalismo tem como eixo principal a articulação com a sociedade civil. Na Amazônia, a articulação entre povos indígenas e populações tradicionais propiciou o surgimento da “Aliança dos Povos da Floresta”, que é considerado um dos marcos do socioambientalismo. Autores como Cunha (2001), Santilli (2011) e Almeida (2001), por exemplo, pesquisam os ônus gerados pelas áreas protegidas para as populações tradicionais residentes dentro ou próximo a essas áreas.

Cunha e Almeida (2001) mostram que, até os anos 1980, existia uma tendência mundial que associava destruição da natureza à pobreza, onde uma aumentava a outra em um círculo vicioso malthusiano. Assim, se os países eram considerados “pobres”, genericamente, as políticas de conservação deveriam ser feitas de forma centralizada, sem a participação das comunidades residentes, que deveriam estar fora de qualquer estratégia de conservação. Hoje, especialmente depois a Rio-92, esse discurso mudou, e as populações indígenas e tradicionais são consultadas sobre os rumos da proteção da biodiversidade. Esse processo ainda precisa ser melhorado, especialmente em relação à repartição dos benefícios oriundos dos recursos genéticos da biodiversidade.

Apesar dos parques nacionais não incluírem a presença de populações humanas, se observamos o SNUC de uma forma geral, com todas as suas categorias, o paradigma brasileiro também pode ser considerado ecocêntrico, assim como o francês. As áreas protegidas brasileiras diferem essencialmente umas das outras, considerando-se as categorias de UC que não admitem a presença de populações tradicionais residentes (Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Refúgios de Vida Silvestre, Monumentos Naturais e Parques Nacionais) e as que a admitem (Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Estaduais, Áreas de Proteção Ambiental, e Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável). Observando-se esse conjunto, encontra-se um todo coordenado de paisagens humanas e não-humanas, o que pode ser associado tanto ao paradigma integrado como ao socioambiental.

Esses dois paradigmas fazem parte de uma associação entre cultura e biodiversidade, considerando-se que o planeta é um todo integrado onde elementos humanos e não humanos co-existem. Autores como Descola (2008) utilizam o conceito de “relativismo antropológico” para defender que populações aborígenes, indígenas ou tradicionais têm formas próprias de proteção da natureza.

Autores como Mendes (2009) mostram que não é raro que populações tradicionais se organizem para proteger o meio ambiente em torno de si. Elas nem sempre o fazem por convicções ecológicas: seus meios de vida, muitas vezes, dependem diretamente do funcionamento normal do ecossistema. Por isso, para a presente tese, quando existe um conflito entre o direito fundamental ao meio-ambiente equilibrado, e os direitos fundamentais culturais, como os de reprodução das práticas culturais de um grupo tradicional, esses últimos devem prevalecer, desde que o ecossistema seja capaz de suportar as atividades da população residente (LEUZINGER, 2009).

Mendes (2009) faz, porém, uma discussão sobre o “primitivismo forçado” (BARRETO FILHO, 2006:13). Em seu estudo sobre os direitos das populações tradicionais, a autora mostra que, ao aceitar os compromissos da conservação da biodiversidade, as populações tradicionais podem ser coagidas dentro daquele que seria seu espaço de vida, pois a conservação impõe limites claros sobre o uso dos recursos. Por outro lado, Mendes (2009) mostra que grupos minoritários e etno-culturais devem ter direitos que assegurem seu estilo de vida diferenciado dentro de um Estado nacional⁹.

1.2 – A AGENDA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

No início do século XX já era possível detectar a preocupação em discutir questões ambientais. Eram iniciativas isoladas, de cunho basicamente conservacionista. Podem ser citadas: o Congresso Internacional para a Proteção da Natureza, em Paris, 1909; o Congresso Internacional para a Proteção da Flora, Fauna, Áreas e Monumentos Naturais em Paris, 1923; o Congresso Internacional para o Estudo e Proteção de Pássaros, em Genebra, 1927 e o II Congresso Internacional para a Proteção da Natureza, em Paris, 1931 (DEPRAZ, 2008).

⁹ Para mais informações sobre a discussão da tentativa de conciliação entre o meio – ambiente ecologicamente equilibrado (corrente preservacionista de proteção da natureza) e os direitos culturais das populações tradicionais, que são uma preocupação da corrente socioambientalista ou integrada, ver Mendes (2009) e Leuzinger (2009).

Terminada a Segunda Guerra Mundial, em 1945, o mundo iniciou o seu processo de reconstrução. A Organização das Nações Unidas – ONU foi instituída. A reconstrução impulsionou a economia e, conseqüentemente, o uso dos recursos naturais. Em outubro de 1948 foi criada a UICN, em Fontainebleau, França, a principal organização ambientalista mundial. Em 1949, aconteceu em Nova Iorque a Conferência das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos e, em 1968, a Conferência da Biosfera em Paris. Esses congressos contribuíram para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972 (MAHRANE *et al*, 2011)

Através da Conferência de Estocolmo, foi formalizada a preocupação internacional com a conservação de espécies, a proteção de recursos vivos e o controle da poluição. O sistema internacional trazia para Estocolmo duas posições contraditórias: as demandas do Norte por proteção ambiental e as do Sul por desenvolvimento econômico e eliminação da pobreza.

Assim, enquanto algumas sociedades afluentes (EUA e Europa Ocidental, principalmente os países escandinavos) já se preocupavam em limpar e proteger seu ambiente natural, outras se empenhavam em propagandear sua disponibilidade para receber indústrias poluentes, pois, diziam, o custo ambiental era menor que o benefício sócio-econômico (ALENCAR, 1995:35).

Os Estados do Sul se opunham às condicionantes ambientais, por razões de direitos soberanos, inclusive o de poder poluir. A posição contrária era do Norte, a dos chamados “doomsayers” (SACHS, 2002), que insistiam na limitação urgente do crescimento demográfico e econômico:

Ao final do século, a humanidade poderia encarar a triste alternativa de ter que escolher entre o desaparecimento em conseqüência da exaustão dos recursos ou pelos efeitos caóticos da poluição (SACHS, 2002:51).

Como já havia acontecido no encontro de Founex (Suíça, junho de 1971), na Conferência de Estocolmo as posições extremadas foram descartadas, surgindo a idéia de um “caminho do meio”, que procurou conciliar o crescimento econômico à proteção do meio ambiente:

De um modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento (SACHS, 2002:53).

Um outro resultado importante da conferência de Estocolmo foi o estabelecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, em dezembro de 1972, que tinha como objetivo facilitar a cooperação internacional para fins da proteção do meio ambiente. O PNUMA, juntamente com outros organismos internacionais como a UICN, UNESCO e FAO realizou, pelo menos parcialmente, o seu objetivo, servindo como um fórum de convergência e coordenação sobre questões ambientais globais (MAHRANE *et al*, 2011).

Alguns autores consideram a Conferência de Estocolmo como um divisor de águas na história da proteção da natureza. Mahrane *et al* (2011) defendem que, até Estocolmo, países como a França viam o movimento preservacionista como um empreendimento a ser realizado apenas nas colônias. Ao PNV, como é um parque metropolitano (isto é, localizado na França metropolitana, não em domínio ultramarino), se permitia um enfoque antropocêntrico. A Conferência de Estocolmo, porém, trouxe a consciência da crise ambiental global e dos limites para o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que acontecia um movimento global anticolonial. Nesse sentido, a França passou ter um mesmo modelo de gestão tanto para as ex-colônias (domínio ultramarino) como para a área metropolitana.

Mahrane *et al* (2011) mostram como a descolonização e a Conferência de Estocolmo possibilitaram que o preservacionismo francês fosse substituído pelo paradigma integrado: tanto as colônias teriam o direito ao desenvolvimento, compatibilizando a conservação da natureza com o respeito às comunidades que viviam nas APs, quanto este conceito seria transportado para a metrópole francesa, criando uma “paridade”. Os autores sustentam que a afirmação dos países emergentes na arena internacional, com a criação do Grupo dos 77 (grupo internacional formado por 77 países em desenvolvimento¹⁰), também pressionou a França a assumir uma tendência anti-colonial.

Outro ponto relevante da Conferência de Estocolmo foi a divulgação do Programa o Homem e a Biosfera - MAB. Esse programa buscava a conciliação entre presença humana e natureza preservada. Isso desagradou os setores preservacionistas, que defendiam a idéia de que a preservação do ambiente natural é viável somente quando excluída a presença humana. O MAB significou para o Brasil o escopo técnico para a criação das Reservas da Biosfera – que procuram, através do planejamento multisetorial, equilibrar as

¹⁰ De acordo com o Grupo dos 77, ele foi fundado em 5 de junho de 1964, na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), com a intenção de aumentar a força de negociação no âmbito da ONU. Disponível em <http://www.g77.org>, acesso em 20 de junho de 2012.

interações entre os humanos e o seu meio e combater a degradação ambiental (MAB, 2012).

O ano de 1980 marcou o lançamento da Estratégia Mundial da Conservação – EMC, uma ação conjunta do Fundo Mundial para a Natureza – WWF, da UICN e do PNUMA. A EMC (UICN, 1980) faz uma conexão entre o uso dos recursos no planeta Terra, a quantidade de seres humanos que utiliza esses recursos e a degradação causada por essa utilização. Ela esclarece que a capacidade de suporte da Terra está sendo irreversivelmente reduzida em países desenvolvidos e em desenvolvimento e recomenda a adoção de ações e legislações internacionais de conservação dos recursos vivos. De acordo com Bursztyn e Persegona:

este é um dos documentos marcantes que serviram para redefinir o ambientalismo pós-Estocolmo. A Estratégia reconheceu que a resolução de problemas ambientais requer esforços de longo prazo e a integração de objetivos ambientais e de desenvolvimento, apresentando pela primeira vez a noção de desenvolvimento sustentável. A WCS visualizou governos em diferentes partes do mundo empreendendo estratégias próprias de conservação, cumprindo um dos objetivos de Estocolmo, de incorporar o meio ambiente no planejamento do desenvolvimento (BURSZTYN E PERSEGONA, 2008:184).

Autores como Nelissen *et al* (1997) observam que a própria noção de desenvolvimento sustentável, propagada pelo Relatório Brundtland (1987), já havia sido utilizada pela EMC. Os autores defendem que, provavelmente, isso ocorreu porque o principal autor da EMC foi a UICN, enquanto o Relatório Brundtland foi escrito sob os auspícios da ONU, o que lhe conferia maior credibilidade. Uma outra possibilidade pode ser explicada pelo espírito do tempo: talvez a sociedade só estivesse pronta para discutir o desenvolvimento sustentável na segunda metade dos anos 1980.

Em 1982, foi aprovada, na ONU, a Carta Mundial para a Natureza. Ela homenageava o décimo aniversário da Declaração de Estocolmo, ao mesmo tempo em que reafirmava os compromissos de promover a conservação da natureza em uma escala global. A partir dessa data, começa a ser considerada a proteção dos mares e da atmosfera. A proteção dos oceanos é colocada na pauta por causa da ocorrência sistemática de incidentes envolvendo derramamento de óleo e de outras substâncias tóxicas. A proteção da atmosfera passa a ser considerada, sobretudo, pela diminuição da camada de ozônio e da existência das mudanças climáticas (ONU, 2012).

Em 1993, entrou em vigor a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB, 2003). De acordo com Inoue (2007) foi a CDB que consolidou conceitos e idéias que já eram

compartilhados em redes conservacionistas de todo o mundo e estratégias utilizadas por ONGs e agências multilaterais para a conservação da biodiversidade. Para Alencar (1995)

a CDB é uma Convenção – Quadro em dois sentidos: (a) porque estabelece princípios, metas e compromissos globais criando a moldura para as políticas de proteção da biodiversidade global, e, portanto, não apresenta listas de espécies ameaçadas ou anexos de áreas protegidas, ficando a decisão, na maior parte dos casos, para ser tomada no interior dos Estados - nacionais e mesmo no nível administrativo local; e (b) porque, dentro do modelo de procedimento desdobrado (*double track*), tem a função de iniciar o processo de estabelecimento de novos atos internacionais que tratarão de temas menos amplos com protocolos com regras detalhadas e específicas, ficando esta tarefa sob a responsabilidade da Conferência das partes (1995:134).

De acordo com Drummond (2012), o Brasil seguiu diretrizes internacionais e de expertise interna, e conta, hoje em dia, com uma das maiores e mais representativas redes de UCs do mundo. Tem também, provavelmente, a mais rica biodiversidade sob a tutela de um país, o que é um feito notável. Aubertin e Rodary (2008), porém, mostram que conceitos e idéias sobre áreas protegidas, mesmo quando compartilhados em redes conservacionistas de todo o mundo, continuam em debate. Larrère (2010) defende que a vocação das APs é a de ser uma ferramenta de inclusão social e desenvolvimento sustentável. O autor considera que a França teria escolhido o modelo da gestão participativa e da gestão comunitária das APs, e que UCs como o PNCO estariam em uma categoria mais centralizadora.

De forma geral, as recomendações advindas das conferências mundiais sobre conservação da biodiversidade foram compostas por decisões das organizações internacionais, dando origem a decisões do nível de *soft law*, ou seja, do direito não vinculante, com menor poder normativo. O Acordo de Durban, na África do Sul, em 2003, exemplifica este tipo de política. O Acordo tratou de todas as modalidades incluídas na UICN, e previu nove linhas de ação:

1 – apoio significativo ao desenvolvimento sustentável; 2 – apoio significativo à conservação da biodiversidade; 3 – estabelecimento de um sistema global de áreas protegidas conectado às paisagens circundantes; 4 – aumento da efetividade do manejo das APs; 5 – fortalecimento dos povos indígenas e comunidades locais; 6- aumento significativo do apoio de outras parcelas da sociedade às áreas protegidas; 7 – aperfeiçoamento da gestão, reconhecendo enfoques tradicionais e inovativos de grande valor para a conservação; 8 – aumento significativo dos recursos destinados às áreas protegidas, atendendo ao seu valor e às suas necessidades; 9 – melhoria da comunicação sobre o papel e os benefícios das áreas protegidas (Acordo de Durban, 2003).

Durante as últimas duas décadas, o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se uma orientação estratégica transversal para a política, em diferentes escalas. Na escala

global, as conferências feitas durante a década de 1990 estabeleceram metas que já previam a política internacional orientada para a sustentabilidade (AYRE e CALLWAY, 2005). A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 - a chamada "Eco-92"- foi a conferência mais importante para a implementação do discurso da sustentabilidade. A partir dela, o conceito de desenvolvimento sustentável penetrou quase todos os campos da política internacional, da cooperação para o desenvolvimento multi e bi-lateral e serviu como orientação para as estratégias de desenvolvimento regional e local (CARLEY e CHRISTIE, 2000).

No âmbito deste cenário internacional, a *World Conservation Union* (WCU) sublinhou o problema de haver grandes lacunas no conhecimento sobre a distribuição da biodiversidade, o estado da sua conservação e sobre o que seria preciso para apoiar a consolidação de áreas protegidas em todo o mundo (LANGHAMMER ET AL, 2007). Atualmente, cerca de 12 por cento da superfície da Terra, ou mais de 20 milhões de km² formam áreas protegidas terrestres, em mais de 108.000 sítios.

De acordo com Bensusan (2006), a idéia da criação desses espaços deu origem às áreas de proteção da natureza que seriam, fundamentalmente, áreas "não tocadas" pelos seres humanos e justamente as porções mais dignas de serem conservadas:

A necessidade de se proteger determinados espaços da sanha destruidora da nossa espécie já mostra, por si só, o tamanho desse desafio. Em uma sociedade mais saudável, talvez fosse possível disciplinar e gerir o uso dos recursos naturais de forma mais ampla e, quiçá, mais democrática, sem que houvesse necessidade de reservar espaços especialmente para proteger a natureza (BENSUSAN, 2006:12).

Autores como Terborgh e Van Schaik (2002) discutem o futuro da biota terrestre e afirmam que a conservação da biodiversidade depende da criação de mais parques e do bom funcionamento dos existentes. Segundo os autores, apesar de 80% dos governos admitirem uma obrigação moral de dividir o planeta com outras espécies, além dos humanos, a proteção real cobre apenas 5% da Terra, o que é insuficiente, segundo eles. Essas áreas de conservação tendem a se concentrar em regiões de monumentos naturais excepcionais e não nos habitats específicos. Os autores criticam também a existência de parques que não foram realmente implantados e têm uma existência apenas virtual.

Independentemente do julgamento da ética que move a criação das UCs, elas têm se revelado como uma estratégia eficaz e necessária para a manutenção da vida na Terra, embora não se tenha, ainda, o real conhecimento sobre o valor dos serviços prestados por esses territórios. Medeiros *et al* (2011) avaliam que o conhecimento da dinâmica dos

ecossistemas protegidos pelas UCs, em termos físicos e naturais, é apenas intuído. Quando esse conhecimento existir, de fato, será possível creditar o real valor aos serviços ambientais. Ainda assim, a estratégia de criação de APs como ferramenta para a manutenção da biodiversidade é internacionalmente utilizada.

1.3 - A UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS - UICN

No século XIX, surgiram organizações dedicadas à proteção do meio ambiente, tais como *Sierra Clube* (1892), a *Sociedade Britânica para a Promoção das Reservas Naturais* (1912) e a *Liga Suíça para a Proteção da Natureza* (1914). Elas foram criadas nacionalmente, num movimento que terminou por assumir uma dimensão internacional com o lançamento da *União Internacional para a Preservação da Natureza - IUPN* (1948) sob os auspícios da UNESCO, tornando-se, finalmente, a UICN, em 1956 (ADAMS, 1997).

A UICN é uma organização ambiental cuja governança é internacionalizada: na época de sua criação combinava organizações e governos de 81 estados. Hoje são 200. Mais de 800 ONGs também participam de suas assembleias gerais, com igual direito de voto. A sua estrutura permitiu que a UICN ganhasse prestígio e legitimidade reconhecida tanto pelos Estados como pelas organizações internacionais (OLIVIER, 2005). De acordo com Franco (2000), a UICN veio a se tornar a maior e mais antiga rede global de proteção à natureza, participando do desenvolvimento da maioria dos tratados sobre a conservação da natureza e monitorando a sua implementação.

Olivier (2005) mostra que o contexto do pós-guerra levou a UICN à concertação entre dezenas de países e associações conservacionistas. A autora faz uma análise da fundação da UICN com o intuito de mostrar o equilíbrio de forças que resultaram na sua criação, sob os auspícios da França, e posterior passagem à liderança norte-americana. Na reconstrução europeia do pós - II Guerra, os EUA assumiram a liderança do movimento de conservação da natureza frente à comunidade internacional, apoiados por organizações como o *American Museum of Natural History*, *The Conservation Foundation*, *National Audubon Society*, *National Wildlife Federation*, *Sierra Club*, *The Smithsonian Institution* e a *Wilderness Society*.

A UICN reúne os conhecimentos que a UNESCO utiliza para monitorar o patrimônio natural mundial. Ela adotou em 1994 um sistema de categorias de gestão de áreas protegidas para definir, classificar e registrar a grande variedade de tipos e objetivos de áreas protegidas. Este método de categorização é reconhecido em escala global por

governos nacionais e instituições internacionais, como as Nações Unidas e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (UICN, 2011).

A definição da UICN para AP é a seguinte

uma área terrestre ou marinha especialmente dedicada à proteção e à manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, e administrada seja por meios legais ou por outros meios eficazes (UICN, 2011:5).

As APs são organizadas, pela UICN, em seis categorias. As reservas naturais estritas (categoria I-a), por exemplo, são áreas protegidas contra todos os usos humanos, a fim de preservar as características geológicas e geomorfológicas e um ecossistema excepcional. As áreas de vida selvagem (I-b) são protegidas de forma um pouco menos rigorosa do que as reservas naturais. São áreas que sofreram alguns processos de perturbação pela atividade humana, protegidas e manejadas para preservar sua condição natural (UICN, 2011).

Os parques nacionais pertencem à categoria II da UICN. São áreas designadas para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas, mas tendem a ser mais tolerantes com a visitação humana, desde que ela seja compatível com os objetivos dos parques. O entorno do parque nacional deve ser gerido com o objetivo de ser uma barreira para a defesa de espécies nativas da área protegida (UICN, 2011).

A categoria III é a de monumento natural. É utilizada para áreas naturais associadas a um valor cultural excepcional. A categoria IV é utilizada para áreas de manejo de habitats e espécies, que devem ser vistas como áreas para a proteção ou a recuperação de espécies. Eles devem garantir a manutenção, conservação e restauração dos habitats e espécies particulares (UICN, 2011).

A categoria V é a de paisagem protegida – é utilizada para áreas de interação entre pessoas e a natureza, onde há valores estéticos significativos e, em geral, alta diversidade biológica. A última, a categoria VI, é a área protegida para manejo de recursos naturais, que abrange sistemas não modificados para assegurar a proteção da biodiversidade e um fluxo sustentável de produtos naturais e serviços que atendam as necessidades das comunidades (UICN, 2011).

A legislação que emoldura cada AP é categorizada pela UICN de forma que, globalmente, se possa caracterizá-las, compará-las e procurar soluções conjuntas. A tabela 1 a seguir mostra o número e a superfície das APs em todo o mundo, segundo as categorias da UICN:

Tabela 1 – Áreas Protegidas em todo o mundo categorizadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – situação em 2002.

Categoria das APs	Número	Superfície - km²
Ia - Reservas naturais estritas	4.731	1,03M km ²
Ib - Área de vida selvagem	1.302	1,01 M km ²
II - Parques nacionais (proteção, turismo e educação ambiental)	3.881	4,41 M km ²
III - Monumentos naturais	19.833	0,27 M km ²
IV- Áreas de manejo de habitats e espécies	27.641	3,02 M km ²
V - Paisagem protegida	6.555	1,05 M km ²
VI – Área protegida para manejo dos recursos naturais	4.123	4,38 M km ²
Unidades de proteção da natureza não-categorizadas	34.036	3,57 M km ²

Fonte: Tradução livre da autora do quadro 7 de Depraz (2008:8).

A partir dos dados da tabela 1, percebe-se que a maioria das áreas protegidas no mundo (em superfície) faz parte da categoria II, seguida pela categoria VI e pelas unidades de proteção da natureza não-categorizadas. O gráfico 1, a seguir, mostrará a superfície das APs exclusivamente na França e no Brasil:

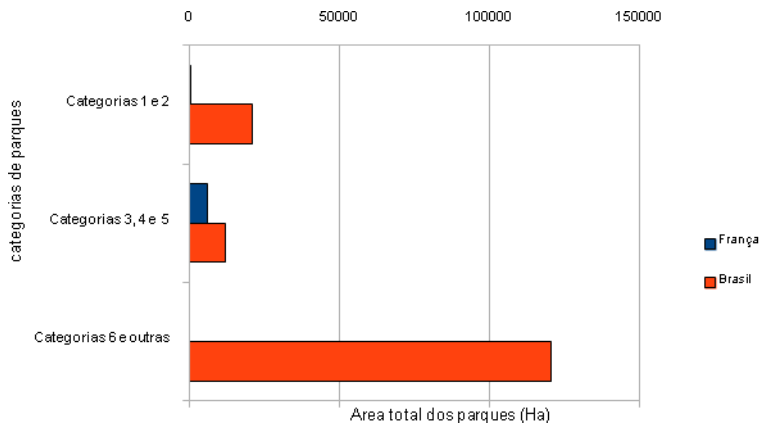


Gráfico 1 - Área total das Áreas Protegidas por categoria da UICN na França e no Brasil, 2002.

Fonte: Earthtrends, 2011, elaboração da autora.

Pelos dados do gráfico 1 percebe-se que a área das APs brasileiras é maior que a das APs francesas em todas as categorias, especialmente na categoria VI e outras.

Segundo Inoue,

deve-se destacar o papel da UICN na publicação da Estratégia Mundial de Conservação em 1980, na sua ação catalisadora em relação às áreas protegidas no mundo, e na sua atuação para colocar a questão da biodiversidade na agenda política internacional e para combinar a conservação e desenvolvimento sustentável, principalmente até o final dos anos 1980. Entretanto, nos anos 1990, e nos primeiros anos do século XXI, sua atuação tem perdido força (2007:115).

Governos nacionais, grandes ONGs, como a *The Nature Conservancy*, *Conservation International*, *World Conservation Union* e *World Wildlife Fund*, bem como instituições multilaterais e a ONU apoiam a Comissão de Áreas Protegidas (*World Commission for Protected Areas*) da UICN. É hoje amplamente aceito que a manutenção de áreas protegidas é uma das estratégias mais eficazes para assegurar a continuidade dos serviços ecossistêmicos (UICN, 2011).

Vimos que há várias éticas e formas de se proteger a natureza e que a UICN é uma instituição capacitada para monitorá-las. O capítulo 2, a seguir, fornecerá o histórico da criação dos parques nacionais, analisando a evolução do PNV e do PNCO de acordo com seus determinantes geográficos.

2 HISTÓRICO DOS PARQUES NACIONAIS

2.1 – O NASCIMENTO DOS PARQUES NACIONAIS

A mudança de percepção da natureza, de floresta selvagem que precisava ser domada a machado, ferro e fogo, até se chegar à concepção dos atuais parques nacionais que necessitam ser conservados e protegidos, um longo caminho foi percorrido. Em relação ao histórico da proteção dos recursos naturais, deve-se começar na história antiga, mas somente como um antecedente da proteção em parques nacionais. Há uma lei de proteção das florestas remanescentes em Ur, cidade mesopotâmica, datada de 2.700 a.C. Preocupações de Aristóteles com a erosão do solo foram registradas em 400 a.C (BURZSTYN e PERSEGONA, 2008). Leuzinger (2009), porém, pondera que os diversos pontos de vista sobre a proteção do meio ambiente, na Antiguidade, se limitavam à finitude dos recursos:

No início, a criação desses espaços estava, em geral, intimamente ligada a atividades religiosas ou à caça, não havendo preocupação com a proteção do meio ambiente de forma integral, mas apenas com determinados recursos naturais” (LEUZINGER, 2009:65).

Nash (1982) mostra que a institucionalização mundial da proteção da natureza em parques nacionais foi uma consequência de um movimento iniciado nos Estados Unidos por intelectuais como Henry David Thoreau, John Muir e Aldo Leopold, nos séculos XIX e XX. Em meio à intensa destruição dos recursos naturais, em primeiro de março de 1872 foi criado o primeiro parque nacional do mundo, chamado Yellowstone, que abrange áreas dos estados de Wyoming, Montana e Idaho:

O Parque Nacional de Yellowstone foi criado (...) pelo Congresso dos Estados Unidos, que determinou que, a partir daquela data, uma área de 800 mil hectares no Wyoming seria reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida (FRANCO, 2000:18).

Longe de ser uma unanimidade, a criação de Yellowstone não foi o resultado prático dos valores estéticos, culturais ou espirituais inspirados pela *wilderness*, algo como a “natureza selvagem”¹¹, ou “sertão” (Drummond e Franco, 2008):

Os que advogaram por Yellowstone, inicialmente, não estavam preocupados com a *wilderness*; eles atuaram para prevenir a aquisição e a exploração privada dos géisers, das águas termais, das cachoeiras e similares (...) Somente depois, poucas pessoas começaram a perceber que

¹¹ Nash (1982) mostra que a idéia de natureza selvagem começou com o cultivo de espécies. Quando o ser humano pré-histórico vivia em seu habitat, tudo era natureza selvagem, inclusive ele próprio. Quando os humanos começaram a controlar a natureza por via de plantas cultivadas e animais domesticados, o selvagem começou a existir. Essas idéias ajudam a compreender o estranhamento dos europeus quando de sua chegada aos Estados Unidos.

um dos resultados mais significativos do estabelecimento do primeiro parque nacional e estadual havia sido a preservação da *wilderness* (NASH, 1982:108, tradução livre da autora).

A filosofia de Thoreau, por outro lado, realmente inspirou os valores da defesa da *wilderness* americana. De acordo com Drummond (1984), para alguns, Thoreau foi um filósofo transcendentalista; para outros, um anarquista individualista. Ele retirou os seus princípios éticos de textos sagrados orientais, e é considerado ainda o principal teórico da desobediência civil. De acordo com Nash (1982), John Muir, por sua vez, foi o responsável pela divulgação dos conceitos de Thoreau e dos valores de proteção da *wilderness*. Foi co-fundador e presidente do *Sierra Club* (organização ambiental fundada em 1892 e existente até hoje), por 22 anos. O *Sierra Club* atuou na campanha bem sucedida de transferir o Yosemite *National Park* do âmbito estadual para o federal, em 1906.

Os valores espirituais, sobretudo os do protestantismo, também são parte importante do universo cultural da formação do estado norte americano e portanto do conceito da *wilderness*, tendo Oliveira (2000) chamado essa gama de valores de “religião civil”: os colonizadores puritanos procuravam nos EUA uma “nova Jerusalém”, para dominarem-na, mas os defensores da *wilderness* valorizavam a espiritualidade na natureza não-domesticada.

Os avanços nas ciências naturais ao longo dos séculos XVIII e XIX e o transcendentalismo romântico, no século XIX, também estimularam, de uma forma geral, o respeito e a curiosidade pela natureza (FRANCO E SCHITTINI, 2008). Além disso os autores mostram que a independência norte-americana da Inglaterra impulsionou a preservação de locais dotados de rara beleza natural: a independência política também era identitária. Assim, o que diferenciava o “novo mundo” da Europa seria a presença da natureza mantida em seu estado primitivo: passou-se a estimular a visita aos museus naturais ao invés dos museus construídos no “velho mundo”.

Um capítulo importante na história da proteção ambiental foi a cisão entre os movimentos preservacionista e o conservacionista, que inspiraram diferentes modelos de proteção da natureza no mundo todo. Nash (1982) mostra que Muir iniciou o preservacionismo, que, como movimento filosófico, creditava o valor do ambiente ao próprio fato de ele existir, e ao fato de que as pessoas poderiam desfrutar da sua co-existência. Já Gifford Pinchot iniciou o conservacionismo, que é um movimento que defende a proteção do meio ambiente para servir ao bem-estar humano, com ênfase no controle dos recursos para garantir o bom andamento e a perenidade da economia.

Aqui cabem considerações sobre alguns posicionamentos opostos ao preservacionismo. Diegues (2000) critica a criação do parque Yellowstone, que ele chama de

uma dessas soluções mágicas, originada nos Estados Unidos, num momento determinado de sua história, e que se baseia na idéia de estabelecimento de parques ou reservas naturais desabitadas, e que foi sendo imposta a outros países e sociedades com características sociais e ecológicas diferentes (DIEGUES 2000:3).

Para Diegues *et al* (2000), a prática de cuidar da manutenção e restauração do mundo natural, através da implantação de parques nacionais, pressupõe a existência de um “não-lugar”. O autor defende que esse “não-lugar” proíbe a presença humana – mesmo a presença das populações tradicionais que alegadamente colaboraram para que aquele pedaço se mantivesse preservado. Para Guha (2000), o conservacionismo, importado dos países do Norte, seria estimulado principalmente por cinco grupos. Estes cinco grupos alimentariam a idéia da conservação da vida selvagem no Terceiro Mundo:

1. os turistas – teriam o objetivo da recreação e do prazer estético;
2. as elites governantes – interessadas principalmente no prestígio advindo da proteção de certas espécies carismáticas;
3. as organizações ambientalistas – interessadas na educação ambiental;
4. os funcionários dos parques – interessados pela natureza / viagens;
5. os biólogos – teriam o objetivo de conservar a natureza em benefício da ciência;

Esses cinco grupos citados se uniriam pela hostilidade contra as populações tradicionais que habitavam os parques antes de sua criação. Para a presente tese, os parques nacionais podem proporcionar às populações urbanas o contato com a natureza e a contemplação das paisagens. Mas, eles também são os fiéis guardiões da biodiversidade, esse fruto de interações pertencentes ao mundo natural. A única ressalva, para a autora, ocorre quando um parque nacional gera conflitos entre duas categorias de direitos fundamentais expressamente previstas pela Consituição Federal de 1988: direito fundamental ao meio-ambiente equilibrado, direito difuso, de terceira dimensão, e os direitos fundamentais culturais, direito de segunda dimensão (como o direito à identidade cultural, que depende da continuidade da existência do grupo tradicional para a reprodução de suas práticas culturais) (LEUZINGER, 2009).

Gradualmente, o conceito de AP evoluiu da mesma forma que se expandiram os problemas relacionados ao meio ambiente. Desde a criação de Yellowstone, os parques nacionais e outros tipos de áreas protegidas se multiplicaram em todo o mundo. “Além disso, os problemas que afetavam o ambiente natural se mostravam, cada vez mais, globais ou, ao menos, transfronteiriços e não podiam ser enfrentados e resolvidos de maneira fragmentada, como se estivessem limitados unicamente às fronteiras nacionais” (FRANCO e SCHITTINI, 2010:209).

Na Europa, pode-se dizer que a primeira organização de caráter internacional voltada para a preservação do meio ambiente surgiu, em 1909, com a realização do Congresso Internacional de Proteção da Natureza. Com esse Congresso, surgiu a idéia da criação de um organismo internacional, o que terminou acontecendo em 1913, com a fundação da Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza. Outras organizações foram criadas, como: o Office International Council pour la Protection de la Nature – OIPN e a Convenção sobre a Proteção da Vida Selvagem no Hemisfério Ocidental, entre outros. Esses organismos tiveram curta existência já que as suas trajetórias foram interrompidas pela eclosão das duas guerras mundiais – de 1914 e de 1939 (FRANCO, 2000).

De acordo com Franco (2000), na reconstrução pós-guerra do mundo, a preocupação inicial passou a ser com o progresso econômico e material das nações envolvidas. O valor da natureza era dado, principalmente, como reserva de recursos a serem usados nessa reconstrução. Nesse momento (1945), foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, que serviu como base para a criação, em 1948, da União Internacional para a Proteção da Natureza – IUPN. Em 1956 a IUPN se transformou em União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – UICN, criadora das categorias para parques nacionais utilizadas na presente tese.

Ao longo do tempo, as disposições e motivações da UICN relacionadas com as áreas protegidas foram se ampliando. A ênfase em espécies ameaçadas deu lugar a uma abordagem centrada nos habitats e ecossistemas, e a dimensão humana passou a ser objeto de maiores considerações nas ações de proteção à natureza (FRANCO, 2010:12).

A UICN serviu como molde para a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN, em 1958, que veio a se tornar a principal organização brasileira engajada na preservação e na conservação da natureza. De acordo com Franco e Drummond (2009), a partir do ano de 1966, quando a FBCN começou a editar uma revista

sobre a conservação da natureza, ficou claro que ela representava um ponto de convergência das pessoas que se identificavam com o pensamento conservacionista no Brasil. Os conservacionistas acreditavam numa relação mais natural do homem com o meio ambiente e que o uso dos recursos naturais poderiam ser feitos de uma maneira adequada e criteriosa, garantindo a sobrevivência das gerações futuras. É interessante observar que a FBCN, em seu período mais profícuo, procurou conciliar as estratégias conservacionistas e preservacionistas. A FBCN também teve papel importante junto à SEMA e ao IBDF por meio de contratos e convênios assinados com esses órgãos:

entre 1966 e 1989, a FBCN viveu o seu auge. As suas comissões técnicas estiveram ativas e a instituição tinha cerca de 4.000 afiliados, embora a maioria não fosse assídua às assembléias ou militante. Foram realizados diversos projetos e trabalhos, voltados sobretudo para a conservação de espécies raras ou ameaçadas de extinção, a criação e implementação de áreas protegidas e a educação ambiental. Foram criadas, sob a sua coordenação, onze núcleos conservacionistas espalhados por vários estados da União. Alguns deles, na década de 1980, deram origem a novas e atuantes ONGs, de orientação conservacionista como a Biodiversitas, em Belo Horizonte e a Funatura, fundada por Maria Teresa Jorge Pádua, em Brasília (FRANCO E DRUMMOND, 2009:70).

A partir de 1989, a FBCN começou a perder força: concorrência com outras ONGs, tensões e disputas internas e principalmente desentendimentos com o movimento socioambientalista, que começara a se notabilizar. Os desentendimentos criaram uma cisão entre o grupo preservacionista/conservacionista, do qual a FBCN fazia parte e os socioambientalistas. A questão principal era a discussão em torno da presença humana em APs.

2.2 - HISTÓRICO DOS PARQUES NACIONAIS NO BRASIL

No Brasil, os princípios que nortearam a criação das primeiras APs foram idênticos aos do parque de Yellowstone: oferecer à população urbana acesso a um lugar de grande beleza paisagística onde fosse possível desfrutar o prazer de admirar a natureza. De acordo com Franco (2000), os primeiros parques nacionais estabelecidos foram: o Parque Nacional do Itatiaia, em 1937; o do Iguaçu, em 1939 e o da Serra dos Órgãos, em 1939.

Franco (2000) credita o sucesso na criação dos primeiros parques à eficiente atuação dos conservacionistas junto ao governo, considerando-se que essa foi uma época de grande mobilização, representada por associações de cunho conservacionista como a Sociedade de Amigos de Alberto Torres, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, os Clubes de Amigos da Natureza, a Sociedade de Amigos das Árvores, a Sociedade de

Amigos da Flora Brasileira e a Sociedade dos Amigos do Museu, que pressionavam o governo por medidas de proteção à natureza. Tais mobilizações surtiram efeito, tendo em vista que o primeiro Código Florestal Brasileiro já havia sido aprovado em 1934, por empenho dessas associações.

O empenho dos movimentos cívicos caminhou ao lado das prioridades econômicas do projeto nacionalista-corporativista do regime de Getúlio Vargas (de 1930 a 1945). Assim, os cientistas conservacionistas foram perdendo espaço e a legislação ambiental foi sendo esquecida. As preocupações com a questão ambiental foram esmorecendo e as organizações ambientalistas se limitaram à esperança de implementar parques nacionais no país. “Se observarmos a legislação de proteção à natureza dos meados dos anos 1930 até o início do regime militar, perceberemos que ela praticamente se restringe ao estabelecimento de parques nacionais, florestas protetoras e reservas florestais (FRANCO, 2000:95)”.

Durante 20 anos nenhum outro parque foi criado. A partir dos anos 1940, iniciou-se a fase de “crescimento” econômico do Brasil, a qual foi apoiada principalmente em movimentos estatais, ou então estimulada pelo governo, na maior parte das vezes, com a participação do capital estrangeiro (DRUMMOND, 1988:76). Entre 1959 e 1961, foram criados doze parques nacionais, sendo que três foram criados em 1959 e nove em 1961, vários foram criados em um mesmo dia (IBDF, 1982 apud Morsello, 2001:155). Com essa retomada, foram observados aspectos importantes como a mudança da localização geográfica, admitindo-se, pela primeira vez, que fossem criadas APs em lugares considerados remotos. Além disso, com a “conquista do oeste brasileiro”, surgiu a preocupação com a destruição do Cerrado e do Pantanal (MORSELLO, 2001).

Entretanto, a motivação para a criação dessas áreas, em razão do contexto histórico, condensava todos os determinantes acima citados. Foi assim, com a mudança da capital para Brasília que,

ao mesmo tempo, motivou a expansão para a região central brasileira – e consequentemente a transformação dos ambientes naturais – e a criação de UCs no local (...) a criação dessas áreas, até o final dos anos 60, embora procurasse conter a devastação da natureza no país, era ainda baseada na proteção em sua maioria de paisagens de grande beleza (MORSELLO, 2001:155).

O final da década de 1960 e o início da década de 1970 foram responsáveis por grande número de mudanças relacionadas à política ambiental: em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e em 1973 foi criada a Secretaria

Especial de Meio Ambiente – SEMA, que contribuíram para que começassem a ser desenhadas, com clareza, novas diretrizes para a criação de APs. Foram os primeiros sinais de um rigor científico que foi sendo ampliado por toda a década de 1970:

Num primeiro momento, mapas temáticos foram utilizados, eles apresentavam as regiões fitogeográficas, províncias biogeográficas, regiões morfoclimáticas, bacias de drenagem e diferenças climáticas. Além disso, foram mapeadas atividades que pudessem restringir a instituição de novas unidades, como agricultura, a criação de gado, as estradas, a presença de populações indígenas, as áreas de prospecção e os depósitos minerais, além dos limites da Amazônia Legal e das UCs já existentes (DRUMMOND, 1988:81).

Os critérios gerais para o planejamento da seleção de locais para a criação de APs foram definidos pelo IBDF e pela FBCN, em duas etapas, a primeira em 1979, e a segunda em 1982 (MORSELLO, 2001):

Segundo Pádua (1981), ex- presidente do IBDF, as áreas foram selecionadas segundo critérios “eminentemente técnicos”. A partir de mapas temáticos, áreas foram escolhidas evitando-se qualquer “interferência, quer seja pela agricultura, pecuária, presença de populações indígenas, minérios etc (MORSELLO, 2001:159)

Morsello (2001) observa que a postura da SEMA para a seleção de unidades, embora tivesse atuado ao mesmo tempo em que o IBDF, era diferente. O IBDF elaborava critérios científicos para a seleção, enquanto a SEMA selecionava áreas para a criação de APs usando critérios pouco ortodoxos, como a notícia de uma grande superfície de terras, colhida na leitura de um jornal, ou mesmo realizando sobrevôos sobre áreas devolutas.

Com o surgimento da segunda etapa do plano do sistema de Unidades de Conservação, em 1982, destaca-se como principal objetivo a criação de UCs na Amazônia. O plano detalhava o critério científico para a escolha dessas unidades. Foram registrados desde 1979 avanços consideráveis na criação de UCs na região amazônica, quando começou o fenômeno da interiorização das UCs:

Foi só a partir de 1979 que a interiorização se tornou um princípio orientador da política de criação de UCs federais, por causa da adoção de critérios novos para a escolha dos seus sítios (...) Isso ficou expresso na primeira e segunda etapas do famoso Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil, elaborado por técnicos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e aplicado a partir de fins da década de 1970 (...). Esses técnicos adotaram essas prioridades para (1) criar UCs de forma a “chegar à frente” dos processos de ocupação do território, garantindo a preservação das espécies, dos ecossistemas e das paisagens, e (2) criar UCs que formassem um sistema que refletisse toda a variedade natural brasileira (DRUMMOND *et al*, 2006:30).

A implantação de áreas protegidas no Brasil, segundo Drummond (2006), teve um ritmo desigual de realização:

uma “decolagem” lenta, atingindo um pico de cobertura na década de 1980, com a inclusão de mais de 20 milhões de hectares de novas áreas. Na década de 1990, caiu a taxa de ampliação, mas entre os anos 2000 e 2005 houve novo aumento significativo, com a criação, outra vez, de mais de 20 milhões de hectares de áreas protegidas (DRUMMOND et al, 2006:63).

Em relação à legislação brasileira, as áreas protegidas incluem as unidades de conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs), terras de quilombolas (TQs) e outras áreas legalmente protegidas que, pela Convenção sobre Diversidade Biológica, são "definidas geograficamente e destinadas, ou regulamentadas, e administradas para alcançar objetivos específicos de conservação" (Convenção da Diversidade Biológica - CDB, Artigo II, 1993). É importante ressaltar, contudo, que, de acordo com o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, as TIs e TQs não devem ser reconhecidas automaticamente como áreas protegidas dentro dos termos da CDB, pois os direitos territoriais indígenas e quilombolas são inalienáveis, estando ou não ligados à conservação da biodiversidade. De acordo com a PNAP, a sua diretriz número XI é

assegurar o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para a criação e para a gestão das áreas protegidas, garantindo o respeito ao conhecimento e direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais (PNAP – Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006, p.56).

As UCs são unidades territoriais utilizadas, sobretudo, para a conservação da biodiversidade. O conjunto dessas unidades é ordenado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela lei 9.985, de 18 de julho de 2000. A finalidade é estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A lei 9.985 conceitua termos essenciais para a conservação, como vê-se abaixo:

Artigo I - Áreas de proteção integral: devem servir para a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

(...)

Artigo VII - conservação in situ: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e,

no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características;

(...)

Artigo XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Ainda segundo a lei do SNUC, em seu artigo 7º, as UCs dividem-se em dois grupos, com características específicas: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável. O objetivo básico das UCs de proteção integral é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (p.1). No caso das UCs de uso sustentável, o seu objetivo básico é “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (p. 2).

Os parques nacionais são do grupo das UCs de proteção integral, composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação I - estação ecológica; II - reserva biológica; III - parque nacional; IV - monumento natural; e V - refúgio de vida silvestre.

Ainda segundo o SNUC os parques nacionais, estaduais ou municipais têm como objetivo principal:

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (Lei 9985/00, pp. 22- 23).

Existem, atualmente (junho de 2011), 310 UCs no Brasil. Deste total, 167 estão localizadas na Amazônia (MMA, 2011). Embora tenham sido registrados avanços consideráveis na criação e na gestão de UCs no Brasil desde 1979 (DRUMMOND *et al*, 2006), persistem diversos problemas relacionados à questão fundiária. Por força da lei, a área geográfica de um parque deve ser de propriedade do Estado. As áreas particulares incluídas em seus limites são, por lei, desapropriadas. Este é um grande entrave da consolidação das UCs no Brasil (ROCHA *et al*, 2010)¹².

¹² Para a literatura sobre o assunto, além de Rocha (2010), ver Schwenck Júnior e Azevedo (1998)

Em 2003 foi criado o programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), o maior projeto de conservação de florestas tropicais existente atualmente no Brasil, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Na primeira fase do ARPA (até 2009) o investimento foi de U\$ 125,6 milhões. Para a segunda fase (até 2013), estima-se um investimento total de U\$ 121 milhões (ARPA, 2011).

Em sua primeira fase, o programa atuou em 44 UCs (24 milhões de hectares), criando algumas UCs e consolidando outras. Atualmente este número cresceu para 64 UCs (32 UCs de Proteção Integral e 32 de Uso Sustentável). As unidades são beneficiadas com máquinas, obras e contratação de serviços necessários para a realização de atividades de integração com as comunidades de entorno, formação de conselhos, redação de planos de manejo, execução de levantamentos fundiários e fiscalização.

Segundo Soares Filho *et al* (2011), a redução de emissões de CO₂ estimulada pelo ARPA, modelada em uma simulação de desmatamento – *SimAmazonia 2* - e projetada até 2050, corresponde a 16% das emissões anuais de todas as fontes de emissão do planeta, ou 70% da meta global de redução de emissões prevista para o primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto.

No sentido de fornecer o contexto amazônico de proteção de áreas em UCs e em função do estudo de caso adotado na presente tese, apresentaremos a Tabela 2 (a seguir), contendo informações sobre as UCs do estado do Amapá, tanto as de uso sustentável (US) como as de proteção integral (PI). O Amapá é o estado brasileiro que apresenta o maior número de APs: essas áreas ocupam 73% do seu território (Governo do Estado do Amapá, 2012)

Tabela 2 - Unidades de Conservação do estado do Amapá, situação em 2012.

Nome da UC	Administração	Órgão Gestor	Categoria de Manejo	Grupo	Categoria UICN	Conselho Gestor	Plano de Manejo	Tipo de conselho	Área (ha)
APA da Fazendinha	Estadual	SEMA/AP	Área de Proteção Ambiental	US	V - paisagem terrestre e marinha protegida	Sim	Não	Deliberativo	148,52
APA do Rio Curiaú	Estadual	SEMA/AP	Área de Proteção Ambiental	US	V	Sim	Não	Deliberativo	21872,8
EE de Maracá-Jipioca	Federal	ICMBio	Estação Ecológica	PI	Ia - reserva natural integral	Sim	Não	Consultivo	51436
EE do Jari	Federal	ICMBio	Estação Ecológica	PI	Ia	Não	Não	Consultivo	237559
FE do Amapá	Estadual	SEMA/AP	Floresta Estadual	PI	VI - área protegida com recursos manejados	Não	Não	Deliberativo	2453980
FN do Amapá	Federal	ICMBio	Floresta Nacional	US	VI	Sim	Não	Deliberativo	459493
PN do Cabo Orange	Federal	ICMBio	Parque Nacional	PI	II - parque nacional	Sim	Sim	Consultivo	657316,2
PN Montanhas do Tumucumaque	Federal	ICMBio	Parque Nacional	PI	II	Sim	Não	Consultivo	3865324
RB do Lago Piratuba	Federal	ICMBio	Reserva Biológica	PI	Ia	Sim	Não	Consultivo	392469,1
RB do Parazinho	Estadual	SEMA/AP	Reserva Biológica	PI	Ia	Não	Não	Consultivo	276,24
RDS do Rio Iratapuru	Estadual	SEMA/AP	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	US	VI	Não	Não	Deliberativo	848817
RESEX do Rio Cajari	Federal	ICMBio	Reserva Extrativista	US	VI	Sim	Não	Deliberativo	502530

Fonte – Observatório de UCs – WWF, 2012, consultado em 02/02/12. Elaboração da autora.

De acordo com a Tabela 2, existem duas Áreas de Proteção Ambiental, duas Estações Ecológicas, uma Floresta Nacional, uma Floresta Estadual, duas Reservas Biológicas, uma Reserva Extrativista, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e dois Parques Nacionais no estado do Amapá. São, portanto, sete UCs de Proteção Integral e cinco UCs de Uso Sustentável. A área total dessas APs é de 8.419.139 ha. Não foram incluídas na tabela as Reservas particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).¹³

Na consolidação das APs brasileiras, as dificuldades foram representadas, principalmente, por decisões políticas equivocadas. Apesar dos entraves, alguns órgãos governamentais e organizações civis ambientalistas, ligadas aos parques nacionais e à pesquisa sobre biodiversidade, permitiram que a história dos parques nacionais no Brasil evoluísse de forma considerável e representativa, segundo critérios técnicos (DRUMMOND, 2012, no prelo).

A seguir serão analisadas a história da criação e organização dos parques nacionais franceses e as características peculiares da gestão dessas áreas. É interessante destacar que, na Europa, os parques nacionais foram criados, a princípio, como estímulo para a pesquisa sobre flora e fauna. Foi a Convenção Para a Preservação da Flora e Fauna em seu Estado Natural, de 1933, que estabeleceu quais deveriam ser os objetivos dos parques e determinou suas características básicas. Com o fim da Segunda Guerra, em 1945, e o advento de uma nova ordem mundial, parques nacionais foram criados em diversos países com justificativa semelhante à de Yellowstone: “proteger áreas consideradas virgens e de grande beleza paisagística para deleite dos visitantes” (FRANCO, 2000).

Merveilleux de Vignaux (2010) registra que, apesar do entusiasmo mundial, apenas em 1960 foi promulgada a primeira lei de criação de parques na França, numa história peculiar, como veremos a seguir.

2.3 – HISTÓRICO DOS PARQUES NACIONAIS NA FRANÇA

A reserva real de caça de Fontainebleau, de 1167, foi a primeira área protegida criada no antigo condado de Gâtinais, hoje território francês. Símbolo natural eternizado por impressionistas como Monet, Rembrandt e os expoentes da *École de Barbizon*, a reserva

¹³ Existem cinco RPPNs no estado do Amapá, de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (2012), quais sejam: RPPN Seringal Triunfo, RPPN Retiro Paraíso, RPPN Retiro Boa Esperança, RPPN Lote Urbano e RPPN Aldeia Ekinox. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>. Acesso em 20 de junho de 2012.

tem o seu valor funcional (caça, extração de madeira) e é um dos grandes símbolos do patrimônio natural francês. A literatura francófona sobre esta área, hoje classificada como sítio Natura 2000¹⁴, mostra a sua extensa influência cultural, até mesmo sobre o movimento artístico impressionista (AUBERTIN e RODARY, 2009).

O governo francês adotou uma estratégia de criação de APs a fim de ter uma rede nacional coerente, representativa da diversidade de ecossistemas no território nacional, considerando-se a diversidade e complementaridade dos vários estatutos franceses sobre APs. O comitê francês da UICN, em recente relatório, atestou que os bens de patrimônio mundial, na França, são predominantemente culturais. De 33 propriedades nacionais inscritas na lista do patrimônio mundial, existem apenas dois monumentos naturais, o Golfo do Porto e as Lagoas da Nova Caledônia, considerados parte da França ultramarina. No atual momento, o comitê propõe o estabelecimento de uma lista indicativa de bens naturais discriminada por regiões biogeográficas (UICN, 2011).

Os parques nacionais franceses foram criados pela Lei nº 60.708, de 22 de julho de 1960, compilada no Código Francês do Meio Ambiente, de 2000 (*Code de l'Environnement*). Alguns autores explicam a escolha do vocábulo “nacional” para os parques. Segundo Blanc (2010), a construção da identidade da nação francesa foi apoiada no valor simbólico da natureza. Para o autor, os parques nacionais simbolizam a procura das florestas idealizadas pelos franceses. Isso significa, de acordo com Schama (1996), que os franceses têm uma visão idílica da proteção da natureza, baseada nos valores do arcadismo. A estética desse movimento prima pela retidão e pureza do mundo natural. Rousseau (1996), expoente do arcadismo francês, defendia que na natureza os valores originais humanos seriam sempre bons. Nesse sentido, o PNV é conhecido como o “*jardin des français*”:

Essa natureza “original” foi idealizada e recriada nos parques. A identidade nacional francesa estaria, assim, ligada à natureza como a um mito fundador. Para Depraz (2008) a própria idéia de nação, nascida no século XIX, concedeu a legitimidade do poder revolucionário burguês na Europa: as revoluções burguesas (de 1789 a 1848) permitiram a cada sociedade européia forjar uma identidade menos dependente da presença de um soberano, sendo a natureza deslocada dos domínios reais para o interesse comum. Schama (1996) mostra que foi neste contexto que a floresta de Fontaineblau nasceu: antes ela era um domínio real.

¹⁴ A rede Natura 2000 é uma rede de APs criada pela União Européia ao abrigo da lei 92/43 EEC, de 21 de maio de 1992. O objetivo da rede é garantir a sobrevivência a longo prazo das espécies mais valiosas e ameaçadas da Europa e de seus habitats.

Merveilleux du Vignaux (2010) mostra que, na França, comemora-se com atraso a lei de criação do primeiro parque nacional. Enquanto nos EUA o primeiro parque foi criado em 1872 e, no Brasil, em 1937, o primeiro parque nacional francês foi criado somente em 1963. O autor explicita visões negativas dos parques nacionais, por parte da população francesa: não havendo a possibilidade de uma “marcha para o oeste”, a terra disponível para parques seria aquela considerada como o próprio “jardim”. Além disso, as populações rurais reprovavam coerções, por parte do governo central, sobre áreas consideradas como uma extensão de suas próprias terras – especialmente para o benefício do público urbano.

De acordo com a lei francesa nº 60.708, 22 de julho de 1960, “o território de um ou mais municípios pode ser classificado pelo Estado como parque nacional se a conservação da fauna, flora, solo, ar, subsolo e água for de especial interesse e se o ambiente natural em geral for de especial interesse” ¹⁵ (FRANÇA, 1960, art. 1º). Até recentemente as medidas legais francesas sobre parques tiveram um registro coercitivo e protecionista. Isso ocorre porque, mesmo sendo uma lei de 1960, o decreto de regulamentação para parques nacionais foi baseado em estatutos do final do século XIX: leis relativas à restauração de terrenos montanhosos, reservas naturais e reservas de caça (LARRÈRE *et al*, 2009).

A Lei nº 60 - 708 sofreu uma alteração em 14 de abril de 2006, com a Lei nº 436. As estratégias desses parques estão sendo reformuladas com base em uma nova perspectiva de políticas de ordenamento territorial: até o final do ano de 2012, algumas comunidades francesas poderão escolher se farão parte dos parques nacionais. Isso está acontecendo na área de adesão (antigamente chamadas zonas periféricas, ver o Box 1 a seguir). Essas comunidades assistem a um processo de decisão, realizado por cada uma de suas prefeituras, sobre o pertencimento ou não aos parques. As comunidades que aderirem, deverão participar da elaboração das novas *chartes* (entendidas no presente estudo como “cartas–magnas” do parque, contendo elementos de um plano de manejo e de ordenamento territorial).

¹⁵ Tradução livre da autora

- a) Área de adesão - definida como parte do território destinado a ser parque nacional, principalmente por causa da sua localização ou solidariedade ecológica com a zona núcleo do parque. A decisão de tornar-se área de adesão de um parque nacional deve ser voluntária e estar expressa na carta magna do parque (Lei 436, de 14 de abril de 2006).
- b) Zona periférica - gerida pelo parque nacional e selecionada por decreto. As diversas instâncias públicas responsáveis do parque devem tomar todas as medidas para permitir a realização de melhorias sociais, econômicas e culturais, enquanto tornam mais eficaz a proteção da natureza dentro do parque.

Box 1 – definição de “área de adesão” e “zona periférica”, de acordo com a legislação francesa.

Fontes: Lei 436 de 14 de abril de 2006; Lei n° 60 - 708, de 22 de Julho de 1960.

As definições contidas no Box 1 mostram que a antiga zona periférica não dependia da vontade política das comunidades de aderirem ao parque, ao contrário da área de adesão. As cartas-magnas dos parques nacionais têm o objetivo de concertação com essas novas áreas e devem contribuir para o fomento do desenvolvimento sustentável nessas áreas (Lei n° 436, de 14 de abril de 2006).

O desenvolvimento sustentável e a construção de redes de APs são tendências modernas. A França assinou acordos internacionais na Convenção Quadro da Biodiversidade para a construção de uma rede de APs e, internamente, a *Grenelle* do Meio Ambiente (Lei n° 967, de 3 de agosto de 2009) significou um reposicionamento na sociedade francesa. Essa lei prevê a adoção de políticas públicas de preservação dos recursos naturais a partir de diretrizes escolhidas pela opinião pública (O nome *Grenelle* é uma referência aos acordos assinados entre grevistas e o governo francês na Rua Grenelle, em maio de 1968, em meio a barricadas e revoltas sindicais e estudantis). A lei *Grenelle* também inclui partes específicas para o mar e as montanhas (*LA GRENELLE-ENVIRONNEMENT*, 2011).

Ao contrário do Brasil, que concentra a gestão de suas APs em uma só instituição, o ICMBio, a França divide a gestão de suas áreas entre nove instituições gestoras, conforme mostra o Box 2 a seguir.

1. Agência de Áreas Marinhas Protegidas
2. Conservatório do litoral
3. Federação dos Parques Naturais Regionais
4. Ministério da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável, Transportes e Habitação
5. Parques Nacionais da França
6. Gabinete Nacional da Caça e da Fauna
7. Gabinete Nacional das Florestas
8. Rede de conservatórios de Espaços Naturais
9. Reservas Naturais da França

Box 2 - Instituições gestoras das áreas protegidas francesas.

Fonte – UICN, 2012. Elaboração e tradução livre da autora.

Essas nove instituições supracitadas são responsáveis pela gestão de 23 tipos de APs, listadas no Box 3, a seguir. Elas se dividem em quatro grandes grupos, de acordo com o tipo de proteção que suscitam: convencional (*conventionnelle*), regulamentar (*réglementaire*), mediante controle fundiário (*protection par la maîtrise foncière*), proteção ao abrigo de uma lei europeia ou internacional (*protection au titre d'un texte européen ou international*) e os territórios franceses ultramarinos (*les espaces protégés des collectivités françaises d'outre-mer*).

Proteção convencional

parques naturais regionais

parques naturais marinhos

Proteção regulamentar

parques nacionais

reservas naturais

reservas naturais nacionais

reservas naturais regionais

reservas naturais da Córsega

reservas biológicas

reservas de caça e animais selvagens

Portarias de proteção de biótopo

Proteção mediante controle fundiário

espaços de conservação do litoral

áreas de intervenção dos conservatórios

áreas naturais sensíveis

Proteção ao abrigo de uma lei europeia ou internacional

sítios Natura 2000

zonas úmidas de importância internacional (sítios Ramsar)

reservas da biosfera

sítios naturais e mistos inscritos no patrimônio mundial da UNESCO

áreas protegidas de território francês ultramarino

Nova Caledônia

Polinésia Francesa

Terras francesas austrais e antárticas

Wallis e Futuna

Saint Pierre e Miquelon

Box 3 – Áreas protegidas francesas, situação em 2012.

Fonte – UICN, 2010. Elaboração e tradução livre da autora.

Os parques nacionais estão na categoria de proteção regulamentar. Esta proteção visa limitar ou mesmo proibir, geralmente por decreto, as atividades humanas e seus impactos sobre ambientes naturais (UICN, 2012). Há diferentes maneiras de colocar em prática as restrições que se referem à proteção da natureza. A posse da terra pelo poder público é a ferramenta legal que proporciona o status mais favorável à conservação. Entretanto, se um Estado tem pretensão de proteger determinada área, mas não tem o título da terra, ele pode determinar a aplicação de peremptoriedade, ou seja, prioridade para a compra de qualquer terra transferida.

A Tabela 3, a seguir, mostra a proporção de parques nacionais, entre as outras APs, considerando-se o território francês metropolitano e ultramarino:

Tabela 3 – Superfície das áreas protegidas francesas.

	Número	Superfície terrestre (ha)	Superfície marinha (ha)	Proporção do território
APB	715	175675,35	44,39	0,27
CdL	571	116707,62	8490,91	0,18
PNR	46	7554259,78	0	11,69
RBD	168	29546,47	0	0,05
RBI	62	137180,54	0	0,21
RNN e RNC	167	1208573,35	1723694,25	1,87
PNM	1	0	342836,39	0
PN zona núcleo	9	2501444,11	4618,97	3,87
PN área de adesão	8	2499500,27	129331,09	3,87
RAMSAR	34	1650202,77	1757694,86	2,55
Reserva da biosfera	10	1183581,28	186286,98	1,83
RNCFS	9	36549	0	0,06
TOTAL	1800	17093220,54	4152997,84	

Legenda: APB : portaria de proteção de biótopo | CdL : espaço de conservação do litoral | PNR : parque natural regional | RBD : reserva biológica dirigida | RBI : reserva biológica integral | RNN : reserva natural nacional | RNC : reserva natural de Córsega | PNM : parc naturel marin | PN : parque nacional | Ramsar : sítio Ramsar | RNCFS : Reserva nacional de caça e de fauna selvagem.

Fonte – Muséum national d'Histoire naturelle – MNHN, 2010. Elaboração e tradução livre da autora.

Observa-se, na Tabela 3, que os parques nacionais franceses são classificados nas sub-categorias de zona núcleo e área de adesão. Isso ocorre porque somente as zonas núcleo pertencem à categoria II da UICN. Nesse caso, eles cobrem uma superfície terrestre de 2.501.444,11ha e uma superfície marinha de 4.618,97 ha, o que corresponde a 3,87% do território francês, incluindo o domínio ultramarino.

O Capítulo 2 analisou a criação de parques nacionais e sua conseqüente evolução na França e no Brasil. Na França, o modelo de áreas protegidas foi adaptado aos traços culturais e necessidades das comunidades locais, dando origem, assim, uma grande quantidade de categorias de APs e a regras que evoluíram para integrar as funções ecológicas às demandas sociais. No Brasil, país de grandes espaços onde a biodiversidade evoluiu de forma mais natural, as áreas protegidas tem sido idealizadas de acordo com o poder central, gerando parques de grande extensão e que ainda estão sendo consolidados. O capítulo 3, a seguir, focalizará o primeiro estudo de caso selecionado para a comparação da presente tese: o PNCO.

3 - O PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

O PNCO foi criado pelo Governo Federal em 15 de julho de 1980, através do Decreto nº. 84.913. Tem uma área de 619.000 hectares. Está localizado no extremo norte do estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa. O parque faz limites com a foz do rio Oiapoque e tem uma faixa costeira de 200 km de extensão e que adentra ao mar em 10 km. O PNCO abrange partes dos municípios de Oiapoque e Calçoene, sendo que 100% do litoral do município de Oiapoque e 76% do litoral de Calçoene estão no interior do PNCO¹⁶. Os mapas 1 e 2 a seguir mostram a localização do PNCO no Brasil e a visão mais detalhada do parque:



Mapa 1 – A localização do Parque Nacional do Cabo Orange no Brasil

Fonte – IBGE, ICMBio e NASA, 2012. Elaboração: Renato Prado.

¹⁶ As informações referentes ao PNCO foram retiradas do seu plano de manejo, disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/idades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/idades-de-conservacao-marinho/2262-parna-do-cabo-orange>. Acessado em 10/10/11.

inundáveis, manguezais, florestas de várzeas e florestas de terra firme. A vegetação predominante é de manguezais e de campos periodicamente inundáveis. Os principais rios na área do parque são o Oiapoque, Uaçã, Cassiporé, Cunani e Calçoene (DRUMMOND *et al*, 2006).

Destacamos alguns dos principais objetivos do PNCO, de acordo com o seu plano de manejo:

preservar a faixa de manguezal do parque, berçário biótico frágil; proteger as áreas úmidas, e sua fauna associada; preservar áreas de contato entre a floresta ombrófila e ambientes costeiros; (...) tornar o PNCO uma referência para o turismo de base comunitária em parques nacionais; promover atividades de educação ambiental no parque e em seu entorno (PNCO, 2011).

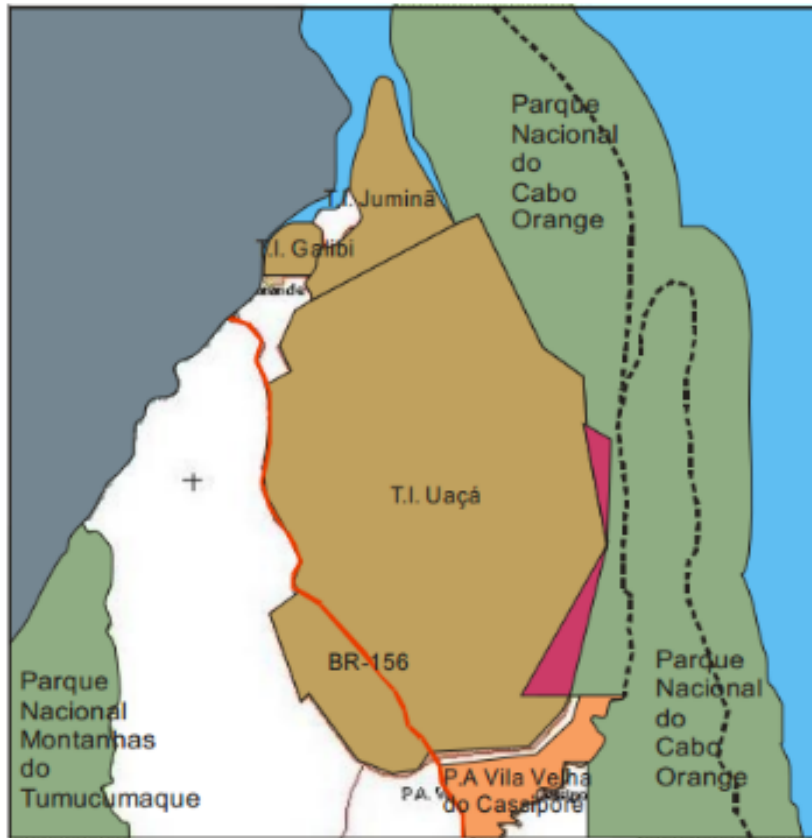
A visão de futuro do PNCO foi construída a partir dos objetivos do parque e está centrada na conservação da biodiversidade:

ser um Parque Nacional com seu ambiente natural efetivamente preservado, com visitação qualificada, integrando as comunidades locais e da Guiana Francesa em um esforço de gestão de colaboração regional, com vistas à conservação ambiental transfronteiriça (PNCO, 2011).

Existiam, no período de desenvolvimento da presente pesquisa, somente três servidores públicos trabalhando no PNCO: o chefe do parque e dois analistas ambientais. Eles cuidavam das ações de fiscalização, prevenção de incêndios florestais, integração com o entorno, projetos de turismo, organização das reuniões do Conselho Consultivo e manutenção de equipamentos e bases. O plano de manejo do parque já estava pronto e o conselho consultivo implantado (Comunicação pessoal da autora, 2011). Observa-se que o objetivo e a visão de futuro do PNCO são incompatíveis com um número tão limitado de recursos humanos.

O parque se limita com o *Parc naturel régional la Guyane*, na Guiana Francesa, ao norte. A oeste existe uma sobreposição com a Terra Indígena Uaçá de cerca de 10 mil ha. De acordo com o plano de manejo do parque, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (19/03/2009) estabeleceu que o usufruto dos índios na área afetada fica sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. A cláusula condicionante nº 9 determina que o ICMBio deverá contar com a participação dos indígenas na administração da área e considerar as suas tradições (ICMBio, 2011).¹⁷ O mapa 3 a seguir mostra o detalhe da sobreposição (na cor vermelha)

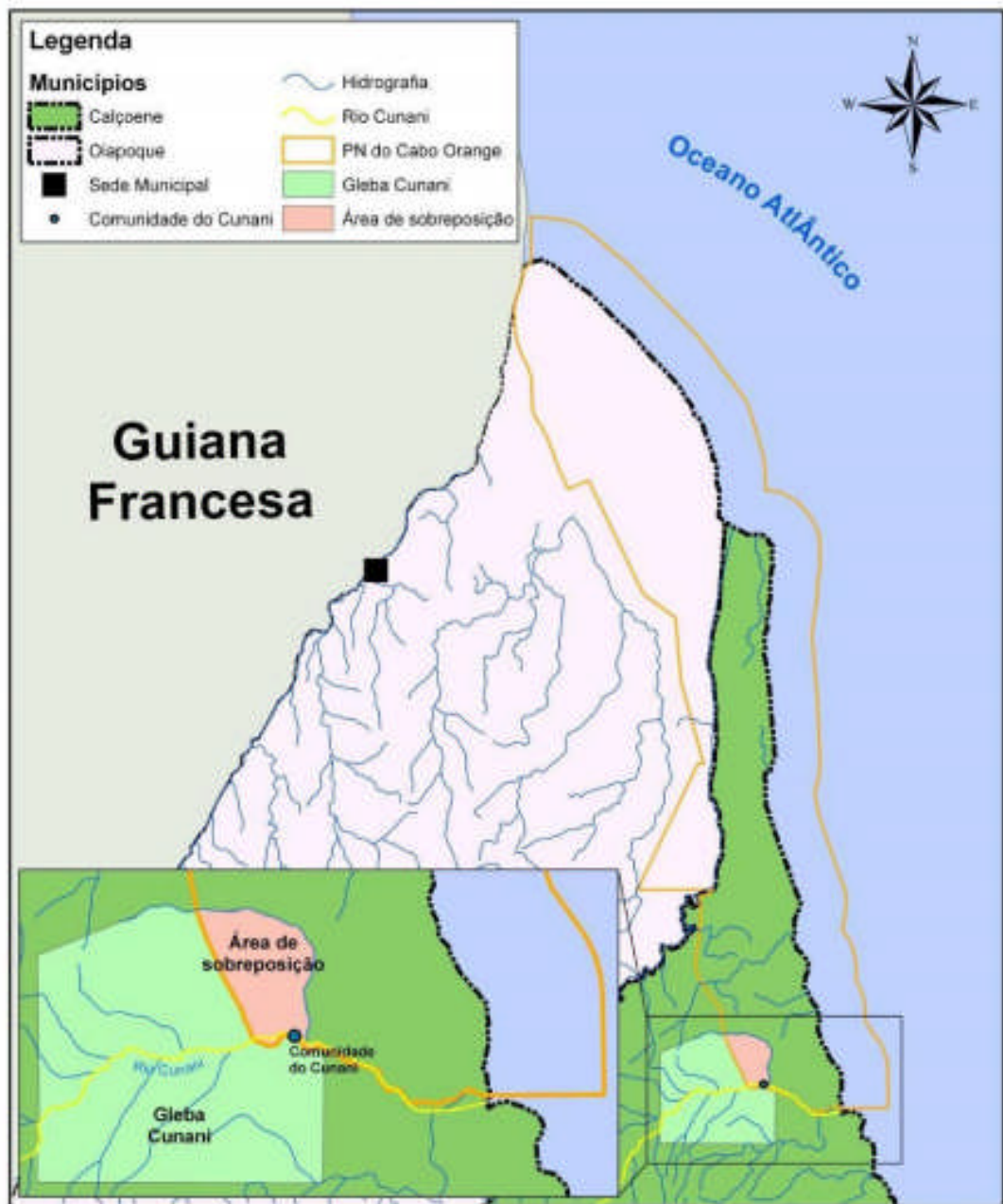
¹⁷ A decisão do STF da plenária de 19/03/2009, referente às petições 33070 e 34231, pode ser consultada em <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/3817597/peticao-pet-3388-rr-stf>



Mapa 3 – sobreposição do Parque Nacional do Cabo Orange com a Terra Indígena Uaçá.

Fonte – Parque Nacional do Cabo Orange, 2011.

Além da terra Indígena Uaçá, o Quilombo do Cunani (ver mapa 4 a seguir) é uma localidade onde existe sobreposição territorial. A margem esquerda do Rio Cunani está localizada dentro do PNCO, e esta também é parte da área que a comunidade reivindica como território quilombola. De acordo com o PNCO (comunicação pessoal, 2012), no atual momento aguarda-se um laudo antropológico feito pelo INCRA para a continuação da regularização fundiária.



Mapa 4 – Sobreposição da Vila de Cunani com o Parque Nacional do Cabo Orange.

Fonte: Arquivo ICMBio, 2011.

A Fotografia 1 a seguir mostra uma imagem aérea da vila de Cunani:



Fotografia 1 – Vista aérea da Vila de Cunani.

Fonte – Arquivo PNCO, 2011.

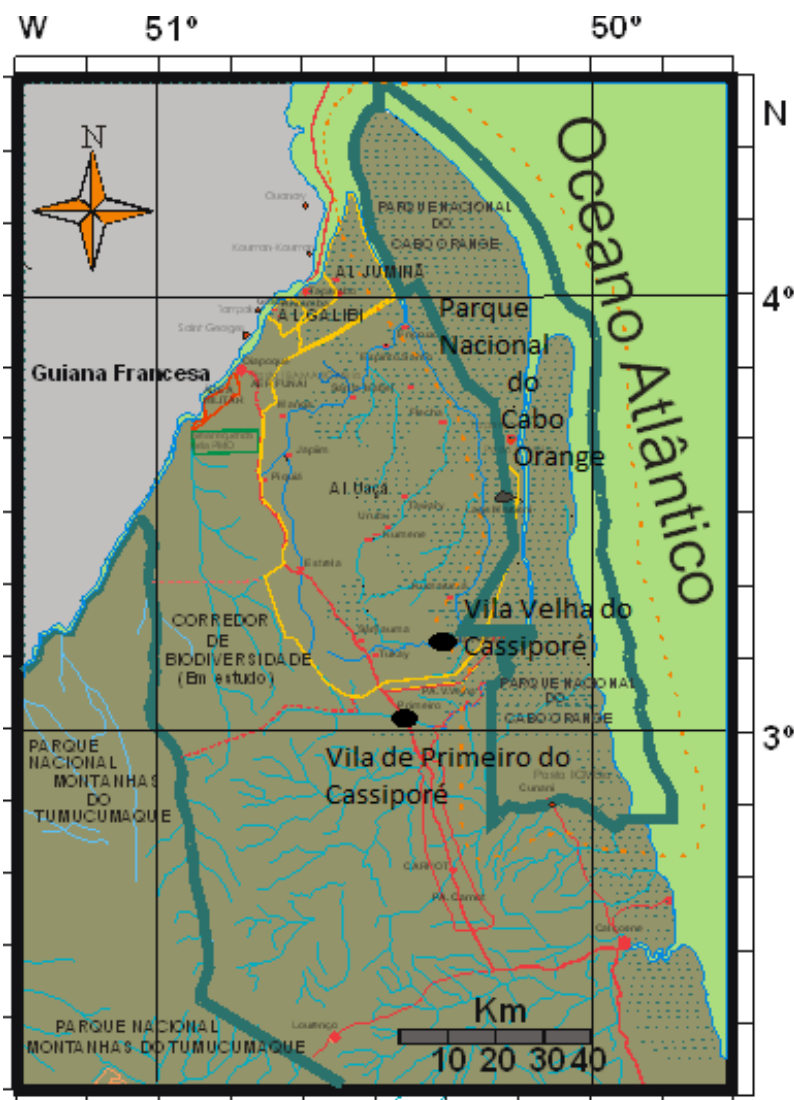
De acordo com Franco (2010) e Le Torneau e Kohler *et al* (2011), a abolição da escravidão na França, em 1848, motivou a fuga de escravos brasileiros para a região de Cunani, visto que naquela época a região ainda era alvo de disputa entre brasileiros e franceses. Os autores registram fontes escritas e orais da origem quilombola da região.

A questão dessa sobreposição, em particular, é analisada à luz da seguinte tese de Leuzinger (2009): a legislação brasileira (artigo 42 da lei 9985/00 - SNUC) prevê que a partir da avaliação, pelo Estado, da UC, a população tradicional possa ser retirada do local afetado, sendo reassentada e compensada pelas benfeitorias. A autora questiona a constitucionalidade do artigo 42 da lei 9985/00 quando não há necessidade da aplicação de tal grau de proteção para a proteção do ecossistema, já que a Constituição Federal de 1988 garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais. A Constituição Federal de 1988 também impõe ao Estado a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Entende-se, na presente tese, que se deve conciliar a proteção da biodiversidade dentro das UCs com a presença de populações tradicionais. No caso do Parque Nacional do

Cabo Orange, no atual momento, aguarda-se um laudo antropológico feito pelo INCRA para a continuação da regularização fundiária do parque.

As comunidades de Vila Velha do Cassiporé e Primeiro do Cassiporé estão estabelecidas no entorno do PNCO, mas fora de seu domínio (Vide Mapa 5, a seguir). Essas comunidades exercem trabalhos esporádicos para o parque (projetos de turismo ou brigadas de prevenção ao fogo). Suas principais atividades produtivas são a pesca, a agricultura de subsistência e a comercialização de excedentes, como melancia e farinha. Há também a criação de bubalinos, bovinos e animais de pequeno porte, como porcos, patos e galinhas (PNCO, 2011).



Mapa 5 – Vila Velha do Cassiporé e Primeiro do Cassiporé.

Fonte – Parque Nacional do Cabo Orange, 2011.

O extrativismo vegetal é praticado, especialmente a coleta do açaí e a extração do óleo de Andiroba. O garimpo também figura como atividade ilegal e um problema ambiental do parque. No entorno do PNCO, de forma geral, as pessoas utilizam embarcações diversas como “cascos, movidos a remo, canoas, ubás, (canoas grandes), catraias e barcos a motor (“voadeiras, rabetas”) (PNCO, 2011:14).

Existem cacaeiros no interior do PNCO, a maior parte está próxima à Vila Velha do Cassiporé. Não existem tratos culturais na área de colheita, sendo feitas apenas a extração e limpeza das áreas de acesso aos cacaeiros. Os moradores da Vila Velha fazem uma limpeza do sub-bosque (das plantas que nascem embaixo dos cacaeiros) e colhem os frutos. Essa é uma forma de extrativismo (comunicação pessoal, PNCO, 2011).

O cacau colhido é seco naturalmente e depois é torrado e moído, formando uma pasta que se solidifica e da qual se formam barras. Poderia ser feita uma analogia com o produto industrializado, dizendo-se que esse é o chocolate 100% cacau. Os comunitários normalmente vendem essas barras na cidade de Oiapoque ou para fábricas de chocolate (Comunicação pessoal Ivan Vasconcelos/PNCO, 2012). Por iniciativa da SEICOM (Secretaria Estadual da Indústria e do Comércio do Amapá), houve uma tentativa de melhoria desta atividade como um todo, mas devido a entraves políticos e conflitos pessoais, o projeto não se desenvolveu. O PNCO vem negociando com a comunidade uma permissão temporária para exploração desses cacaeiros: a idéia é que seja iniciado o plantio fora da área do parque, de forma que se encerre a coleta de cacau em seu interior.

Em relação à atividade pesqueira no entorno do PNCO, os municípios de Calçoene e Oiapoque apresentam grande potencial. Durante a estação das chuvas, devido à intensa descarga de água doce nos rios da região, são capturados peixes de espécies amazônicas como dourada, filhote e piramutaba. Na estiagem, são capturados os peixes de água do mar: pescadas e bagres.

A atividade pesqueira em todo o Estado do Amapá sempre foi baseada na frota artesanal, com embarcações de pequeno porte (menos de dez toneladas). Mas dentro do PNCO ocorre uma pressão pela pesca industrial, verificando-se a presença de embarcações oriundas do Pará (Belém, Bragança e Vigia). O plano de manejo do parque mostra que, além da presença de embarcações de outros estados, verifica-se a pesca artesanal proveniente das pequenas comunidades litorâneas de Sucuriju situada no município do Amapá e Bailique, no município de Macapá (PNCO, 2011).

A pecuária é mais presente na região do rio Cassiporé, onde são criados rebanhos babulinos em sistema extensivo aberto, utilizando práticas de manejo bastante

rudimentares, o que se reflete na baixa produtividade do setor. A pressão ecológica desta atividade, porém, é observada no parque. A equipe do PNCO não pôde fazer um estudo na área do parque, por falta de recursos humanos, mas lançou mão de um relatório publicado pela Reserva Biológica do Lago Piratuba, que tem ambiente similar:

a abertura de canais nas trilhas utilizadas repetidamente pelos búfalos pode estar alterando substancialmente a hidrologia e demais processos ecológicos dos ecossistemas, com impactos em cadeia ainda desconhecidos, além do que os habitats aquáticos tornam-se alterados, seja pela supressão da vegetação de suas margens, seja devido ao intenso pisoteio (PNCO, 2011:8).

De acordo com o PNCO (2011), a principal causa dos incêndios observados no parque tem sido a renovação de pastos feita pelos posseiros, pois não há cercas limitando as propriedades dos campos internos ao PNCO. Como as casas se situam próximas ao rio Cassiporé, os búfalos, que são animais exóticos à região, terminam por penetrar na área do parque, causando a erosão e destruindo os pastos já existentes.

Assim, pode-se dizer que o PNCO representa uma grande área de proteção ambiental e de reserva da biodiversidade. Entretanto, considerando-se sua grande área geográfica, exige monitoramento constante para evitar as ameaças de invasão ou degradação. Além disso, é uma área propícia ao turismo, tanto pela beleza de suas paisagens naturais como pela proximidade com a Guiana Francesa, o que é demonstrado no texto a seguir.

3.1 - O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

O plano de manejo do PNCO incluiu um projeto de uso público para o desenvolvimento territorial na zona de fronteira internacional do parque: o “Projeto de Experimentação do Turismo de Base Comunitária no PNCO”. Ele pretende contribuir para implantar uma rota turística integrada Guiana Francesa – Brasil, passando pelo PNCO. O nome abreviado é Projeto Tartaruga *Imbricata* - doravante TI (PIRES E SOLIGON, 2008).

O projeto TI é relevante para esta tese por três razões. A primeira diz respeito aos próprios objetivos de um parque nacional brasileiro, que incluem a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. A segunda diz respeito às possibilidades de contribuição do turismo para a economia local; a Costa Rica, por exemplo, chegou a ser reconhecida como o principal representante mundial do ecoturismo, sendo que o turismo representa a maior fonte de moeda estrangeira em sua economia desde 1995 (INMAN,

1997). Deve ser observado, contudo, que, ao contrário do Colón da Costa Rica, o Real atualmente é uma moeda forte (apesar de o câmbio brasileiro ser flutuante). Nessa situação, a exportação é desfavorecida, e o turismo é considerado um bem de exportação.

A terceira razão para o que o Projeto TI seja relevante para esta tese diz respeito à originalidade do projeto, pois atualmente ele se configura como a única forma de visitação dentro do PNCO – a entrada no parque só pode ser feita via autorização.

O projeto TI foi construído com as comunidades ribeirinhas de Vila Velha do Cassiporé, Taperebá e a Vila do Cunani. Foi iniciado em maio de 2009 e permitiu experimentações que levaram turistas (em pequenos grupos, de aproximadamente seis pessoas por vez) a vivenciar alguns dias de turismo de base comunitária de baixo impacto ecológico. A viabilidade deste projeto vem sendo avaliada pelas comunidades envolvidas e pelo ICMBio.

Foram realizadas duas experimentações do projeto TI até o presente momento. A primeira, de 11 a 15 de maio de 2009 (SILVA, 2009) e a segunda, de 07 a 15 de novembro de 2009 (KORNIJEZUK, 2012)¹⁸. Ao final de cada uma dessas experimentações foram avaliados os aspectos de viabilidade econômica do TI e as possibilidades de participação da equipe do ICMBio e dos comunitários em cenários futuros. O ICMBio e o PNCO decidiram que organizarão mais uma experimentação, em 2012.

A avaliação final do projeto TI será feita após essa última experimentação. Será observado, sobretudo, se o roteiro de visitas está suficientemente estruturado para que se iniciem atividades em escala comercial. Existe uma ONG, chamada Instituto Peabiru, que apoiará o projeto nessa etapa final (Comunicação Pessoal ICMBio, 2012). Foi organizada uma reunião de planejamento participativo com a comunidade de Vila Velha do Cassiporé e com os parceiros do TI, em 1º de maio de 2012. De acordo com o relatório dessa reunião, as principais tarefas da experimentação já foram distribuídas aos grupos responsáveis e cada parte envolvida no projeto teve a chance de expressar sua avaliação dos fatos passados e suas perspectivas para o futuro (FONTOURA, 2012). A fotografia 2 a seguir mostra o grupo presente na reunião de planejamento participativo do projeto TI:

¹⁸ O relatório completo dessa experimentação encontra-se anexo à presente tese, com o título “Projeto de Turismo de Base Comunitária Tartaruga Imbricata, Brasil / Guiana Francesa” – anexo 6



Fotografia 2 - Reunião de planejamento participativo do projeto *Tartaruga Imbricata*.

Fonte – FONTOURA, 2012.

Com o projeto TI, as comunidades ribeirinhas – Vila Velha do Cassiporé, Taperebá e Quilombo do Cunani, estruturadas em torno da atividade pesqueira, passaram a conhecer novas formas de organização social e econômica. Isso resulta em maior responsabilidade do programa de governança executado no parque, especialmente no que se refere ao seu patrimônio cultural (SILVA *et al*, 2011).

O enfoque adotado pelo Projeto TI foi o de utilizar o potencial cultural comunitário em conjugação com a atratividade das belezas naturais do PNCO. Essa estratégia possibilitou uma melhoria na relação da equipe do ICMBio com as comunidades. Como atesta Irandi Miranda, guarda-parque do PNCO:

(...) a área daqui é muito grande, muito bonita e não é divulgada, nunca foi filmada (...); temos um jeito antigo de fazer licor, chocolate, as barras de cacau... temos vários licores, bebidas típicas aqui do Cassiporé, como licor de açaí, de jenipapo, oferecemos todas aos turistas que vêm visitar a gente, para provarem e saírem com aquele gosto de “ah, tomei isso aqui só lá na Vila Velha do Cassiporé (Entrevista à autora, Taperebá, 9 de novembro de 2009).

A Amazônia, em geral, tem um grande potencial para o turismo, mas existem muitas dificuldades, como as grandes distâncias e a falta de infra-estrutura. No caso do PNCO, porém, como o projeto de turismo é de base comunitária, a estrutura necessária, apesar de essencial, deve ser simples. De acordo com o analista ambiental Ivan Vasconcelos,

Para o PNCO, o projeto TI faz crescer a presença institucional no parque (...) Nós temos uma porta de entrada focando na França, já que a Guiana Francesa está ao lado, e o Brasil tem uma certa cooperação com a França (...). O turismo de base comunitária é a idéia que as pessoas venham conhecer as populações locais e a forma como elas vivem. O nosso parque é um parque de proteção integral e a princípio não haveria pessoas vivendo dentro do parque, mas como ele é um parque que ainda está sendo implementado, há ainda algumas pessoas. Há outras vivendo ao redor do parque, mas isso não representa problema. Então a idéia é que os turistas venham conhecer essas pessoas que estão vivendo ao redor do parque, como elas vivem, o que elas fazem, e ao mesmo tempo conheçam o parque e a natureza ao redor delas (Entrevista à autora, Vila Velha, 10 de novembro de 2009).

Em 2011, o ICMBio contratou a empresa “CERES – Consultoria Econômica” para a realização de um estudo sobre a viabilidade econômica do turismo no âmbito do Projeto TI. De posse dos resultados da consultoria, o ICMBio entendeu que há viabilidade para o turismo no PNCO se houver uma concessão de terreno na área e se os atores sociais construírem um dormitório para visitantes na comunidade de Vila Velha¹⁹. Assim, poder-se-iam alugar lanchas para o transporte, e as pessoas ficariam hospedadas em terra firme, já que não é possível continuar com a visitação embarcada no barco Peixe-boi. Esse é o único barco do PNCO, e precisa ser utilizado nas atividades de fiscalização.

De acordo com o ICMBio (2011), a demanda para o turismo provavelmente existe, mas são necessárias operadoras de turismo para coordenar a demanda e o roteiro, pois a equipe de quatro pessoas do PNCO é insuficiente para coordenar uma atividade desta envergadura. O relatório da consultora CERES propõe que, para o próximo projeto, o PNCO ajude a gerir contatos junto a empresas brasileiras e francesas de turismo e que o parque seja um dos *stakeholders* da atividade turística, e não o principal ator social. Para tanto, o ICMBio visualizou possíveis cenários futuros, inclusive para um dormitório para turistas. O relatório da consultora CERES, de autoria de Galvão (2011) mostra que

com base em um projeto de arquitetura que possibilitasse a hospedagem de 10 pessoas em redes, como culturalmente se realiza na região, e que contemplasse, mantendo o padrão das construções do local, requisitos mínimos de higiene e ventilação, orçou-se o valor de R\$33.993,00 para a construção de um dormitório.(..) Do valor do orçamento apresentado, destaca-se que R\$16.000,00 são referentes à contratação da mão-de-obra local (GALVÃO, 2011:36)

¹⁹ Comunicação pessoal da autora com a analista ambiental do ICMBio Denise Carvalho, 2011

Ainda segundo o relatório de viabilidade econômica de Galvão (2011), considerando o valor de R\$42,00 por pernoite e duas diárias por turista a cada visitação, o autor testou a viabilidade da construção do dormitório. Esse cálculo foi feito a partir de indicadores clássicos de análise econômica de projetos, provenientes da montagem de fluxos de caixa, descontados a uma determinada taxa de juros, para toda a vida útil do projeto: é o *Discounted Cash Flow*.

O fluxo de caixa é o conjunto de entradas e saídas de dinheiro ao longo do tempo, considerando o valor crescente da moeda nesse mesmo tempo, devido à sua remuneração. A elaboração do fluxo de caixa é indispensável na análise de rentabilidade e custos de operações financeiras, e no estudo de viabilidade econômica de projetos e investimentos (PUCCINI, 2006). Considerando os diversos cenários de demanda para o projeto os quais consideram o crescimento gradual do volume de turistas no parque, Galvão (2011) traçou seis cenários prováveis, conforme a tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Projeção de Visitações ao Parque Nacional do Cabo Orange, por ano, entre o ano de 2012 e 2031.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026-2031
Cenário 1	4	4	6	6	8	8	12	16	20	20	20	20	20	20	24
Cenário 2	4	6	8	10	12	14	18	22	24	24	24	24	24	24	24
Cenário 3	4	8	12	16	20	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
Cenário 4	6	10	16	20	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
Cenário 5	6	10	14	18	22	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
Cenário 6	8	16	20	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24

Fonte: Galvão (2011).

Galvão (2011) traçou, também, a possibilidade do retorno financeiro ao investidor, na Tabela 5, a seguir:

Tabela 5 – Resultados do retorno financeiro do dormitório – Projeto TI.

	VPL	TIR	Payback
Cenário 01	5.746,56 reais	21,01%	12 Anos
Cenário 02	17.382,33 reais	26,53%	8 Anos
Cenário 03	31.644,45 reais	34,32%	5 Anos
Cenário 04	38.249,32 reais	39,83%	4 Anos
Cenário 05	36.022,62 reais	38,14%	5 Anos
Cenário 06	45.576,52 reais	48,16%	3 Anos

Fonte: Galvão (2011).

“VPL” significa o Valor Presente Líquido ou *Net Present Value*, ou seja, o valor monetário do fluxo de caixa no ponto zero da escala de tempo. Isso é equivalente à soma das suas parcelas futuras (entradas e saídas ou receitas e despesas) descontadas para o ponto zero através uma determinada taxa de juros, normalmente a taxa mínima de atratividade para o investidor do empreendimento, que no caso foi considerada em 16,22% ao ano. “TIR” é a Taxa Interna de Retorno ou *Internal Rate of Return* de um fluxo de caixa; é a taxa de desconto que faz o VPL ser igual a zero e deve ser comparada à citada taxa mínima de atratividade para o empreendedor (PUCCINI, 2006).

Payback, por sua vez, significa o tempo necessário para a recuperação do investimento inicial, levando-se em conta o custo de oportunidade do capital investido. O *Payback* deve ser medido pela duração da data inicial do fluxo de caixa e a data futura mais próxima até a qual o valor do investimento inicial é coberto pela soma dos valores presentes das parcelas positivas do fluxo de caixa.

Assim, observamos que a tabela seis está mostrando que o cenário “06” se apresenta como o mais rentável, pois se apresenta com o maior VPL, a maior TIR (em que pese estar no limite da taxa mínima de atratividade estabelecida pelo empreendedor) e com o menor *Payback*. Considera-se, portanto, que há viabilidade para o turismo no PNCO, de acordo com o entendimento do ICMBio, se houver uma concessão de terreno na área e se os atores sociais construírem um dormitório.

Até o presente momento foram tratados os aspectos positivos do turismo no PNCO, que mostram a sustentabilidade social e econômica do projeto. Essa posição é ratificada no

plano de manejo do PNCO, onde é expressada em um dos seus objetivos específicos: “tornar o PNCO uma referência para o turismo de base comunitária em parques nacionais” (PNCO, 2011:13).

Um efeito negativo do turismo no PNCO pode acontecer sobre a biodiversidade, se não houver controle da visitação. Isso é calculado e expresso de acordo com a capacidade de carga da UC: determina-se o número de visitantes que o parque pode receber, durante uma temporada específica,²⁰ a tipologia de horário e dos grupos de visitantes e o modo de chegar ao lugar. Uma vez determinada a capacidade de carga, ela deve ser seguida.

Dias (2003) mostra que o manejo racional do eco-turismo e a definição científico-técnica da capacidade de carga dos parques nacionais é uma grande preocupação dos turismólogos em relação às áreas protegidas no Brasil. Essa preocupação é explicada pelo fato de as APs enfrentarem contínuas ameaças, colocando a biodiversidade sob ameaça de degradação, de alteração de habitats e ecossistemas e de biopirataria.

Além do PNCO em si mesmo, é necessário que se faça a contextualização do parque dentro desse grande cenário que é a região Amazônica, o que acontecerá a seguir.

3.2 DETERMINANTES HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA REGIÃO DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

A região amazônica já suscitou muitos olhares: de quem queria reconhecer o lugar, catequizar índios, investigar a natureza, explorar a natureza ou, até mesmo, protegê-la dos estrangeiros. A ocupação da Amazônia se fez em ciclos: da borracha, da madeira e do ouro (MARTINS, 2009). Para a presente tese, a contextualização do PNCO é feita na caracterização da região amazônica, essencialmente como um espaço de fronteira. Martins (2009) distingue dois tipos de fronteira, a frente pioneira (mais estruturada, com relações comerciais capitalistas) e a frente de expansão (espaço de maior conflito, que ocorre geralmente antes da chegada da frente pioneira).

A designação “frente de expansão”, de Martins (2009), expressa a concepção de ocupação do espaço amazônico como marcado pelo conflito dos amazônidas entre si, com populações indígenas, não indígenas ou mestiças como os garimpeiros, os vaqueiros, os

²⁰ Capacidade de carga, de acordo com Dias (2003), se refere ao nível de demanda de visitação que uma área protegida pode suportar, com alto nível de satisfação dos visitantes e baixo impacto sobre o recurso.

seringueiros e os castanheiros. De acordo com o autor, porém, essa afirmação é discutível, já que, para muitos, essa seria uma situação de frente pioneira.

Na frente pioneira, a terra é vista como uma mercadoria que deve gerar lucros. Martins (2009) acredita que alguns estudiosos da expansão do capital na Amazônia, ao fazerem a distinção entre frente de expansão e frente pioneira, cometeram um equívoco: a transferência da precedência do fator econômico para a frente de expansão. O autor acredita que a frente de expansão não se move exatamente pela lógica capitalista, pois nela as condições de mercado não são apropriadas para o desenvolvimento típico de uma economia de mercado. Ele mostra que a precariedade de uma frente de expansão deve-se aos seguintes fatores: atividades econômicas simples, ausência de capital de produção, ausência de infra-estrutura logística e propriedade informal da terra. Nesse sentido, a chegada do novo pode ser compreendida como algo que desagrega. Os que vêm de fora são frequentemente associados à imagem do mal (a besta fera), geralmente identificada com a imagem do dinheiro. Nesse universo fica marcado que o fluxo do capital é interpretado como o causador de um grande mal aos camponeses.

A expansão de camponeses pobres, como consequência de movimentos migratórios para a Amazônia, impõe a redefinição de costumes e tradições. Nesse sentido surgem e são explicados movimentos milenaristas como as profecias de padre Cícero, grupos das Bandeiras Verdes e os seguidores de Maria da Praia²¹ que, apesar dos constantes deslocamentos, apenas se movimentam, numa constante frente de expansão.

Em relação às diferentes definições para frente de expansão e frente pioneira, na prática vem acontecendo a mesclagem dos dois conceitos: grandes empresas capitalistas utilizam mão de obra escrava; povoados pobres ficam gravitando em torno de modernas fazendas e poderosos grupos econômicos; a própria igreja, identificada com modernas teorias teológicas, aplica conceitos básicos primários em suas celebrações, rementendo a uma prática própria de frente de expansão. Os grandes exemplos dessas intervenções são as expedições Roncador – Xingu e a Fundação Brasil- Central, em 1940, e a construção da rodovia Belém – Brasília nos anos 1950, além da política de incentivos fiscais da ditadura militar a partir de 1964.

Com relação, especificamente, à dinâmica de frente de expansão, podemos observar que, tradicionalmente, ela se desenvolve em torno de povoados já estabelecidos que se

²¹ De acordo com Martins (2009), esses movimentos podem ser classificados como expressões religiosas ou romarias. Para mais informações, consultar FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria: canto da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

utilizam de técnicas de agricultura rudimentar: depois de alguns anos cultivando uma roça, os agricultores se deslocam à procura de um terreno novo para cultivar, dando assim sequência a uma nova expansão.

Martins (2009) observa que, na Amazônia, a frente de expansão se desloca continuamente, em decorrência da chegada de grileiros, especuladores, grandes proprietários e empresas que invadem as áreas tradicionais de agricultura rudimentar obrigando os camponeses a se deslocarem à procura de terras livres, mais adiante, ou ficarem na terra trabalhando como assalariados sazonais. Outra característica importante da frente de expansão foi o regime de sesmarias brasileiro, que, embora na sua datação histórica tenha sido encerrado na época da Independência do Brasil, continua orientando as questões referentes ao direito à terra, para ricos e pobres.

Ainda para esse entendimento, é necessário destacar o entendimento de Becker sobre a “natureza amazônica”, já que na região o uso da terra implica em mudanças ambientais globais e reconfigura a Amazônia não mais como uma fronteira, mas como várias fronteiras e espaços de projeção para o futuro: “coexistem nessa percepção interesses ambientalistas legítimos, e também interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos estados sobre o uso do território.” (BECKER, 2004:21).

De acordo com Becker (2004), o desenvolvimento da economia brasileira ainda não modificou as relações de trabalho e produção rurais, mas lançou as bases da estrutura econômica da colônia, as tendências de ocupação do território visando ao interior do país e proteção contra ameaças externas. Assim, junto com os imigrantes, as relações sociais arcaicas também imigraram para o norte.

Nesse contexto amazônico de riqueza de recursos naturais, foi criado, em 1988, o estado do Amapá, onde está situado o PNCO. O estado tem uma extensão de 143.453 km² e uma população estimada de 684.301 habitantes (IBGE, 2011). Foi criado inicialmente como Território Federal do Amapá, pelo Decreto Federal 5.812, de 13/09/1943, desmembrando-se do estado do Pará. Passou à condição de estado em 1988 (IBGE, 2002).

O Amapá tem uma combinação de deltas marinhos e fluviais. Ao norte e a noroeste faz fronteira com a Guiana Francesa (655 km) e Suriname (52 km), em Oiapoque e Laranjal do Jarí. O seu litoral, formado pelo braço norte do rio Amazonas, tem 242 km de extensão, da foz do rio Oiapoque à foz do rio Amazonas. O clima é tropical super-úmido (IBGE, 2002).

De acordo com Haller (2000), a população do Amapá é mais urbana que rural desde 1960, ao menos em termos do local de residência de seus habitantes (critério adotado pelo

IBGE). A porcentagem da população urbana hoje é de 89,8%. A urbanização dos amapaenses ocorreu antes da ocupação plena das áreas rurais (IBGE, 2010).

A maior parte do estado do Amapá (72%) está protegida, de alguma forma, entre reservas, parques, florestas nacionais e estaduais, estações ecológicas, RPPNs e TIs (Drummond e Pereira, 2007; ICMBio 2010). A criação dessas APs coloca o Amapá na vanguarda da preservação ambiental, por um lado, e, por outro, os cidadãos amapaenses usam o termo “engessamento” para se referir a uma situação de extrema limitação relacionada de uso dos recursos à maneira típica das fronteiras.

De acordo com Drummond e Pereira (2007) o Amapá pode estar destinado a servir como região – teste, tanto para a Amazônia quanto para o Brasil, no sentido de mostrar quais são os limites entre a conservação e o desenvolvimento. Segundo os autores, já há várias propostas no sentido da remuneração pelos serviços ambientais prestados pelo estado, por parte de não – amapaenses:

Entre elas, podemos citar: transferências e incentivos fiscais, a formação de um ou mais fundos de sustentabilidade direcionados a beneficiar o estado, doações financeiras privadas, investimentos públicos de porte nas próprias UCs, programas de pesquisa científica e educação ambiental, estímulos ao eco-turismo, financiamento e assistência técnica a atividades produtivas sustentáveis nas vizinhanças ou no interior das unidades, (de acordo com a sua categoria), marketing verde, e certificação ambiental de produtos locais (DRUMMOND e PEREIRA, 2007:88).

A economia do estado do Amapá é pouco expressiva. Nasceu com características extrativistas, produzindo borracha, sementes, ouro e gado. Nos anos 1950 foi iniciado no estado um grande empreendimento de extração mineral, conduzido por uma joint-venture brasileira-norte-americana chamada ICOMI. Além de extrair manganês, com grande sucesso comercial, por cerca de 24 anos, entre 1957 e 1988, a ICOMI fez pesquisa mineral no Amapá, em busca de mais manganês, ferro, bauxita, cromo, ouro e prata, sem que fossem localizadas jazidas de grande porte.

Segundo Drummond e Pereira (2007), a grande e duradoura mina de manganês influenciou mudanças nos indicadores sociais amapaenses. Desde a década de 1950 esses indicadores sociais do Amapá melhoraram: em 1970 o IDH do Amapá era o sexto do Brasil, e em 2004, depois de encerrada a mineração do manganês, ainda era o décimo-segundo. O Amapá caiu no ranking nacional, mas sem retrocesso nos seus escores de IDH.

Na região fronteira Brasil / Guiana Francesa, a Serra do Tumucumaque e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque possuem baixa densidade populacional (0,50 hab/km²) e difícil acesso, por meio de uma única conexão rodoviária, precária, ou pelo rio

Oiapoque. A principal atividade da fronteira é o garimpo de ouro e estima-se que 40 mil garimpeiros brasileiros estejam atuando nos garimpos guianenses, dos quais só um quarto é registrado, situação que gera constantes conflitos (SOARES e CHELALA, 2009). Há pouco controle na fronteira, onde o rio Oiapoque é facilmente transportado por voadeiras. O tráfico de ouro, drogas, mulheres e de migrantes é intenso. Os índios transitam livremente para desfrutar, do lado brasileiro, da assistência da FUNAI e, do lado francês, dos benefícios oferecidos aos filhos lá nascidos (Becker, 2007).

Segundo Irving (2002), os parques nacionais de fronteira na Amazônia brasileira constituem um tema essencial para gestão da biodiversidade. Analisando a realidade da comunidade de Vila Brasil, por exemplo, a presença do Estado na fronteira, na forma de um parque nacional, foi favorável. Soares e Chelala (2009) mostram que a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque impôs restrições ao garimpo, e a população da comunidade de Vila Brasil se apresenta favorável à fiscalização, já que essa comunidade não baseia sua economia no garimpo.

No entorno do PNCO existe um corredor ecológico: o Corredor da Biodiversidade do Amapá (SEMA, 2012), que reúne um total de 12 UCs, entre elas o PNCO, e cinco terras indígenas. O Quadro 1 a seguir mostra as 12 UCs que compõem o Corredor da Biodiversidade do Amapá:

<p>Floresta Estadual do Amapá, Floresta Nacional do Amapá, Reserva Extrativista do Rio Cajari, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo Reserva Extrativista Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo Parque Natural Municipal do Cancão Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque Parque Nacional do Cabo Orange Reserva Biológica do Lago Piratuba Estação Ecológica Maracá – Jipioca Estação Ecológica do Jari. As TIs são: Uaçá, Juminá, Galibi, Tumucumaque e Wajãpi.</p>

Quadro 1 – Unidades de Conservação do estado do Amapá.

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá, 2011.

Com a sua formação, que se constitui na maior área contínua de áreas protegidas do país, a região passa a ser um importante marco na conservação da floresta amazônica e na gestão integrada dessas áreas, que vem a ser o que Miller (1978) chama de *overall land use*, ou planejamento regional da conservação. Na presente pesquisa, o Corredor de Biodiversidade mostra o esforço de conservação da biodiversidade não só no PNCO como em todo o estado do Amapá. Considerando-se que grande parte do território do Amapá está ocupada por áreas protegidas, quaisquer processos produtivos e econômicos tornam-se, intrinsecamente, sujeitos às adequações ecológicas exigidas pelas APs, a não ser o pagamento pelos serviços ecossistêmicos, providos pelo estado ou por parques, como o PNCO.

Neste capítulo, o PNCO foi descrito como uma grande reserva de biodiversidade representada por sua flora, fauna, seus manguezais e suas paisagens. Além disso, é uma referência para o turismo de base comunitária e representa um espaço estratégico para o controle e a gestão em áreas de fronteira. A seguir analisaremos o PNV, que apresenta, atualmente, uma reorganização de sua gestão, devido à publicação da Lei 436 de 14 de abril de 2006. Essa nova estratégia de gestão considera a participação direta das comunidades do entorno do parque na regulamentação de sua área de adesão.

4 - O PARQUE NACIONAL DA VANOISE

O PNV foi criado pelo decreto 63-651 de 6 de julho de 1963. Foi o primeiro parque nacional criado na França. Conta com 52.839 ha, situados no departamento da Savoie, região de Rhône-Alpes. Em 2010 a densidade demográfica da região era de 142,3 hab/km²²². É contíguo ao Parque Nacional Gran Paradiso, na Itália, que tem uma superfície de 70.318 ha. Juntos, o PNV e o Parque Nacional Gran Paradiso formam uma fronteira de 14 km de extensão e a maior área protegida da Europa Ocidental: 123.157 ha. O Mapa 6 a seguir mostra a região do PNV e o seu entorno:

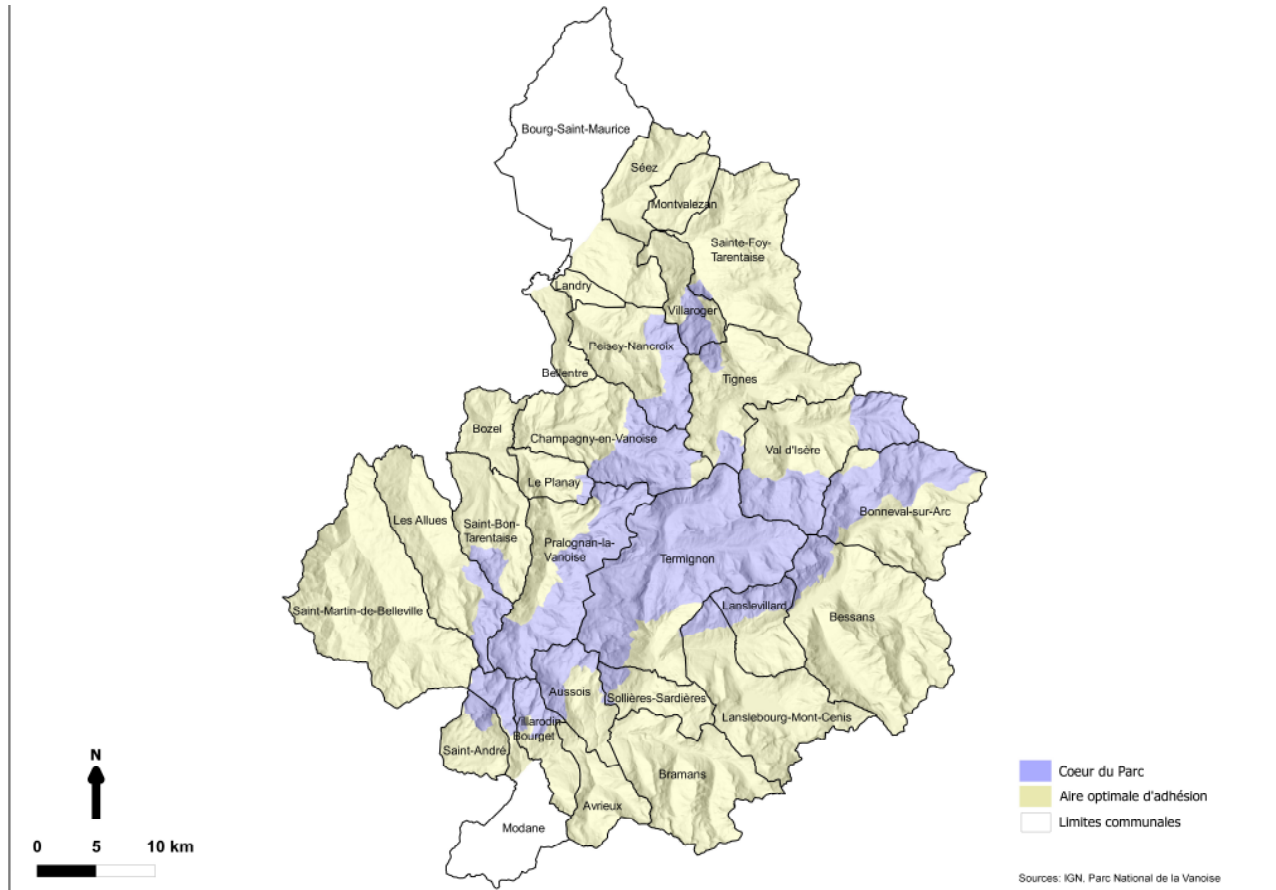


Mapa 6 – O Parque Nacional da Vanoise, na França.

Fonte - NASA, 2012. Elaboração: Renato Prado.

²² Dado do Instituto de estatística e estudos econômicos francês disponíveis em <http://www.insee.fr/en/default.asp> acessado em 02.03.11

O mapa 7 a seguir mostra o PNV com o detalhamento de seu zoneamento interno:



Mapa 7 – Parque Nacional da Vanoise, com a sua zona núcleo e a sua área de adesão.
Fonte: Parque Nacional da Vanoise, 2011.

O mapa 7 acima mostra as subdivisões territoriais do PNV: zona núcleo e área de adesão. A zona núcleo é uma área de “forte proteção da natureza” (PNV, 2011). Apesar disso, as atividades humanas, especialmente as pastoris, são permitidas nesta zona, desde que se apliquem meios e técnicas autorizadas pela direção do Parque (segundo o Decreto de 21 de abril de 2009, relativo à regulamentação do Parque Nacional da Vanoise, anexo 9). Os agricultores e pecuaristas têm permissões especiais para utilizar veículos a motor, usar cães de pastoreio para conduzir os rebanhos e utilizar cães de guarda para protegerem-se contra ataques de lobos. A cobertura florestal da zona núcleo é pequena, com cerca de 400 ha, representando 0,6 % da área total do núcleo (LIBIS, 2011). Já a área de adesão conta com uma cobertura florestal de 20.000 ha. Na presente data, não existe regulamentação

específica do PNV para a sua área de adesão, pois ela está sendo negociada com as comunidades que a compõem.²³

Entre os maciços montanhosos do PNV (vale do Isère, Tarentaise e Maurienne), encontram-se 107 picos com mais de 3.000 metros de altura. O clima do parque é alpino, com três principais subdivisões climáticas: o clima de montanha com os seus picos e geleiras; os vales do Arc e Isère, chamados vales internos; e as áreas próximas da Itália, onde a *Lombarde* (vento do sudeste) exerce mais influência. As principais espécies de fauna encontradas são o íbex alpino, a marmota alpina, o lince da montanha e o *Gypaète barbu*, uma ave de rapina alpina. Esses animais são espécies emblemáticas do parque (LASLAZ, 2005).

A gestão do PNV é a de um "estabelecimento público", ou seja, um órgão independente financiado pelo governo francês e sob a égide do Ministério do Ambiente. As missões do estabelecimento público são: proteger a área do parque para receber visitantes, oferecer infra-estrutura para caminhadas nas áreas permitidas e participar do desenvolvimento local, ajudando a preservar a paisagem e o caráter da área que circunda o parque em si. O parque tem uma equipe de cerca de 40 pessoas em sua sede, e também cerca de 40 guardas patrulhando o parque. É administrado por um diretor e apoiado por um conselho de 41 membros e conta com um conselho científico, econômico, cultural e social. O orçamento total do parque é de cerca de 10 milhões de euros.

O PNV tem sido um laboratório para as políticas de proteção ambiental. Laslaz (2005) mostra que a sua criação foi inspirada em discussões promovidas pelo *Touring Club* francês e por congregações de alpinistas. Resultado de uma confluência de olhares externos às comunidades que o habitavam, o parque era, para alguns, a importância de preservar a montanha e o silêncio para o alpinismo, enquanto para outros urgia proteger o íbex alpino, ou a beleza cênica da paisagem.

Para Selmi (2007), a criação do PNV foi uma concertação entre associações de turismo, guardas florestais, caçadores, o *Touring Club* da França e o clube alpino. O autor evidencia também a importância das redes sociais e dos conflitos entre o compromisso com a conservação das florestas e o desenvolvimento econômico. Esses fatores postergaram a criação do parque, discutida desde 1936, quando surgiram (de forma sistemática) as primeiras idéias dos naturalistas para a região.

²³ Na presente data é a área de adesão está em formação, ela está sendo constituída por comunidades que podem ou não aderir ao PNV. Isso ocorre porque o parque está passando por uma reestruturação legal.

Para Andre Gilbert, um político que foi personalidade marcante na região alpina, dever-se-ia preservar a beleza dos Alpes e o tipo de vida dos seus habitantes. Gilbert via os projetos para o PNV como um antídoto contra o desenvolvimento industrial e urbano imediato ao pós-guerra. Por ser área de fronteira, havia também visões diferenciadas para o território: o exército francês já usou a região da Vanoise em treinamentos de bombardeio de suas tropas, no território da montanha (Saint-André e Aussois, na região da Maurienne). Com a Lei 436 de 14 de abril de 2006 para parques nacionais e parques naturais marinhos e o reduzido número de representantes do Estado no Conselho de Administração, hoje não há mais estrutura legal para que aconteçam novos treinamentos militares (PNV, comunicação pessoal, 2011).

A criação do PNV ocorreu em um momento de envelhecimento da população pastoril, que muitas vezes era pluriativa ou estava abandonando as atividades agrícolas. De acordo com Selmi (2007), as belezas naturais eram o elemento-chave para a criação de parques na França ultra-marina. Já na metrópole²⁴, o argumento havia evoluído para a proteção de alguma espécie notável e / ou espécies ameaçadas, como o *ibex alpino*, no caso da Vanoise. Seguiram-se algumas mudanças, como: a modificação da lei francesa de 1960, para a Lei 436 de 14 de abril de 2006 está fornecendo estratégias com base na perspectiva integrada de políticas de ordenamento e de planejamento territorial para que os parques sejam territórios de co-existência e concertação entre natureza e cultura.

A Lei 436 de 14 de abril de 2006 determina um novo papel para o parque, que deverá se estabelecer após a negociação e consulta com todos os atores institucionais envolvidos, incluindo as comunidades, de acordo com o que determinará a carta magna (PNV, 2011).

4.1 - O TURISMO NO PARQUE NACIONAL DA VANOISE

Os resorts da Haute-Tarentaise formam a maior área de esqui da Europa. O turismo desenvolvido na região produz uma relação de poder econômico muito desequilibrada, em detrimento do PNV, e torna difícil a tarefa de promover uma abordagem de desenvolvimento sustentável. A fotografia 3 a seguir mostra Meribel, um dos resorts de esqui da Haute-Tarentaise:

²⁴ Selmi (2006) defende que as colônias francesas serviram como laboratório de parques nacionais, sendo usadas para testar soluções para territórios da metrópole.



Fotografia 3 – a estação de Meribel, dentro da área de adesão do PNV.

Fonte: <http://www.les3vallees.com/>. Autoria de David André. Acesso em 01/03/ 2012.

A indústria do turismo no PNV está conectada à *Les Trois Vallées* que, de acordo com o site da empresa (2011), é a maior área, interligada, para a prática de esqui do mundo. Ela soma seis resorts, dos quais três estão na área de adesão do PNV (Brides-les-Bains, Val Thorens e Courchevel) Ao todo, as pistas de esqui da *Les Trois Vallées* totalizam 600 km de extensão de pistas esquiáveis. 18% da área de adesão do PNV são ocupadas por pistas de esqui e, além disso, as comunidades oferecem uma gama de atividades culturais complementares, tanto no inverno quanto no verão: oficinas, festivais e exposições.

A direção do parque organiza festas temáticas com temas ligados à natureza semestralmente, e gerencia museus abertos aos visitantes, bem como centros comerciais em que são apresentados ao público os produtos de artesanato local. As placas turísticas apresentam todas as comunidades da área de adesão. Em Chambéry, na sede do PNV, a “Casa do parque e da montanha” foi inaugurada em setembro de 2006. Ela é um espaço multimídia dedicado ao PNV, ao Parque Natural de Bauges, da Chartreuse, e ao lago Bourget (PNV, 2011, comunicação pessoal).

Existem ainda as estações termais na região alpina, que atraem visitantes para a área limítrofe à área de adesão do PNV: Aix-les-Bains e Evian-les-Bains. De acordo com o centro de informação ao turista de Evian-les-bains, em 1790, o Conde de Saint Catherine Laizer descobriu a fonte de água Evian por acidente. O Conde sofria de doenças múltiplas, mas experimentou melhoras com a água potável de Evian e, por isso, a água passou a ser engarrafada a partir de 1825.

Existem muitos relatos sobre como o turismo tornou-se célebre dentro e em torno do PNV, especialmente nas regiões da Savoie, lago Léman, Chamonix e a região do Val Frejús, conectando a Itália com Aix-les-Bains e Evian-les-Bains (BOHLS e DUNCAN, 2005). Havia, no século XVIII, uma prática social comum entre aristocratas ingleses e alemães chamada de *Grand Tour*. Basicamente, os aristocratas passavam um ano viajando por países europeus ícones de gloriosas civilizações antigas, sobretudo a Itália e a França. A Savoie foi uma importante destinação para essas pessoas. Nesses países eles aprendiam arte e cultura clássicas, complementando a sua educação formal.

Assim, as cidades em torno dos lagos Léman (Genebra, Thonon-les-Bains, Evian-les-Bains), Le Bourget (Aix-les-Bains) e Annecy ficaram conhecidas por seus banhos terapêuticos e spas. Especialmente depois da instalação de ferrovias, em 1908, a região da Savoie tornou-se assunto constante nos salões aristocráticos parisienses e londrinos como uma das paradas do *Grand Tour*. Foi somente nos anos 1950 que o turismo de massa chegou à Savoie (BOHLS e DUNCAN, 2005).

De acordo com Mauz (2002), outras indústrias também foram pujantes nessa região, no passado, como a metalúrgica e a química, depois da II Guerra Mundial. Nos últimos 30 anos, contudo, esta realidade se modificou, pois a maioria das indústrias fechou suas portas. Durante a fase da metalurgia, a procura pelo carvão, a construção de grandes barragens e as obras de infra – estrutura modificaram a fitofisionomia dos vales do PNV.

A zona núcleo do PNV abrange quase 53.000 hectares. É dividida em seis distritos administrativos, três na Haute - Maurienne (Bonneval, Termignon e Modane), e três na Haute-Tarentaise (Val d'Isere, Sainte-Foy e Pralognan). A sede do Parque está localizada em Chambéry, fora do perímetro do parque. Na zona de adesão (cerca de 148 mil hectares), originalmente concebida como uma zona de transição, não há regulamentação específica das atividades humanas.

O terreno e o clima relativamente favorável da parte interna dos alpes franceses permitiram o desenvolvimento agrícola e pastoril das regiões da Maurienne e da Tarentaise. O gado leiteiro apresenta-se de formas bem diferentes de um vale para outro: no verão, nas pequenas montanhas da Maurienne, cada família mantém seu gado, enquanto nas grandes montanhas da Tarentaise a criação é coletiva, e os agricultores confiam, temporariamente, seus animais a terceiros. O pastoreio de ovinos também mudou, especialmente entre 1960 e 1970, de rebanhos de leite para rebanhos de corte, no momento que a venda da carne de cordeiros ficou mais rentável.

A caça é tradicional nos Alpes franceses, ainda que fora do PNV. Como a presença humana nessa região está ligada ao pastoreio de gado bovino e ovino, mesmo a existência de parques nacionais não foi suficiente para diminuir a desaprovação comunitária das matilhas. Mauz (2002) retrata as relações entre homens, lobos e a caça em geral, na Vanoise. Em seu trabalho, a autora discute as mudanças pelas quais os caçadores da região do PNV passaram, relacionadas à mudança de regras com a criação do parque:

Antes, meu pai esperava primeiro o animal morrer pra então saber se a camurça era macho ou fêmea. Mas agora nós precisamos estar muito familiarizados com a camurça. Então tivemos que aprender a reconhecer animais que eram trazidos pelas pessoas, lemos livros, muito se tem discutido por aqui. E agora, após sete anos de plano de caça, todos os caçadores são capazes de reconhecer um macho ou uma fêmea "(um caçador)" (MAUZ, 2002:308) ²⁵.

Os comunitários também profetizam que, cedo ou tarde, um lobo poderia atacar um turista, prejudicando a economia local (MAUZ, 2002). Em relação à predação de rebanhos de ovelhas, a legislação do PNV prevê o ressarcimento de todos os custos se ficar provado que houve algum ataque de lobos. Naturalistas e gestores do PNV respondem às críticas sobre os possíveis ataques humanos por lobos alegando que nem na Turquia ou no Afeganistão, onde há grandes populações de lobos, há ataques contra os homens.

Mauz (2002) mostra que o perfil dos agentes do parque tem se modificado ao longo dos anos. O que a autora chama de primeira geração de guias e gestores seriam aqueles provenientes da região, que conheciam os Alpes como terreno familiar. A segunda geração, advinda da instauração de concursos públicos, tem perfil mais cidadão, e preza pela mobilidade na prática profissional. Assim, a primeira geração de guias e gestores provavelmente passou a sua vida no mesmo município, enquanto a segunda preza pela mudança constante e conhecimento de diversas áreas protegidas dentro da França, ou mesmo no exterior.

Desde a sua criação o parque foi identificado como uma proteção contra a pressão intensa exercida pelo grande número de visitantes e contra as transformações da paisagem do maciço, o que desencadeou conflitos com as comunidades residentes (LASLAZ, 2006). O mais exemplar é o *Affaire de La Vanoise*: entre 1969 e 1972, um projeto de redução da área central do parque em favor da ampliação da área de esportes de inverno foi vetado pelo Presidente da República, Georges Pompidou, apesar do voto favorável emitido pelas

²⁵ Tradução livre da autora.

comunidades e pelo Conselho de Administração do Parque. Esse conflito é apontado como o vetor da mudança cristalizada na Lei 436, de 14 de abril de 2006.

Por outro lado, o PNV (2011) tem encorajado a prática de um turismo de verão, por ser menos impactante. O turismo de inverno requer grande dispêndio energético: as estações de esqui precisam de teleféricos e neve artificial, pois a neve natural não é suficiente para a prática do esporte - devido ao grande contingente humano. De junho a setembro são abertos os refúgios nas montanhas. Eles são albergues para turistas que requerem pouco conforto, com quartos e banheiros coletivos. As refeições são feitas nos próprios refúgios e há guias disponíveis para as trilhas.

O PNV solicitou e recebeu em 1972 o benefício do Diploma Europeu de Áreas Protegidas do Conselho da Europa. Esta distinção, que se aplica na França até o momento apenas para seis áreas protegidas, principalmente parques nacionais, é acompanhada por fortes recomendações do Conselho da Europa relativas à proteção do patrimônio natural, cultural e paisagístico do coração do parque. O diploma tem sido concedido, até agora, a cada cinco anos e foi renovado no início de julho de 2011 por um período de 10 anos, combinando a partir de agora ações conjuntas dos Parques Nacionais da Vanoise e do Gran Paradiso (Comunicação pessoal com o gestor Christian Neumuller - PNV, 2010).

De acordo com o PNV (comunicação pessoal, 2010), o parque também trabalha para preparar um pedido de Geoparque, cujo título reconhece os esforços do território para a conservação do patrimônio geológico, especialmente em atividades de proteção, científicas, educativas e informativas, incluindo o turismo. Este título é patrocinado pela UNESCO e constitui um primeiro passo na preparação para a apresentação do pedido de registro como Patrimônio Mundial da Humanidade.

4.2 – DETERMINANTES HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA REGIÃO DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DA VANOISE

A zona núcleo do PNV é classificada como AP de categoria II. O seu entorno, porém, que abrange 28 comunidades, compõe a área de adesão do parque e não é categorizada pela UICN. Há montanhas, vales, pequenas vilas e florestas, inseridas em uma forte realidade de economia turística. No processo de negociação entre o PNV e as comunidades para o estabelecimento da carta – magna do parque, estabeleceu-se que o PNV proverá assistência técnica para que as atividades econômicas se insiram no contexto de promoção de desenvolvimento sustentável do parque. As comunidades que escolherem participar da

área de adesão serão recompensadas por se adequarem às normas de produção com menor pegada ecológica e poderão receber auxílios fiscais e subsídios do Estado²⁶.

Esses subsídios do Estado francês podem ser chamados serviços ambientais da agricultura, de acordo com Santos (2011). Eles são uma assistência financeira para compensar uma desvantagem causada pelo meio ambiente. Assim, existe o subsídio de compensação pelas desvantagens naturais (*l'indemnité compensatoire des handicaps naturels*), concedido aos agricultores que praticam a agricultura em áreas consideradas difíceis, como a montanha. Nesse caso não há diferenciação do auxílio, independentemente de o agricultor estar dentro ou fora de uma AP.

Mas há os auxílios com condicionalidades ambientais também, como foi dito para as áreas de adesão do PNV. São as "medidas agroambientais" (*mesures agroenvironnementales* - MAE). O objetivo principal destas medidas é manter a agricultura em áreas onde há um "déficit" devido a mudanças nas práticas do agricultor que se tornou mais virtuoso para o meio-ambiente. São contratos de cinco anos incidindo sobre os diferentes domínios de intervenção: a proteção das espécies ameaçadas e a conservação da água e da biodiversidade. De acordo com Santos (2011),

a medida agroambiental está inserida na política rural da UE, com flexibilidade de aplicação a nível nacional e com um impacto potencial elevado na conservação da biodiversidade e na provisão de serviços ambientais devido à escala a que se concretiza e aos recursos financeiros disponíveis.(...) E, numa futura revisão do programa, há um elevado potencial de melhoria do foco da Política Agrícola Comum no sentido de assegurar a provisão de serviços ecossistêmicos (SANTOS, 2011:9).

Existe uma discussão entre os parques franceses sobre o pagamento por serviços ambientais prestados pela agricultura especificamente dentro dos parques nacionais, como parte da Política Agrícola Comum europeia.²⁷ O argumento utilizado é que os parques nacionais preservam a biodiversidade e devem ser compensados como tal, e não apenas o "déficit" associado a uma mudança de prática. A principal dificuldade é definir um método para avaliar a contribuição de cada parque para a biodiversidade, mas já existem estudos em curso para tentar definir um método.

²⁶ Os dados usados nesta seção foram retirados no ano de 2011 do Projeto de Carta - Magna do PNV, obtido através de comunicação pessoal com a direção do parque.

²⁷ A Política Agrícola Comum da União Europeia é um sistema de subsídios da União Europeia, criada para garantir (1) o abastecimento regular de gêneros alimentícios e (2) um rendimento em conformidade com os desempenhos dos agricultores.

As medidas agroambientais são classificadas por Santos (2011) como PSA-like. Isso significa que elas são como uma forma de pagamento por serviço ambiental, mas têm um respaldo na esfera estatal. Santos (2011) explica que

As diferenças para um PSA puro são igualmente evidentes nas medidas agroambientais da UE (...), que constituem políticas de subsídio que se baseiam exclusivamente no financiamento público, mas que têm um elevado potencial para se reorientarem e integrarem numa política de promoção da provisão de serviços dos ecossistemas. A discussão de casos que não configuram um PSA puro traz vantagens na medida em que dada a natureza e diversidade dos objetivos a atingir na política de conservação da biodiversidade, bem como a dificuldade de garantir o financiamento dos programas exclusivamente através do mercado, exigem que se considere a concepção e aplicação de pacotes de instrumentos (policy mixes) flexíveis e articulados, que garantam o cumprimento de uma função adequada a cada um dos instrumentos (SANTOS, 2011:3).

O projeto de carta-magna do PNV classificou seis vocações principais para o território de adesão: espaços de forte naturalidade, agro-pastoris, turismo de inverno, turismo de verão, manejo florestal e silvicultura. Nessas áreas serão incentivadas boas práticas para uma produção “eco-cidadã”, ou seja, baseadas na sustentabilidade social e econômica, além da ambiental.

A sustentabilidade econômica se traduz no que tem sido chamado de “passarela entre as estações” – como o turismo de inverno gera, em média, o quádruplo da renda do verão, o PNV agora tenta manter uma maior constância dos lucros ao longo do ano. As comunidades com maiores receitas advindas do turismo são: Aussois, Bramans, Bessans, Bonneval-sur-Arc, Lanslebourg - station Val Cenis, Peisey-Nancroix, Pralognan-la-Vanoise, Termignon, Tignes, Val d'Isère e Villarodin-Bourget.

Ainda com o intuito de incentivar o turismo, o PNV está na lista francesa dos territórios qualificados a solicitar ingresso na listagem do Patrimônio Mundial da Humanidade. Esse registro está sendo feito em parceria com o *Parco Nazionale Gran Paradiso*. O parque está associado a várias redes: a de Parques Nacionais da França, Comissão Francesa de áreas protegidas da UICN, Rede Alpina de Áreas Protegidas e Europarc. Esta rede internacional significa, para as comunidades da área de adesão, um reconhecimento patrimonial internacional que beneficia tanto os serviços quanto os produtos que têm a marca do parque.

Esse processo de internacionalização e valorização da região alpina pode ser observado em seu contexto histórico (vide o cartaz utilizado pela companhia da estrada de Ferro Lion entre 1920 e 1959, na Figura 1 abaixo). A utilização de imagens naturais, numa alusão à paisagem bucólica e à estética arcadista, continua atual.



Figura 1 - Cartaz utilizado pela Companhia de ferro de Lyon entre 1920 e 1959.

Autor: J. Langlois *apud* Laslaz, 2007.

Considerando o entorno da fronteira italiana, antes mesmo da criação do PNV, em 1963, já havia troca de cartas entre os líderes das duas instituições no sentido de trabalhar para a criação de um parque na zona de fronteira. A geminação do PNV e do *Parco Nazionale Gran Paradiso* foi iniciada em 1972, seguida por uma carta-magna de geminação em 1999. Essa carta-magna é a referência para a realização de ações conjuntas validadas a cada ano. São ações como a contagem de animais selvagens e inspeção das plantas, partilha do acesso a bibliotecas de fotos, visitas de estudo, regulamentações, intercâmbios transfronteiriços de curto prazo de agentes e projetos de rotulagem.

O presente capítulo centrou-se na análise do PNV e de suas particularidades, fornecendo a base para compreendermos, no contexto nacional francês, seus determinantes de gestão: o turismo, a sustentabilidade social do parque e o PSA-like, que é uma forma de capitalizar a conservação francesa. A seguir a presente tese versará sobre o que está se idealizando como uma perspectiva para parques nacionais no Brasil, que são os pagamentos por serviços ambientais. Essa é uma possível forma de países de vocação florestal e agrária, como o Brasil, poderem prover uma maior sustentabilidade social à sua política ambiental. A França não será analisada, no capítulo a seguir, porque nesse país já existem os subsídios MAE, supracitados, compreendidos como PSA-like.

5 – PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Ecosistemas naturais fornecem valiosos serviços ambientais²⁸, tais como o seqüestro de carbono, a conservação da biodiversidade e a proteção de bacias hidrográficas. A sua destruição leva à perda desses serviços. No Brasil, por exemplo, o desmatamento causa três quartos das emissões de carbono (STERN, 2007).

O Pagamento por Serviços Ambientais - PSA pode ser uma solução interessante e inovadora na procura por sustentabilidade tanto em áreas protegidas quanto em áreas onde se procura conciliar a produção agrícola e a preservação dos serviços ecossistêmicos. Alguns experimentos já existem no Brasil, especialmente na Amazônia e na mata Atlântica (HALL, 2008a, 2008b; FEARNSSIDE, 2006). Na Europa, a Política Agrícola Comum e a adoção do conceito de "multifuncionalidade" da agricultura podem ser vistas como um primeiro passo nessa direção. Na região dos Alpes suíços, por exemplo, o princípio do PSA já está incorporado na política do governo e tem contribuído significativamente para a gestão dos recursos hídricos e dos ecossistemas protegidos (CSDWAND, 2007).

Além disso, o conceito de fornecimento de pagamentos para a prestação dos principais serviços ambientais tem sido aceito como um veículo importante para a conservação de recursos e redução da pobreza (FAO, 2007). Espera-se que a compensação oferecida pela Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e pelo desmatamento evitado no passado (*REDD Plus*) seja agora incorporada ao abrigo de algum protocolo internacional (Ver conceitos no Box 4 a seguir). Isso porque o mecanismo de REDD foi incorporado ao Plano de Ação de Bali (13ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança Climática da ONU - UNFCCC), mas de acordo com Medeiros (2011), ainda não está claro como ele será operacionalizado.

1 – REDD: a sigla vem do inglês REDD (Reduced Emissions for Deforestation and Degradation), ou Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação, que tem como objetivo criar valores econômicos para a floresta em pé, ou seja, é um mecanismo financeiro, criado pela ONU, para evitar a emissão de carbono. Pertence à Convenção do Clima e não à da Biodiversidade, apesar de ser pertinente a ambas. Funciona da seguinte forma: um poluidor poderá compensar suas emissões comprando créditos de quem conserva sua floresta. Porém, se uma pessoa mantém sua mata em pé, ela também será compensada financeiramente.

²⁸ Os termos "serviço ambiental" e "serviço ecossistêmico" têm sido utilizados na literatura internacional como sinônimos. No Brasil, tem se observado mais o uso do termo "serviço ambiental". Para a presente pesquisa, os termos são utilizados como sinônimos.

2 - REDD +: assim como o REDD, também é negociado sob os auspícios das Nações Unidas. Aqui, o mecanismo de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação é seguido de um sinal de adição (+), que se refere ao papel da conservação, do manejo sustentável das florestas e da valorização do carbono florestal.

Box 4 – Os conceitos de REDD e REDD +.

Fonte – PÁDUA, 2012 (1) e ONU, 2011 (2).

O Brasil apresenta a maior extensão contínua de florestas tropicais e é considerado a maior reserva mundial em megadiversidade. A Amazônia representa, assim como outras regiões do planeta, um ponto de atração mundial, como se ela regularizasse o equilíbrio climático de todo o planeta. Sabe-se, porém, que ela sozinha não é capaz de fazer isso (PORTER e BROWN, 1991). No comércio mundial, os países detêm tecnologias avançadas, se beneficiam dos recursos naturais de países que dispõem de ricas reservas de biodiversidade, mas não contam nem com tecnologias avançadas, nem com os recursos financeiros suficientes para a sua conservação. A CDB firmou-se como um instrumento catalizador para a conservação da biodiversidade e da partilha de seus benefícios:

podemos dizer que é ela uma moldura para os pagamentos por serviços ambientais a partir da negociação entre o conjunto de atores envolvidos instituindo-se, por seu intermédio, um novo regime global, com respeito aos recursos genéticos e biológicos (ALBAGLI, 1998:22).

Nos anos 1990, o governo brasileiro procurou obter um maior controle sobre a região amazônica através do estabelecimento de instrumentos de coordenação, planejamento e política regional. Foi criado então o Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, PPG7, fato acontecido durante a reunião de Cúpula dos países membros do Grupo dos Sete, realizados em Houston, no Texas, em julho de 1990. De acordo com Albagli,

A transferência de fundos externos para subsidiar a intervenção das autoridades públicas brasileiras sobre nossos ecossistemas florestais foi justificada internamente com a necessidade de cobrir custos com questões ambientais de abrangência global, em especial os impactos da destruição das florestas tropicais sobre as condições da atmosfera terrestre, o clima e a diversidade biológica (ALBAGLI, 1998:234).

O PPG7 incorporou a abordagem do desenvolvimento sustentável e se tornou um articulador das iniciativas de diferentes setores da região amazônica. Na esteira do PPG7 surgiram: o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), em setembro de 1990, uma Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, em 1995, o “Pacote Amazônico” (Medida Provisória 27/7) e a proposta de uma Agenda Amazônica 21 em 1997, como resultado da Agenda 21, firmada durante a Rio-92 (MMA, 2012).

O “Pacote Amazônico”, lançado em 1996 pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, foi uma reação ao aumento do desmatamento na região, mas terminou por ser considerado uma política de difícil implementação por falta de infraestrutura do governo para controle e fiscalização. O Estado agiu em função da pressão de madeireiras, especificamente de grupos asiáticos, que compravam madeireiras na região Norte (NOVAES, 1996). O Ministro do Meio Ambiente do governo FHC, Gustavo Krause, considerava a situação “uma delinquência econômica”, e citava estudos que propunham que se compensasse o ônus da conservação, como o pagamento, por parte das próprias empresas exportadoras, pela degradação causada por suas atividades (NOVAES, 1996). Atualmente, a valoração dos serviços ambientais se desenvolveu:

em estudo global recente (TURNER et al., 2007) situa na Amazônia a maior área contínua prioritária para conservação de biodiversidade do mundo. Estudos de valoração de serviços ambientais são, em geral, questionados, mas ao mesmo tempo julgados necessários como insumos para o desenho de estratégias visando à conservação. Costanza et al (1997), numa tentativa de valorar os serviços ambientais globais, sugerem que o valor em grande parte da floresta amazônica seja cinco vezes maior que a média das florestas tropicais no mundo. Fearnside (1997), enfocando principalmente serviços relacionados à água, mitigação de mudanças climáticas e biodiversidade, argumenta que o custo de manutenção desses serviços é muitas vezes menor que a potencial disposição dos seus beneficiários a pagar por esses serviços (WUNDER et al., 2008:22).

Considerando-se a relação biodiversidade/prosperidade, Drummond (2002), porém, mostra que a prosperidade não se alcança somente com a presença acentuada de recursos naturais em determinado território. Ao contrário, a abundância de recursos se associa fortemente ao subdesenvolvimento ou a um nível de prosperidade relativamente menor à que ocorre em regiões industriais e de serviços. O autor (2002) argumenta que há uma tendência em igualar o bem estar humano à presença de recursos naturais explorados sustentavelmente, o que ele chama de “neo-fisiocratismo”, mas que isso não se observa na prática. O problema do “neo-fisiocratismo” é que o *output* desse setor é muito pequeno quando comparado ao do setor tecnológico-industrial. O autor relembra que a deterioração dos termos de troca de recursos naturais em face aos bens industrializados continua a ocorrer (PREBISCH, 1950, DIAKOSAWAS e SCANDISSO; 1991 apud DRUMMOND, 2011):

Prebisch elegeu como fator decisivo a tendência histórica de que volumes cada vez maiores de recursos naturais eram necessários para comprar volumes fixos ou mesmo decrescentes de bens industrializados (DRUMMOND, 2011:03).

A tentativa de contabilidade real dos serviços ecossistêmicos teve destaque não só na CDB, mas também na Avaliação Ecossistêmica do Milênio. De acordo com esse

relatório, os principais tipos de serviços ecossistêmicos seriam: alimentos e água, controle do clima e de doenças, apoio aos ciclos de nutrientes e polinização de culturas e os bens culturais (ONU, 2005).

O Ministério do Meio Ambiente vem adotando o seguinte conceito para PSA:

Uma transação voluntária, na qual, um serviço ambiental bem definido ou um uso da terra que possa assegurar este serviço é comprado por, pelo menos, um comprador de, pelo menos, um provedor, sob a condição de que o provedor garanta a provisão deste serviço (condicionalidade) (WUNDER, 2008: 12).

No momento da realização da presente tese, existe um projeto de lei em trâmite na Câmara dos Deputados (PL 792/2007) que prevê a transferência de recursos às pessoas que ajudam a produzir ou conservar os serviços ecossistêmicos, apresentando as seguintes definições:

Serviços ecossistêmicos: benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoramento das condições ambientais, nas seguintes modalidades ou produtos:

Serviços de provisão: os que fornecem diretamente bens ambientais utilizados pelo ser humano para consumo ou comercialização, tais como água, alimentos, madeira, fibras e extratos, entre outros;

Serviços de suporte: os que mantêm a perenidade da vida na terra, tais como a ciclagem de nutrientes, a decomposição de resíduos, a produção, a manutenção ou a renovação da fertilidade do solo, a polinização, a dispersão de sementes, o controle de populações de potenciais pragas e de vetores potenciais de doenças humanas, a proteção contra a radiação solar ultravioleta e a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético;

Serviços de regulação: os que concorrem para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos, tais como o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas, e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamentos de encostas; (PL 792/2007:1).

Essas definições estão em consonância com as definições propostas no *Millenium Ecosystem Assessment*, na CDB e no MMA. Podemos tomar como exemplo o caso do Parque Nacional de Brasília. Ele protege o sistema de abastecimento de água Santa – Maria/Torto, que serve aproximadamente 25% da população do DF. A proteção oferecida pela UC garante maior disponibilidade hídrica e qualidade de água para a companhia de abastecimento, estoque de carbono, estabilização ou conforto climático e beleza cênica. A beleza cênica da UC é um serviço ecossistêmico menos difuso, pois só pode ser apreciado pelos visitantes. Ele é pago via cobrança de ingressos.

Ao contrário do princípio de poluidor-pagador²⁹, pelo qual se espera que o pagamento mude o comportamento do poluidor, o PSA visa manter ou remunerar o provedor, mantendo o "bom comportamento" ambiental ou aumentando a viabilidade de ações de conservação que restringem o acesso direto aos recursos naturais. Isso se inscreve na lógica de negociação descrita por Motta (1996). Essa negociação define os entes que geram as externalidades positivas (os que conservam os serviços) e aqueles que fazem uso dessas externalidades negativas. Existem várias formas de se alcançar esse objetivo, como arranjos públicos em fundos, compartilhamento da operação de cobrança e pagamento com comitês de bacias (lançando mão de instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos) e arranjos nacionais para a captação e os repasses de recursos.

A obtenção de novas fontes de receita destinadas ao PSA também pode ser feita através de mecanismos de mercado ou doadores internacionais. Eles podem levantar fundos substanciais para melhorar a gestão de áreas protegidas e fornecer incentivos econômicos para estimular práticas de desenvolvimento sustentável em seu entorno (BECKER *et al*, 2011).

Na Europa, a UE tem tomado medidas a fim de adaptar a sua política de desenvolvimento regional à sustentabilidade, com o desenvolvimento de abordagens de PSA-like (SANTOS, 2011), como o PSA prestado por ambientes já manejados para a produção, a certificação de produtos associados à melhores práticas ambientais e a construção de cadeias produtivas para produtos mais sustentáveis para suas áreas vulneráveis³⁰. Dada a sua importância primordial em termos da biodiversidade europeia, a região alpina foi privilegiada em termos de PSA. A Convenção Alpina, com sede em Innsbruck, é um importante instrumento para aplicar políticas transfronteiriças ratificadas por todos os estados da convenção e orientar as iniciativas locais de desenvolvimento sustentável e PSA (CIPRA, 2011).

5.1 – O SISTEMA DE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS É EFICAZ?

A situação mundial de mudanças globais torna o momento presente propício para acordos nacionais e internacionais entre provedores públicos ou privados e compradores de

²⁹ De acordo com a OCDE (2012), é a abordagem política ambiental em que a responsabilidade de um produtor é estendida para a fase pós-consumo do ciclo de vida do produto.

³⁰Ver, por exemplo, o programa SMAP da UE para a zona mediterrânea.

serviços ecossistêmicos. De acordo com King et al (2003), existem sete características que tornam um esquema de PSA adequado:

- a- os serviços ambientais que serão negociados são bem definidos;
- b- as características dos ecossistemas que fornecem o serviço são claramente identificáveis;
- c- há disposição para pagar pelos serviços por parte dos beneficiários;
- d- o sistema de monitoramento é viável e custo-efetivo;
- e- os direitos de propriedade são bem definidos;
- f- os serviços ambientais podem ser valorados em termos monetários; e
- g- os custos de participação e transação são minorados para permitir o acesso do maior número de participantes e para dar viabilidade econômica ao processo.

Cada uma dessas características permite identificarmos as dificuldades da implementação dos arranjos de PSA (de acordo com RADAR – IPEA e CARVALHO, 2011³¹):

- a. quanto a serviços bem definidos: além dos serviços associados à água (qualidade e quantidade), os de beleza cênica, conforto climático, polinização e diminuição da ocorrência de pragas, entre outros, não são de fácil definição e mensuração;
- b. quanto às características do ecossistema que fornece o serviço: para países com ambientes menos diversos e que já detêm grande acúmulo de conhecimento sobre a sua dinâmica, como alguns ambientes de climas temperados, as relações de cada componente do ecossistema são claramente entendidas e monitoradas para que se chegue a uma medida de quanto cada unidade de cada elemento do ambiente corresponde a cada unidade de serviço fornecido. Isso é de difícil aplicação no Brasil, pois falta um conhecimento mínimo das espécies de cada bioma. Dessa forma, é difícil saber sobre a sua ecologia e sobre a dinâmica de provisão de serviços;
- c. quanto à disposição para pagar: este componente requer um esforço de levantamento junto à sociedade. A disposição para pagar está associada em geral ao quanto a sociedade aprecia ou valoriza o serviço prestado. Quanto maior o desconhecimento ou a sensação de abundância do recurso, menor será a disposição para pagar;

³¹Comunicação pessoal da autora com Sérgio Carvalho, analista ambiental do MMA.

- d. quanto a um sistema de monitoramento viável e custo-efetivo: este ponto se relaciona com o item b; sem o real conhecimento sobre o quanto é atualmente provido do serviço, dificilmente se terá um monitoramento eficiente. Mas, independente desse aspecto, monitoramento em geral requer minimamente uma rede robusta de agentes ou equipamentos em campo, elementos absolutamente carentes na área ambiental brasileira. Infelizmente para a maioria dos arranjos de PSA, esquemas remotos de monitoramento não teriam a resolução adequada para atestar seu provimento, havendo alguma aplicação para água (estações automáticas de monitoramento) e cobertura vegetal (por imagens de satélite);
- e. quanto aos direitos de propriedade: esta situação é facilitada para proprietários privados de médio e grande porte, representando a maior extensão territorial do campo brasileiro (IBGE, 2006), mas concentra uma pequena parte da população rural; é de fácil resolução somente para UCs com situação fundiária regular;
- f. quanto aos serviços serem valorados em termos monetários: caso sejam superados os desafios de se mensurar o quanto dos serviços é provido, a valoração é um elemento que pode ser custoso e, se mal feito, pode inviabilizar o arranjo, por ser de alto custo para a implementação ou por não dar segurança para a cobrança;
- g. quanto aos custos de participação e transação: podem representar um grande empecilho para os agentes privados, mas com relação a UCs o custo acaba por se diluir no sistema de suporte da máquina pública existente.

De acordo com Landel–Mill e Porras (2002), existem soluções viáveis, como calcular um potencial de provimento de serviços disponível regionalmente, composto com o potencial provido para o sistema como um todo, em valores médios providos por hectare protegido. O resultado seria o volume total provido pelo sistema, partindo-se posteriormente para um arranjo com os setores pagadores (abastecimento e energia). O mesmo raciocínio pode ser aplicado para outros serviços quando se tenha clareza sobre a base para a cobrança. Essas transações em bloco de serviços já vêm sendo implementadas, mas, se comparadas com as transações diretas provedor X pagador, apresentam deficiências, na medida em que as transações em bloco podem levar à má distribuição de recursos entre os provedores.

Isso se apresentaria de maneira inversa para as UCs, na medida em que os sistemas organizados em cada esfera de governo teriam a capacidade de garantir que os recursos fossem repassados entre essas UCs. No entanto, ainda que avanços técnicos e de conhecimento ocorram e um modelo adequado seja desenvolvido, os aspectos institucionais que garantam a capacidade de prestação de contas e de monitoramento dos serviços

prestados estão bem aquém do desejável. Ainda que sejam alocados recursos, as lacunas de financiamento e implementação do sistema são significativas, sendo necessário um compromisso do Estado para a sustentação de um sistema viável.

Nas áreas protegidas (como APAs) onde o Estado não é o dono dos recursos, ele pode assumir um papel de gestor do território, trabalhando diretamente com os proprietários para assegurar que esses sejam prestadores confiáveis, seja via convencimento, assistência técnica ou até mesmo um controle mais próximo das atividades de cada proprietário.

5.2 – O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Considerando-se os artigos 47 e 48 da Lei 9.985/2000, existe previsão legal para se implementar a cobrança pelo serviço da água em unidades de conservação. De acordo com Medeiros *et al* (2011),

no que tange aos diferentes usos da água pela sociedade, 80% da hidreletricidade do país vem de fontes geradores que têm pelo menos um tributário a jusante de unidade de conservação; 9% da água para consumo humano é diretamente captada em unidades de conservação e 26% é captada em fontes a jusante de unidade de conservação; 4% da água utilizada em agricultura e irrigação é captada de fontes dentro ou a jusante de unidades de conservação (2011:7).

Um exemplo prático é o caso do Parque Nacional da Tijuca e do Parque Estadual de Três Picos, no estado do Rio de Janeiro. Esses dois parques protegem áreas importantes para o abastecimento de água da cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro. São áreas naturais inseridas em uma matriz fortemente degradada, mas nenhum pagamento ainda foi, de fato, estabelecido.

As UCs, principalmente as de proteção integral, têm potencial para integrar arranjos de PSA. Se implementadas a contento da lei, garantirão o provimento de serviços ambientais a longo prazo. De acordo com a Lei 9985/2000:

Art. 47. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pelo abastecimento de água ou que faça uso de recursos hídricos, beneficiário da proteção proporcionada por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

Art. 48. O órgão ou empresa, público ou privado, responsável pela geração e distribuição de energia elétrica, beneficiário da proteção oferecida por uma unidade de conservação, deve contribuir financeiramente para a proteção e implementação da unidade, de acordo com o disposto em regulamentação específica.

Estes artigos ainda carecem de regulamentação, e estão sendo analisados pelo Ministério do Meio Ambiente (Comunicação Pessoal - MMA, 2012). Apesar dos esforços na busca pela regulamentação, por parte do Governo Federal e do Governo Estadual do Rio de Janeiro, no caso do Parque Nacional da Tijuca e do Parque Estadual de Três Picos, não se chegou, ainda, a um arranjo que garanta o pagamento pela água provida pelas UCs. O SNUC também não conta, hoje, com a capacidade instalada para adequadamente mensurar e valorar os serviços prestados, sendo menor ainda a capacidade de se monitorá-los.

5.3 – CONCLUSÕES SOBRE O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Para a presente tese, o não pagamento pelos serviços ambientais pode ser compreendido como uma falha de mercado que a regulamentação governamental procura solucionar. Embora o Brasil tenha, em comparação com a França, implementado uma rede mais extensa de proteção da biodiversidade, através da criação de grandes UCs, a proteção da biodiversidade e o apoio ao bem-estar dos habitantes que moram no entorno dos parques brasileiros são políticas conflitantes ou, ao menos, de difícil compatibilização.

A compensação pela falha de mercado poderia ser feita através da introdução de um mercado artificial que procurasse valorar as externalidades sobre o ambiente natural. Poder-se-ia, então, propor um mecanismo de financiamento de PSA dentro da lógica de que, mesmo que indiretamente, indivíduos ou países podem contribuir para a conservação dos ambientes que ainda tenham a capacidade de prover serviços ecossistêmicos.

No plano internacional, o Brasil poderia oferecer a potenciais pagadores por serviços ambientais uma carteira de serviços ambientais seguros e financiáveis. No plano do investimento público brasileiro, destinar recursos públicos para pequenos arranjos de PSA não oneraria o orçamento da união. Mas, caso se faça uma opção um grande investimento público, isso poderia comprometer a economia e a competitividade nacional.

Esse mecanismo poderia ser testado exatamente no PNCO. A sua localização fronteira a um território francês, e, portanto, à Comunidade Européia, poderia servir de base de lançamento para um plano de captação de recursos para financiamento do SNUC sob a ótica de pagamentos de PSA. O parque protege bacias hidrográficas que não abastecem atividades industriais e nem tampouco algum empreendimento de geração de energia. De acordo com o texto dos artigos 47 e 48 da lei do SNUC, não se prevê a

cobrança pelos serviços do PNCO na medida em que não existem empresas de abastecimento ou de geração de energia que utilizem a água protegida pelo PNCO. Existe, porém, uma indústria de pesca que depende dos manguezais e de diversas combinações de água doce e salgada, ambas protegidas pelo PNCO.

Existem, no entanto, os outros serviços ambientais prestados pelo PNCO. No presente momento, esses serviços não seriam remunerados, de acordo com a Lei 9.985/2000. Mas, se porventura o projeto de lei 792/2007 em discussão no Congresso Nacional for promulgado, esse parque poderá se beneficiar de remuneração pelos serviços ecossistêmicos que protege e conserva. Além disso, o PNCO se encaixa na idéia de transações em bloco indicadas anteriormente. Serviços relacionados às atividades produtivas nacionais poderiam compor um pacote de transações voltadas para o mercado nacional e internacional, como regulação climática ou conservação da biodiversidade, e poderiam ser oferecidos internacionalmente.

A seguir trataremos de um exemplo de PSA-like francês (SANTOS, 2011), que é o Parque Natural Marinho da Iroise. Esse parque tem uma gestão voltada para a recompensa pela proteção e para a capitalização dos recursos naturais. O pagamento dos recursos monetários acaba se fazendo de forma indireta, o que caracteriza um conceito fundador no paradigma Integrado francês: o de biodiversidade útil. Protegem-se os lugares onde as espécies mais lucrativas se reproduzem, aumentando os estoques para os pescadores.

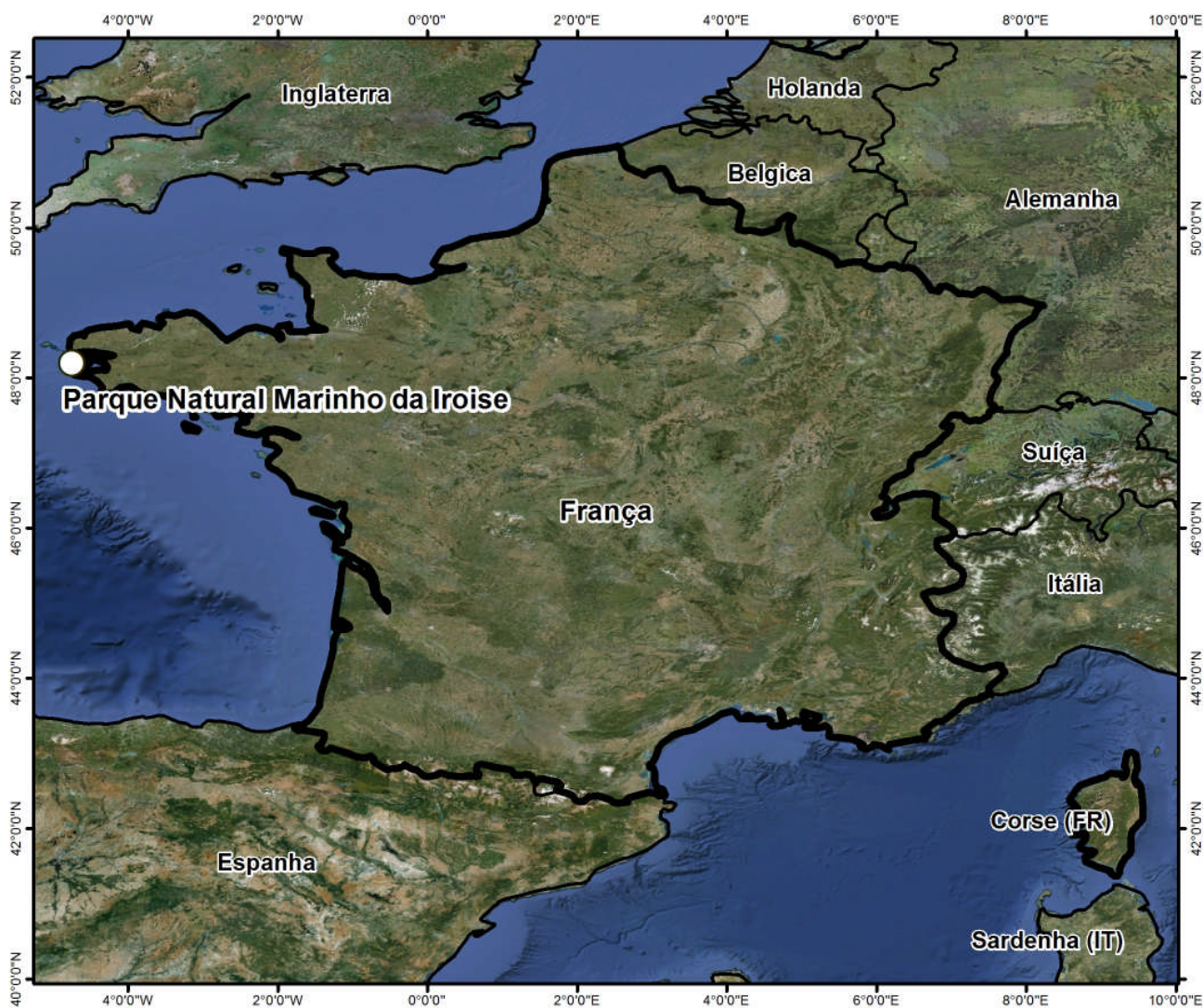
6- O PARQUE NATURAL MARINHO DA IROISE

O Parque Natural Marinho da Iroise, doravante PNMI, é classificado como categoria V da UICN, de paisagem protegida. O seu objetivo é a proteção dos valores ecológicos e culturais advindos da interação entre as pessoas e a natureza. Sua relevância se exprime no fato do PNMI realizar as expectativas da Lei 436, de 14 de abril de 2006, para Parques Nacionais, Parques Naturais Regionais e Parques Naturais Marinhos. Ele foi o primeiro parque marinho criado na França e sintetiza o paradigma Integrado francês, expresso na Lei 436 e na Declaração de Paris (SATOYAMA INITIATIVE, 2010). Os mapas 8 e 9 a seguir mostram o polígono do parque e a sua localização na França.



Mapa 8 – mapa do Parque Natural Marinho da Iroise, 2011.

Fonte - Parque Natural Marinho da Iroise, 2010.



Mapa 9 – Localização do Parque Natural Marinho da Iroise, 2011.

Fonte: Environmental Systems Research Institute, World Database on Protected Areas e NASA, 2012. Elaboração: Renato Prado.

O PNMI, rico em plâncton, é conhecido por ser o maior campo de algas marinhas da Europa (com mais de 300 espécies reconhecidas), aproximadamente 120 espécies de peixes, (representando quase todas as espécies da costa atlântica francesa), centenas de

invertebrados e um quarto da população francesa de mamíferos marinhos (colônias de focas e golfinhos) ³².

O PNMI foi criado pelo Decreto 1.406, de 28 de setembro de 2007. Cobre 3.550 km² de áreas submersas entre o paralelo 48 ° 31' N (norte da ilha de Ouessant) e o paralelo 47°59' N (sul da ilha de Sein). A leste o parque se limita com o litoral, com exceção da baía de Brest, e a oeste pelo mar Céltico. Aquilo que, dentro do PNMI, se convencionou chamar “mar da Iroise” é um trecho marinho que se estende por 300 km na costa da Bretanha. Zonas costeiras e continentais não são cobertas pelo parque. A área continental paralela ao parque está localizada no departamento de Finistère, região da Bretanha, que tem densidade de 114, 6 hab/km² ³³.

O mar da Iroise está sujeito à ação das ondas e correntes de maré, que figuram entre as mais fortes na Europa. Essas correntes emolduram rochas, que ficam cobertas com mexilhões e caranguejos. Após 25 m de profundidade, as algas desaparecem e as rochas são então colonizadas por uma fauna constituída de esponjas, rosas do mar e águas-vivas. Em níveis ainda mais profundos, aparece o coral amarelo. A flora é caracterizada pela diversidade (300 espécies) e pela grande extensão dos campos de algas. O mar da Iroise é o principal local de colheita de algas da França e sozinho contribui com quase a metade da produção francesa (PNMI, 2007).

A Lei de 14 de abril de 2006 estabeleceu os três objetivos principais dos parques naturais marinhos: ampliar o conhecimento do patrimônio marinho, proteger o meio-ambiente e promover o uso sustentável dos recursos. No caso específico da criação do PNMI, o Decreto 2007-1406, de 28 de setembro de 2007, estabelece em suas diretrizes de gestão os seguintes objetivos:

Aprofundamento e disseminação do conhecimento dos ecossistemas marinhos; Manutenção das populações de espécies protegidas e seus habitats; Redução da poluição da terra e do mar; Suporte à exploração sustentável da pesca; O uso sustentável de algas marinhas; Apoio para as atividades marítimas nas ilhas; Conservação e promoção do patrimônio arquitetônico e arqueológico marítimo; Desenvolvimento fundamentado em atividades turísticas, esportes náuticos e de lazer (PNMI, 2007:26).

³² Os dados de descrição do PNMI foram retirados da obra Richesses de L'Iroise, editada pelo PNMI quando da criação do parque. Por ter sido criado em 2007, o PNMI ainda não dispõe de um plano de manejo ou carta-magna.

³³ Dado de 2011 do Instituto de estatística e estudos econômicos francês <http://www.insee.fr/en/default.asp>

O maior atributo considerado no PNMI, para a França, é o fato de ele ter sido criado de forma participativa, o que foi consequência da Lei 436, de 14 de abril de 2006 (BONCOUER et al, 2007). Como primeiro parque marinho francês, e seguindo o paradigma Integrado expresso na Lei 436, o aspecto cultural foi considerado prioritário em detrimento de espécies ameaçadas ou da biodiversidade. Por isso foram necessários dez anos de negociação e uma lista significativa de *stakeholders*: o conselho de administração que representa o Estado, as autoridades locais, as organizações representativas de profissionais, os usuários do mar e os especialistas em conservação marinha. Desde o estabelecimento de uma primeira missão chamada “Iroise - parque marinho”, em 1996, tentou-se delimitar um perímetro para o parque, o que só foi realizado em 2006.

A consulta pública sobre a criação do PNMI, realizada de 20 novembro a 22 dezembro de 2006, questionou 31 comunidades e 16 organizações sócio-profissionais sobre a relevância do parque (PNMI, 2011). De acordo com Lelong (2009), o resultado foi favorável à criação do parque marinho. Ela informa que vários municípios da região bretã trabalhavam na recomposição das unidades populacionais de lagostim e outros frutos do mar importantes para o comércio da região e viam no parque um aliado para garantir a proteção dessas espécies e de seus ecossistemas. Observam-se duas tendências possíveis para a realização da carta-magna do PNMI, já que o PNMI é considerado o precursor da tendência integrada francesa: (1) a gestão participativa e (2) a capitalização dos recursos naturais, de acordo com importância dada à biodiversidade “lucrativa”. De acordo com Van Tillbeurgh (2007), o PNMI é uma referência para a criação de uma dúzia de outros parques marinhos que serão criados na França metropolitana e ultramarina.

O Decreto 2007-1406 de criação do PNMI, de 28 de setembro de 2007, ilustra o caráter participativo do parque:

O Conselho de Administração do PNMI será composto por seis representantes do Estado - o Comandante da Zona Marítima do Atlântico; o Diretor Regional de Meio Ambiente da Bretanha; o Diretor Regional dos Assuntos Marítimos da Bretanha; o Diretor do Departamento de Infra-estrutura do Finistère e o Diretor do Departamento de Agricultura e Florestas do Finistère; onze representantes das autoridades locais e respectivos agrupamentos: um representante da Bretanha, um representante do departamento do Finistère, um representante da ilha de Molène, um representante do município de Ouessant, um representante do município da ilha de Sein, um representante de Brest e mais dois representantes da comunidade dos municípios da Iroise, (Decreto 2007-1406, *Parc Naturel Marin d'Iroise*).

Além desses, o conselho de administração do PNMI conta ainda com trinta e oito outros representantes, vindos de organizações profissionais marinhas, turismo e

conservação ambiental. No *website* do Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da França explicita-se que o maior objetivo de proteção de áreas marinhas é o de construir uma rede ecossistêmica representativa da biodiversidade francesa de forma participativa e concertada com a sociedade (*Ministère de l'Ecologie, du Développement durable, des Transports et du Logement, 2011*).

Ainda sobre a dimensão participativa do processo de criação de parques, Boncoeur *et al* (2007) defendem que as etapas da criação do PNMI foram tão longas e “consultivas” que podem, eventualmente, afetar a aplicação da Lei 436 de 14 de abril de 2006, pois o excesso de concertação inviabilizaria a dimensão da conservação da biodiversidade, por menor que ela fosse. Os autores defendem que a criação de uma área protegida sempre acontecerá concomitantemente a outros processos, geralmente considerados mais importantes pelas comunidades locais. Esses momentos tornar-se-iam então complexos e conturbados, despertando a oposição dos *stakeholders* às áreas protegidas.

Boncoeur *et al* (2007) defendem, ainda, que o tipo de governança escolhido, baseado na democracia representativa, seria inadequado para a governança de um parque. Assim, quer os interesses defendidos sejam os da conservação da natureza, dos profissionais ou das pessoas que vivam em contato com o mar, o PNMI pretende abarcá-los. Isso, para os autores, representaria uma tarefa impossível de ser realizada. Além do mais, o parque não tem a autoridade para vetar atividades. Ele pode repassar ao Estado as recomendações feitas por seu conselho de gestão e aguardar a ação estatal.

A busca pela aprovação popular referenciada por Boncoeur *et al* (2007) tem encontrado resistência nas comunidades de pescadores da Iroise. Elas são uma forte organização dentro do parque. Esses atores sociais não têm demonstrado estar de acordo com as regras do PNMI, pois a região sempre foi gerida sem a figura do parque. O conflito entre a direção do parque e os usuários do mar envolve, ainda, os pescadores recreativos, representantes de uma classe de alto poder aquisitivo (Comunicação pessoal da autora, PNMI, 2011).

A fotografia 4 a seguir ilustra a resistência dos pescadores à instalação do PNMI:



Fotografia 4 - Na ilha de Molène, dentro do PNMI, uma pichação no muro do Cais diz “Non au Parc Marin” (Não ao parque marinho).

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2010. Autoria própria.

A pichação na Fotografia 4 é atribuída aos pescadores artesanais da ilha de Molène (Comunicação pessoal da autora com pescadores, 2011). Por outro lado, alguns habitantes de Molène apontam para o efeito estimulante que a criação de um parque pode ter sobre o turismo. Eles pensam que o parque será uma alavanca para o desenvolvimento do turismo, especialmente no Finistère, porque o estabelecimento de um parque marinho aumenta a atratividade do território (Comunicação pessoal da autora, 2011).

Apesar dos processos de modernização típicos do século XX, a pesca artesanal ocupa um lugar de destaque na identidade, cultura e economia do mar da Iroise. Somente no mar da Iroise trabalham cerca de 1.000 pescadores em barcos de pequeno porte. A maioria deles concentra seus esforços nas espécies mais rentáveis (dependendo das condições climáticas e flutuações do mercado e dos recursos pesqueiros). As capturas são divididas em três grupos: peixes, invertebrados e algas (PNMI, 2007).

De acordo com o PNMI, o valor total das capturas pela pesca profissional no mar da Iroise foi de cerca de 39 milhões de euros em 2000, com 12.200 toneladas de espécimes animais capturadas, (70% de peixes e 30% de invertebrados) e 43.000 toneladas de algas marinhas, alimentando uma indústria local de algas utilizadas na fabricação de alimentos e cosméticos. O problema é que a reserva de recursos começou a declinar. Para manter a viabilidade da pesca, o PNMI identificou a necessidade de um programa de gestão racional e da utilização prudente dos recursos. Percebe-se o forte caráter de regulação da pesca e



Fotografia 5 - Avaliação de amostras biológicas (fito-zooplâncton), Parque Natural Marinho da Iroise.

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2011, autoria própria.

Do ponto de vista do patrimônio cultural do parque, o PNMI destaca quatro eixos a serem preservados: a navegação e a construção de faróis, os negócios do mar, o patrimônio arqueológico e submerso e as construções erguidas nas ilhas do mar da Iroise. Faróis tornaram-se elementos usuais da paisagem costeira francesa, sendo que a costa entre a ilha de Bréhat e a ilha de Oléron é a mais sinalizada do mundo em termos de densidade de sinais por quilômetro de costa. São torres, bóias, balizas e faróis, incluindo o farol mais caro (chamado de “Kéréron”) e o mais alto do mundo (chamado de “A virgem”) (DECAUX *et al*, 2005).

Dois tipos de barcos tradicionais são emblemáticos da pesca artesanal da Iroise: os barcos de sardinha e lagosta, utilizados para a pesca e os barcos de cabotagem, que geralmente transportam pedra e areia (para construção) e a barrilha, cinza resultante da queima de algas, com uma alta proporção de carbonato de sódio, utilizado na fabricação de vidro. A descoberta da soda artificial levou à diminuição da fabricação da barrilha, mas as algas têm ainda certo valor comercial, devido às suas propriedades medicinais (DECAUX *et al*, 2005).

As ilhas de Sein, Ouessant e Molène são consideradas marcos do patrimônio cultural da região. Apesar de os traços marcantes desse patrimônio remeterem aos pescadores, aos marinheiros e à tradicional cultura bretã, a quase totalidade dos turistas entrevistados no âmbito da presente pesquisa afirmaram ter ido ao Finistère em busca dos esportes de verão e contato com a natureza. Alguns, ainda, visitavam a ilha de Molène por um dia, para completar seu entorno a pé (a Ilha de Molène tem aproximadamente 1 km de extensão). A Fotografia 6 a seguir mostra o píer de Douarnenez:



Fotografia 6 – Douarnenez, Parque Natural Marinho da Iroise.

Fonte: arquivo da pesquisa, 2011, autoria própria.

A região de Douarnenez, mostrada na Fotografia 6, além de ser muito procurada no verão, por turistas, é considerada berçário de espécies lucrativas de peixes, como o linguado, a solha e o pregado (PNMI, 2011, comunicação pessoal). De forma geral, os gestores do PNMI e da *Agence Marine des Aires Protégées* (agência francesa que auxilia na gestão do PNMI) entrevistados no âmbito da presente tese julgam que a essência de seu trabalho é convencer as pessoas a fazerem mais concessões ao meio ambiente. Alguns consideraram o modelo integrado adequado, e outros não:

A lei de 2006 mudou a fundamentação da proteção em parques na França. Antes era um quadro rígido, funcionava, e agora os representantes públicos têm como seu *leitmotif* o desenvolvimento do parque, ter lucros, eles não gostam dos ambientalistas, mas do desenvolvimento sustentável, que é um termo onde cabe tudo, é um termo completamente abusivo... eu acho que devia ser como antes..com uma zona núcleo, onde só entram os cientistas (pra quando funcionava a zona núcleo, nem sempre era assim..), e uma zona periférica, mais conciliatória.(...) Hoje em dia eu me sinto o tempo todo como se estivesse em uma antiga zona periférica (...) Antes, com partes marinhas de parques, nós fechávamos algumas áreas, os pescadores não gostavam, claro, mas nós não cedíamos ao lobby. Aqui, na Iroise, há todo tipo de barco (pescueiro), e eles fazem guerras uns com os outros, imagine se não houver uma autoridade para concertar isso tudo! Eu acho que deve ser um parque acessível a todos, mas com regras mais rígidas (Entrevista à autora, 2011).

6.1 - O CONTEXTO INTERNACIONAL DO PARQUE NATURAL MARINHO DA IROISE

Segundo o *Ministère de l'Ecologie, du Développement durable, des Transports et du Logement* (2011), a constatação de que as medidas de proteção marinha francesas são insuficientes tem sido compartilhada pela União Européia. E, se as tendências atuais continuarem, muitos estoques entrarão em colapso dentro de um tempo curto. O documento *Estratégie nationale pour la création et la gestion des aires marines protégées* (2011), do

mesmo ministério, mostra que cada emprego no mar sustenta e mantém outros três postos de trabalho em processamento, distribuição e comercialização de peixes.

As águas sob jurisdição francesa somam mais de 10 milhões de km², se incluirmos a área francesa ultramarina, o que equivale a cerca de 3% da superfície total do oceano. Elas são representativas de uma ampla gama de condições biogeográficas e compartilham fronteiras com 30 estados. Esta ampla distribuição implica em uma grande diversidade de espécies marinhas conhecidas e habitats descritos em todo o mundo (*MINISTÈRE DE L'ÉCOLOGIE, DU DÉVELOPPEMENT DURABLE, DES TRANSPORTS ET DU LOGEMENT*, 2011)

Diferentes convenções ilustram a vontade política internacional para preservar os oceanos e mares: a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, a CDB, em sua seção de Zonas Marinhas e Costeiras e a Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo de 2002. Nessa última convenção, a França firmou o compromisso internacional com o estabelecimento de uma rede mundial de proteção dos oceanos (*LA GRENELLE DE LA MER*, 2009).

O desdobramento dessas convenções, na França, levou a uma política marítima integrada (*Directive-cadre Stratégie pour le milieu marin*, 2011) que procura proteger e restaurar o estado dos mares franceses e garantir a sustentabilidade das atividades humanas. Além disso, foi decretada uma lei traçando uma estratégia nacional para a criação de uma rede de proteção marinha: a Lei n^o 2009-967, de 3 de agosto de 2009, que levou em conta as discussões da *Grenelle* do mar (2009). A seção número 3 desse documento define como seu objetivo

a criação de áreas marinhas protegidas suficientes para proteger, incluindo a rede Natura 2000, com parques marinhos, 10% das águas sob a soberania do Estado dentro do mar territorial da metrópole até 2012 e até 2015 nos departamentos ultramarinos (...).³⁴ (*LA GRENELLE DE LA MER*, 2009: Art. 23).

O Artigo 35 da *Grenelle* do mar (2009) prevê que uma visão estratégica global deve ser adotada pelo governo francês, de forma integrada e coordenada, baseada na participação e responsabilização de todos os atores do mar. Assim, a rotulagem ecológica dos produtos da pesca e a venda de "pesca sustentável" deverão permitir aos profissionais do mar uma produção mais sustentável (o conceito de sustentabilidade é compreendido como uma pesca ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justa.) (*LA GRENELLE DE LA MER*, 2009: Art. 35).

³⁴ Tradução da autora.

Essas políticas incidem diretamente no PNMI. De acordo com Rochette (2009), com o aumento dos custos do petróleo de 2008, o Estado francês destinou mais subsídios à atividade da pesca. A autora pondera, porém, que o correto teria sido endurecer as políticas de controle de estoques marinhos e vigilância em áreas protegidas, pois a influência do petróleo nesse sistema é marginal. O problema real é a super-exploração do recurso haliêutico francês, que força os navios modernos a consumirem até 3000 litros de diesel em pescas mais distantes, a cada ano.

Apesar das considerações sobre o PNMI serem peculiares a um parque marinho, elas refletem vários aspectos do paradigma integrado na França. As análises do fitozooplâncton, as políticas de zoneamento para a pesca e a educação ambiental sobre os recursos pesqueiros do parque visam à proteção da biodiversidade, mas, sobretudo, elas visam à proteção da biodiversidade útil: aquela que é considerada recurso e mercadoria, como defende o conceito de PSA-like. O caso do PNMI também auxilia a compreensão necessária para o capítulo que será a seguir analisado, a comparação entre o PNCO e o PNV.

7 – COMPARAÇÃO ENTRE O PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE E O PARQUE NACIONAL DA VANOISE

Além de compararmos os parques nacionais entre si, é essencial comparar os seus entornos e os seus contextos sociais, ambientais e econômicos. Parques nacionais são territórios situados dentro de regiões dotadas de particularidades. Assim, a comparação entre a gestão francesa e a gestão brasileira deve ser feita num marco que inclua as situações econômicas e sociais e as significativas diferenças entre a biodiversidade brasileira e a francesa. Como o turismo nos dois parques ocorre de forma significativamente diferente, este foi o primeiro termo de comparação elegido para a presente tese, e contou com entrevistas e análise documental.

Para as entrevistas, foi escolhida a amostragem de seis turistas por AP. Isso ocorreu por duas razões. Primeiramente, as condições do PNCO não permitiram uma amostragem maior: como o turismo neste parque ocorre ainda por meio de projetos, o limite máximo de pessoas comportado pelo projeto TI era o de seis pessoas. Em segundo lugar, Guest *et al* (2006) mostram que, para amostragens não-probabilísticas, o conjunto de seis entrevistas compõe a amostra na qual tipicamente se baseia o conceito de "saturação", ou seja, o ponto em que novas informações ou temas já não são mais observados nos dados.

Em relação à escolha dos entrevistados, ela foi feita segundo o protocolo de Bernard (2002) segundo o qual, de posse de amostras não probabilísticas, a seleção deve ser feita de forma aleatória e o viés deve ser documentado. Bernard (2002) esclarece, contudo, que em um protocolo no qual sejam necessários dados culturais, devem ser entrevistados informantes, e não respondentes selecionados aleatoriamente. Nesse sentido, os ecoturistas e/ou residentes dos parques nacionais, questionados sobre as suas experiências, foram selecionados aleatoriamente. Já os colaboradores das áreas protegidas, questionados sobre seu conhecimento técnico, foram selecionados como informantes. Quando requisitada, a confidencialidade sobre seus nomes foi preservada.

Em relação ao viés das repostas, é importante observar que o perfil dos entrevistados no âmbito do PNCO é mais direcionado ao turista mais jovem e com boas condições físicas que o do PNV. A comparação dos dois parques mostra isso, pois o PNCO dispõe de menos estrutura de visitação. O impacto do PNCO é sensivelmente menor que do PNV, que oferece condições de recepção mais confortáveis, e, por isso, tem no turismo um forte gerador de receita (PNV, 2011). A estrutura de acesso ao PNV também é melhor que a do PNCO – que só conta com estradas de terra e descidas de barco que dependem das cheias sazonais dos rios. Há meios de transporte coletivos e boas estradas na área de

acesso ao PNV. Do ponto de vista da hospedagem, a do PNV também é maior que a do PNCO. Existem 55 refúgios (18 geridos pelo próprio PNV e 37 de iniciativa privada), localizados em pontos diferentes do parque, que oferecem hospedagem e refeições para os turistas.

De forma geral, a principal diferença entre o eco-turismo praticado na Vanoise e no PNCO reside na falta de infra-estrutura do parque brasileiro. Qualquer visita ao PNCO exige um barco para deslocamento, visitas às comunidades, conseguir alimentação e até mesmo para dormir. Já em uma área tão estruturada quanto o do entorno do PNV, o visitante tem acesso a diversos serviços como hotéis, lojas, centros médicos, postos de atendimento ao turista e estações de trem ou ônibus. Mesmo na área de adesão existem os refúgios, que são albergues localizados dentro do PNV, às vezes na fronteira entre a área de adesão e a zona núcleo. O refúgio da Orgère é um destes casos, como mostra a Fotografia 7 a seguir:



Fotografia 7 - Refúgio da Porte de l'Orgère, localizado no extremo sul do Parque Nacional da Vanoise. A palavra Orgère significa "local onde se planta centeio".

Autor: Rafael Espíndola, 2010.

Fonte: arquivo da pesquisa.

O refúgio da Orgère se situa no vale de mesmo nome, cercado pelos montes l'Aiguille Doran et le Râteau d'Aussois ao norte e pela fronteira com a Itália ao sul. É uma casa feita de pedras, que serviu inicialmente para abrigar trabalhadores da EDF (empresa estatal de energia "*Electricité de France*"). A maior parte do público turístico alpino é composta por praticantes de esportes de inverno, mas uma parte está interessada em visitar

um parque nacional na região da Vanoise. Isso ocorre porque a organização francesa de parques nacionais difere de outros países da Europa:

Uma parte do público turístico vem ao parque justamente por causa da presença da zona núcleo do parque, que, no imaginário dessas pessoas representa um patrimônio natural e cultural extremamente protegido. Uma proporção significativa do turismo é, portanto, por razões de turismo ecológico e naturalista. A Áustria e Eslovênia também usam uma zona de coração com lógica dicotômica centro/periferia. Mas essa lógica não existe na Itália e nem na Suíça, embora nos documentos programáticos desses países esteja prevista uma graduação de proteção nesse sentido. Além disso, a relação entre parques nacionais, reservas e parques naturais regionais varia de um país para outro (Entrevista de Christian Neumuller, gestor do PNV, à autora. Chambéry, 12 de junho de 2010).

Existem 303.000 leitos turísticos no PNV (265.000 leitos na Tarentaise e 28 000 na Maurienne), utilizados em sua maioria no inverno (PNV, 2011). A tendência da preferência pelos esportes de inverno, em detrimento do eco-turismo no verão, é observada nas entrevistas com visitantes da área de adesão do parque:

Estamos aqui desde sempre... Quando éramos crianças, vínhamos com nossos pais, e agora viemos com nossos filhos, mas no verão, porque congestionamentos não combinam com parque nacional (...) Somos de Lyon, viemos ao parque sempre que temos um feriado prolongado. O parque é nosso refúgio e nosso lazer, (...) ficamos no refúgio da Orgère e aproveitamos os passeios e a natureza” (Entrevista de Gael Daudré à autora. Saint André, 14 de junho de 2010).

Ao contrário dos refúgios, a hospedagem nos apartamentos localizados na área de adesão do PNV é mais cara. Geralmente eles são situados perto das estações de esqui. A Fotografia 8 a seguir mostra o complexo Le Petit Mont Cenis, localizado na comunidade de Termignon, na Maurienne.



Fotografia 8: Residência Mont Cenis, em Termignon (área de adesão do PNV).

Fonte: <http://www.destination-haute-maurienne.com/fr/appartements-termignon/residence-petit-mont-cenis.html>, 2012. Acesso em 30.01.10

Esse complexo tem 60 apartamentos, que acomodam de duas a oito pessoas. As locações também ficam disponíveis durante o verão, a um preço mais acessível, já que, na Vanoise, a prática de montanhismo de verão não é tão popular quanto o esqui (PNV, 2011, comunicação pessoal). Para o verão, o PNV conta com guias certificados pelo parque. Alguns são chamados *ambassadeurs*, os “embaixadores” da Vanoise, guias mais velhos ou conhecedores da região:

É bom vir para as montanhas. Gosto de praticar a escalada, então a Vanoise é a minha destinação (...) Eu recomendo os passeios com guias porque descobrimos a fauna e a flora da região em seus detalhes (Entrevista de Delphine Bénard à autora. Saint André, 14 de junho de 2010).

Já no PNCO, é necessária uma permissão para a visitação. Isso vem acontecendo de forma pontual e esparsa, devido a um pequeno contingente de recursos humanos (PNCO, comunicação pessoal, 2011). O maior esforço do PNCO nesse sentido é a realização do *Projeto de Turismo de Base Comunitária Tartaruga Imbricata*, que é realizado numa rota de integração do PNCO com a Guiana Francesa. As duas experimentações do TI realizadas até o presente momento, a primeira, de 11 a 15 de maio de 2009 e a segunda, de 7 a 15 de novembro de 2009, foram documentadas por SILVA (2009) e KORNIEZUK (2009) e são fontes de dados utilizadas nesta comparação.

A primeira experimentação do TI foi realizada no âmbito de uma parceria entre o ICMBio e o PNCO, a empresa guianense de turismo *Yatoutatou* e as comunidades de Vila Velha do Cassiporé, Primeiro do Cassiporé e Cunani. A Fotografia 9 abaixo mostra o grupo

de turistas sendo orientado, em caiaques, e descendo o rio Cassiporé com boias para *rafting*.



Fotografia 9 – Turismo de aventura na primeira experimentação de turismo embarcado - *Tartaruga Imbricata*, no Parque Nacional do Cabo Orange, de 11 a 15 de maio de 2009.

Fonte: SILVA *et al*, 2009. Autoria: Davi Bouças Silva.

De acordo com SILVA *et al* (2009)

uma das características já destacadas e louváveis do Projeto Tartaruga Imbricata trata do enfoque comunitário o qual possibilita conhecimento dos hábitos culturais locais, contato próximo entre visitantes e visitados, valorização por parte do turista e melhoria da auto-estima da comunidade (SILVA *et al*, 2009:32).

Os autores mostram que o projeto TI alcança bons resultados. SILVA *et al* (2009) mostram a importância de a equipe do PNCO estar motivada para a realização do projeto, pois, como já foi dito, ela é pequena considerando-se o tamanho do empreendimento. Os autores elogiam a natureza preservada do parque, que possibilita a realização de atividades de interpretação ambiental, canoagem e trilhas ecológicas, além da visita ao projeto “Quelônios do Cassiporé” (projeto de reprodução de tartarugas, fruto de uma parceria do PNCO com moradores da Vila Velha e Primeiro do Cassiporé).

A segunda experimentação do TI (2009) foi realizada no âmbito de uma parceria entre o ICMBio, o PNCO, a empresa guianense de turismo *Yatoutatou*, as comunidades de

Vila Velha do Cassiporé, Primeiro do Cassiporé e Cunani e a empresa de desenvolvimento pessoal francesa *Iris Partenaire*. Essa experimentação ocorreu simultaneamente a um seminário com caráter terapêutico, chamado “Descobrir-se em terras desconhecidas”. Esse seminário, organizado por uma terapeuta francesa, tinha como objetivo proporcionar alguns dias em condições materiais rudimentares em uma natureza “inóspita”, para um grupo de turistas franceses que desejava conhecer comunidades locais da Amazônia. A Fotografia 10 a seguir mostra um integrante deste grupo em seu encontro com a comunidade de Primeiro do Cassiporé, na escola da vila.



Fotografia 10 - Escola de Primeiro do Cassiporé. Segunda experimentação de turismo embarcado - *Tartaruga Imbricata*, no Parque Nacional do Cabo Orange, de 7 a 15 de novembro de 2009.

Autor: Jean Christoph Vermeisch, novembro – 2009. Fonte: arquivo da pesquisa.

De acordo com a sra. Palmieri, gerente da empresa *Iris Partenaire*, a sua idéia era permitir que os visitantes conhecessem o dia – a – dia no parque:

Só assim eles poderão conhecer outras pessoas, artesanatos, tradições e problemas diários, além de permitir algum aporte financeiro para a comunidade. Também poderão dividir saberes e criar laços, permitindo o intercâmbio de *know-how* e práticas de construção local entre os visitantes. Além disso, para o PNCO isso significa uma maior presença, aumenta a vigilância e proteção e envolve mais fortemente a população local, e para a *Yatoutatou* significa encontrar e testar um nicho de desenvolvimento novo e gratificante no campo do desenvolvimento sustentável e do turismo ecológico³⁵.

³⁵ Tradução livre da entrevista de Véronique Palmieri à autora, Oiapoque, 06/11/2009.

Ao contrário do turismo de grande escala do PNV, as atividades no PNCO são temáticas e dependem da direção do projeto. Nas duas experimentações analisadas, os turistas foram levados a conhecer as comunidades de Vila Velha do Cassiporé, Cunani e Primeiro do Cassiporé, vivenciando atividades como: a observação do berçário de tartarugas, parte do projeto “Quelônios do Cassiporé”; a participação em refeições preparadas pela comunidade; apresentações artísticas feitas ao anoitecer e visitas às escolas da comunidade. Além disso, foram feitas atividades de turismo de aventura, como a descida do rio em botes infláveis e banhos de rio. A Fotografia 11 a seguir mostra o barco “Peixe - Boi” do PARNA Cabo Orange, que possibilitou o transporte, as refeições e o pernoite nas experimentações de turismo do parque.



Fotografia 11 - Barco Peixe – Boi, na segunda experimentação de turismo embarcado - *Tartaruga Imbricata*, no Parque Nacional do Cabo Orange, de 7 a 15 de novembro de 2009.

Autoria própria, 06 de novembro – 2009.

Fonte: arquivo da pesquisa.

Nas duas experimentações, a alimentação foi fornecida por mulheres da comunidade de Vila Velha do Cassiporé e financiada pelo PNCO e pela empresa Yatoutatou. Os dois relatórios do TI (SILVA, 2009 e KORNIFEZUK, 2012) concluíram que o projeto traz benefícios ao PNCO e ao seu entorno. Ele pode impulsionar a atividade turística na região, contribuindo para o desenvolvimento da organização comunitária, bem como estimulando o uso sustentável do território. Mas, o ideal é que houvesse mais recursos humanos e materiais associados ao projeto. É necessário que sejam criadas estruturas de recepção

mais confortáveis e que haja mais informação sobre o cuidado necessário no turismo em parques, sobre o PNCO, o projeto Quelônios do Cassiporé, sobre a comunidade e sua história. A comercialização do artesanato da região também pode ser estimulada pelo projeto.

Além disso, os relatórios das experimentações do TI recomendam que o fortalecimento do projeto como um todo aumentaria a integração da rota turística entre a Guiana Francesa e o Brasil, por meio do intercâmbio dos recursos humanos e de técnicas e/ou materiais. Isso significaria também o aproveitamento de um fluxo de turistas que já existe, por causa da situação geográfica de fronteira do PNCO. Dados da Associação da Hotelaria de Selva da Amazônia Brasileira mostram que 65% dos turistas que visitam a região amazônica anualmente são estrangeiros (AHS, 2009).

O projeto TI pode representar um incremento significativo na gestão do parque junto às comunidades de seu entorno. Devem ser considerados, porém, os impactos causados pelo projeto, tanto no que diz respeito à comunidade local como aos turistas. Bartholo *et al* (2010) afirmam que o turismo de base comunitária deve encorajar atitudes “dialogicas”, ou seja, que privilegiam o respeito à hospitalidade e à simplicidade da acolhida, características comuns desse tipo de turismo. Normalmente, o lucro é colocado como fator principal, mas questões como a segurança dos turistas e o respeito à cultura local também precisam ser gerenciadas. O Quadro 2 a seguir representa as características do turismo nos dois parques:

Características principais dos parques nacionais	PNV	PNCO
Turismo implantado, roteiros delimitados e infraestrutura de apoio	Sim	Não
Turismo gera receita significativa para a região	Sim	Não
Turismo certificado com capacidade de monitoramento por parte do PN	Sim	Não

Quadro 2 - características do turismo no Parque Nacional da Vanoise e no Parque Nacional do Cabo Orange.

Fonte – arquivo da pesquisa. Elaboração da autora.

A legislação nacional francesa para parques nacionais, atualizada pela Lei de 2006, aumentou a participação pública nas áreas de adesão do PNV. Agora as comunidades não só escolherão se deverão fazer parte do parque como ajudarão a escrever a carta-magna do PNV.

No Brasil, o PNCO é regido pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – SNUC. As UCs de uso sustentável admitem a presença de moradores, mas os parques nacionais, pertencentes à categoria de proteção integral, não. O Quadro 3 a seguir mostra as características principais da gestão do PNV e do PNCO:

Características principais dos parques nacionais	PNV	PNCO
Criado por decreto	Sim	Sim
Sofreu atualização na lei que o rege	Sim, lei nº 60708, de 22 de julho de 1960, atualizada pela lei nº 436, de 14 de abril de 2006	Não
Permite residência e atividades produtivas dentro do perímetro do PN	Sim	Não
Data de criação e nº Decreto	6 de julho de 1963, decreto Nº 61-1195	15 de julho de 1980, decreto federal nº. 84.913
Tem algum tipo de zoneamento	Sim – uma zona central, mais restritiva, e uma área de adesão	Sim, previstas no Plano de Manejo para a realização futura do turismo
Diploma ou Convenção assinado com país vizinho visando a gestão transfronteiriça	Sim	Não
Funcionários treinados, admitidos via concurso público	Sim – 40 servidores	Sim – 4 servidores
Plano de Manejo ou similar	Carta magna em construção	Sim

Quadro 3 – Características principais da gestão do Parque Nacional da Vanoise e do Parque Nacional do Cabo Orange.

Fonte – arquivo da pesquisa. Elaboração da autora.

Autores como Laslaz (2010) e Depraz (2008) consideram que a forma moderna de conservação seria aquela em que o ser humano estaria integrado à natureza. Esse tem sido chamado o paradigma integrado (na França), que corresponde ao socioambientalismo (no Brasil). No caso da França, os parques nacionais poderiam ser enquadrados nesta forma. No caso do Brasil, os parques nacionais estão classificados na corrente preservacionista, se observados como um grupo, ou conservacionista, se observados na totalidade de UCs do SNUC (já que outras UCs brasileiras, de uso sustentável, procuram a conciliação entre natureza e cultura, mas em parques nacionais a natureza tem o seu valor intrínseco).

No caso do PNV busca-se a coexistência entre moradores e a biota, ainda que não esteja claro se essa coexistência se mantém quando alguma espécie é considerada de pouca utilidade ou se ela apresentar perigo. É o caso dos lobos, explicado por Mauz (2002). A autora mostra que na região da Vanoise, antes da criação do PNV, lincos, lobos e ursos eram perseguidos por fazendeiros e caçadores, sob a proteção do Estado.

Com a criação do PNV, a caça foi proibida, mas a população se sente ameaçada e ela pode apelar para as exceções da Convenção de Berna. Essa convenção é um estatuto jurídico referente à vida selvagem, assinado pela França e por vários países da Europa, em 19 de setembro de 1979. Nela está contido o estatuto do lobo, que determina a proibição da sua caça. O estatuto prevê, contudo, em seu nono artigo, a possibilidade de exceção, especialmente para prevenir danos importantes aos rebanhos, se não houver outra solução.

Em relação ao conselho gestor do PNCO, esse é um espaço para a gestão participativa do parque, mas de forma limitada. Sendo consultivo, os gestores se reúnem com as várias instituições relacionadas ao parque e discutem as ações a serem feitas. Isso pode ser a base para os gestores tomarem suas decisões. Existe, porém, uma variação de disponibilidade do conselho. No caso do PNCO (comunicação pessoal, 2012) ainda existe o espaço para que o conselho gestor seja efetivo ao influenciar a tomada de decisões.

Já no PNV, as comunidades residentes participam ativamente dos conselhos consultivos. O projeto de carta – magna deve ser acordado com elas. Na atual fase do documento constata-se que tanto as paisagens quanto as pessoas são elementos fundamentais do caráter do parque e estão, portanto, integradas na reflexão sobre o que deve ser protegido. Os principais temas colocados são a agricultura, saúde, arquitetura e turismo. Um aspecto importante da abrangência e legitimidade desta carta - magna é o fato de as comunidades poderem decidir se farão ou não parte do perímetro do parque (PNV, 2011).

Grande parte das comunidades optou pelo desligamento do PNV. De acordo com o PNV (comunicação pessoal Christian Neumuller, 2012), na presente data, dentre as 28 comunidades residentes na área de adesão do parque, poucas mostram interesse por essa permanência. O fato de a maior parte das comunidades votar em favor de sua própria exclusão do PNV mostra o seu distanciamento em relação aos objetivos do parque. A antiga zona periférica funcionava como uma transição ecológica entre os impactos antrópicos das comunidades e a zona núcleo do PNV. No atual momento existe um receio, por parte do PNV, de que a diminuição da área de adesão faça com que a zona núcleo do parque deixe de ser classificada como categoria II pela UICN. Mas, para as comunidades da região da Savoie, as atividades produtivas e o turismo de alto impacto proporcionam maior lucratividade.

Além disso, permanecer como área de adesão do PNV significa ter que negociar as diretrizes de ordenamento territorial com a direção do parque. Mas sem a participação das comunidades que manifestaram a intenção de se desligar do PNV, a área do parque será reduzida. Se isso de fato vier a acontecer, do ponto de vista da conservação *in situ*, essa ação de gestão participativa não contribui para a conservação da biodiversidade. O Quadro quatro a seguir mostra as características do modelo de conservação presente no PNV e no PNCO.

Características principais dos parques nacionais	PNV	PNCO
Conselho gestor ou instituição similar ativa	Sim	Sim
Conselho gestor consultivo ou deliberativo, ou instituição similar	Inexistente para a zona núcleo e deliberativo para a área de adesão	Consultivo
Regulamenta a proteção da biodiversidade	Sim para a zona núcleo e não para a área de adesão	Sim
Cooperação regulamentada na área de Fronteira internacional	Sim	Não
É um espaço de capitalização dos serviços ambientais	Não para a zona núcleo e sim para a área de adesão	Não
Possibilidade de comunidades do entorno escolherem se farão parte do parque nacional	Sim	Não

Quadro 4 – Modelo de conservação do Parque Nacional da Vanoise e do Parque Nacional do Cabo Orange. Fonte – arquivo da pesquisa. Elaboração da autora.

Nos PNCO, almeja-se a conservação da biodiversidade *stricto sensu*, ou seja, a conservação dos processos ecológicos, com nenhum impacto antrópico ou o menor impacto possível. Ao contrário do conceito de zoneamento francês, segundo o qual somente é vetada a ocupação humana na zona núcleo, nas UCs brasileiras de proteção integral todo uso direto de recursos pela população humana é proibido em todo o perímetro do parque, salvo em casos em que exista planejamento de uso público expresso no plano de manejo.

Na França, o primeiro parágrafo do primeiro artigo da Lei 436, de 14 de Abril de 2006, sobre os parques nacionais, parques naturais e parques regionais marinhos, indica como a percepção de parque nacional se modificou. Enquanto o texto de 1960³⁶ mostra que deve existir um meio estritamente “natural” especial para a conservação em parques nacionais, o texto de 2006 diz que se houver também um patrimônio cultural na área considerada, ele deve ser protegido. A adoção das cartas magnas para o PNV também renovou sua gestão, já que essa será guiada pelos projetos territoriais desenvolvidos em concertação com as comunidades partícipes do parque, em diretrizes planejadas para quinze anos. O Quadro 5 a seguir mostra as características da sustentabilidade social do PNV e do PNCO.

Características principais dos parques nacionais	PNV	PNCO
Proteção ao patrimônio agropecuário	Sim	Não
Gestão baseada em diretrizes concertadas comunidades/PN	Sim	Não
Medidas de proteção da capacidade de carga do turismo	Sim	Sim
O PN influencia seu entorno com políticas de gestão	Sim	Não

Quadro 5 – Sustentabilidade social no Parque Nacional da Vanoise e no Parque Nacional do Cabo Orange.

Fonte – arquivo da pesquisa. Elaboração da autora.

³⁶ Aqui refiro-me ao já citado texto da lei francesa n°60-708, de 22 de julho de 1960, relativa à criação de parques nacionais.

De acordo com o plano de manejo do PNCO, os objetivos do parque visam eminentemente à proteção dos recursos englobados em sua área, garantindo a evolução natural de seus habitats, biótipos e biocenoses e a manutenção da biodiversidade em caráter perpétuo. Dentre as 10 estratégias do PNCO, duas são consideradas prioritárias:

- 1) reduzir a pressão sobre os recursos faunísticos, florísticos e pesqueiros e;
- 2) recuperar as áreas degradadas/afetadas pela bubalinocultura, fogo e agricultura (PNCO, 2011:23).

Constata-se que as medidas de proteção para o PNCO estão em consonância com seus objetivos preservacionistas. Isso acontece porque o objetivo dos parques nacionais brasileiros é a preservação da biodiversidade *strictu sensu*. Ou seja, a legislação que fundamenta o PNCO, o seu planejamento, as suas ações de fiscalização e o tratamento dado às populações do seu entorno terão como ética fundadora a proteção dos aspectos físicos do parque e a sua biodiversidade.

Já na área de adesão do PNV existe produção agrícola, de corte e de laticínios, especialmente dos queijos *Beaufort*, *Tomme de Savoie* ou *Bleu du Termignon*. Este último é produzido por uma dezena de produtores, como Marcel Bantin (vide Fotografia 12 a seguir):



Fotografia 12 - O produtor de *Bleu du Termignon*, Marcel Bantin.

Autoria: Rafael Espíndola. Fonte – arquivo da pesquisa, 2010.

Entre os campos de Chavières de Entre-deux-Eaux, em Termignon-la-Vanoise, o produtor Marcel Bantin conduz 60 vacas leiteiras entre 2000 e 2250 metros de altitude, entre

a área de adesão e a zona núcleo do PNV. Isso é feito apenas para que as vacas pastem no lugar certo e forneçam o leite ideal para que Marcel Bantin possa produzir o queijo *Bleu du Termignon*. Durante os meses de inverno, o sr. Bantin também trabalha como instrutor de esqui (Comunicação pessoal da autora, 2010).

7.1 – COMPARAÇÃO DOS MEIOS ECONÔMICOS DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE E DO PARQUE NACIONAL DA VANOISE

A diferença entre o paradigma de gestão do PNV e o do PNCO também pode ser expressa pelas atividades planejadas e pela aplicação do orçamento em suas realizações. Os Gráficos 3 e 4, a seguir, exprimem, em proporções, as aplicações financeiras do PNCO e do PNV durante o ano de 2010.

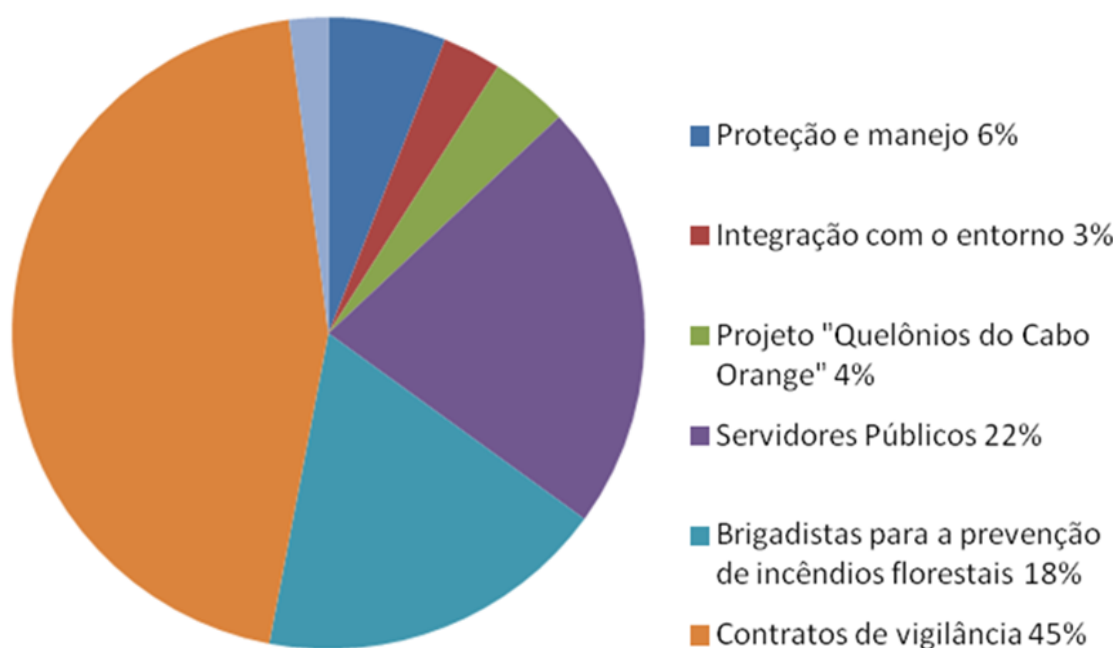


Gráfico 3 – Gastos do Parque Nacional do Cabo Orange. Situação em 2010 (Total: 994.305 reais).

Fonte: comunicação pessoal, Parque Nacional do Cabo Orange, 2011. Elaboração da autora.

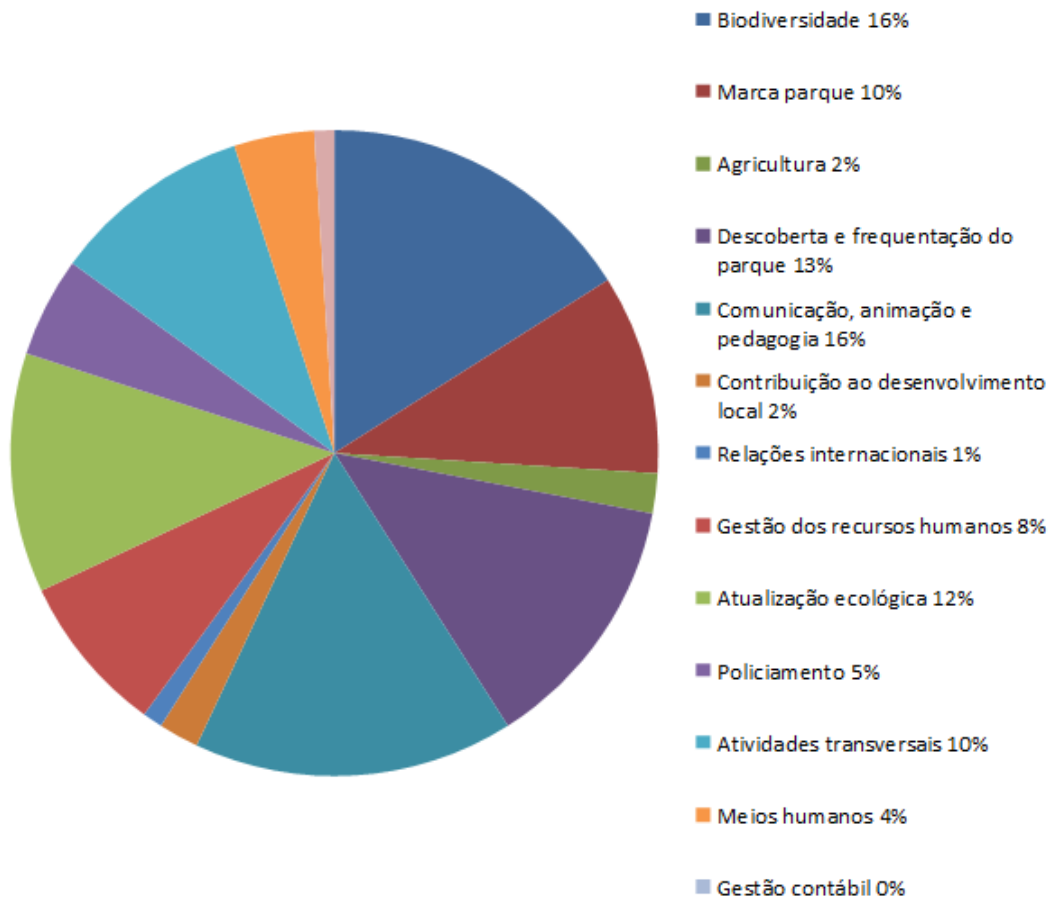


Gráfico 4 – Gastos Parque Nacional da Vanoise, situação em 2010 (total – 10 milhões de euros, aproximadamente 23 milhões de reais).

Fonte: Parque Nacional da Vanoise, 2011. Comunicação pessoal e tradução livre da autora.

Os dados do Gráfico 3, correspondentes ao PNCO, mostram que foram priorizados os gastos feitos com ações de fiscalização, manejo dos recursos naturais e vigilância. No Gráfico 4, correspondente ao PNV, os dados mostram que as atividades programadas envolvem principalmente gastos com educação ambiental, turismo e agricultura. A marca-parque envolve as campanhas publicitárias do parque, vídeos informativos e a confecção de cartazes, camisetas e casacos que são vendidos aos turistas. O Quadro 6 a seguir resume as escolhas de gastos do PNV e do PNCO.

Características dos parques nacionais	PNV	PNCO
Orçamento	Aproximadamente 23 milhões de reais	Aproximadamente 1 milhão de reais
Gastos centrados na promoção do desenvolvimento sustentável	Sim	Não
Gastos centrados na proteção da biodiversidade advinda de processos naturais	Não	Sim

Quadro 6 – Escolhas financeiras do Parque Nacional da Vanoise e do Parque Nacional do Cabo Orange.

Fonte – arquivo da pesquisa. Elaboração da autora.

Observa-se que, de forma geral, no PNV existe um uso mais direcionado ao controle dos recursos para o benefício humano. No PNCO, o maior volume de recursos é empregado em sua própria manutenção e na proteção da biodiversidade *per si*. É necessário observar, porém, que esta não é uma tendência, já que os dados correspondem somente a um ano orçamentário.

Observemos agora os contextos macro-econômicos do PNV e do PNCO. No Brasil, os Planos PAC e PAC 2, lançados em 2007 e 2011, respectivamente, tinham seis principais eixos: energia, habitação, cidade melhor, comunidade cidadã, água e luz para todos e transportes (PAC 2, 2011). Esses eixos previam a construção massiva de novas estruturas, permitindo assegurar emprego e crescimento a longo prazo. Os parques nacionais no Brasil teriam, assim, um caráter compensatório dessas políticas de estímulo ao crescimento, que não prevêem a sustentabilidade como eixo. Isso é coerente com a visão político - econômica de parte da população brasileira, que legitima o crescimento *per si*, tendo em vista o pleno atendimento das suas necessidades humanas básicas ou simplesmente a obtenção de um futuro melhor.

Já na França, os investimentos nacionais feitos após a crise financeira de 2008 têm sido vistos por alguns autores como um “*Green New Deal*”. Jacquet e Tubiana (2009) mostram que o país investiu 4 bilhões de euros em empresas públicas somente para melhorar a eficiência energética dos setores ferroviário, energético e postal e também tem investido fortemente na formação profissional e criação de empregos verdes. O projeto de

carta–magna do PNV (2011) é um exemplo que mostra a proteção da biodiversidade como parte integrada (e subordinada) à produção da sobrevivência nacional. Dentre as quatro orientações estratégicas da carta – magna, nenhuma toca no tema “biodiversidade”, mas o tema da sustentabilidade permanece como mote; elas são: preservar a solidariedade entre os territórios, preservar o caráter de inovação, valorizar a imagem do parque e promover a eco-cidadania.

As complexidades e os paradoxos da proteção de áreas são grandes em ambos os países analisados. A estratégia francesa tem sido a do desenvolvimento para as populações locais do PNV e a proteção da biodiversidade útil, dentro de um limite “possível” antropocentricamente delimitado. O Brasil tem recursos naturais, diversidade biológica e genética e extensões florestais e hidrológicas maiores, o que implica em uma responsabilidade maior. Ao mesmo tempo, essa responsabilidade pode ser questionada, se levarmos em conta que “nenhum país desenvolvido da modernidade sacrificou seu desenvolvimento econômico original em função da consciência da finitude de seus recursos naturais” (BURSZTYN, 2001:62). Observemos algumas estatísticas nos Gráficos 5 e 6 a seguir, sobre a porcentagem de espécies ameaçadas na França e no Brasil:

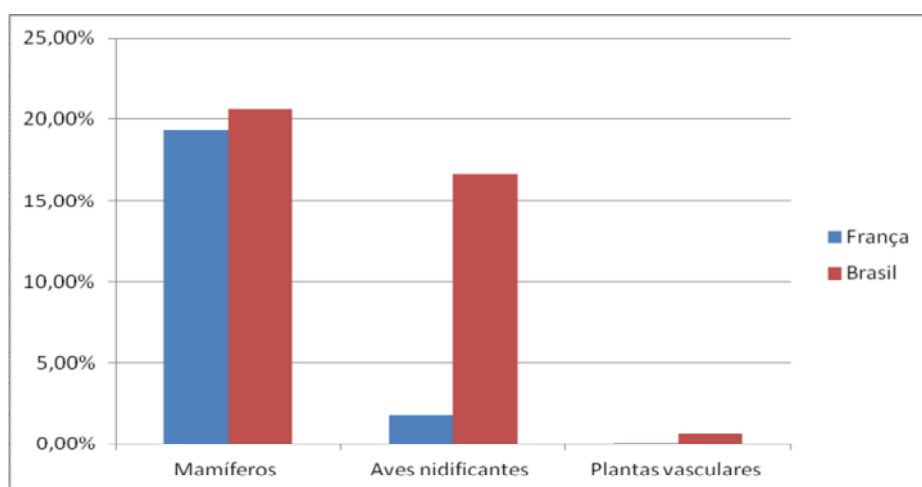


Gráfico 5 - Porcentagem de espécies ameaçadas na França e no Brasil, 2002.

Fonte: Earthtrends, 2011, elaboração da autora.

Observa-se pelos dados do gráfico 5 que, em termos de biodiversidade, a França tem menos espécies ameaçadas que o Brasil em um fator aproximado de 1 para 10. O gráfico 6 a seguir mostra a análise mais detalhada da diferença entre o número de mamíferos e aves nidificantes em extinção. Vê-se que o Brasil tem uma quantidade de plantas vasculares pelo menos 10 vezes maior que a francesa, e o dobro de aves nidificantes.

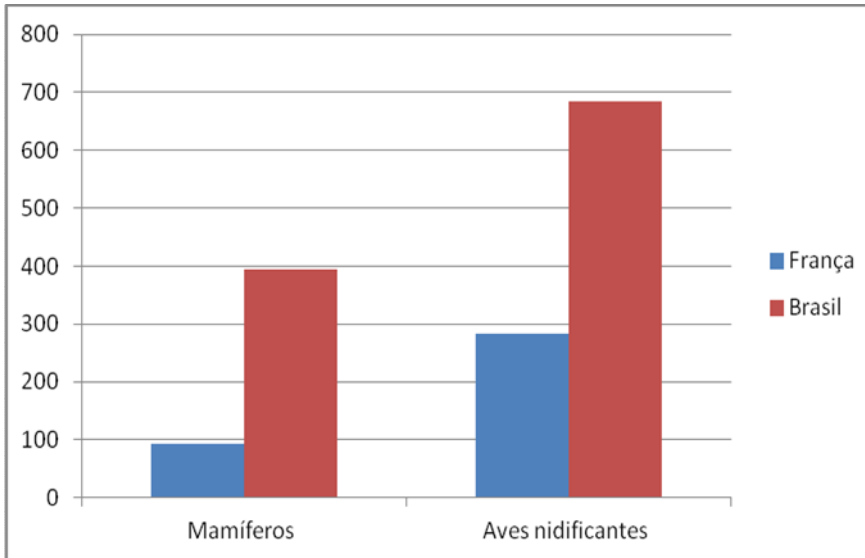


Gráfico 6 - Número de mamíferos e aves nidificantes ameaçadas na França e no Brasil.

Fonte: Earthtrends, 2011, elaboração da autora.

Em termos de economia, em 2010 o PIB per capita francês foi de 33.100 (USD 2010), em contraste com o Brasil, que tem um PIB per capita de 10.800 (USD 2010). Apesar do PIB per capita relativamente alto, devido à alta desigualdade, o Brasil tem 26,5% de sua população vivendo com menos de 2 dólares por dia (Earthtrends, 2000).

7.2 – COMPARAÇÃO DOS MEIOS SÓCIO-GEOGRÁFICOS DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE E DO PARQUE NACIONAL DA VANOISE

Os contextos sociais do PNCO e do PNV também configuram uma dualidade: a natureza é entendida de forma diferente em cada PN. A teoria das representações sociais, desenvolvida por Moscovici (1972), mostra que as representações sociais são influenciadas pelos conhecimentos tradicionais, étnicos, populares e científicos, além de visões específicas de mundo e senso comum. As representações são princípios organizadores que regulam as relações humanas.

Segundo Moscovici (1972), o fato de que o PNV tem em seu entorno uma universidade, com um centro dedicado exclusivamente aos “estudos da montanha”, (EDYTEM, na Universidade da Savoie), além de acesso a todos os tipos de serviços econômicos e de saúde disponíveis no resto da França, faz com que um tipo diferente de pressão seja exercida no parque: enquanto na região da Savoie são visados os serviços, no entorno do PNCO a pressão antrópica se exerce sobre os recursos naturais. Se tomarmos o

exemplo das Vilas de Primeiro do Cassiporé e Cunani, a educação só está disponível em nível fundamental.

Essa diferença socioambiental, que pode ser vista como uma diferença geral entre países do Norte e do Sul, exerce influência dentro dos parques nacionais: os gestores e *stakeholders* do PNV entrevistados no âmbito da presente tese, em sua maioria, privilegiaram os aspectos culturais do parque, enquanto os do PNCO enfatizaram a necessidade da proteção da biodiversidade produzida pela seleção natural.

Em relação a essa proteção, o fato de ela não ter sido mencionada nas entrevistas realizadas no âmbito do PNV, pode ser explicada pelo grau de antropização da sua biodiversidade. De acordo com Libis (2011), a chance de alguma floresta inexplorada ser encontrada na região do PNV é mínima. Desde antes da anexação da região da Savoie à França, em 1860, a floresta da Vanoise vem sendo explorada, ou até super-explorada, por razões domésticas, como o aquecimento, ou atividades pastoris. A Declaração de Paris, assinada pela França em 2010, define a paisagem francesa como “sócio-ecológica” (SATOYAMA INITIATIVE, 2010): ela seria um mosaico dinâmico de habitats que foram moldados ao longo dos anos pelas interações entre as pessoas e a natureza. Assim, ao proteger-se esse tipo de território, fornecer-se-ia aos seres humanos os bens dos quais necessitam e conservar-se-ia a biodiversidade restante:

paisagens sócio-ecológicas de produção são encontrados em muitas regiões do mundo sob vários nomes, como *Muyong*, nas Filipinas, *Mahuel*, na Coreia, *Dehesa* na Espanha, *Terroirs* na França e outros países mediterrâneos, Chitemene no Malawi e na Zâmbia e Satoyama, no Japão. Algumas dessas áreas são formalmente reconhecidas como paisagens protegidas - categoria V da UICN, sites de patrimônio cultural mundial, reservas da biosfera, terras indígenas e áreas de conservação comunitária. Todos eles têm em comum o uso comum sustentável de recursos biológicos de acordo com usos tradicionais e, em alguns casos, com práticas culturais modernas (SATOYAMA INITIATIVE, 2010:2, tradução da autora).

A análise do discurso de uma agricultora do PNV ratifica o entendimento do parque como uma paisagem “sócio-ecológica”: “somos nós que fazemos a biodiversidade da Vanoise, e não o parque nacional. Somos nós que mantemos a natureza viva, porque cuidamos dos animais e das plantas.” (M. V., entrevista fornecida à autora em Saint André, em 15 de junho de 2010).

Essas posições ratificam o paradigma integrado do PNV na busca pelo desenvolvimento sustentável em seu território, como preconiza a Lei 436, de 14 de abril de 2006. No Brasil ainda existe a possibilidade de concentrar o impacto antrópico fora do território dos parques nacionais, já que a biodiversidade produzida pelo processo evolutivo (e não por agricultores e pecuaristas) também tem o seu valor intrínseco. O Estado francês

fornece o pagamento das “medidas agroambientais” (*mesures agroenvironnementales* – MAE), pela manutenção da biodiversidade antropizada das paisagens sócio-ecológicas de produção. O PNCO, mesmo preservando uma área bem maior e natural de biodiversidade, não recebe PSA ou PSA - *like*. O Quadro 7 a seguir mostra um esquema desse contexto no PNCO e no PNV:

Características dos parques nacionais	PNV	PNCO
Paisagem e biodiversidade antropizadas	Sim	Não
PSA ou PSA – <i>like</i>	Sim	Não

Quadro 7 – Paisagens, serviços ambientais e sua remuneração no Parque Nacional da Vanoise e no Parque Nacional do Cabo Orange.

Fonte – arquivo da pesquisa. Elaboração da autora.

É necessário fazer uma ressalva. Muitas críticas são feitas ao contingente territorial ocupado por UCs, como que se elas impedissem a remuneração do desenvolvimento brasileiro por ocuparem uma proporção muito alta do território nacional. Drummond (2011) faz uma crítica do artigo de Miranda *et al* (2008) *Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista*, escrito por uma equipe pertencente à unidade EMBRAPA - Monitoramento por Satélite.

Miranda *et al* afirmam que somente 23% do território brasileiro estão disponíveis para a agricultura. Mas Drummond (2012) afirma que 23% do território seriam suficientes, considerando-se que o Brasil é um país grande, com condições favoráveis para a agricultura disponíveis em grande parte do seu território. Além disso, Miranda *et al* subestimam a área disponível para a agricultura por classificar erroneamente dois terços das UCs e TIs como indisponíveis para agricultura. Ao considerarmos as áreas disponíveis dentro dessas APs, o verdadeiro espaço disponível para a agricultura passa a ser 46% do território nacional. Drummond pondera que o zoneamento feito por satélite é uma importante contribuição para o macrozoneamento do Brasil, mas a metodologia e os conceitos equivocados levaram Miranda *et al* a resultados que parecem ser os de um *lobby* pró-ruralista.

Outros pontos criticados por Drummond são:

- há uma controvérsia envolvendo o tema das atividades agrícolas: elas usam recursos considerados como propriedade privada plena, mas serão mesmo privados?

- as externalidades negativas da agricultura não são computadas;
- os processos industriais sofrem restrições legais em economias avançadas e em desenvolvimento, qual seria a razão para excluir atividades agrícolas de restrições como a salvaguarda de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais?
- proprietários de terras privadas não têm – de acordo com as leis brasileiras - a total propriedade da terra e dos recursos a ela conexos (águas, minérios, flora e fauna nativas);
- Miranda *et al* comprometem a sua análise por seu enfoque não discutir o mérito relativo de diferentes usos da terra;
- Outras atividades restringem a agricultura (e não apenas APs), em particular setores como a mineração e infra-estrutura como estradas, lagos de hidrelétricas e pistas de pouso.
- Miranda *et al* não contam como disponível para a agricultura as enormes extensões de terras oficialmente classificadas como improdutivas e abandonadas (ou usadas como pastagens de baixa produtividade).

A Tabela 6 a seguir mostra as áreas de vários territórios que, supostamente, impediriam a agricultura e o cálculo refeito por Drummond (2011):

Tabela 6 - Comparações entre os cálculos de áreas de vários territórios designados que impedem a agricultura (km²), de acordo com Miranda et al e Drummond:

Territórios designados	área (km ²) / % do território nacional	área (km ²) / % do território nacional
	(Miranda e colaboradores)	(Drummond)
Unidades de Conservação*	1,337,649 / 15.71%	519,154 km ² / 6.09%
Terras Indígenas*	1,087,213 / 12.77%	0 / 0 %
Terras Quilombolas*	---	0 / 0%
APPs**	1,448,535 / 17.01%	1,448,535 / 17.01%
RLs**	2,685,542 / 31.54%	2,685,542 / 31.54%
total	6,558,939 / 77.02%	4,665,018 / 54.78%

Elaboração: Drummond, 2011.

Fonte: Drummond, 2011, tradução livre da autora.

Uma comparação sobre a produtividade das terras agrícolas por unidade de área entre a França e o Brasil pode ser um argumento a mais em favor das UCs (ver Gráfico 7):

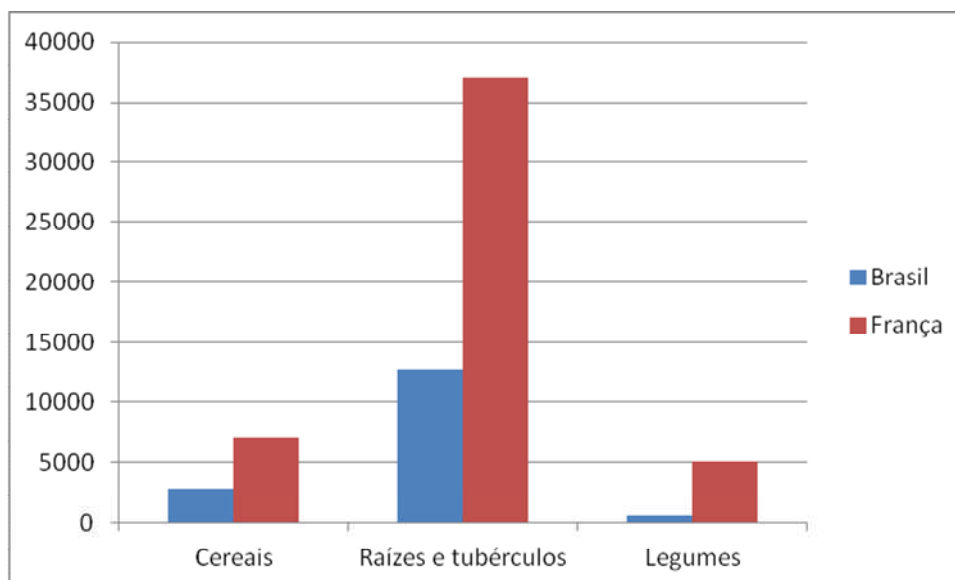


Gráfico 7 – Produtividade kg/ha de cereais (1999 – 2001), raízes e tubérculos (1996-1998) e legumes (1996-1998) na França e no Brasil.

Fonte: Earthtrends, 2011, elaboração da autora.

Os dados do Gráfico 7 acima mostram a produtividade das terras cultivadas por unidade de área na França e Brasil (kg por ha): a França tem produtividade pelo menos 2,5 vezes maior que o Brasil por unidade de área. De acordo com a ONG Earthtrends, isso pode ser devido a um maior uso de fertilizantes na França (média de 244 kg/ha para 90 kg/ha no Brasil), ou a um maior número de tratores por 1000 ha (67,23 tratores/ha na França para 12,35 tratores/ha no Brasil), ou, ainda, a maior percentual de lavouras irrigadas na França (10,8% da área cultivada) contra 4,4% no Brasil.

Não se afirma, na presente pesquisa, que a adoção de métodos franceses levará a um maior nível de produtividade no Brasil, e nem que eles sejam sustentáveis. As estatísticas acima mostram, somente, que rendimentos mais elevados por unidade de área ainda são, em princípio, possíveis no Brasil. Em 2011, a FAO lançou um guia chamado “Save and Grow”, revelando pesquisas de campo feitas em 57 países de baixo rendimento agrícola nas quais houve aumento da produção de em média 80%, no período de 2007 a 2009. De acordo com a FAO, essa é uma revolução verdadeiramente verde, pois apesar de as técnicas aumentarem significativamente a produção, elas o fazem em um paradigma que

conserva e promove os serviços ecossistêmicos (FAO, 2011). Conclui-se que é possível aumentar consideravelmente a produção agrícola no Brasil sem contabilizar como prejudiciais à agricultura os territórios das APs, produtoras de serviços tão caros à nossa existência.

Droulers (2001) define os termos “geosofia”, como a ocupação planejada do espaço geográfico, e “geofagia,” como a sua ocupação desordenada. A autora mostra que o Brasil pode estar entrando em uma época geosófica, já que existe uma tendência de redirecionamento estratégico da ocupação do território para a adoção de estratégias de governança concertada. Ordenamentos territoriais aplicados e um pacto social poderão causar grande impacto na conservação *da* biodiversidade e na justiça social brasileira. A utilização dos recursos com a consciência de sua finitude e uma reforma agrária são, para a autora, os grandes desafios brasileiros.

Turner (1996) considera que uma fronteira é um ponto de encontro entre o oportunismo e o individualismo, e o impacto ambiental seria o resultado típico desse encontro. Essa afirmação se aplica na consideração da realidade do PNCO, onde a realidade de ausência do Estado coloca lado a lado o “camponês, o peão, o garimpeiro, o grande fazendeiro, o empresário, o religioso, o funcionário público, o antropólogo” (MARTINS: 2009:142). Esses contatos aproximariam contextos sócio-econômicos e culturais muito diversos, configurando os relacionamentos de fronteira.

O presente capítulo tratou da comparação entre o PNV e o PNCO, considerando-se que os dois parques pertencem à mesma categoria II da UICN. Os dois parques diferem, contudo, pela gestão direcionada à preservação da biodiversidade, no caso do PNCO e a gestão direcionada à integração entre manutenção dos processos ecológicos e culturais, no caso do PNV. A seguir, serão feitas as considerações que finalizam a presente tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os muitos temas ligados aos parques nacionais, a presente tese centrou a sua investigação especificamente nos paradigmas de gestão de dois deles: o PNCO e o PNV. Para isso examinou, de forma comparada, o contexto de cada um. Fez também um retrospecto histórico da região onde se criou cada parque e da ecopolítica internacional, considerando-se as principais convenções mundiais sobre o tema. Além disso, analisou o caso do Parque Natural Marinho da Iroise como um modelo do paradigma integrado francês e o Pagamento por Serviços Ambientais como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável de áreas protegidas brasileiras.

O PNV tem a sua gestão direcionada à tentativa de conciliação entre o desenvolvimento regional e a preservação dos patrimônios natural e cultural. Esse paradigma foi definido com a Lei 436, de 14 de abril de 2006, para Parques Nacionais, Parques Naturais Regionais e Parques Naturais Marinhos. Está sendo proposta uma visão de território e de futuro que seja compartilhada pelo parque e pelos *stakeholders*. A renovação jurídica expressa na lei supracitada e a construção participativa das cartas-magnas dos parques nacionais são as maiores expressões do paradigma Integrado em APs francesas. Esta lei aproxima os parques nacionais das outras categorias de áreas protegidas, como os parques naturais marinhos e os parques naturais regionais. Isso ocorre porque ela prevê a participação dos atores na definição das políticas de conservação. Além disso, é dada às comunidades a escolha de permanência no parque. No caso do PNV, grande parte das comunidades já sinalizou pela sua exclusão.

O PNCO é conservador da biodiversidade, em sentido restrito. A legislação para parques nacionais brasileiros prevê a conservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. A presença humana deve ser excluída. Essa estratégia é considerada correta, para a presente tese, visto que, no Brasil, há espaço para o desenvolvimento e também para a preservação, pois praticamente metade de todo o território nacional (46%) ainda está disponível para a agricultura (DRUMMOND, 2012). O Brasil, palco de uma política territorial geofágica (DROULERS, 2001) ou de frente de expansão (MARTINS, 2009), pode promover o seu desenvolvimento econômico e reduzir as desigualdades sociais. Mas, há espaço geográfico também para a conservação da biodiversidade, em sentido restrito.

Uma das perguntas da presente tese remete à possibilidade de conciliação entre o desenvolvimento humano e a proteção da biodiversidade dentro dos parques nacionais analisados. Se considerarmos que a biodiversidade originária de um processo natural é um

patrimônio incalculado (tanto por ser desconhecido como por ser de tal forma complexo que não se conseguiu valorar), ainda não é possível conciliar desenvolvimento humano e proteção da biodiversidade *latu-sensu*. Essa não é uma equação fácil de ser resolvida e a sustentabilidade social do PNCO continua a ser uma incógnita. O Brasil empenha um louvável esforço para manter a sua biodiversidade, mas não é justo que populações circundantes aos parques arquem individualmente com os passivos da conservação ambiental, cujos benefícios são difusos. Uma forma de conferir sustentabilidade social ao PNCO é consolidar o eco-turismo, o que pode ocorrer no âmbito do projeto TI. Isso dependerá de uma integração entre os atores sociais do projeto, da melhoria das condições de alojamento para os potenciais turistas e da divulgação do projeto em mercados-alvo.

No Brasil, o PSA também pode ser um fator de união entre a conservação da biodiversidade e a justiça social, se a identificação dos usuários e dos provedores dos serviços ambientais for bem feita. Na França, esse pagamento já existe, sob a forma de *PSA-like*, nas áreas de adesão do PNV. São as *mesures agroenvironnementales* - MAE. As MAE recompensam os agricultores que diminuíram seu impacto no meio-ambiente, encorajando a proteção das espécies ameaçadas e a conservação da água e da biodiversidade.

Os parques nacionais, criados nos EUA no século XIX e multiplicados em todo o mundo, podem ser geridos de formas distintas. As éticas que inspiram as diferentes formas de gestão podem ser classificadas em biocêntricas, ecocêntricas e antropocêntricas. O Brasil, de uma forma geral, adota uma ética ecocêntrica de proteção, já que as suas categorias englobam a proteção dos humanos e dos não humanos. Já os parques nacionais, como uma categoria específica, são biocêntricos, pois não permitem a residência humana em seu interior. A França tem um paradigma ecocêntrico de proteção, tanto de forma geral quanto especificamente para parques nacionais.

O paradigma integrador francês constitui uma forma de gestão conexa à do socioambientalismo brasileiro. Os parques nacionais brasileiros, porém, se assemelham mais ao modelo preservacionista original, iniciado nos EUA no século XIX. Para a presente tese, esta abordagem está correta, já que os parques nacionais são os guardiões da biodiversidade brasileira, que é significativamente menos antropizada quando comparada com países populosos como a França. Observando-se o conjunto das UCs brasileiras, contudo, encontram-se paisagens humanas e não-humanas, o que pode ser associado a um paradigma integrado ou socioambiental.

Fez-se a ressalva de Leuzinger (2009) para quando existir um grupo tradicional na UC: esse último deve permanecer, desde que o ecossistema seja capaz de suportar suas atividades. Vimos, porém, que este é um debate delicado, entre uma forma de

“primitivismo”, consequência da conservação da natureza, e o direito de grupos minoritários e etno-culturais a um estilo de vida diferenciado. Reitera-se, contudo que os direitos territoriais indígenas e quilombolas são inalienáveis, estando ou não ligados à conservação da biodiversidade.

A conservação da biodiversidade é uma questão candente e ao mesmo tempo idealizada no mundo atual. Na prática, prevalecem os direitos individuais de propriedade e consumo imediato, ainda mais quando observamos que todos os países do Norte alcançaram o seu desenvolvimento às custas do uso predatório de seus recursos naturais e da alteração dos seus ecossistemas. No caso do PNCO, o Brasil, rico em biodiversidade, precisa de meios econômicos e estruturais para implementar as suas políticas de proteção da natureza *in situ*. No caso do PNV, sua biodiversidade tem maior grau de antropização, conforme o conceito de *paisagem* sócio-ecológica (SATOYAMA, 2010).

Há diversas abordagens para parques nacionais, ainda pouco exploradas pela literatura científica. Espera-se que futuras pesquisas sejam feitas, tanto no campo das diferentes éticas de conservação da biodiversidade, como no campo das ameaças aos parques nacionais: a pressão pela produção de bens, a caça, a pesca, as queimadas, o garimpo e o turismo mal orientado. A Amazônia e os Alpes são regiões que abrigam ecossistemas de importância global, mas, localmente, seus parques nacionais funcionam de maneira bastante diversa. Esta tese procurou comparar a gestão desses dois parques nacionais por meio da análise dos contextos sociais e geográficos que os envolvem. O quadro ecológico mundial e a história da conservação na França e no Brasil mostraram que o PNV está a caminho de uma inovação, caracterizada também através do PNMI: a participação comunitária na gestão de um parque. Já o Parque Nacional do Cabo Orange, que protege a biodiversidade originária de um processo evolutivo natural, pode capitalizar seus serviços ecossistêmicos e se tornar mais sustentável social e economicamente.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, W. **Green Development: Environment and Sustainability in the Third World.** Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997.

Agence des Aires marines protégées. Disponível em: <<http://www.aires-marines.fr>>. Acesso em: 9 abr. de 2007 e 7 jun. 2011.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da Biodiversidade.** IBAMA, Brasília, 1998

ALENCAR, Gisela Santos de. **Mudança ambiental global e a formação do regime para proteção da biodiversidade.** Brasília: UnB, 1995. 179 p.. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Relações Internacionais, Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

ARPA, Programa. Disponível em: <<http://www.programaarpa.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

AUBERTIN, Catherine; RODARY, Estienne. **Aires protégées, espaces durables?** Paris: IRD, 2009.

AYRE, G.; CALLWAY, R. **Governance for sustainable development. A foundation for the future** – Londres, Sterling, 2005.

BACHA, Edmar Lisboa et al. A análise da rentabilidade macroeconômica de projetos de investimento no Brasil. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico – IPEA**, p. 35-82, nov. 1971.

_____, Edmar Lisboa et al. **Análise governamental de projetos de investimentos no Brasil: Procedimentos e Recomendações**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1971.

BARTHOLO, Roberto *et al.* **Turismo de base comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, Letra e Imagem, 2010.

BARRETO FILHO, Henyo. T. **“Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção”**, in ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui e NEVES, Walter (Orgs.), *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BECKER Fátima *et al* (Org.) **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília: MMA, 2011.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERNARD, H. Russell. **Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches**. 3ª Ed. Plymouth: Altamira, 2011.

BLANC, Guillaume. **Protection de la nation et construction de la nature - Une histoire des parcs nationaux français depuis 1960 (Cévennes, Pyrénées et Vanoise)**. Vingtième Siècle. Revue d'histoire v.3, n.107, 2010.

BOHLS, Elizabeth A. (Org.); DUNCAN, Ian (Org.). **Travel Writing 1700-1830: An Anthology (Oxford World's Classics)**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BONCOEUR, Jean et al. La gouvernance des aires marines protégées: le projet de parc marin en Iroise, un exemple de processus participatif? In: Regards croisés sur les aires protégées marines et terrestres. **Revue Mondes en Développement**. De Boeck, v. 35, n. 2, jul. 2007.

BRASIL. Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2010/Decreto/D5758.htm>. Acesso em: 5 mai. 2011.

_____. Decreto 7.378, de 1 de dezembro de 2010. Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - MacroZEE da Amazônia Legal, altera o Decreto no 4.297, de 10 de julho de 2002, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2010/Decreto/D7378.htm>. Acesso em: 5 mai. 2011.

_____. Lei n. 9.985 de 18 de julho 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 5 mai. 2011.

BRITO, Daginete Maria Chaves; DRUMMOND, José Augusto; ALBUQUERQUE, Teresa Cristina. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: Secretaria do Estado do Amapá, 2008.

BURSZTYN, Marcel (org.) *et al.* **A difícil sustentabilidade - Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____; PERSEGONA, Marcelo. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética do homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>. Acesso em 20 jun. 2012.

CARLEY, M.; CHRISTIE, I. **Managing sustainable development.** Londres, Sterling, 2000.

Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB – Disponível em <http://www.cdb.gov.br/CDB>. Acesso em 8 jul. 2010.

CIPRA. **Commission Internationale pour la Protection des Alpes.** Disponível em: <<http://www.cipra.org>>. Acesso em: 19 jan. 2008 e 12 mar. 2011.

COUTO FILHO, Vítor de Athayde; TAKAGI, Maya (Org.); BALSADI, Otavio Valentim (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro.** Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

CSDWAND. **Ecosystem Approach and Payment for Environmental Services.** Swiss Agency for the Environment, Forests and Landscape. Commission on Sustainable Development-Water Action Network Database. Disponível em: <<http://www.csdwand.net/>>. Acesso em: 07 ago. 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da e ALMEIDA, Mauro de. Mudanças Ambientais Globais e Populações Tradicionais. Versão em português do artigo “Global Environmental Changes and Traditional Populations”. In: HOGAN, Daniel J. e TOLMASQUIM, Maurício T. (Eds.). **Human dimensions of global environmental change: Brazilian perspectives.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2001.

DECAUX, Alain (Org.); LETTY, Jacques Le (Org.); SINGELIN, Patrick (Org.). **Patrimoine naturel en Iroise.** Brest: Préfecture maritime de l’Atlantique, 2005.

DELELIS, Caroline, *et al.* **Mosaïques d'aires protégées: réflexions et propositions de la coopération franco-brésilienne.** Brasília: MMA e Embaixada da França no Brasil, 2010

DEPRAZ, Samuel. **Géographie des espaces naturels protégés: genèse, principes et enjeux territoriaux.** Paris: Armand Colin, 2008.

DESCOLA, Philippe. **A qui appartient la nature ?** Disponível em <http://www.laviedesidees.fr/A-qui-appartient-la-nature.html>, 2008. Acesso em: 12 out. 2011

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação : novos rumos para a conservação da natureza** (Org). São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

DROULERS, Martine. **Brésil: Une géohistoire.** Paris: Puf, 2001.

_____, Martine. Estudos sobre Amazonia: a posteridade de Pierre Monbeig. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org). **Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação.** Bauru: Fapesp-Edusc, 2006, p. 173-190.

_____, Martine. **L'Amazonie, vers un développement durable.** Paris: Armand Colin, 2004.

DRUMMOND, José Augusto (2002) **Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea** Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002

_____, José Augusto (2011) **Protected areas versus areas occupied by productive activities and infrastructure in Brazil – is there room for everybody?** No prelo, 2011.

_____, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. O mapa das UCs será o mapa da inclusão social? **Revista Natureza & Conservação**. Curitiba, vol. 7, p. 8-16, 2009.

_____, José Augusto; NINIS, Alessandra Bortoni; FRANCO, José Luiz de Andrade. **O Estado das Áreas Protegidas no Brasil**. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.unbcds.pro.br/conteudo_arquivo/150607_2F62A6.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2010.

_____, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo P.. **O Amapá nos tempos do manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____, José Augusto. **National parks in Brazil: a study of 50 years of environmental policy (with case studies of the National parks of the state of Rio de Janeiro)**. Dissertação de Mestrado, The Evergreen State College, 1988.

_____, José Augusto. **Brazilian national parks – an assessment of national and foreign influences up to 1979**. No prelo, 2012.

EARTHTRENDS. Disponível em
<http://earthtrends.wri.org/pdf_library/country_profiles/agr_cou_250.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2011.

_____. Disponível em:
<http://earthtrends.wri.org/pdf_library/country_profiles/agr_cou_076.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2011.

ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE. Disponível em
<http://www.esri.com/data/basemaps.html>. Acesso em 25 jun. 2012.

EUROPA. **Convenção de Berna**, 1979. Disponível em <http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/QueVoulezVous.asp?NT=104&CM=8&DF=1/28/2008&CL=ENG>

FAO. **The State of Food and Agriculture: Paying Farmers for Environmental Services**. Rome: FAO, 2007. Acesso em: 12 out. 2011

_____. **Save and Grow report**. Disponível em <<http://www.fao.org/ag/save-and-grow/>>. Acesso em: 12 out. 2011

FEARNSIDE, P. **Environmental services as a basis for the sustainable use of tropical forests in Brazilian Amazonia**. In E. Ortega and S. Ulgiati (eds), IV International Biennial Workshop Advances in Energy Studies: Energy-Ecology in Latin America. Campinas, São Paulo, Brasil, 16-19 de Junho, 2004 (UNICAMP): Campinas, São Paulo: 31-6, 2006.

FONTOURA, Ana Gabriela. **Relatório da Reunião de Planejamento Participativo Projeto Tartaruga Imbricata – TI**. Vila Velha do Cassiporé, comunicação pessoal, 2012.

FRANÇA. **Decreto de 06 julho de 1963**. Disponível em: <http://www.savoie.pref.gouv.fr/sections/les_grands_themes/environnement/parc_national_e_t_par/parc_national_de_la4677/view>. Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. **Decreto de 14 de abril de 2006**. Disponível em: <www.ecologie.gouv.fr/IMG/pdf/050525_expoloiPN_ConseilMinistres-2.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2011.

FRANCO, José Luiz de Andrade. Natureza no Brasil: idéias, política e fronteiras (1930-1992). In: SILVA, Luiz Sergio Duarte da (org). **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: UFG, 2000. p. 71-111.

_____, José Luiz de Andrade e SCHITTINI, Gilberto. *História das áreas protegidas: objetivos e justificativas para a proteção da natureza*. In **Rios e cidades: Olhares e**

Histórias do meio ambiente (Gercianir Gandara e Eugênio Carvalho, org.). Goiânia: Editora da PUC – Goiás, 2010.

_____, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. **O cuidado da natureza: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992**. Textos de História, vol. 17, nº 1, 2009.

_____, José Luiz de Andrade. **Caracterização Socioeconômica da Comunidade do Cunani - Parque Nacional do Cabo Orange - Município de Calçoene/AP**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2010, no prelo.

GALVÃO, Anderson. **Estudo de Viabilidade Econômica para a Visitação Embarcada no Parque Nacional do Cabo Orange**. Belo Horizonte: Ceres Consultoria, 2011.

GAUCHON, Christophe et al. **Espaces protégés, acceptation sociale et conflits environnementaux**. Chambéry: EDYTEM, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.ap.gov.br/amapa/site/index.jsp>. Acesso em 12.03.12.

GRUPO DOS 77. Disponível em <http://www.g77.org/>. Acesso em 20 jun. 2012.

GUANAES, Senilde Alcântara. **Meu Quintal não é Parque! - Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2006.

GUEDES, Fátima Becker (Org.); SEEHUSEN, Susan Edda (Org.). **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília: MMA, 2011.

GUEST, G *et al.* **How Many Interviews Are Enough? An Experiment with Data Saturation and Variability.** In *Field Methods*. Sage Publications. Vol. 18, No. 1, 2006. DOI: 10.1177/1525822X05279903.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo In.: DIEGUES, A. C.

Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo:

HUCITEC – Annablume, 2000.

HALL, A. **Payments for Environmental Services: The Case of Brazilian Amazonia,** *Journal of International Development*, vol. 7, p. 965-81, Outubro de 2008a.

_____. **Better REDD than Dead: Paying the People for Environmental Services in Amazonia'**, *Philosophical Transactions of the Royal Society*, vol. 363, p.1925-32, 2008b.

HALLER, Archibald O. *et al.* **Os níveis de desenvolvimento socioeconômico da população da Amazônia Brasileira: 1970-1980.** *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, pg. 941-973, volume v, Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Mapas Interativos.** Disponível em: <<http://www.mapas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

_____. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>. Acesso em 03/05/2012.

_____. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/download/geociencias.shtm>. Acesso em 25 jun. 2012.

ICMBio. Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange. Brasília: ICMbio, 2011. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2262-parna-do-cabo-orange>. Acesso em 12. Dez 2011.

_____. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/>. Acesso em 25 jun 2012.

INOUE, Cristina Yumie Aoki. **Regime global de biodiversidade: o caso Mamirauá**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

INSEE. **Institut National de la Statistique et des Études Économiques**. Disponível em: <<http://www.insee.fr>>. Acesso em 10 mai 2011.

IRVING, Marta. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In: IRVING, Marta; AZEVEDO, Julia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, p. 35-45.

ISA. **Instituto Socioambiental**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

JACQUET, P. e TUBIANA. L. Des politiques publiques pour construire un avenir durable. In JACQUET, P. *et al.* **Regards sur la terre. La gouvernance du développement durable**. Paris: Les presses Sciences Po, 2009.

KING, Nicola; LEOSAULO, Anthony; RAPHOLO, Blondie. **Developing markets for watershed protection services and improved livelihoods: a diagnostic for South Africa**. Londres: International Institute for Environment and Development – IIED, 2003. Disponível em: <<http://pubs.iied.org/G00381.html>>. Acesso em: 5 jul. 2010.

KORNIJEZUK, N. **Projeto de Turismo de Base Comunitária Tartaruga Imbricata, Brasil / Guiana Francesa**. Disponível em <http://confins.revues.org/7491>. Acesso em 01/02/12.

LANGHAMMER, P. Et al. **Identification and Gap Analysis of Key Biodiversity Areas: Targets for Comprehensive Protected Systems**. UICN, James Cook University and Rainforest CRC, 2007.

LARRÈRE, Raphaël et al. **Histoire des parcs nationaux**. Paris, Quae, 2009.

LASLAZ, Lionel. **Autour de la nouvelle loi sur les Parcs nationaux français: enjeux et conflits**. Disponível em: <www.veilleinfotourisme.fr/1170758205164/0/fiche___article/&RH=1173709956333>. Acesso em: 11 mar. 2010.

_____, Lionel. **Les zones centrales des parcs nationaux alpins français (Vanoise, Écrins, Mercantour), des conflits au consensus social? Contribution critique à l'analyse des processus territoriaux d'admission des espaces protégés et des rapports entre sociétés et politiques d'aménagement en milieux montagnards**. Chambéry: Savoie, 2005. 644 p. Tese (Doutorado) – Département de Géographie, CISM, Université de Savoie, 2005.

_____, Lionel (Org.); HÉRITIER, Stéphane (Org.). **Les parcs nationaux dans le monde: protection, gestion et développement durable**. Paris: Ellipses, 2008.

_____, Lionel (Org.). **Pralognan capitale de la Vanoise**. Chambéry: Edelweiss, 2007.

La Grenelle Environnement. Disponível em: <<http://www.legrenelle-environnement.fr>>. Acesso em: 1 set. 2010.

La Grenelle de la mer. Disponível em <http://www.legrenelle-environnement.fr/-Le-Grenelle-de-la-Mer-.html>. Acesso em 06 fev. 2009.

LEROUX, Shawn J. et al. **Global protected areas and UICN designations: Do the categories match the conditions?** Biological Conservation, 143, 609-616, 2010. Disponível em: <<http://www.journals.elsevier.com/biological-conservation/>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

LELONG, Sarah. La mise en place d'aires marines protégées et leurs incidences conflictuelles dans le monde de la pêche. L'exemple du Parc Naturel Marin d'Iroise. In **Espaces protégés, acceptation sociale et conflits environnementaux**. Le Bourget du Lac, *EDYTEM*, n° 10, 2010.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. **Natureza e cultura: unidades de conservação de proteção integral e populações tradicionais residentes**. Curitiba: Letra da Lei, 2009.

LE TOURNEAU, François Michel e DROULERS, Martine. **L'Amazonie Brésilienne et le Développement Durable**. Paris: Belin, Coleção Mappemonde, 2010.

_____, François-Michel e KOHLER, Florent *et al.* **Síntese Missão Cunani**. ANR - CREDA – CNRS, 2011. Disponível em: <http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/60/55/05/PDF/ICMBio_Sintese_Cunani_Portugues-FINAL.pdf> Acesso em: 11 mai. 2011.

LIBES, Elsa. **Inventaire et caractérisation des forêts à caractère naturel de l'espace Vanoise**. Dissertação de Mestrado. ENGREF. Agroparistech. L'Institut des sciences et industries du vivant et de l'environnement, 2011.

LITRE, Gabriela. **Os gaúchos e a globalização: vulnerabilidade e adaptação da pecuária familiar no pampa do Uruguai, Argentina e Brasil**. Brasília, UnB, 2010. 474 p.. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Université Sorbonne-Nouvelle – Paris 3 – ED 122 / IHEAL – CREDAL, Brasília, 2010.

MAB. Disponível em <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/man-and-biosphere-programme/>. Acesso em 01/05/2012.

MAHRANE, Yannick et al. **De la Nature à la Biosphère: l'invention politique de l'environnement global, 1945-1972**. Paris: Vingtième Siècle, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Fronteira, 2009.

MAUZ, Isabelle. Comment est née la conception française des parcs nationaux? **Revue de Géographie Alpine**. Grenoble, n. 2, 2002.

_____. **Gens, cornes et crocs: relations hommes-animaux et conceptions du monde, en Vanoise, au moment de l'arrivée des loups**. Tese de Doutorado. Paris: ENGREF, 2002.

MEDEIROS, Rodrigo *et al.* **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário executivo**. Brasília: UNEP – WCMC, 2011.

MENDES, Ana Beatriz Vianna. **Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça**. Tese de Doutorado. Campinas. IFCH - Unicamp, 2009.

MERVEILLEUX DU VIGNAUX, Pierre. **Création des parcs nationaux**. Disponível em <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/action-culturelle/celebrations-nationales/brochure-2010/vie-politique/creation-des-parcs-nationaux>. Acesso em 16 nov. de 2011.

MILANO, M. S. Por Que Existem Unidades de Conservação? **Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências**. 1 ed. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, p. 193-208, 2002.

Ministère de l'Ecologie, du Développement durable, des Transports et du Logement. Disponível em <http://www.developpement-durable.gouv.fr/>. Acesso em 12 nov. de 2011.

_____. *Estratégie nationale pour la création et la gestion des aires marines protégées.*

Comunicação Pessoal, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 7 abr. 2007.

_____. **Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Brasília, MMA, 2009

_____. Disponível em www.mma.gov.br. Acesso em 23/04/2012.

MOSCOVICI, Serge. **La société contre nature.** Paris: Union générale d'édition, 1972.
Disponível _____ em
http://classiques.uqac.ca/contemporains/moscovici_serger/societe_contre_nature/societe_contre_nature.html

MOTTA, Ronaldo Seroa da; RUITENBEEK, Jack; HUBER, Richard. **Texto para discussão n.º 440. Uso de instrumentos econômicos na gestão ambiental da América Latina e Caribe: Lições e recomendações.** Rio de Janeiro, IPEA, 1996.

MORSELLO, C. **Áreas Protegidas públicas e Privadas: seleção e manejo.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.); VIANNA, João Nildo (Org.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

NASH, Roderick. **Wilderness and the American Mind.** New Haven: Yale University Press, 2001.

NELISSEN N., *et al.* **Classics in Environmental Studies**. Utrecht: International Books, 1997.

NOVAES, Washington. Política Industrial e Meio Ambiente. In: FONTES, José Augusto Sá, Rosa Maria Sales de Melo (org.). **Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial**. Brasília: Editora Universitária UnB, 1996.

NASA. Disponível em <http://earthobservatory.nasa.gov/Features/BlueMarble/>. Acesso em 25 jun. 2012.

OLIVIER, Juliette. **L'Union Mondiale pour la Nature (UICN): une organisation singulière au service du droit de l'environnement**. Collection Travaux du CERIC. Dijon: Bruylant, 2005.

OECD. Disponível em http://www.oecd.org/document/19/0,3746,en_2649_34281_35158227_1_1_1_1,00.html. Acesso em 12/04/12.

UICN. International Union for Conservation of Nature. Disponível em: <http://www.UICN.org/>. Acesso em: 19 jan. 2011.

_____. **World Conservation Strategy**, 1980. Disponível em <http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/WCS-004.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ONU. Disponível em www.un.org. Acesso em set. de 2011.

____ **Ecosystems and Human Well-being: Synthesis.** Washington: Island Press, 2005. Disponível em: <<http://www.maweb.org/documents/document.446.aspx.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

____ **REDD Program - Report of the Eighth Policy Board Meeting.** Disponível em <http://www.un-redd.org/>. Acesso em 12/02/2012.

____ **Acordo de Durban.** Disponível em: <http://www.unep.org/climatechange/ClimateChangeConferences/COP17/tabid/55429/Default.aspx>. Acesso em 12/02/2012.

PAC. <http://www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em 23 nov. 2011.

PADUA, Suzana. **O que é REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) e o que pode representar para a conservação de nossas florestas?** Disponível em <http://www.oeco.com.br/suzana-padua/18264-oeco26975>. Acesso em 13/04/2012

Parc National de la Vanoise. Disponível em <http://www.parcnational-vanoise.fr/>. Acesso em: 03 mai. 2011.

_____. Proposition d'axes et d'orientations stratégiques pour la charte du Parc National de la Vanoise. Comunicação pessoal, 2011.

Parc Naturel Marin d'Iroise. Disponível em: <<http://www.parc-marin-iroise.gouv.fr>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

PNUMA - UNEP - WCMC – **Protected planet.** Disponível em http://www.unep-wcmc.org/protected-planet-_530.html . Acesso em dez. 2011.

PORRAS, Ina. T.; LANDELL-MILLS, Natasha. **Silver bullet or fools' gold? A global review of markets for forest environmental services and their impact on the poor.** Londres: International Institute for Environment and Development – IIED, 2002.

PORTER, G. e BROWN, J.W. **Global environmental politics.** Boulder, Westview press: 1991.

Projeto de lei n° 797/2007. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=348783>>.
Acesso em: 23 Nov. 2011.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática Financeira Objetiva e Aplicada.** 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Radar: avalia a produtividade da economia brasileira. Radar – Tecnologia, produção e comércio exterior. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infra-estrutura. Brasília, IPEA, n. 14, jun. 2011.

REIGOTA, Marcos. **Ecologia: Elites e Intelligentsia na America Latina.** São Paulo: Annablume, 1999.

ROCHETTE, Julien. Pêche: plus de petrole ou plus de poissons?. In JACQUET, P. PACHAURI, R. e TUBIANA, L. **Regards sur la terre. La gouvernance du développement durable.** Paris: Les presses Sciences Po, 2009.

Relatório Anual 2007: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Rio de Janeiro, FUNBIO, 2008. Disponível em:
<<http://toolkit.conservationfinance.org/sites/default/files/documents/communications/annual-report-2007-funbio-brasil.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou Da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RIBEIRO, André Afonso et al. **Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Série Áreas Protegidas do Brasil, 7. 2ª Ed.** atualizada e ampliada. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

SACHS, Ignacy; STROH, Paula Yone (Org.). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACAREAU, Isabelle. **La montagne: une approche géographique**. Paris: Belin, 2004.

SANTILLI, Juliana. **A distribuição socialmente injusta dos ônus gerados pelas políticas de criação e implantação de unidades de conservação ambiental em áreas ocupadas por populações tradicionais**. ANPPAS, 2004. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/#17. Acesso em: 12 out. 2011

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Rui Ferreira. **Lições de experiências internacionais de uso de Pagamentos por Serviços Ecosistêmicos**. Projeto apoio aos diálogos setoriais União Européia – Brasil, 2011. Disponível em www.dialogosetoriais.org. Acesso em 21.09.11.

SARTORI, Giovanni. Bien comparer, mal comparer. **Revue Internationale de politique comparée**. Louvain-la-Neuve, vol.1, n. 1, p. 19-36, 1994.

_____, Giovanni; MORLINO, Leonardo. **La comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

SATOYAMA INITIATIVE. **Paris Declaration**. Disponível em http://satoyama-initiative.org/wp-content/uploads/2011/09/Paris_Declaration_EN_april2010_revised03_low1.pdf. 2010. Acesso em 12.02.12.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SELMI, Adel. **Administrer la nature: le Parc national de la Vanoise**. Natures-Sciences-Societés, vol. 15-3, p. 350-351, jul. 2007.

SOARES FILHO, Britaldo et al. **Redução das emissões de carbono do desmatamento no Brasil: o papel do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)**. UFMG, IPAM, WHRC, WWF Brasil, 2011.

SOLIGON, Bruno; PIRES, Ricardo Motta. **Projeto de Experimentação do Turismo de Base Comunitária no Parque Nacional do Cabo Orange, dentro de uma Rota Integrada Guiana Francesa-Brasil. Projeto Tartaruga Imbricata/Tortue Imbriquee**. Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque: Communication Personnelle, 2008.

STERN, Nicholas. **The Economics of Climate Change: The Stern Review**. Londres: HM Treasury-Cabinet Office, 2007.

SILVA, David Leonardo Bouças *et al.* **Relatório da experimentação de turismo Tartaruga Imbricata, numa rota integrada integrada Brasil- Guiana Francesa**. Brasília: Comunicação pessoal, 2009.

TARDIFF, Jonathan. **Écotourisme et développement durable. Vertigo: la revue électronique en sciences de l'environnement**. V. 4, n. 1, mai. 2003. Disponível em: <<http://vertigo.revues.org/4575>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

TERBORGH, John e SCHAIK, Carel. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, John (Org.); SCHAIK, Carel (Org.); DAVENPORT, Lisa (Org.); RAO, Madhu (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora da UFPR e Fundação O Boticário, 2002. pp. 25-36.

THOREAU, Henry. **Desobedecendo: a desobediência civil e outros escritos**. Tradução de José Augusto Drummond. São Paulo: Círculo do livro, 1988

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TOLOSA, Hamilton Carvalho; WESTPHAL, L. E.. **Planning Investment with economies of scale**. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico – IPEA. Rio de Janeiro, dez. 1971.

TURNER B.L. *et al.* **Science and Technology for Sustainable Development Special Feature: A framework for vulnerability analysis in sustainability science**. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, 100, 8074-8079, 2003.

TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American History**. Nova Iorque: Dover Publications, 1996.

UICN. **Comité français de l'Union internationale pour la conservation de la nature**. Disponível em: <<http://www.UICN.fr/>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

UNEP. **United Nations Environment Programme**. Disponível em: <<http://www.unep.org/>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

UNESCO. **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

VAN TILBEURGH, Véronique. Quand la gestion intégrée redessine les contours d'une aire protégée: le cas du parc marin en mer d'Iroise. **Revue Vertigo**, vol.7, n. 3, dez. 2007.

VANOISE, La. **Parc National**. Disponível em: <<http://atlas.parcsnationaux.org/vanoise>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

VERÍSSIMO Adalberto *et al* (Org.). **Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém/São Paulo: IMAZON/ISA, 2011.

VICTORIO FILHO, Aldo (Org.); CORRÊA, Renata Cristina Freire (Org.). **Censo 2010: vamos contar! Censo 2010 nas escolas**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/vamoscontar/guias_flipbook/guia_ensino_medio.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2011.

WORLD DATABASE ON PROTECTED AREAS. Disponível em <http://protectedplanet.net/search>, acesso em 25 jan. 2012.

WWF. **OBSERVATÓRIO DE UCS**. Disponível em <http://observatorio.wwf.org.br/>. Acesso em maio de 2012.

WUNDER, Sven. The Efficiency of Payments for Environmental Services in Tropical Conservation. **Conservation Biology**, v. 21, p. 48-58, 2008.

ZIMMERMANN, Andrea. **Visitação nos parques nacionais brasileiros: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ANEXOS

ANEXO 1 - PNCO – Esquema demonstrativo do Turismo de base comunitária *Tartaruga Imbricata*


ANEXO 2 – Tabela de tratados celebrados entre a França e o Brasil relativa à fronteira comum entre os dois países



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
ESCRITÓRIO DE LIGAÇÃO EM CAIENA

Tabela de tratados relacionados à Cooperação Judiciária, à Segurança Pública, à Migração e à Fronteira Comum
Brasil e França – 01.11.2011

*Table des traités relatifs à la Entraide Judiciaire, à la Sécurité Publique, à la Migration et à la Frontière Commune
France et Brésil – 01.11.2011*

Tratados bilaterais promulgados pelos dois países – *Traités bilatéraux promulgués par les deux pays:*

Assunto / Sujet	Norma / Norme	Internet	Assinatura / Signature
Segurança Pública <i>Sécurité Publique</i>	Decreto 6.718/2008 Décret 2008-71	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6718.htm http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000017981212	Brasília, 12.03.1997
Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque <i>Pont Routier sur le Fleuve Oyapock</i>	Decreto 6.250-2007 Decreto 4.373-2002 Décret 2007-1518 Décret 2002-1258	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6250.htm https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4373.htm http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT00000794015 http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT00000415040	Paris, 15.07.2005 Brasília, 05.04.2001
Extradicação	Decreto 5.258-2004	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5258.htm	Paris, 28.05.1996

Escritório de Ligação da Polícia Federal em Caiena
444, Chemin Saint Antoine, 97337, Cayenne, Guiana Francesa – Consulado-Geral do Brasil
Tel 00 (XX) 594 594 29 60 15 – Email: ofpf.cay@dpf.gov.br

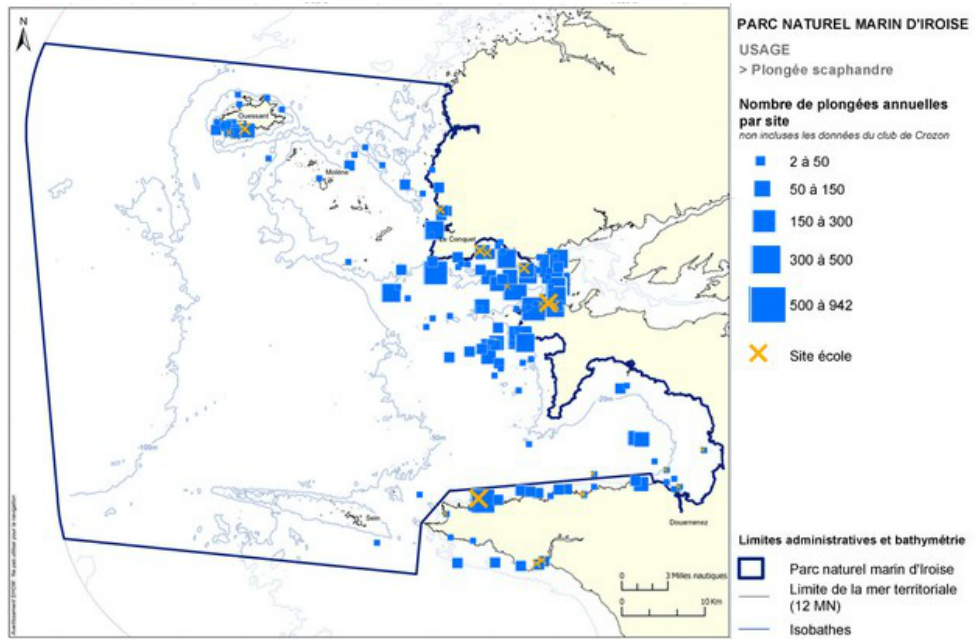


MINISTÈRE DE LA JUSTICE
POLICE FÉDÉRALE DU BRÉSIL
BUREAU DE LIAISON À CAYENNE

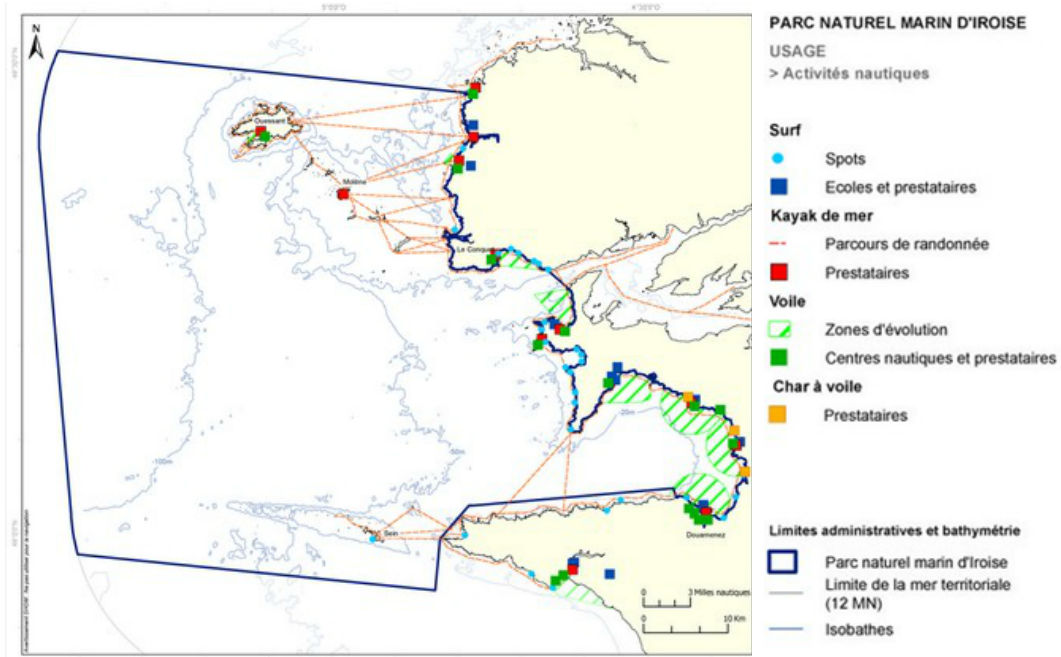
<i>Extradition</i>	Décret 2004-827	http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000253920	
Readmissão de pessoas em situação irregular <i>Réadmission des personnes en situation irrégulière</i>	Decreto 3.929/2001 Décret 2001-760	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3929.htm http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000224788	Paris, 28.05.1996
Cooperação Judiciária Penal <i>Entraide Judiciaire Pénale</i>	Decreto 3.324-1999 Décret 2000-314	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3324.htm http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000763916	Paris, 28.05.1996
Cooperação Judiciária Civil <i>Entraide Judiciaire Civile</i>	Decreto 3.598-2000 Décret 2000-940	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3598.htm http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000766813	Paris, 28.05.1996
Acordo Quadro de Cooperação <i>Accord-Cadre de Coopération</i>	Decreto 2.200-1997 Décret 97-764	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/d2200.htm http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000749589	Paris, 28.05.1996
Infrações Aduaneiras <i>Infractions Douanières</i>	Decreto 1.783-1996 Decreto 1.611-1995 Décret 96-434	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1783.htm https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1611.htm http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000741982	Brasília, 04.11.1994 Brasília, 18.03.1993
Execução das Cartas Rogatórias <i>Exécution de Commissions Rogatoire</i>	Decreto 585-1992 Décret 91-725	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0585.htm http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000355709	Brasília, 05.10.1978

Bureau de Liaison de la Police Fédérale à Cayenne
444, Chemin Saint Antoine, 97337, Cayenne, Guyane – Consulat Général du Brésil
Tel 05 94 29 60 15 – Email: ofpf.cay@dpf.gov.br



ANEXO 3 – Turismo no Parque Natural Marinho da Iroise: número de mergulhos anuais



ANEXO 3 - Turismo no Parque Natural Marinho da Iroise: surf, caiaque e vela



ANEXO 4 - Ficha de observação de tubarões - PNMI

 <h1 style="text-align: center;">REQUIN PELERIN</h1> <h2 style="text-align: center;">FICHE D'OBSERVATION</h2> <p style="text-align: center;">Au moment de l'observation, n'hésitez pas à contacter le 06.77.59.69.83</p>	
Date : / / Heure : h Durée d'observation : minutes Position : Latitude ___ ° ___ ' ___ " N - Longitude ___ ° ___ ' ___ " <input type="checkbox"/> O / <input type="checkbox"/> E <i>ou</i> Position approximative : (Commune, code postal, lieu-dit, balise, distance de la côte) :	
Nombre total de requins observés : ____ Précisez le nombre de requins pour chaque classe de taille : 1m 50 à 3m : 6m à 9m : 3m à 6m : plus de 9m :	Alimentation (nage gueule ouverte) : <input type="checkbox"/> oui <input type="checkbox"/> non <input type="checkbox"/> ne sait pas Déplacement : <input type="checkbox"/> circulaire <input type="checkbox"/> rectiligne Direction : <input type="checkbox"/> lent <input type="checkbox"/> rapide Présence d'une marque artificielle : <input type="checkbox"/> oui <input type="checkbox"/> non <input type="checkbox"/> ne sait pas si oui, couleur, numéro et position sur l'animal :
Avez-vous fait des photos <input type="checkbox"/> une vidéo <input type="checkbox"/>	
Conditions d'observation Observation : <input type="checkbox"/> en mer <input type="checkbox"/> de la côte <input type="checkbox"/> aérienne Distance minimale d'observation : mètres Moyen d'observation : <input type="checkbox"/> à l'œil nu <input type="checkbox"/> jumelles Etat de la mer : <input type="checkbox"/> belle <input type="checkbox"/> peu agitée <input type="checkbox"/> agitée <input type="checkbox"/> forte Ciel : <input type="checkbox"/> ensoleillé <input type="checkbox"/> couvert <input type="checkbox"/> pluvieux <input type="checkbox"/> brumeux Marée : <input type="checkbox"/> pleine mer <input type="checkbox"/> mi-marée <input type="checkbox"/> basse mer Vent : Force : Beauforts - Direction :	Remarques
Observateur Nom : Téléphone : ___ / ___ / ___ / ___ / ___ Adresse : Code Postal : ___ - ___ Ville : E - mail : @	
Merci de retourner cette fiche à : Association Pour l'Etude et la Conservation des Sélaciens BP 51151 - 29 211 BREST CEDEX 1 - Tél : 02 98 05 40 38 - www.asso-apecs.org	
	

ANEXO 4 - Revista semestral do Parque Nacional da Vanoise



ANEXO 5 – Imagens das viagens de campo para as APs:

PNMI



Vista da ilha Tristan, na baía de Douarnenez, sede da *Agence des Aires Marines Protégées*
Fotografia de autoria própria, arquivo da tese, jun.2011

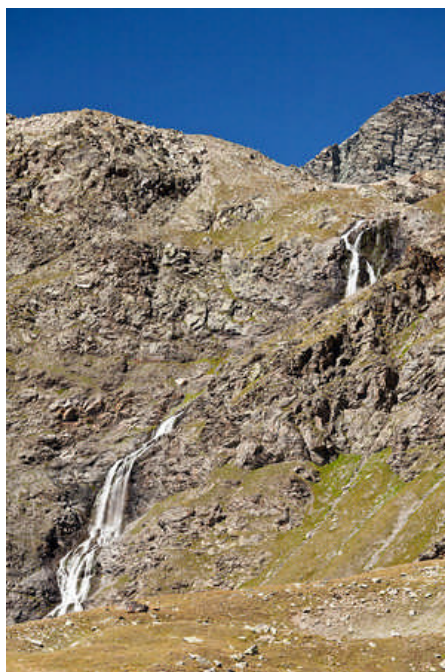


Fabien Boileau, diretor-adjunto do Parc Naturel Marin d'Iroise
Fotografia de autoria própria, arquivo da tese, jun.2011



Jessica Watson, velejadora profissional australiana, baía de Douarnenez, PNMI
Fotografia de autoria própria, arquivo da tese, jun.2011

PNV



Vista do Col de la Masse, Vilarodin – Bourget
Fotografia: Rafael Espíndola, arquivo da tese, jun.2011

PNCO

Caminho para o PNCO, vista do Rio Oiapoque
Fotografia de autoria própria, arquivo da tese, jun. 2011

ANEXO 6 - Síntese de trabalho de viagem de campo - II Experimentação *Tartaruga Imbricata*

De 07 a 15 de novembro de 2009 - Brasil / Guiana Francesa

Nádia Bandeira Sacenco Kornijezuk – Mestre em Educação Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB e Doutoranda em Geografia pelo *Institut des Hautes Etudes de l'Amérique latine* – Sorbonne Nouvelle e Doutoranda em Gestão Ambiental pelo CDS/UnB.

Email nadia.kornijezuk@gmail.com

Resumo

Em novembro de 2009, participei, durante nove dias, de uma experimentação de turismo chamada *Projeto de Turismo de Base Comunitária Tartaruga Imbricata*, numa rota de integração do Parque Nacional do Cabo Orange, no Brasil, com a Guiana Francesa. Essa viagem foi o primeiro trabalho de campo para a minha tese em Geografia e Gestão Ambiental. Essa edição da experimentação visava propiciar a um grupo de gestores franceses, participantes de um seminário de cunho terapêutico chamado “Descobrir-se em terras desconhecidas”, a oportunidade de viver alguns dias em condições materiais rudimentares em uma natureza inóspita, convivendo com comunidades locais. A experiência incluiu: travessias em catraias, trechos em botes infláveis, viagens de camionete em rodovias perigosas, e o melhor: longos trechos de rio a bordo do barco Peixe – Boi, que se tornaria nosso hotel, meio de transporte, refeitório e palco de intensas sessões do seminário *Se découvrir en terres inconnues*. De forma geral a experimentação mostrou resultado positivo. Concluí que o turismo de base comunitária, da forma como foi realizado no Parque Nacional do Cabo Orange, teve dois efeitos principais: a experiência singular de conviver com comunidades ribeirinhas e o aprofundamento das relações entre o parque nacional e o seu entorno. Ao final, anexei trechos de entrevistas realizadas com moradores de comunidades ribeirinhas vizinhas do parque nacional e também de um documento raro encontrado nesta viagem: um levantamento sócio-cultural de uma das comunidades, realizado por professores de História e alunos da escola da Vila Velha do Cassiporé.

Palavras – chave: Turismo de base comunitária; Uso público; Parque Nacional do Cabo Orange; Guiana Francesa; Amazônia.

a) Introdução

A II Experimentação de turismo *Tartaruga Imbricata* (T.I.), realizada numa parceria entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO), a empresa guianense de turismo *Yatoutatou*, a empresa de desenvolvimento pessoal francesa *Iris Partenaire* e comunitários de Vila Velha do Cassiporé aconteceu de 07 à 15 de novembro de 2009 numa rota integrada Brasil / Guiana Francesa.

Esta síntese de trabalho de campo constitui-se de uma descrição da experimentação de turismo. As observações, opiniões, críticas e sugestões presentes neste documento são responsabilidade exclusiva da autora, e foram baseadas na observação *in situ* e entrevistas semi-estruturadas gravadas e/ou registradas em diário de campo.

De acordo com Héritier e Laslaz (2008), parques nacionais não são sustentáveis se as populações locais não os legitimam. As experimentações do Projeto de Turismo de Base Comunitária *Tartaruga Imbricata* têm sido, ao que me parece, uma tentativa de legitimação do parque frente às populações que habitam suas fronteiras. A presente síntese de trabalho de campo pretende, portanto, analisar diferentes abordagens para lidar com os resultados da experimentação, pesquisando o alcance de um melhor entendimento entre os diversos atores sociais e a efetividade de sua participação.

A experimentação de turismo aqui analisada ocorreu simultaneamente a um seminário com caráter terapêutico, de Veronique Palmieri³⁷ e da empresa *Iris Partenaire*, que organizaram o seminário para gestores “Descobrir-se em terra desconhecida”, dentro do barco que percorreria o Brasil e a Guiana Francesa.

A empresa *Iris Partenaire* solicitou aos participantes franceses que se vacinassem contra a febre amarela, esclarecendo que deveriam apresentar boa condição física e capacidade de viver em condições materiais rudimentares. A adesão de cada um custou 1800 € (incluindo a viagem Paris / Cayenne, o transporte para o Parque Nacional do Cabo Orange, os traslados aeroporto / Roura, três noites de hotel em Caiena (sábado 7, domingo 8 e sexta-feira 13 de novembro de 2009), os traslados de barco e canoa e os dias passados no Parque Nacional do Cabo Orange (seis

³⁷ Veronique Palmieri é francesa, psicóloga e socióloga por formação (DESS em Psicologia e Serviço Social - Aix en Provence, 1988 e Diploma de Sociologia das Organizações - Sciences Po Paris, 1995), começou sua carreira na indústria de armamentos, onde ocupou várias funções no desenvolvimento de Recursos Humanos. Em 1998 ele criou sua própria estrutura - Iris Partenaire - que opera principalmente no domínio da gestão da mudança; é também treinada em terapia breve e psicanálise.

ao todo). A experiência duraria nove dias.

De acordo com a sra. Palmieri, sua idéia era permitir que os visitantes conhecessem o dia – a – dia no parque:

”Só assim eles poderão compartilhar outras vidas, artesanato, tradições e problemas diários, além de permitir algum aporte financeiro para a comunidade, dividir saberes e criar laços, permitindo o intercâmbio de know-how entre os visitantes e práticas de construção local. Além disso, para o PARNA Cabo Orange isso significa uma maior presença, aumenta a vigilância e proteção e envolve mais fortemente a população local, e para a *Yatoutatou* significa encontrar e testar um nicho de desenvolvimento novo e gratificante no campo do desenvolvimento sustentável e do turismo ecológico.”³⁸

b) Objetivo da síntese de trabalho de campo

O objetivo desta síntese de trabalho de campo é realizar uma avaliação preliminar da II Experimentação de Turismo *Tartaruga Imbricata*. Participei dessa experiência³⁹ com três funções distintas: como integrante do seminário *Se découvrir en terre inconnue*⁴⁰; como representante do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília com a função de observadora e como tradutora/ intérprete dos idiomas francês e português para os turistas. As observações contidas na presente síntese de trabalho de campo expressam, portanto, impressões colhidas em cada uma das funções para as quais fui designada. Sendo importante esclarecer que a participação no Seminário *Se découvrir en terre inconnue* tinha como exigência dos organizadores a minha presença em todas as sessões, desde o primeiro até o último dia da experimentação.

c) Integrantes da experimentação

□□04 representantes da empresa *Yatoutatou* (franceses)

06 representantes do Parque Nacional do Cabo Orange (01 analista ambiental, 04 guardas - parqparque e 01 barqueiro)

□□06 turistas franceses metropolitanos

³⁸ Tradução livre da autora

³⁹ Os recursos de minha participação originam-se do FunBio / PARNA Cabo Orange / *Yatoutatou*

⁴⁰ “Se descobrir em terra desconhecida”, tradução livre da autora

□□01 representante do CDS- UnB

01 terapeuta

01 *camera man*, contratado pela empresa *Yatoutatou* para fazer um vídeo sobre a viagem.

d) A experimentação

Dia 01

Parti de Brasília em direção a Caiena, onde encontraria os turistas vindos da França. Antes de cruzar a fronteira, na cidade de Oiapoque, o analista do ICM-Bio Ivan Vasconcelos me recepcionou e me acompanhou até a imigração francesa, na cidade de *St. Georges de Oyapock*. Em Caiena, encontrei o grupo de turistas e expliquei algumas regras sobre o PARNA Cabo Orange, como a proibição de bebidas alcoólicas dentro do parque, a culinária brasileira e também algumas palavras úteis em português (“obrigado”, “por favor”, “preciso de remédios”...). Uma representante da empresa *Yatoutatou* nos levou até Roura, onde fica a sede da empresa. Após sermos apresentados aos representantes da *Yatoutatou* e à Veronique Palmieri, realizamos a sessão de apresentação pessoal e conhecimento de procedimentos básicos de segurança e de comportamento no seminário, que deveríamos seguir durante toda a experimentação. Voltamos para dormir no hotel.

Dia 02

Passamos o dia na cidade guianense de Roura, na aldeia dos Kalipur e na vila de Cacao. A natureza de floresta bem conservada, apreciada em passeios de catraia, e a aldeia dos Kalipur foram os pontos mais comentados pelos turistas, especialmente a “falta de perspectiva de alguns indígenas, que se encontravam bêbados às dez horas da manhã”, nas palavras de um deles. Apesar disso, todos observaram atentamente a aldeia, as histórias tradicionais contadas por mulheres e conheceram o artesanato indígena.



Imagem 2 – Fotografia: Parada na aldeia guianense Kalipur - Nov.2009 – Jean Christoph Vermeisch

Dia 03

Partimos 08:00 da manhã para *St. Georges de Oyapock*. Fizemos uma parada em Régina para conhecer o Museu Regional *L'Eco-musée de l'Approuague à Régina*, que foi entusiasticamente elogiado pelo grupo. E em seguida viemos para o Brasil.

A travessia Guiana Francesa/Brasil transcorreu na duração prevista de aproximadamente seis minutos, em catraias alugadas. Ao chegarmos em território brasileiro, almoçamos e os turistas carimbaram seus passaportes na Polícia Federal. Os turistas mostraram-se positivamente impressionados com a cidade brasileira de Oiapoque, e comentaram efusivamente a diferença de convivalidade entre o Brasil e a Guiana. Foi interessante, visto que as cidades fronteiriças no Brasil são conhecidas muito mais por sua violência e falta de estrutura. À tarde fizemos um passeio no lago Maruani, onde aconteceu um banho de lago. Todos elogiaram o momento, entusiasticamente, devido ao calor.

Em seguida pudemos descansar na pousada. À noite ocorreu uma sessão do Seminário *Se découvrir en terre inconnue*, com a duração de três horas. O grupo estava coeso e disposto.

Dia 04

Partimos 08:00 da manhã para o PARNA Cabo Orange, em táxis (caminhões D-20) que nos levaram para a Vila de Primeiro do Cassiporé, que faz divisa com o parque. No trajeto Oiapoque/ Vila de Primeiro do Cassiporé eu tive que acalmar os turistas, que tinham medo da estrada e do motorista, que aparentemente dirigia rápido demais para os padrões franceses. A chegada na Vila causou visível alegria aos turistas, que mostraram particular interesse em conhecer a escola classe e os alunos.

Além dos agradáveis momentos ao lado das crianças, os turistas contaram ter apreciado conhecer o berçário de tartarugas, parte do projeto “Quelônios do Cassiporé”, parceira do PARNA Cabo Orange com moradores da Vila Velha e Primeiro do Cassiporé. Foi também muito apreciada a descida do rio em botes infláveis, que marcou o início da viagem à próxima parada, a Vila Velha do Cassiporé.

A descida do rio Cassiporé continuou em voadeiras (os botes infláveis foram deixados com o povoado de Primeiro, especialmente com as crianças, que tornaram-se “fiéis depositários” da empresa *Yatoutatou* e anunciaram que a partir dali usariam os botes

em animadas competições escolares). Próximo da Vila Velha do Cassiporé encontramos o barco “Peixe - Boi” do PARNA Cabo Orange. A partir daquele momento esse barco se tornaria hotel, meio de transporte, refeitório e palco de intensas sessões do seminário “*Se découvrir en terre inconnue*”.

Nessa mesma noite foi realizada uma sessão do seminário dentro do barco, com a leitura de um texto pela facilitadora, seguida de uma interpretação dramatizada pelos turistas. Na sequência, houve a interpretação da dramatização de cada um. O grupo continuava coeso e unido, apesar de um pouco mais introspectivo. Essa mudança foi provavelmente causada pela terapia em si e pela influência do lócus físico. Nas palavras de um dos turistas, era consequência das “vitaminas do ar da floresta”.

Dia 05

O dia começou com a visita à Vila Velha do Cassiporé. Inicialmente conhecemos uma casa local e vimos o modo como eles produzem a barra de cacau, atividade típica de Vila Velha. Depois seguimos para a escola estadual Vila Velha, onde conversamos com a diretora, Jocilene Silva, e com alguns professores, especialmente a professora de francês.

Em seguida, dirigimo-nos à área de incubação de ovos do projeto “Quelônios do Cassiporé”, localizado na casa do Sr. Bené. Mais uma vez pude presenciar a emoção dos turistas que me pediam detalhadas traduções sobre o processo de incubação dos ovos e tratamento de pequenas tartarugas, além da satisfação do Sr. Bené.

Em Vila Velha, algumas pessoas da comunidade preparam um excelente e colorido almoço para receber os turistas, com pratos típicos da região (peixe, maxixe, vários sucos (taperebá, cupuaçu, caju, licor de açaí, melancia..). O almoço foi feito por quatro mulheres da comunidade e financiado pelo Parque e a empresa *Yatoutatou*. Como sobremesa e como lembrança da Vila, foram oferecidos bombons feitos com o cacau da região.

Foi realizada uma reunião com comunitários, na parte da tarde, para tratar de assuntos de logística, com a presença do analista Ivan Vasconcelos, desta que escreve (na função de tradutora) e do representante da empresa *Yatoutatou*, Bruno Soligon. Bruno expressou sua vontade de continuar o projeto *Tartaruga Imbricata* e solicitou aos comunitários que escrevessem suas impressões sobre o projeto.

Dia 06

Dormimos à bordo do barco Peixe - Boi, e logo cedo uma sessão de terapia. As atividades físicas do dia foram iniciadas com uma caminhada na trilha do Lago do Bacabal,

que foi marcante para o grupo. Os turistas diziam estar ansiosos por reflexões, contato com a natureza, troca de cultura entre guias que animadamente falavam sobre a serventia das folhas, os nomes das árvores e encantavam com seus dons de comunicação, muitas vezes representando cenas para que os turistas entendessem o que eles queriam contar. Era uma natureza muita intensa, floresta fechada que muitos nunca haviam visto e as tais “vitaminas da floresta” pareciam estar funcionando. De repente, vimos os rostos dos guias ficarem preocupados, eles gritavam para que subíssemos nas árvores, e assim o fizemos, não sem alguma dificuldade. O fato é que havia porcos selvagens no caminho, eu não os vi, mas ouvi seus dentes rangendo. Passado o fato, disseram que havia 50 porcos, outros disseram que havia 150, ouvi até que 300 porcos poderiam ter nos atacado. Eu tive medo, mas estranhamento os turistas não. Pelo menos eles disseram que não, falaram até que gostaram da emoção.

Ao chegarmos à lagoa do Bacabal, paramos para dar voltas de montaria (pequenas embarcações feitas de madeira), e pudemos avistar os jacarés da lagoa (mais uma vez eu tive medo, mas os turistas pareciam apreciar a “adrenalina”). Várias paradas foram feitas também no caminho de volta, com explicação do analista ambiental, dos guardas – parque e de crianças (guias) sobre o meio ambiente.

Após o almoço no barco Peixe-Boi, visitamos uma casa de farinha. O processo de feição da farinha foi contado aos turistas com muitos detalhes, desde a plantação da mandioca até o produto final, incluindo os vários tipos de farinhas que podem ser feitos.

Dia 07

Dia do retorno à Guiana Francesa. Quando o Peixe - Boi encontrou *Papi- Jo* (o barco da empresa *Yatoutatou*, o nome é homenagem ao avô de Bruno Soligon) mudamos de embarcação e voltamos à Guiana Francesa.

No caminho paramos para apreciar a *Île du Connétable*, que abriga diversas espécies de aves. Por alguns momentos os representantes da *Yatoutatou* nos contaram detalhes dessa ilha, que já foi palco de diversas disputas internacionais e pertence à França desde 1856.

À noite, após um momento de descanso, fomos convidados para um jantar cultural na casa da consulesa brasileira na França, Sra. Ana Lélia Beltrame. O grupo considerou este momento o *grand finale*, pois todos pudemos passar uma noite muito agradável ouvindo música brasileira, aproveitando a coincidência da presença do grupo gaúcho Pandorga da Lua na Guiana Francesa, devido às comemorações do ano do Brasil na França.

Dia 08

Despedida – último dia na Guiana Francesa: os turistas foram para a Europa, os representantes da *Yatoutatou* seguiram para Roura e eu voltei para o Brasil. Véronique Palmieri quis que este último dia fosse de avaliação do seminário (a não ser por um almoço de comemoração que, por votação, aconteceu em um restaurante brasileiro em Caiena). Cada participante relatou sua opinião sobre a viagem, a estrutura, o seminário e as pessoas. No tópico “Conclusões e recomendações para as próximas viagens”, a seguir, eu faço uma análise sobre algumas opiniões expressadas (no caso, somente sobre as quais não foi exigido sigilo terapêutico).

e) Conclusões e recomendações para as próximas experimentações:

De forma geral a experimentação mostrou resultado positivo: a quebra do medo da “natureza selvagem”, a sucessão de cenários, o conhecimento da vida simples dos comunitários, a receptividade desses comunitários, tudo isso mostrou um ambiente favorável à inclusão de um roteiro turístico nessa região. Os turistas mostraram-se alegres e motivados; não adoeceram, nem mesmo os pernalongos (ou carapanãs) incomodaram, pois eles estavam muito bem equipados com mangas compridas e repelentes, graças à preparação e à orientação que tiveram. Os comunitários se mostraram dispostos e motivados em ajudar.

Para as próximas vezes, o ideal seria que pudéssemos contar com mais informações sobre o PARNA e a destinação adequada de resíduos. A divisão do trabalho também deve ser melhor equacionada: tanto o analista ambiental do parque, quanto os representantes da *Yatoutatou* e alguns comunitários estavam visivelmente assoberbados em momentos específicos da viagem. Para solucionar isto o ideal seria contratar mais pessoas para ajudar, visto que quatro entre os seis turistas disseram que teriam pago bem mais que 1800 euros para participar da experimentação.

Um momento de desencontro aconteceu no primeiro dia em Vila Velha do Cassiporé: fomos jantar no barco Peixe-Boi, esperando que na volta pudéssemos encontrar novamente alguns comunitários, que haviam se prontificado a nos contar algumas histórias sobre o modo tradicional de vida do homem ribeirinho. Porém, quando conseguimos voltar à Vila, já estava tarde e a maioria das pessoas havia ido dormir, restando apenas um morador da região, Sr. Procópio, que ainda contou algumas histórias regionais, apesar do cansaço geral.

As questões complexas sobre a logística da viagem, como o cumprimento dos horários das marés, a capacidade da lancha Papi-Jo e a do Barco Peixe-Boi parecem estar

plenamente organizadas pelo Parque Nacional do Cabo Orange, pelos comunitários e pela empresa. A viagem foi muito bem planejada e sempre conseguimos chegar aos nossos destinos, mesmo considerando-se que a estação era seca e havia vazantes no rio Cassiporé. O perfil dos turistas escolhidos também foi adequado: eles foram informados que encontrariam um ambiente natural, pouco conforto material e oportunidade de conhecer comunidades, e aproveitaram esses aspectos com muita boa vontade e respeito. Não houve um sequer incidente de desrespeito ou briga, tanto da parte dos comunitários entrevistados quanto da parte dos turistas.

O grupo do Parque Nacional do Cabo Orange e o grupo da empresa *Yatoutatou* mostraram-se profissionais atentos e solícitos, fazendo, muitas vezes, “milagres” de comunicação, numa língua híbrida entre o francês e o português.

O projeto *Tartaruga Imbricata* poderia vir a impulsionar a atividade turística na região, contribuindo para o desenvolvimento da organização comunitária bem como estimulando o uso sustentável do território. Mas o ideal, entretanto, é que houvesse mais recursos humanos e materiais associados ao projeto. É necessário que sejam criadas estruturas de recepção mais confortáveis e que haja mais informação sobre o projeto Quelônios do Cassiporé, sobre a comunidade e sua história. A comercialização do artesanato da região também deve ser estimulada pelo projeto.

Existe uma tendência mundial de redirecionamento estratégico dos parques, tanto em nível *top-down* como *bottom-up*, para a adoção de estratégias de governança concertada (UICN, 2009). Acordos, Termos de Conduta e Conselhos Gestores têm determinados novos apoios ou restrições, que terminam por causar grande impacto na conservação *in situ*. O caso do Parque Nacional do Cabo Orange conta com uma vantagem: tanto os colaboradores do PARNA quanto os representantes da empresa quanto os comunitários afirmam desejar o turismo de base comunitária e o apoiar de maneira séria, comprometida e eficiente. De acordo com a *Yatoutatou*, a “receita de sucesso” só parece esbarrar na quantidade de recursos humanos: o Parque Nacional do Cabo Orange conta somente com um chefe e dois analistas; a própria *Yatoutatou* têm três colaboradores além do chefe e os comunitários, apesar de demonstrarem sorrisos constantes, pareciam ter trabalhado um pouco “além da conta”.

Uma impressão bastante generalizada entre os participantes foi a singularidade da região, do ponto de vista cultural. De acordo com Carneiro (1998), a continuidade temporal das comunidades distantes geograficamente de centros urbanos denota reprodução de tradições locais mesmo frente à pressão da indústria, do turismo e da tecnologia. Apesar da Vila Velha do Cassiporé apresentar essa característica, seu patrimônio material e imaterial

não tem sido preservado. A construção de um pequeno eco-museu seria ideal para iniciar esse processo de valorização, algo que contasse a história da comunidade (que tem mais de trezentos anos de idade) e do também do PARNA Cabo Orange. Um exemplo foi a descoberta, por acaso, de um documento de excelente qualidade, o levantamento sócio-cultural da Vila Velha do Cassiporé, coordenado por João Batista Ramos Filho e Maria do Perpétuo Socorro Calado Pinheiro, professores de História da Escola Estadual Vila Velha do Cassiporé (Algumas observações sobre esse resgate histórico da Vila estão no item “g” da presente síntese de trabalho de campo).

Portanto, recomenda-se o fortalecimento do projeto como um todo: a integração da rota turística do T. I. entre a Guiana Francesa e o Brasil, por meio do intercâmbio dos recursos humanos e de técnicas e ou / materiais, e o fortalecimento do turismo de base Comunitária. Isso significaria também o aproveitamento de um fluxo de turistas que já existe, por causa da situação geográfica de fronteira do PNCO, dos vôos domésticos da França vindo da Guiana e até do “exotismo” do Brasil aos olhos europeus. Dados da Associação da Hotelaria de Selva da Amazônia Brasileira mostram 65% dos turistas que visitam a região amazônica anualmente são estrangeiros (AHS, 2009). O projeto *Tartaruga Imbricata* pode vir a ser um incremento significativo na governança ambiental do parque e das comunidades de sua fronteira.

f) Pequenos excertos de entrevistas

Ivan Vasconcelos – Analista Ambiental do PNCO:

“O Projeto *Tartaruga Imbricata* é uma experimentação pra implementar o turismo de base comunitária em comunidades ao redor do parque Nacional do Cabo Orange. É uma tentativa de trazer pessoas para conhecer e vivenciar um pouco das comunidades que estão em volta desse parque, e a gente acredita muito que pro parque dá visibilidade, que dá novos parceiros” (...)“ ..além de ter mais presença institucional, o próprio TI já é uma formação de parcerias, mas a gente pretende que essa parceria aumente inclusive com os parques da Guiana, e com as comunidades da Guiana, pra que a gente consiga fazer com que essa fronteira não barre tanto essa conversa.”assim, não é qualquer turismo, é um turismo diferenciado, e é o que a gente chama de alternativa econômica, a gente acredita que o turismo é uma alternativa econômica”.

Irandi Miranda – Guarda – parque do PNCO:

“Eu penso que esse projeto é muito interessante que ele possa trazer muitos benefícios pra própria comunidade como Vila Velha ou Cunani que é um projeto que o Bruno está querendo fazer chegar até lá, tem um trajeto muito interessante que é uma trilha do Cassiporé ao Cunani, que ta tudo pra acontecer, ainda não aconteceu mas já temos encaminhando pra acontecer, porque esse projeto é muito interessante porque vai trazer muito benefício pra própria comunidade como o cacau, tem muita coisa bonita pra mostrar e pra ser divulgada fora, tanto fora como no Brasil mesmo, e isso é um projeto de turismo, fica tão bonito ser divulgado nacionalmente aqui no Brasil como internacionalmente como já ta acontecendo poxa isso é muito maravilhoso, muito gratificante pra gente aqui dentro da comunidade da Vila Velha, receber vocês aqui, eu nem imagina receber vocês aqui, os franceses, e muita gente que a gente está conhecendo e tendo aquele contato que a gente não tem né, não tinha, já temos agora, isso aí, tem muita coisa bonita, muito jacaré, muito pássaro, muito bicho, muitas coisas que é interessante ver, divulgar, filmar, gravar, fazer filme, conversar com a Kelly, com o pessoal do IBAMA, pra divulgarem,) “eu acho que o projeto pode trazer vários benefícios como comprando o que a gente tem, tentando vender um cacau, licor, chocolate, as barras de cacau, tem vários licores de bebidas, bebidas típicas , e eu acho que o Projeto *Tartaruga Imbricata* ele já seleciona umas pessoas pra trazer pra comunidade, o turista que vem já sabe que é um projeto de participação, de interesse, de ajudar, de participar com a gente aqui”.

Neide – Professora da escola classe da Vila de Primeiro do Cassiporé:

“É bom está sendo ótimo né porque, é a segunda vez que vocês estão vindo aqui, a primeira vez nós já fizemos a primeira experimentação e pra nós é ótimo, ter conhecido vocês, vocês são bem-vindos, ah eu acho legal porque as crianças ficam bem curiosas pra saber o que vocês querem, qual é o objetivo de vocês aqui, os turistas moram em países de primeiro mundo e lá é tudo limpinho, organizado então eles vêm pra cá e querem que seja assim, eles querem não, é pra eles observarem que o nosso lugar é um lugar pequeno, nós moramos no interior mas também somos pessoas bem educadas, assim que nós passamos pra eles, bom pra eles, considerando o lugar que eles vêm eu fico achando que eles acham tudo muito estranho, pra você ter um exemplo, eles vêm a escola, a estrutura da escola como é a estrutura da escola, é um lugar carente, e eles se comovem com isso, com a situação, vêm as crianças, como as crianças são..”

Jocilene Silva, Diretora da Escola Estadual Vila Velha do Cassiporé:

“Poxa, isso é muito importante pra comunidade né, porque pelo fato de ser Vila Velha é velha mesmo, Vila Velha é desde 19..1676 se não me engano, uma data aproximada, é uma comunidade muito esquecida, tanto pelo poder público quanto por todos, e aqui a gente não tem quase benefícios, só a dificuldade de se chegar aqui, a gente como educador a gente trabalha aqui porque gosta, né, e muitas vezes a gente tá pagando pra trabalhar, e não sendo pago pra trabalhar aqui, e isso é muito importante pra comunidade de Vila Velha que ela seja reconhecida, quem sabe não vai trazer coisas boas pra cá, e é esse o objetivo do projeto né, do projeto quelônios, e a gente quer um turismo consciente porque a gente quer como foi repassado o objetivo do projeto Imbricata é que eles não iriam só passar, é o turismo comunitário, eles não iam só passar, eles iam contribuir com a comunidade, entende, trazer benefícios pra comunidade, não só pra comunidade escolar mas pra comunidade como um todo. Vila Velha é uma comunidade assim esquecida, uma comunidade de difícil acesso, como vocês viram a dificuldade de chegar, é uma comunidade que parou no tempo, não desenvolveu, não progrediu, e tem tanta coisa boa, as pessoas são pessoas receptivas, amigas, e recebem as pessoas com essa receptividade, por isso que é importante, que apesar da gente viver aqui nesse fim de mundo, vamos dizer assim né, mas a gente é feliz, tem toda uma natureza, uma alimentação saudável, tudo de bom aqui né, como já deu pra vocês perceberem isso, com certeza é isso que a gente quer passar.”

Raimundo Benedito (Bené) – Cuidador das tartarugas marinhas e tracajás do projeto Quelônios do Cassiporé:

“Eu trato das tracajás, trato dos filhotes..eu nasci e me criei aqui, vivo aqui, desde quando nasci, tô com 53 anos, e quando chega o pessoal e me procura eu vou com eles pra onde eles querem, o que precisam a gente faz, e trabalho agora com o projeto quelônios do Cassiporé, a gente vai buscar os ovos lá no Matupiri, eu venho, encubo, depois pego os filhos, coloco no berçário, depois que coloca no berçário com 50, 55 dias eles saem, a gente coloca no berçário e aí com 4, 5 meses pega do berçário e coloca no rio, rapaz, eu acho muito bom, acho muito bom mesmo, traz as maiores alegrias, e a gente vê novas pessoas, eu acho que eles gostam também da visita que fazem..eu acho muito bom”.

g) Comentários e excertos: “Levantamento sócio-cultural de Vila Velha do Cassiporé: resgatando a cultura – um estudo introdutório”.

A Coordenação da obra é assinada por João Batista Ramos Filho e Maria do Perpétuo Socorro Calado Pinheiro, professores de História da Escola Estadual Vila Velha do Cassiporé. Os alunos da sexta, sétima e oitava série do Sistema Modular de Ensino – SOME, *também a assinam*.

Na introdução do texto, os professores descrevem sobre suas motivações para a escrita deste texto-projeto (já que este também foi apresentado como projeto para a avaliação do segundo módulo do SOME): a valorização da identidade local como um dos verdadeiros sentidos da História, ciência que tem sido associada ao decore de textos antigos e sem aplicação no presente; relação da história local com a global, onde a primeira não pode substituir a segunda, mas deve complementá-la; a motivação dos alunos ao descobrirem uma “história-viva”, relacionando-a à suas raízes e o resgate de fatos e histórias que ilustram o modo de viver ribeirinho e sua preciosa cultura de pesca e sobrevivência. “No Amapá a História Local encontra-se totalmente ausente das propostas curriculares do Estado, escamoteando todo o processo de formação social marcado pela presença de várias etnias e povos” (Ramos Filho e Calado, 2007:1). Dizem ainda os autores:

“Que Deus nosso pai proteja e inspire os filhos desta terra a continuarem contando a saga deste povo e suas belas histórias, às vezes esquecidas pelo poder público, mas, que com certeza não passarão pela vida, serão imortalizadas através da História, contados por si próprios que sem dúvida são capazes de contá-los às gerações futuras.” (Ramos Filho e Calado, 2007:2)

No resgate da cultura imaterial, professores e alunos procuraram saber a origem, os primeiros habitantes e o tempo de existência da comunidade, para tentar compreender as razões que levaram as primeiras pessoas a fixarem residência em Vila - Velha. No resgate da cultura material, foi reconhecida a importância dos sítios arqueológicos como “documentos históricos essenciais para esclarecer o passado de um povo, incentivando nos alunos o interesse pela preservação de suas raízes históricas e culturais” pg. 3, e a “conscientizar os alunos da importância da não interferência humana nos achados arqueológicos sem os devidos cuidados, visando à preservação dos mesmos para futuras pesquisas científicas” (Pg. 3).

Página 6 ..(..) “A Vila Velha do Cassiporé, localizada na margem esquerda do rio Cassiporé, já foi palco de disputas entre nativos (ameríndios) que habitavam a região e aventureiros em busca de riquezas naturais. Hoje a vila é a principal área de ocupação dentro do parque Nacional do Cabo Orange”, e ainda “O campo de futebol Chapéu Virado constitui um dos patrimônios materiais mais importantes, pelo tempo de existência e por se

tratar de um dos locais mais frequentados pela população, onde assistem animados jogos. Foi fundado em 28 de abril de 1946, na gestão do então prefeito de Oiapoque, Roque Penafort”.

Referências bibliográficas

HOTELARIA DE SELVA DA AMAZÔNIA - <http://www.hotelariadeselvabrasil.com/>, acesso em dezembro de 2009.

BECKER, B. *Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente*, in Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia. Brasília, MMA, 2001.

_____. *Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

CARNEIRO, M. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro, UFRRJ, 1998.

HÉRITIER, S. e LASLAZ, L. *Les parcs nationaux dans le monde – protection, gestion et développement durable*. Paris, Ellipses, 2008.

ISA. «Unidades de Conservação na Amazônia Legal. », <http://www.socioambiental.org>, acesso em setembro de 2009.

LE TOURNEAU, F. Jusqu’au bout de la forêt? «Causes et mécanismes de la déforestation en Amazonie brésilienne. », in Mappemonde, n°75 (3-2004), <http://mappemonde.mgm.fr/num3/articles/res04307.html>, acesso em dezembro de 2009.

MILLER, K. *Em busca de um novo equilíbrio*. Brasília, IBAMA, 1997.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo, EDUSP, 2008.

ANEXO 7 - Excertos de entrevistas – *trabalhar em uma área protegida* – o que pensam os analistas ambientais dos parques nacionais da Vanoise e do Cabo Orange

A entrevista feita no Parque Nacional do Cabo Orange com Ivan Vasconcelos (analista ambiental) mostra aspectos da primeira tentativa de turismo feita no parque:

É um bom momento pra gente tentar turismo pra parques da Amazônia, porque a Amazônia tem um grande potencial mas tem pouco turismo, porque tem dificuldades, a distância, mas eu espero que este projeto consiga implementar pelo menos um tipo de turismo que é o turismo de base comunitária.

Ter mais presença institucional no parque..o turismo de base comunitária é a idéia que as pessoas venham conhecer as populações locais e a forma como elas vivem. O nosso parque é um parque de proteção integral e à princípio não tem pessoas vivendo dentro, mas como ele é um parque que está sendo implementado, tem algumas pessoas vivendo dentro e outras vivendo no redor, ao redor não tem problema, e a idéia é que eles venham conhecer as pessoas que estão vivendo ao redor do parque, como elas vivem, o que elas fazem, e ao mesmo tempo conheçam o parque e a natureza ao redor delas.

A visibilidade que traz é o conhecimento que as pessoas tem do parque, elas vêm conhecer as pessoas, vem conhecer a cidade do Oiapoque que é a sede, vem conhecer o Brasil, porque nós temos o diferencial de estar exatamente no limite , na fronteira com a Guiana, então nós temos esta porta de entrada focando na França, já que a Guiana Francesa está do lado e o Brasil tem uma certa cooperação com a França. A visibilidade então é neste sentido, das pessoas virem cá mas também terem projetos construídos pra mostrar pros outros que os parques estão funcionando, que tem coisas feitas aqui.

Kelly Bonach – (analista ambiental no Parque Nacional do Cabo Orange, entrevista feita um ano após a de Ivan Vasconcelos)

Dos projetos, quero falar um pouco a respeito. O Cabo Orange é uma preciosidade ainda existente em nosso país. Se você ver o que restou ainda de natureza no Brasil, de áreas protegidas, vai entender porque o PNCO é tao especial. Gerir um parque nacional de 619.000 ha, junto aos meus colegas, ver a primitividade da região, lutar para mantê-la, utilizando de meios diversos, foi extraordinário pra mim destes diversos meios foi a cooperação internacional. Dos projetos, quero falar um pouco a respeito. Mas infelizmente, os projetos dependem dos parceiros, da cooperação, e se um destas partes se rompem, de alguma forma, o projeto falha, infelizmente. Foi isso que aconteceu com 2 dos 03 projetos, e o que me deixou muito triste na saída do Cabo Orange.

Um dos projetos, o OYANA, falhou porque os interesses do parque natural francês eram diferentes dos interesses do Cabo Orange. A política era o contexto geral de vida do PNRG e isso não bate com o contexto do Cabo Orange, que é estritamente técnico. Outra questão foram as disparidades econômicas entre os dois parques. O outro projeto, o projeto de turismo, o Tartaruga Imbricata tinha alguns pontos fracos que vieram a aparecer e agora, neste momento, fragilizou a continuidade do mesmo.

O primeiro, é a barreira linguística. Por muito tempo, a equipe do Cabo Orange fez a tradução entre o parceiro francês e os parceiros brasileiros, mas, à medida que esta comunicação foi se tornando restrita, os parceiros começaram a se afastar. Não houve um link direto entre a empresa de turismo francesa e as comunidades que eram efetivamente o foco do trabalho de turismo. Outro ponto fraco foi a perda do foco. No momento que os parceiros não tiveram mais o mesmo foco, o mesmo objetivo, os parceiros se afastaram. Por isso, é muito importante manter sempre um esforço muito grande para manter o foco no objetivo do projeto, deixar bem claro a proposta conjunta dos parceiros e não abrir demais o leque.

Não, o barco também foi um dos pontos fracos, mas não falo do barco. Falo da questão se se misturar o projeto TI a um novo projeto que o parceiro francês se propôs a desenvolver na Montagne d'argent. O ICMBio não concordou que os dois projetos eram o mesmo. O parceiro francês queria que fosse. E o foco, que era o turismo em si, como instrumento de integração, se perdeu. Falo da questão se se misturar o projeto TI a um novo projeto que o parceiro francês se propôs a desenvolver na Montagne d'argent. O ICMBio não concordou que os dois projetos eram o mesmo. O parceiro francês queria que fosse. E o foco, que era o turismo em si, como instrumento de integração, se perdeu. O montagne d'argent é um

projeto de gestão de uma área protegida do Conservatoire du Litoral, onde o Bruno Soligon criou uma associação para fazer esta gestão. O ICMBio entende que este projeto de gestão de área protegida é muito maior que um projeto de turismo, que não dá pra chamar este projeto de TI porque vai muito além disso.

A Montagne d'argent é na Guiana Francesa. O problema é que gerir uma área protegida é atuar em vários eixos: fiscalização, pesquisa, turismo, educação ambiental, articulação com o entorno... E é esta a proposta da área do Montagne d'argent para a Guiana Francesa, para o Conservatoire du Litoral. O ICMBio até pode participar de algum projeto dentro deste escopo todo, dentro de um trabalho planejado e cooperado. Mas não dá pra dizer que este projeto de gestão é o Tartaruga Imbricata porque o TI, em si, é apenas turismo, tem início, meio e fim. O outro ponto fraco foi que a logística estava toda dependente do barco peixe-boi. Quando o peixe-boi quebrou, somado aos outros pontos fracos, o projeto enfraqueceu.

O que mais deu tristeza em mim ao sair do Cabo Orange foi não ter mais a certeza daquela bela estrutura do TI, é ver um projeto que é viável, na minha forma pessoal de ver, decair. Então, outra coisa que percebi também em relação ao parque e às comunidades do entorno, é que esta relação é frágil. Conseguimos atingir pessoas que naturalmente se sensibilizam com a causa ambiental, como foi o caso do Bené, o Fransciney, do Irandir, da Meire, Jocilene, do João. Os outros vão andando concosco à medida que há alguma contrapartida a eles, como o turismo, alguma renda extra, etc.

Se esta contrapartida não se mostra forte o suficiente como uma moeda de troca, a parceira parque-comunidades não é realmente verdadeira. Alguns são ótimos. Vimos isso em alguns projetos, como o projeto Quelônios.

O projeto quelônios foi nascido do coração do Bené e do Fransciney. Mas, apesar deste projeto dar base para o aumento e manutenção do estoque de quelônios nos rios, animais estes que servem de base para a alimentação das comunidades, a maioria dos ribeirinhos não entendem o valor do projeto. A perpetuação do estoque de quelônios na natureza, servindo de base à alimentação dos ribeirinhos, não é razão suficiente, não é moeda de troca, para que eles nos ajudem a conservar este recurso. E eu sempre acreditei que o projeto de turismo seria sim o elo, a moeda de troca que viabilizaria a relação de comunhão na conservação, uma parceria entre o parque e as comunidades... mas tudo é muito complexo.

Mas já me sinto extremamente feliz por existirem ainda pessoas que são como sementes no meio das comunidades ribeirinhas, que podem incentivar as crianças e os colegas nas boas

práticas de conservação. De uma forma geral, amei trabalhar no Cabo Orange. O ponto mais positivo do parque é sua equipe. Muito do que vivi, servirá de base para meu novo trabalho no Espírito Santo, no Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz, uma UC também marinha, assim como o Cabo Orange. Trago comigo as boas amizades formadas no Amapá, as boas experiências de trabalho e principalmente as experiências pessoais.

Armel, analista ambiental do Parque Natural Marinho da Iroise

Acho que um parque nacional deve ser acessível a todos, mas com regras minimamente rígidas. A lei de 2006 modificou fundamentos da proteção da natureza na França. Antes havia alguns furos, mas havia um quadro rígido. Nós sentimos agora que os eleitos querem gerir o território dos espaços protegidos de forma utilitária, uma gestão que vai lhes trazer lucros, e o Estado está se retirando. Na verdade, para os eleitos, seu leitmotif sempre foi “nós não vamos colocar a natureza no topo, como querem os ecologistas..bem, eu, o que penso, é que é realmente necessário que haja zonas, como na idéia original dos parques, que havia a reserva integral, onde havia o controle da proteção, seguida das zonas central e periférica. Eu acho que é uma excelente idéia, com a condição que ela seja feita, pois há pouquíssimos parques onde a reserva integral foi realmente feita. Assim, há a reserva integral, fechada, exceto para quem trabalha no parque, ou cientistas, a zona central, muito regulamentada por decretos que permitem aos agentes de gerenciar as áreas, mas o público tem acesso á natureza, pode experimentá-la, mesmo dormir na natureza, passear, mas ao mesmo tempo há regras, lugares que não podem ser frequentados de 4x4, regras que impedem os visitantes de fazerem coisas perigosas nas áreas selvagens, e também há a zona periférica, que me lembra um parque atual.

Um parque atual me lembra muito uma antiga zona periférica porque temos o mesmo o mesmo trabalho que tínhamos lá.. fazemos demonstrações pedagógicas, missões de sensibilização, como se fazia na zona periférica antes da lei de 2006. Fazemos o desenvolvimento sustentável.. bem, o desenvolvimento sustentável, mas bem, desenvolvimento sustentável é um termo completamente abusado, mas fazemos isso, e isso não é o suficiente.

Entrevista feita com Christian Neumuller – Gestor na área de relações internacionais do Parque Nacional da Vanoise

O Parque Nacional da Vanoise foi criado por decreto em 1963. Ele tem 48 anos agora, então nos aproximamos do nosso quinquagésimo aniversário. A evolução do nosso parque está vinculada à expectativa da sociedade para a proteção do meio ambiente, o que foi refletido por uma nova lei sobre parques nacionais feita em 2006. Assim, pertence a nós, em adição ao nosso propósito original de proteger o coração do parque, o objetivo de nos dedicarmos à área de adesão (antiga zona periférica) e contribuirmos para o seu desenvolvimento sustentável.

Este novo papel deve ser determinado após a negociação e consulta com todos os atores institucionais envolvidos, incluindo os municípios, de acordo com o que determinará a carta magna, ainda em desenvolvimento. No entanto, este feito é mais complexo em nosso território que em outros, por causa da presença, em nossa área de adesão, de estações de esqui, esporte de Inverno particularmente forte por aqui. Os resorts da Haute-Tarentaise, na verdade, formam a maior área de esqui da Europa, se não do mundo. Todo esse poder econômico produz uma relação de poder muito desequilibrada em detrimento do Parque Nacional de Vanoise e torna difícil a nossa tarefa de promover uma abordagem de desenvolvimento sustentável e proteção do patrimônio, no sentido amplo do termo. Este não é o caso para a maioria dos parques nacionais franceses, onde as áreas rurais incluídas em sua área estão em situação econômica bastante difícil.

O Parque Nacional de Vanoise agora tem a obrigação urgente de abrir-se para os atores locais, para além do clichê de um território protegido por uma barreira invisível em torno da regulamentação da área central, que agora se chama coração. Nós mudamos: ao invés de termos uma prioridade na proteção, temos agora uma dupla missão que é de proteção e apoio ao desenvolvimento sustentável.

Esta vocação dupla na verdade já aparecia explicitamente na lei de Parques Nacionais de 1960, mas diferentes eventos suspenderam a missão. O "caso da Vanoise" é um dos mais significativos: entre 1969 e 1972, um projeto de redução da área central em favor de uma proposta de projeto da área de esportes de inverno foi vetada pelo então Presidente da República, Georges Pompidou, apesar do voto favorável emitido pelo Conselho de Administração do Parque. Este episódio levou a um declínio da área central do parque, proibindo quase todas as atividades fora desta faixa. A lei de 2006 é, portanto, apenas uma reafirmação da competência territorial expandida para a área de adesão (antiga zona periférica).

O Parque Nacional de Vanoise solicitou e recebeu em 1972 o benefício do Diploma Europeu de Áreas Protegidas emitido pelo Conselho da Europa. Esta distinção, que se aplica na França até o momento apenas para seis áreas protegidas, principalmente parques nacionais, é acompanhada por fortes recomendações do Conselho da Europa relativas à proteção do patrimônio natural, cultural e paisagístico do coração do parque. O diploma tem sido concedido até agora a cada 5 anos e foi renovado no início de julho de 2011 por um período de 10 anos, combinando a partir de agora ações conjuntas dos Parques Nacionais da Vanoise e do Gran Paradiso a serem implementadas para garantir os benefícios deste diploma.

O coração do Parque Nacional de Vanoise é de fato classificado como Categoria II UNESCO. Estamos também na lista francesa dos territórios qualificados a apresentarem um pedido de listagem no Patrimônio Mundial da humanidade. Nós estamos planejando preparar tal registro em parceria com o Parco Nazionale Gran Paradiso para uma demanda transfronteiriça. Além do interesse temático e científico de tal abordagem existe também o fato que a entrada na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO pode ser também um fator chave de sucesso, talvez até necessário para o sucesso no atual contexto de inscrição de sites extra-europeus.

Finalmente, estamos também trabalhando para preparar um pedido de Geoparque, cujo título reconhece os esforços do território para a conservação do patrimônio geológico (no sentido mais amplo), especialmente em atividades de proteção, científicas, educativas e informativas, incluindo o turismo. Este título é patrocinado pela UNESCO e constitui-nos um primeiro passo na preparação para a apresentação de nosso pedido de registro como Patrimônio Mundial da humanidade.

Assim, as distinções emitidas pelo Conselho da Europa e pela UNESCO funcionam, na verdade, como ativos em nossa discussão em curso com os atores locais para um desenvolvimento sustentável baseado no respeito e valorização do patrimônio do parque.

Estamos também procurando ativamente associações com várias redes. Os Parques Nacionais da França, naturalmente, mas temos também membros na Comissão Francesa de áreas protegidas da UICN, na Rede de Áreas Protegidas Alpina desde a sua criação em 1995, bem como na Europarc desde 2000. Esta rede internacional significa para nós uma abertura a um fator de enfrentamento de problemas comuns para áreas protegidas, pelo menos na escala europeia.

Nós usamos uma letra maiúscula para indicar a instituição, a corporação e uma minúscula para a área geográfica do parque. O turismo presente no território do Parque Nacional de Vanoise ocorre em sua maior parte no inverno, por causa das atividades de esportes de inverno oferecidas em cada uma das comunidades do parque. O Turismo de verão seria portanto, nota "1" comparado com uma importância "10" do turismo de Inverno. E é precisamente no verão que o Parque Nacional da Vanoise pode fornecer suporte para a sustentabilidade da atividade econômica relacionada com o turismo. A maioria de nossas ações em prol do turismo é focada no período de junho a setembro: a abertura dos refúgios nas montanhas, os pontos de apoio ao turista e os passeios com guias e guardas parque.

Uma parte do público turístico ao parque justamente por causa da presença do coração do parque, que, no imaginário dessas pessoas representa um patrimônio natural e cultural extremamente protegido. Uma proporção significativa do turismo é, portanto, por razões de turismo ecológico e naturalista.

Em essência, a organização francesa de parques nacionais é um modelo organizacional para outros países na Europa. Assim, Áustria e Eslovênia também usam uma zona de coração com lógica dicotômica centro/periferia.

No entanto, essa lógica não existe na Itália e nem na Suíça, embora nos documentos programáticos desses países esteja prevista uma graduação de proteção nesse sentido. Além disso, a relação entre parques nacionais, reservas e parques naturais regionais (e seus nomes e definições) varia de um país para outro. A França conta, sua maioria, com parques nacionais e parques naturais regionais, enquanto em outros países como Itália, Áustria e Alemanha, parques regionais são mais regularmente implementados. Da mesma forma, a ferramenta "reservas naturais" é mais comumente usado na Alemanha e na Áustria que nos países mais ao sul, como Itália, Eslovênia e França. Estas distinções refletem a lógica de funcionamento das sociedades, a discussão de diferentes práticas e projetos coletivos que parecem ser mais comuns nos países germânicos que nos países latinos, como resultados de processos históricos de vários parâmetros.

Relações entre o Parque Nacional de Vanoise e do Gran Paradiso -

A colaboração entre estes dois parques está em seus genes! Criado em 1922 a partir de uma reserva real de caça, desde o início do século 19 o Parco Nazionale Gran Paradiso serviu de referência e exemplo para os "países" do Parque Nacional da Vanoise. Na verdade, o PNGP é o primeiro parque nacional Italiano e tinha como uma vocação a preservação do ibex Alpino, em perigo de extinção naquela época na Itália e na Europa. O Parque Nacional

da Vanoise, o primeiro parque nacional francês, foi projetado para ser uma extensão do PNGP, tanto pela sua proximidade em 14 km de fronteira comuns, e por suas missões também na proteção do Ibex alpino, prioritária em território francês.

Assim, antes mesmo da sua criação, em 1963, temos exemplos de troca de cartas entre os líderes das duas instituições que pretendiam trabalhar no sentido da criação de um parque de fronteiras europeias. Este desejo surgiu na geminação dos dois parques em 1972, seguido por uma carta magna de geminação em 1999. Estes documentos são usados ainda hoje como referência para a programação de atividades conjuntas entre as nossas duas instituições.

Estas atividades conjuntas são caracterizadas por diferentes temas: património natural, turismo, desenvolvimento sustentável, comunicação, equipamentos de educação, regulamentos, organização ...

Essencialmente, temos uma organização binomial de ações-piloto nos dois parques, que têm autonomia para realizar ações conjuntas validadas a cada ano. Minha principal tarefa como gerente de projeto das relações internacionais, uma posição que tenho desde 2007, é o de coordenar e facilitar a implementação dessas ações por logística, técnicas e financiamento. Alguns exemplos de ações: operações conjuntas de contagem dos animais selvagens e inspeção das plantas, a partilha do acesso a bibliotecas de fotos, visitas de estudo e reuniões com funcionários eleitos e sócio-profissionais de intercâmbios transfronteiriços de curto prazo de agentes, projetos de rotulagem e reconhecimento comum (Diploma Europeu de áreas protegidas, Património Mundial da Humanidade, Geopark etc).

O governo francês julgou necessária a criação de parques regionais em 1967, quase sete anos depois dos parques nacionais, e que até recentemente as medidas legais francesas tiveram um registro mais coercitivo e protecionista, que foi desenvolvido ao longo do tempo a partir do final do século 19 por leis relativas à restauração de terrenos montanhosos, sítios registrados e classificados, as florestas, reservas naturais, reservas de caça e animais selvagens, as ordens de proteção para habitats. Apenas no final do século 20, particularmente em conexão com as leis de descentralização do início dos anos 80 que gradualmente se desenvolveu uma lógica mais participativa, envolvendo os interessados em abordagens voluntárias para reservas naturais (agora reservas regionais) e reforçando a dinâmica de desenvolvimento de parques naturais regionais e a conservação das regiões naturais. A Lei de 2006 sobre Parques Nacionais também reavivou a vocação destas ferramentas para a participação de uma lógica de desenvolvimento local (sustentável), que não pôde se instaurar pelas razões acima mencionadas.

Parece-me que a França não tem um modelo historicamente participativo, especialmente em sua lógica tradicional poderosa de Estado-nação, em contraste com países que se formaram no final do século 19 ou início do 20 (Alemanha, Itália, Áustria) com base em históricos regionais fortes. Itália celebra este ano em 2011o aniversário de só 150 anos da sua república.

Para falar do antropocentrismo, esta pode ser uma característica da política de proteção do patrimônio natural na Europa toda devido a alta densidade populacional, é praticamente impossível conceber uma política de proteção no modelo americano de "wilderness". Só o Parque Nacional Suíço, criado em 1914, foi criado em tal modelo, mas em um contexto muito especial local.

Em relação aos pagamentos por serviços ambientais de parques nacionais em países

desenvolvimento: A palavra-chave nesse campo parece ser a da subsidiariedade gerenciada através de cada escala. Assim, em um sítio cujo patrimônio é de importância apenas local, as comunidades afetadas podem ter a tarefa de assegurar a sua proteção. Para outros, com questões nacionais, mesmo globais, é, respectivamente da comunidade nacional e internacional a responsabilidade de garantir a proteção adequada.

Financiamento para essas políticas podem ser aplicadas com a mesma lógica, ampliando suas fontes para os atores e indivíduos motivados ou suas organizações, particularmente as ONGs, mas também para atores econômicos esclarecidos sobre a importância de preservar o nosso patrimônio em causa, seja por patrocínio ou por ações de turismo e comércio ecológico.

Em relação às áreas protegidas no Brasil, eu não tenho conhecimento suficiente, particularmente em termos de regras universais na gestão de parques nacionais!

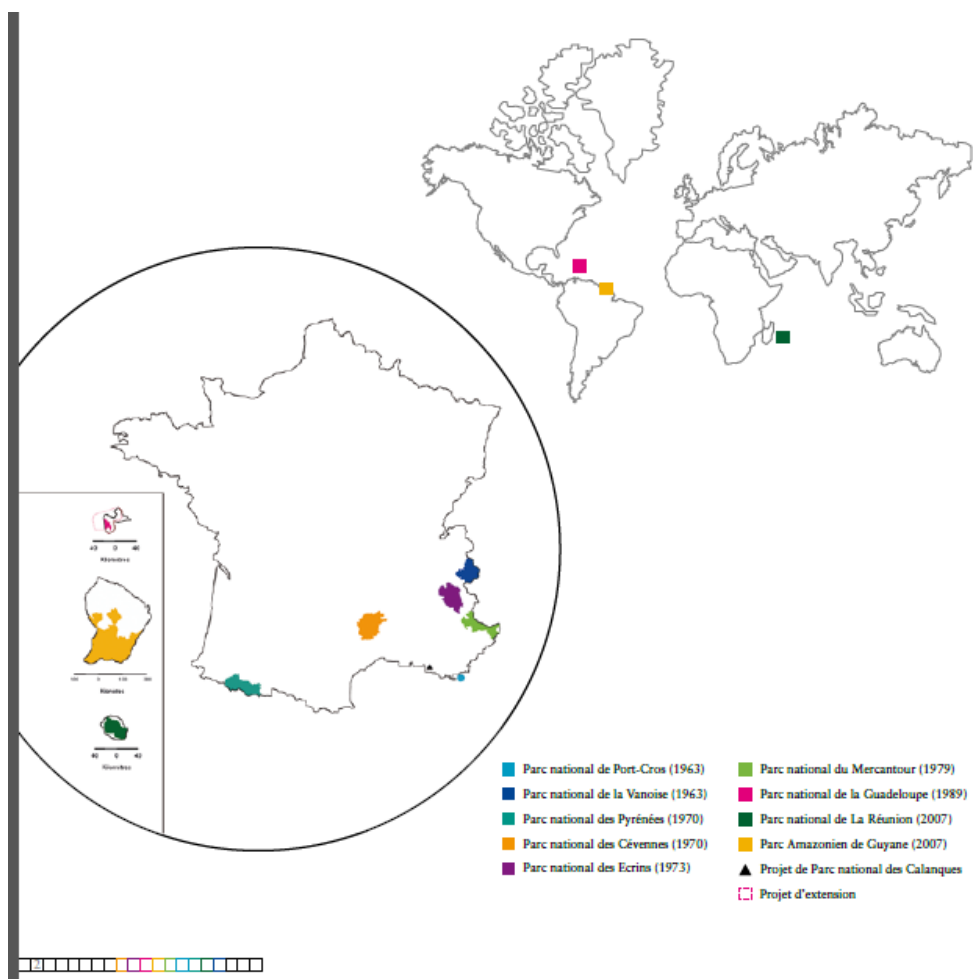
No entanto, permito-me sugerir algumas palavras-chave que eu sinto necessárias em uma política

Inteligente de tais espaços: consulta, em especial com os atores locais e especialmente com aqueles que contribuíram para moldar a área em causa para que esta possa ser considerada digna de proteção (agricultores, caçadores, silvicultores, artesãos ...)

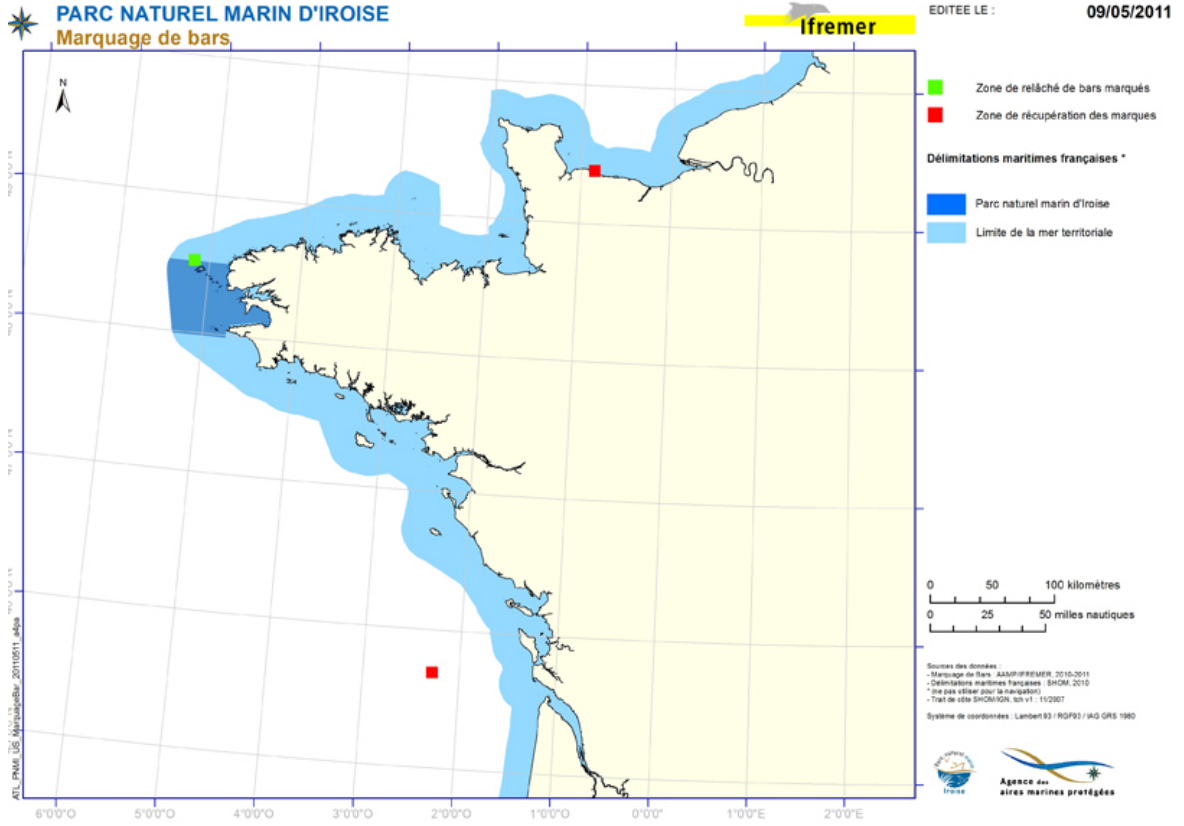
- Conhecimento e intercâmbio com outras áreas protegidas para enfrentar as ações já realizadas e consideradas; modéstia sobre a extensão das medidas de proteção a serem tomadas: em italiano, "qui va piano, va sano" ("quem vai lentamente, vai certamente ");

trabalhar em projetos concretos, mesmo em pequena escala, envolvendo e gratificando atores locais, em vez de produzir grandes projetos difíceis de implementar e tropeçando sobre os limites da capacidade de aceitação desses jogadores-chave;

Comunicação e realce da abordagem participativa, especialmente com os atores locais, mesmo que ela também tenha como vocação obter o apoio regional, nacional e metas internacionais promovidas pelo parque.



ANEXO 7 - Controle de estoques pesqueiros - PNMI



ANEXO 8 - Informativo distribuído às comunidades da área de adesão do PNV sobre a elaboração carta-magna do parque



Pour comprendre la future charte

Des principes fondamentaux communs à l'ensemble des parcs nationaux

Un parc national est un projet de territoire fondé sur une vision partagée, intégrée et vivante des enjeux, des orientations et des objectifs. Il se compose d'un cœur, espace de référence, de concertation, de découverte et de ressourcement et d'une aire d'adhésion, espace de partenariat, de développement durable et de solidarité écologique, économique et sociale. Ces fondements – communs à tous les parcs nationaux français – sont rappelés dans chaque charte.

Le cœur du Parc : des limites inchangées

Le périmètre du cœur est rigoureusement identique à celui établi lors de la création du Parc en 1963. Le décret modifié n'en a chargé que la dénomination. Le Parc, aussi appelé zone centrale, s'appelle maintenant le cœur du Parc.



Une partie de la charte est spécifique au cœur du Parc

Le cœur du Parc national est un espace d'excellence pour la gestion conservatoire. Cette partie de la charte fixe des objectifs précis de protection des patrimoines naturels, culturels et paysages du cœur. Ils s'intéressent au maintien des activités économiques présentes dans le cœur comme l'agro-pastoralisme et au développement de l'accueil et de l'éducation du public en espace protégé.

Des mesures pour la mise en œuvre des objectifs sont présentées. Pour chaque mesure, la personne morale compétente pour la mettre en place et l'appliquer est identifiée (établissement public du Parc, État, communes, organisations professionnelles...).

Enfin, cette partie de la charte détermine les modalités d'application de la réglementation spéciale du cœur établie par le décret de création du Parc modifié en 2009. Ces modalités viennent préciser les critères et conditions d'application de la réglementation. Le Conseil d'administration et le directeur du Parc doivent en tenir compte dans l'exercice de leurs attributions.



La carte des différents espaces du Parc selon leur vocation

Les orientations de l'aire d'adhésion et les objectifs du cœur ne peuvent pas s'appliquer de manière uniforme sur l'ensemble du territoire du Parc. Ils sont à moduler selon les caractéristiques et (la ou) les vocations d'un lieu ou d'un espace donné. L'intérêt de la carte des espaces selon leur vocation est d'identifier dans quel espace tel objectif, telle orientation ou telle mesure de la charte s'applique préférentiellement.

Le périmètre de l'aire optimale d'adhésion

L'aire optimale d'adhésion est le territoire qui a vocation à faire partie du Parc du fait de sa proximité, de sa solidarité et de sa complémentarité avec le cœur. L'aire optimale reprend les contours de l'ancienne zone périphérique élargie en 2009 à la totalité des communes de Saint Martin de Belleville et de Bozel, à leur demande. Au vu de la charte approuvée, les conseils municipaux décideront librement de faire partie de l'aire d'adhésion du Parc pour 15 ans.

Une partie de la charte est dédiée à l'aire d'adhésion du Parc

L'aire d'adhésion est un espace de développement durable par excellence. Elle est un territoire de cohérence et de partenariat qui offre aux communautés locales le cadre d'un développement harmonieux. Elles bénéficient ainsi de l'image et de la notoriété du Parc national.

Cette partie de la charte propose des orientations de protection, de mise en valeur et de développement durable du territoire. Des mesures pour la mise en œuvre des orientations sont présentées. Pour chaque mesure, la personne morale compétente pour la mettre en place et l'appliquer est identifiée. La plus grande partie des mesures de l'aire d'adhésion relève de l'initiative des communes et des organisations professionnelles. Dans l'aire d'adhésion, l'établissement public du parc a essentiellement un rôle d'accompagnement des initiatives et de conseil et d'expertise sur les projets et les actions qui s'inscrivent dans l'esprit de la charte.

Les apports de la charte dans l'aire d'adhésion

Être dans l'aire d'adhésion, c'est pouvoir afficher l'appartenance à un territoire d'exception et disposer de son image au bénéfice des actions et des initiatives des acteurs locaux en faveur de la charte. C'est aussi disposer d'un soutien et d'un accompagnement du Parc, de compétences, d'assistance et d'expertise en matière de patrimoines, de paysage et de développement durable, de recherche appliquée et d'expérimentation.

ANEXO 9 - Decreto de 21 de abril de 2009, relativo à regulamentação do Parque Nacional da Vanoise.

Décret du 21 avril 2009 pris pour l'adaptation de la délimitation et de la réglementation du Parc national de la Vanoise

Décret n° 2009-447 du 21 avril 2009 pris pour l'adaptation de la délimitation et de la réglementation du parc national de la Vanoise aux dispositions du code de l'environnement issues de la loi n° 2006-436 du 14 avril 2006

Le Premier ministre,

Sur le rapport du ministre d'Etat, ministre de l'écologie, de l'énergie, du développement durable et de l'aménagement du territoire, vu la Convention sur la protection des Alpes (Convention alpine) signée à Salzbourg le 7 novembre 1991, publiée par décret n° 96-437 du 20 mai 1996, ensemble les protocoles à cette convention ;

Vu le code de l'environnement ;

Vu la loi n° 2006-436 du 14 avril 2006 relative aux parcs nationaux, aux parcs naturels marins et aux parcs naturels régionaux, notamment son article 31 ;

Vu les avis des communes dont le territoire est inclus dans le coeur du parc et des communes ayant vocation à adhérer à la charte du parc national, des établissements publics de coopération intercommunale à fiscalité propre auxquels ces communes appartiennent, du département de la Savoie, de la région Rhône-Alpes, des chambres consulaires et du centre régional de la propriété forestière intéressés, ensemble les pièces desquelles il résulte, lorsque ces collectivités et organismes ne se sont pas exprimés, que ces avis ont été sollicités ;

Vu la décision du 20 mars 2008 par laquelle le président du conseil d'administration de l'établissement public du parc a arrêté la liste des autres personnes et organismes à consulter établie conjointement avec le préfet de la Savoie, ensemble les pièces desquelles il résulte que le dossier a été transmis aux personnes et organismes figurant sur cette liste et les avis rendus dans le cadre de cette consultation ;

Vu l'arrêté du préfet de la Savoie en date du 19 mai 2008 prescrivant l'ouverture de l'enquête publique ;

Vu les observations et propositions faites par le conseil d'administration de l'établissement public du parc national de la Vanoise en date du 19 septembre 2008 ; Vu l'avis du préfet de la Savoie en date du 29 septembre 2008 ; Vu l'avis du Conseil national de protection de la nature en date du 23 octobre 2008 ; Vu l'avis du comité interministériel des parcs nationaux en date du 6 novembre 2008 ;

Le Conseil d'Etat (section des travaux publics) entendu,

Décète :

TITRE PREMIER : DELIMITATION

Article 1

Le parc national de la Vanoise, créé par le décret n° 63-651 du 6 juillet 1963, est délimité et réglementé par le présent décret, en application des dispositions du chapitre Ier du titre III du livre III du code de l'environnement et dans les conditions prévues par celles-ci.

Le coeur du parc, constitué d'espaces appartenant au territoire des communes des Allues, d'Aussois, de Bessans, de Bonneval-sur-Arc, de Champagny-en-Vanoise, de Lanslebourg-Mont-Cenis, de Lanslevillard, de Modane, de Peisey-Nancroix, de Planay, de Pralognan-la-Vanoise, de Saint-André, de Saint-Bon-Tarentaise, de Sainte-Foy-Tarentaise, de Sollières-

Sardières, de Termignon, de Tignes, de Val-d'Isère, de Villarodin-Bourget, de Villaroger (Savoie) désignés au relevé cadastral annexé au présent décret, est délimité sur les cartes au 1/10 000 annexées au présent décret (1).

Les parties du territoire de ces communes ainsi que des communes d'Avrieux, de Bellentre, de Bourg-Saint-Maurice, de Bozel, de Bramans, de Landry, de Montvalezan, de Saint-Martin-de-Belleville et de Séez qui ont vocation à constituer l'aire d'adhésion de ce parc sont délimitées sur le plan d'ensemble au 1/100 000 annexé au présent décret (1).

TITRE II : REGLES GENERALES DE PROTECTION DANS LE COEUR DU PARC

Article 2

Les dispositions du présent titre définissent, en application du 1° de l'article L. 331-2 du code de l'environnement et conformément aux articles L. 331-4 à L. 331-5 et R. 331-18 à R. 331-21, les règles générales de protection applicables dans le coeur du parc. Les modalités d'application de ces règles sont précisées par la charte du parc.

CHAPITRE PREMIER : DISPOSITIONS GENERALES

SECTION I : REGLES RELATIVES A LA PROTECTION DU MILIEU NATUREL

Article 3

I. Il est interdit :

1° D'introduire, à l'intérieur du coeur du parc national, des animaux non domestiques, des chiens ou des végétaux, quel que soit leur stade de développement ; 2° De porter atteinte, de quelque manière que ce soit, aux animaux non domestiques, aux végétaux non cultivés, quel que soit leur stade de développement, aux minéraux, aux fossiles, aux constructions ou objets appartenant ou susceptibles d'appartenir au patrimoine historique, architectural ou archéologique, du coeur du parc national ; 3° De détenir ou transporter, de quelque manière

que ce soit, des animaux non domestiques, des végétaux non cultivés, ou des parties de ceux-ci, quel que soit leur stade de développement, des minéraux, des fossiles, des éléments de constructions ou des objets appartenant ou susceptibles d'appartenir au patrimoine historique, architectural ou archéologique, en provenance du coeur du parc national ;

4° D'emporter en dehors du coeur du parc national, de mettre en vente, vendre ou acheter des animaux non domestiques, des végétaux non cultivés, ou des parties de ceux-ci, quel que soit leur stade de développement, des minéraux, des fossiles, des éléments de constructions ou des objets appartenant ou susceptible d'appartenir au patrimoine historique, architectural ou archéologique, en provenance du coeur du parc national ;

5° D'utiliser tout moyen ou chose qui, notamment par son bruit, est de nature à déranger les animaux ou à troubler le calme et la tranquillité des lieux ;

6° De faire, par quelque procédé que ce soit, des inscriptions, signes ou dessins sur les pierres, les arbres ou tout bien meuble ou immeuble ;

7° De porter ou d'allumer du feu en dehors des immeubles à usage d'habitation ;

8° De déposer, abandonner ou jeter, en un lieu public ou privé, à l'exception des emplacements désignés à cet effet, des ordures, déchets, matériaux ou tout autre objet de quelque nature que ce soit, même si ce dépôt, cet abandon ou ce jet a été réalisé par la personne ayant la jouissance du lieu ou avec son autorisation ;

9° D'utiliser tout éclairage artificiel, quel qu'en soit son support, sa localisation et sa durée, à l'exclusion de l'éclairage des bâtiments à usage d'habitation sous réserve que cet éclairage ne soit pas de nature à déranger les animaux et ne porte pas atteinte au caractère du parc.

II. - N'est pas soumise aux dispositions du 1° l'introduction, à l'intérieur du coeur du parc :

de végétaux destinés à constituer des plantes potagères pour la consommation et l'usage domestique ou des plantes d'ornement à proximité des habitations, sauf s'ils appartiennent à des espèces envahissantes ;

de chiens guidant des personnes aveugles ou assistant des personnes handicapées, sauf dans les zones et, le cas échéant, pendant les périodes, définies par le directeur de l'établissement public en vue d'assurer la protection du patrimoine, notamment d'espèces animales ou végétales ou d'habitats naturels ;

de troupeaux et de chiens utilisés pour la surveillance, la conduite et la protection de ceux-ci.

III. - Les interdictions édictées par les 5° et 9° ne sont pas applicables à l'utilisation d'objets sonores et d'éclairages artificiels pour les besoins des activités agricoles, pastorales et forestières ainsi que des autres activités autorisées, qui est réglementée par le conseil d'administration, qui peut, le cas échéant, renvoyer à une autorisation du directeur de l'établissement public du parc.

Elles ne sont pas davantage applicables à l'utilisation d'objets sonores et d'éclairages artificiels ou de tout autre moyen répulsif non létal pour les besoins d'une opération d'effarouchement de grands prédateurs, lorsqu'elle a été autorisée par le directeur de l'établissement public du parc national, sur proposition du préfet du département et du conseil scientifique, sous réserve qu'elle n'altère pas la vocation et le caractère du parc.

IV. - Il peut être dérogé à l'interdiction édictée par le 6° pour les besoins de la signalisation des itinéraires de randonnée ou de marquage forestier avec l'autorisation du directeur de l'établissement public du parc.

V. - L'interdiction édictée par le 7° n'est pas applicable au transport de réchauds portatifs autonomes, ainsi qu'à leur utilisation dans les lieux et conditions définis par une réglementation prise par le directeur de l'établissement public du parc.

Cette interdiction peut être remplacée, pour les besoins des activités agricoles, pastorales et forestières, par une réglementation prise après avis du service départemental d'incendie et de secours par le conseil d'administration, qui peut, le cas échéant, renvoyer à une autorisation du directeur de l'établissement public du parc.

Elle peut également être remplacée, pour certains lieux ou pour permettre l'éradication et le contrôle des espèces végétales envahissantes, par une réglementation prise après avis du service départemental d'incendie et de secours par le directeur de l'établissement public du parc, qui peut, le cas échéant, soumettre les opérations envisagées à cette fin à autorisation.

VI. - Il peut en outre être dérogé aux interdictions édictées par les 1°, 2°, 3°, 4°, 5° et 9° avec l'autorisation du directeur de l'établissement public du parc.

Article 4

Les mesures destinées à assurer la protection d'espèces animales ou végétales, d'habitats naturels ou de minéraux ou fossiles dont la conservation s'avère nécessaire sont prises par le directeur de l'établissement public du parc, après avis, sauf urgence, du conseil scientifique. Lorsque la conservation d'un objet ou d'une construction constituant ou susceptible de constituer un élément du patrimoine archéologique, architectural ou historique est compromise, le directeur de l'établissement public du parc national peut, si le propriétaire en est connu, mettre en demeure celui-ci d'y remédier dans un délai déterminé et, si cette mise en demeure est restée sans effet, prendre d'office les mesures conservatoires nécessaires, après avis, sauf urgence, du conseil scientifique et du directeur du service déconcentré chargé de la culture. Le directeur de l'établissement public du parc national en informe sans délai le ministre chargé de la culture. Le directeur peut réglementer les opérations nécessaires à la réalisation des inventaires du patrimoine naturel, selon les modalités recommandées par le conseil scientifique.

Article 5

Les mesures destinées à renforcer les populations d'espèces animales ou végétales ou à réintroduire des espèces disparues sont prises par le directeur de l'établissement public du parc, après avis du conseil scientifique.

Le directeur sollicite les autorisations administratives requises en application des articles L. 411-2 et L. 411-3 du code de l'environnement.

Article 6

L'utilisation des produits et moyens destinés à détruire ou à réguler des espèces animales ou végétales, même dans un but agricole, pastoral ou forestier, est réglementée et le cas échéant soumise à autorisation par le directeur de l'établissement public.

Les mesures destinées à limiter ou à réguler les populations d'espèces animales ou végétales surabondantes ou à éliminer des individus d'espèces animales ou végétales envahissantes sont prises par le directeur de l'établissement public, selon les modalités recommandées par le conseil scientifique.

SECTION II : REGLES RELATIVES AUX TRAVAUX

Article 7

I. Les espaces du coeur du parc qui comportent des habitations ou des groupes d'habitations ne sont pas considérés comme des espaces urbanisés au sens de l'article L. 331-4 du code de l'environnement.

II. Peuvent être autorisés, en application et selon les modalités du 1° du I de l'article L. 331-4 du code de l'environnement, par le directeur de l'établissement public du parc les travaux, constructions et installations :

1° Nécessaires à la réalisation par l'établissement public du parc de ses missions ; 2° Nécessaires à la sécurité civile ; 3° Nécessaires à la défense nationale, qui ne sont pas couverts par le secret de la défense nationale, sur les terrains relevant du ministère de la défense ; 4° Relatifs aux captages destinés à l'alimentation en eau potable ; 5° Nécessaires à l'exploitation agricole, pastorale ou forestière. Les travaux courants qui n'ont pas été identifiés par la charte comme susceptibles de porter atteinte au caractère du parc ne sont pas soumis à autorisation ; 6° Nécessaires à une activité autorisée ; 7° Nécessaires à la réalisation de missions scientifiques ; 8° Nécessaires aux actions pédagogiques destinées au public, ainsi qu'à son accueil, sans qu'aucun établissement d'hébergement ou de restauration nouveau n'en résulte ; 9° Ayant pour objet l'extension limitée d'équipements d'intérêt général ou leur mise aux normes, sous réserve de ne pas porter atteinte au caractère du parc ; 10° Ayant pour objet l'aménagement et l'entretien des espaces, sites et itinéraires destinés à la pratique des sports et loisirs de nature non motorisés ; 11° Ayant pour objet ou pour effet de réduire les impacts paysagers ou écologiques ou d'accroître l'autonomie énergétique d'un équipement d'intérêt général, d'une construction ou installation du coeur ; 12° Nécessaires à la reconstruction à l'identique d'un bâtiment détruit par un sinistre, dès lors qu'il a été régulièrement édifié ; 13° Nécessaires à la reconstruction ou à la restauration d'un élément du patrimoine bâti constitutif du caractère du parc, sous réserve qu'il ne puisse être affecté à un usage d'habitation ; 14° Nécessaires à des opérations de restauration, de conservation, d'entretien ou de mise en valeur d'éléments du patrimoine historique ou culturel ; 15° Nécessaires à la rénovation des bâtiments à usage d'habitation, sous réserve que ces travaux ne portent pas atteinte au caractère du parc et qu'aucune entrave aux activités agricoles, pastorales ou forestières n'en résulte ; 16° Destinés à constituer les annexes d'un bâtiment à usage d'habitation ou portant sur celles-ci, à condition que ces constructions répondent aux conditions prévues par l'article R. 421-11 du code de l'urbanisme ; 17° Ayant pour objet la mise aux normes des équipements d'assainissement non collectif, sous réserve que ces travaux ne portent pas atteinte au caractère du parc. Une

autorisation ne peut être accordée au titre des 4°, 6° à 10° et 12° à 17° que sous réserve qu'aucune voie d'accès nouvelle ne soit aménagée.

III. - Des travaux, constructions ou installations qui ne figurent pas sur la liste du II peuvent être autorisés par le conseil d'administration de l'établissement public, dans les conditions prévues par l'article R. 331-18 du code de l'environnement.

SECTION III : REGLES RELATIVES AUX ACTIVITES

Article 8

La recherche et l'exploitation de matériaux non concessibles sont interdites.

Article 9

La chasse est interdite. La détention et le transport de gibier abattu hors du coeur du parc sur des itinéraires et pendant des périodes déterminés sont réglementés par le directeur de l'établissement public.

Article 10

Le port, la détention ou l'usage de toute arme ainsi que de ses munitions sont interdits dans les espaces naturels. L'interdiction de port d'armes et de munitions peut être remplacée, sur des itinéraires et pendant des périodes déterminés, par une réglementation prise par le directeur de l'établissement public qui peut le cas échéant subordonner ce port à une autorisation. La pêche est réglementée afin de prévenir les atteintes qui peuvent en résulter pour les espèces animales ou végétales ou leurs habitats par le conseil d'administration, après avis du conseil scientifique et de la fédération départementale des pêcheurs.

Article 12

Les activités agricoles et pastorales existantes à la date de publication du présent décret et régulièrement exercées sont autorisées. Les activités nouvelles, les modifications substantielles de pratiques, les changements de lieux d'exercice et les extensions significatives des surfaces sur lesquelles sont exercées ces activités sont soumis à autorisation du directeur de l'établissement public dans les conditions définies par la charte et les zones, le cas échéant, identifiées par elle, et compte tenu de la nécessité éventuelle de préserver et le cas échéant de rétablir la diversité biologique. Les activités agricoles et pastorales ayant un impact notable sur le débit ou la qualité des eaux, sur la conservation des sols, sur la conservation de la diversité biologique, notamment des habitats naturels, des espèces végétales non cultivées ou des espèces animales non domestiques, sont réglementées par le conseil d'administration.

Article 13

Les activités artisanales et commerciales existantes, ou prévues au programme d'aménagement, et régulièrement exercées à la date de publication du présent décret sont autorisées. Les changements de localisation de ces activités et l'exercice d'une activité différente dans les locaux où elles s'exerçaient sont soumis à autorisation du directeur de l'établissement public. Des activités artisanales et commerciales nouvelles ou de nouveaux établissements peuvent être autorisés par le directeur, après avis du conseil scientifique sur l'incidence du projet sur le patrimoine naturel, culturel et paysager du parc et le caractère du parc.

Article 14

Les activités hydroélectriques existantes à la date de publication du présent décret et régulièrement exercées sont autorisées. Les modifications de capacité ou de modalités d'usage des eaux des installations existantes ainsi que la création de nouvelles installations

sont soumises à l'avis conforme du conseil d'administration. Le directeur peut autoriser, dans la mesure nécessaire aux besoins des refuges et des bâtiments à usage agricole, pastoral, forestier ou d'habitation du coeur, une activité de production d'énergie hydraulique nouvelle dont la puissance maximale n'excède pas 20 kilowatts, selon les modalités recommandées par le conseil scientifique.

Article 15

I. Sauf autorisation du directeur de l'établissement public du parc, sont interdits :

1° La circulation et le stationnement des véhicules motorisés en dehors des pistes dont la liste est arrêtée par le conseil d'administration ; 2° Le survol du coeur du parc à une hauteur inférieure à 1 000 mètres du sol des aéronefs motorisés ; 3° Le campement sous une tente, dans un véhicule ou dans tout autre abri.

II. - Sont réglementés par le directeur de l'établissement public et, le cas échéant, soumis à autorisation : 1° La circulation et le stationnement des véhicules motorisés sur les pistes dont la liste est arrêtée par le conseil d'administration ; 2° L'accès, la circulation et le stationnement des personnes, des animaux domestiques autres que les chiens et des véhicules non motorisés ; 3° Le survol du coeur du parc à une hauteur inférieure à 1 000 mètres du sol des aéronefs non motorisés ; 4° Le bivouac ; 5° L'organisation et le déroulement de manifestations publiques, notamment de compétitions sportives.

III. - Peuvent être réglementées par le directeur de l'établissement public les autres activités sportives et de loisir en milieu naturel, qu'elles soient pratiquées à titre individuel ou dans un groupe encadré par des professionnels.

IV. - Les autorisations délivrées au titre du 1° du I et des 1° et 2° du II pour le stationnement ainsi que des 2° et 3° du I et des 3°, 4° et 5° du II peuvent être subordonnées au paiement d'une redevance dont le montant est fixé par le conseil d'administration.

Article 16

Les prises de vue ou de son réalisées dans le cadre d'une activité professionnelle ou à but commercial sont interdites, sauf autorisation du directeur de l'établissement public, le cas échéant subordonnée au paiement d'une redevance dont le montant est fixé par le conseil d'administration.

SECTION IV : REGLES RELATIVES A CERTAINS TRAVAUX ET ACTIVITES EN

FORET

Article 17

I. . Les activités forestières existantes à la date de publication du présent décret et régulièrement exercées sont autorisées. II. - Sont toutefois soumis à autorisation du directeur, dans les conditions définies par la charte, le cas échéant dans le cadre d'un document de gestion agréé, approuvé ou arrêté en application du code forestier :

1° Le défrichement ;

2° Les opérations de débroussaillage, sauf lorsqu'elles sont constitutives d'un entretien normal ou imposées par le code forestier ; 3° Les coupes de bois ayant un impact visuel notable ou préjudiciables à la conservation d'une espèce végétale ou animale présentant des qualités remarquables ; 4° La création et l'élargissement de pistes ou routes forestières ;

5° Les aménagements destinés à l'accueil du public en forêt ; 6° La plantation et le semis d'espèces forestières sur des espaces non couverts par la forêt ; 7° Les pâturages sous couvert forestier.

S'il y a lieu, l'autorisation peut être accordée dans le cadre d'un programme annuel ou pluriannuel précisant ses modalités de mise en oeuvre. Ces autorisations tiennent compte de la nécessité éventuelle de préserver et, le cas échéant, de rétablir la diversité biologique.

CHAPITRE II : DISPOSITIONS PARTICULIERES

SECTION I : DEROGATIONS PERMANENTES CONSENTIES POUR CERTAINES

ACTIVITES D'INTERET GENERAL

Article 18

Les missions opérationnelles de secours, de sécurité civile, de police et de douanes ne sont pas soumises aux interdictions ou réglementations prévues par les dispositions du 1° du I de l'article 3 en tant qu'elles concernent les chiens, des 5° et 9° du I du même article, des 1° et 2° du I de l'article 15 et des 1°, 2° et 4° du II du même article.

Les missions d'entraînement des mêmes services sont soumises à des modalités particulières d'application des dispositions énumérées par l'alinéa précédent.

Les dispositions du 7° du I de l'article 3 ne sont pas applicables aux opérations de contrefeux par les services de lutte contre l'incendie.

Les dispositions de l'article 10 ne s'appliquent ni aux personnes autorisées à effectuer les destructions prévues à l'article 6, ni aux personnes auxquelles les dispositions du chapitre Ier du titre Ier du livre Ier du code de procédure pénale reconnaissent la qualité d'officier de police judiciaire, d'agent de police judiciaire ou d'agent de police judiciaire adjoint ainsi qu'aux fonctionnaires et agents auxquels sont attribuées par la loi certaines fonctions de police judiciaire, dans l'exercice de leurs pouvoirs de police.

Article 19

I. Aucune manoeuvre militaire ne peut être effectuée dans le coeur du parc national. Toutefois, les détachements militaires ne comprenant que des troupes à pied et des animaux de bât sont autorisés à se déplacer en armes à l'intérieur du coeur du parc à l'occasion des raids d'été et d'hiver, sous réserve : . que l'effectif de chaque détachement groupé n'excède

pas cinquante hommes ; . que ceux-ci ne soient porteurs d'aucune munition réelle ou à blanc ; . de communiquer l'itinéraire des raids au directeur de l'établissement public du parc national au moins huit jours avant la date prévue pour son déroulement. Ces détachements sont soumis à la réglementation générale du coeur du parc. Ils peuvent cependant, avec l'accord du directeur, bivouaquer en dehors des zones réservées à cet effet.

II. - Le ministère de la défense n'est pas soumis à la réglementation édictée par le présent décret ainsi que les modalités d'application qui en résultent :

1° Pour accéder à l'ouvrage militaire du col de la Vanoise ainsi qu'au chalet situé à proximité et les entretenir ; 2° Pour utiliser le champ de tir de Polset dont le périmètre est délimité sur le plan de la commune de Saint-André annexé au présent décret sous réserve de n'y faire usage que des seules armes légères d'infanterie, de suivre le seul axe de tir sud-est - nord-ouest et d'avertir le directeur de l'établissement public du parc au moins huit jours à l'avance de ce que des tirs sont envisagés.

III. - Ne sont pas applicables aux unités et personnels du ministère de la défense dans l'exercice de leurs missions opérationnelles les dispositions du 1° du I de l'article 3 en tant qu'elles concernent les chiens, des 5° et 9° du I du même article, de l'article 10 et de l'article 15.

IV. - L'autorisation d'effectuer des opérations de débroussaillage prévue par le 2° du II de l'article 17 n'est pas exigée lorsque ces opérations concernent des terrains relevant du ministère de la défense.

SECTION II : DISPOSITIONS PARTICULIERES A CERTAINES CATEGORIES DE PERSONNES

Article 20

Les résidents permanents peuvent bénéficier de dispositions plus favorables que celles édictées par le présent décret ou qui en résultent en matière de circulation de véhicule terrestre à moteur, dans les zones identifiées par la charte.

Article 21

Les personnes physiques ou morales exerçant une activité agricole, pastorale ou forestière de façon permanente ou saisonnière dans le coeur du parc peuvent bénéficier de dispositions plus favorables que celles édictées par le présent décret ou qui en résultent, dans les zones identifiées par la charte et dans la mesure nécessaire à l'exercice de leur activité, en matière de circulation de véhicule terrestre à moteur.

Les personnes physiques ou morales exerçant une activité agricole ou pastorale de façon permanente ou saisonnière dans le coeur peuvent en outre bénéficier de dispositions plus favorables que celles édictées par le présent décret ou qui en résultent pour l'exercice d'activités artisanales et la commercialisation dans le coeur du parc de produits agricoles, alimentaires ou artisanaux issus de l'activité qu'elles y exercent.

SECTION III : DISPOSITIONS PARTICULIERES A CERTAINS SECTEURS

GEOGRAPHIQUES

Article 22

Les dispositions du 1° du I et du 1° du II de l'article 15 ne s'appliquent pas sur la route départementale 902.

TITRE III : ETABLISSEMENT PUBLIC DU PARC NATIONAL DE LA VANOISE

Article 23

L'établissement public national à caractère administratif du parc national de la Vanoise, créé par le décret n° 63-651 du 6 juillet 1963, assure la gestion et l'aménagement du parc. Il a son siège à Chambéry, département de la Savoie.

Article 24

I. . Le conseil d'administration de l'établissement public est composé de quarante-deux membres, ainsi répartis : 1° Sept représentants de l'Etat : a) Un représentant du ministre de l'intérieur ; b) Un représentant du ministre de la défense ; c) Un représentant du ministre chargé de l'aménagement du territoire ; d) Un représentant du ministre chargé de l'éducation nationale ; e) Le directeur du service déconcentré régional chargé de la protection de la nature ; f) Le directeur du service déconcentré régional chargé des sports ; g) Un représentant de l'administration départementale de l'Etat en charge de l'agriculture ou de l'équipement, nommé sur proposition du préfet de la Savoie ;

2° Dix-huit représentants des collectivités territoriales :

a) Le maire de la commune de Pralognan-la-Vanoise (Savoie) et le maire de la commune de Termignon (Savoie) ; b) Dix autres maires, élus par et parmi les maires des communes dont le territoire est compris pour tout ou partie dans le coeur du parc ou qui ont adhéré à la charte du parc ; c) Deux représentants d'établissements publics de coopération intercommunale à fiscalité propre comprenant des communes comprises en tout ou partie dans le coeur du parc ou ayant adhéré à la charte du parc, élus par les présidents de groupements concernés ; d) Le président du conseil régional de la région Rhône-Alpes ; e) Le président du conseil général de la Savoie ; f) Deux conseillers généraux désignés par le conseil général de la Savoie ;

3° Seize personnalités :

a) Le président du conseil scientifique de l'établissement public du parc national ; b) Huit personnalités à compétence locale nommées sur proposition du préfet de Savoie : . une personnalité compétente en matière d'agriculture ; . une personnalité compétente en matière de sports de nature ; . une personnalité compétente en matière d'activités professionnelles de sport et de loisir exercées dans le parc national ; . un représentant d'associations de protection de l'environnement ; . un représentant des propriétaires fonciers dans le coeur du parc national ; . un représentant des chasseurs ; . un représentant des pêcheurs ; . un habitant du parc ;

c) Sept personnalités à compétence nationale ou représentant des organismes à compétence nationale : . quatre personnalités désignées par le ministre chargé de la protection de la nature, dont au moins deux sur proposition du Conseil national de la protection de la nature appartenant aux associations agréées de protection de l'environnement ou au milieu de la recherche scientifique ; . deux représentants d'associations de protection de la nature choisies par le ministre chargé de la protection de la nature ; . un représentant de l'Office national des forêts ;

4° Un représentant du personnel élu avec son suppléant par le personnel permanent de l'établissement public du parc.

II. . Les représentants de l'Etat ou de ses établissements publics peuvent se faire suppléer par un membre du service ou de l'organisme auquel ils appartiennent. Les maires des communes de Pralognan-la-Vanoise et de Termignon, le président du conseil régional et le président du conseil général peuvent se faire suppléer par un élu de la même assemblée délibérante. Les autres représentants des collectivités territoriales et ceux des établissements publics de coopération intercommunale à fiscalité propre sont nommés avec un suppléant désigné dans les mêmes conditions. Les membres mentionnés au 3° peuvent

donner mandat à un autre membre du conseil d'administration. Le président du conseil économique, social et culturel assiste aux séances avec voix consultative.

Article 25

Le directeur de l'établissement public du parc rend compte à chaque réunion du conseil d'administration des autorisations qu'il a accordées au titre des articles 3, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20 et 21 depuis la réunion précédente.

TITRE IV : DISPOSITIONS DIVERSES

Article 26

Jusqu'au dépôt de la marque collective spécifique prévue au 5° de l'article L. 331-29 du code de l'environnement, toute utilisation à des fins commerciales ou publicitaires d'une dénomination comportant les mots : « parc national de la Vanoise » ou « parc de la Vanoise », ou toute autre dénomination susceptible d'évoquer le parc national de la Vanoise est, y compris à l'intérieur du parc, subordonnée à l'autorisation du directeur de l'établissement public du parc.

Le conseil d'administration est informé des autorisations accordées dans les conditions prévues par l'article 25.

Article 27

Jusqu'à l'entrée en vigueur du décret d'approbation de la charte du parc, les modalités d'application de la réglementation du coeur du parc sont fixées par le conseil d'administration.

Les arrêtés du directeur et les délibérations du conseil d'administration en vigueur à la date de publication du présent décret tiennent lieu de modalités d'application de la réglementation

du coeur jusqu'à l'entrée en vigueur de la délibération du conseil d'administration mentionnée au premier alinéa.

Article 28

Jusqu'à l'entrée en vigueur du décret d'approbation de la charte du parc, les maires mentionnés au b du 2° du I de l'article 24 sont désignés par l'ensemble des maires des communes concernées par le coeur et des communes qui ont vocation à constituer l'aire d'adhésion et les représentants d'établissements publics de coopération intercommunale mentionnés au c du 2° du I de l'article 24 sont désignés pour l'ensemble des communes concernées par le coeur et des communes qui ont vocation à constituer l'aire d'adhésion.

Jusqu'à la même date, pour l'application de l'article 24, est considérée comme habitant dans le parc toute personne ayant sa résidence dans le coeur du parc ou sur le territoire d'une commune qui a vocation à être comprise dans l'aire d'adhésion. Les activités professionnelles de sport et de loisir exercées dans le parc national s'entendent des activités exercées dans le coeur du parc et l'aire optimale d'adhésion définie par le troisième alinéa de l'article 1er du présent décret.

Article 29

Le 1° de l'article R. 331-85 du code de l'environnement est remplacé par les dispositions suivantes :

« 1° Décret n° 2009-447 du 21 avril 2009 pris pour l'adaptation de la délimitation et de la réglementation du parc national de la Vanoise aux dispositions du code de l'environnement issues de la loi n° 2006-436 du 14 avril 2006 ».

Article 30

Le décret du 6 juillet 1963 portant création du parc national de la Vanoise est abrogé.

Article 31

Le ministre d'Etat, ministre de l'écologie, de l'énergie, du développement durable et de l'aménagement du territoire, et la secrétaire d'Etat chargée de l'écologie sont chargés, chacun en ce qui le concerne, de l'exécution du présent décret, qui sera publié au Journal officiel de la République française.

Fait à Paris, le 21 avril 2009.

Par le Premier ministre

François Fillon

Le ministre d'Etat, ministre de l'écologie, de l'énergie, du développement durable et de l'aménagement du territoire,

Jean-Louis Borloo

La secrétaire d'Etat chargée de l'écologie,

Chantal Jouanno

(1) Le relevé cadastral, les plans et les cartes peuvent être consultés au ministère de l'écologie, de l'énergie, du développement durable et de l'aménagement du territoire, à la préfecture de la Savoie ainsi qu'au siège de l'établissement public du parc.